

UFOB

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO OESTE DA BAHIA



PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE DIREITO





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA – UFOP
Rua Prof. José Seabra de Lemos, 316 – Recanto dos Pássaros
CEP 47808-021 – Barreiras – BA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO:
PROF. DR. CELSO CASTRO -UFBA
PROFA. DRA. ANA PAULA BOMFIM - UFBA
PROF. DR. ANTÔNIO SÁ – UFBA

COMISSÃO DE REVISÃO:
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

BARREIRAS – BA

2018

Reitora *Pró-Tempore*:

Profa. Dra. Iracema dos Santos Veloso

Pró-Reitora *Pró-Tempore* de Graduação e Ações Afirmativas:

Profa. Dra. Anatália Dejane de Oliveira Silva

Coordenadora de Ensino de Graduação:

Profa. Dra. Kelli Consuêlo de Almeida Lima Queiroz

Gestora do Núcleo de Planejamento Curricular:

Tae Carla Andreia Cardoso Vieira

Diretor *Pro-Tempore* do Centro das Humanidades:

Prof. Dr. Prudente Pereira de Almeida Neto

Vice-Diretor *Pró-Tempore* do Centro das Humanidades:

Prof. Dr. Rubio José Ferreira

Coordenadora do Colegiado do Bacharelado em Direito:

Profa. Me. Cristiana Matos Américo

Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Direito:

Profa. Dra. Natália Medina Araújo

Profa. Me Cristiana Matos Américo

Profa. Me. Maria Victória Braz Borja Rodrigues

Prof. Dr. Prudente Pereira de Almeida Neto

Prof. Me. Flávio Marcelo Rodrigues Bruno

Profa. Me. Fabiana de Carvalho Calixto

Profa. Me. Alina Mourato Eleoterio

Prof. Me. Thiago Ribeiro Rafagnin

Profa. Me. Andrea Santana Leone de Souza

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL	8
2.1 Histórico da Instituição	9
2.2 Caracterização do Centro	13
2.3 Histórico do curso	17
2.3.1 Identificação do curso	17
3 JUSTIFICATIVA DO CURSO	18
4 OBJETIVOS DO CURSO	21
4.1 Objetivo Geral	21
4.2 Objetivos Específicos	21
5 CARACTERIZAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL DO EGRESSO	23
6 ÁREA DE CONHECIMENTO DO CURSO	26
7 MARCOS REGULATÓRIOS	30
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	37
8.1 Representação Gráfica do Currículo do Curso	40
8.2 Detalhamento da Matriz Curricular	41
8.3 Ementário e Bibliografia (APÊNDICE A)	45
8.4 Estágio Supervisionado	45
8.5 Trabalho de Conclusão de Curso	51
8.6 Atividades Curriculares Complementares	52
9 MARCOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	55
10 POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	65
11 POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE	67
12 AVALIAÇÃO	70
13 CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	74
13.1 Plano de composição do corpo docente	75
13.1 Infraestrutura	85
14 PROGRAMAS E PROJETOS	88
15 PROGRAMAS DE APOIO AO ESTUDANTE	91

16	ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	94
17	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
	APÊNDICE A	101
	1º SEMESTRE	101
	2º SEMESTRE	110
	3º SEMESTRE	119
	4º SEMESTRE	128
	5º SEMESTRE	138
	6º SEMESTRE	146
	7º SEMESTRE	157
	8º SEMESTRE	166
	9º SEMESTRE	177
	10º SEMESTRE	185
	APÊNDICE B	245
	APÊNDICE C	252
	APÊNDICE D	260
	APÊNDICE E	260

1 APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia tem por finalidade o norteamento na elaboração de um curso comprometido com o Acesso à Justiça e a confirmação dos Direitos Humanos. A garantia do direito de Acesso à Justiça é uma preocupação universal e faz parte do rol dos Direitos Fundamentais, devendo-se compreender essa ideia nas diversas formas de aceder às relações sociais de modo justo, desvinculando os conceitos entre Justiça e Poder Judiciário. O Curso de Direito construído por este PPC representa a possibilidade de efetivação do acesso à Justiça, sobretudo por estar inserido em uma Universidade Pública, no extremo Oeste do Estado da Bahia.

A construção do projeto pedagógico envolve complexidades variadas, que perpassam por questões sociais, econômicas, regionais, metodológicas e humanas, devendo abrigar em si a contemplação dessas diversas necessidades e possuir um olhar comprometido e preocupado, até desafiador, quando trata-se de um curso de Direito que se propõe a intervir e transformar a realidade. A relevância do Projeto Pedagógico do Curso de Direito se justifica pelo fato de não existir pacificação social sem desenvolvimento regional, e para promovê-la faz-se necessário partir de ações que visem o desenvolvimento humano e a ética.

Neste sentido, este PPC foi elaborando com uma nova concepção da norma jurídica a partir da sua aplicabilidade e eficiência. Em vez de lhe atribuir um caráter punitivo ou repressivo, prefere-se pensar essa norma como um elemento norteador da efetividade das políticas públicas e da pacificação social. Cabe ressaltar que, neste entendimento, vislumbram-se os princípios essenciais deste Projeto Pedagógico, quais sejam a pacificação social, a efetividade dos Direitos Humanos e o desenvolvimento regional.

Por meio da Resolução UFOB nº. 01, de 13 de novembro de 2013, foi estabelecida a criação de 13 (treze) graduações implantadas no segundo semestre de 2014, dentre elas o Curso de Direito. Os esforços a partir deste momento, no que concerne à elaboração do Projeto Pedagógico, foram desempenhados por uma notória Comissão de estruturação, presidida pelo então Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, Professor Doutor Celso Castro, e contando com os docentes Ana Paula Bomfim e Antônio Sá, que, colaborativamente, puderam construir um projeto inovador e propositivo do que seria uma Graduação em Direito comprometida com a realidade social.

A Comissão de Elaboração do PPC do Curso de Direito respaldou-se na atenção às necessidades da Região Oeste da Bahia, do grande fluxo migratório, da sustentabilidade, do meio ambiente, da preservação da cultura, das comunidades tradicionais, da pacificação social e também das questões agrárias e função social da propriedade. Quando do recebimento deste documento pelos professores do Curso de Direito da UFOB, as profícuas discussões permitiram o intercâmbio de ideias e análises entre a Comissão de Elaboração e o corpo docente local, principalmente os Professores Cristiana Américo, Maria Victória Borja, Natália Medina Araújo e Prudente Pereira Neto, que por meio do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado do Curso, fizeram convergir conclusões consensuais sobre pontos finais do Projeto.

A construção deste documento embasou-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito instituídas pela Resolução CNE/CES nº. 9, de 29 de setembro de 2004, considerando o que consta do Parecer CNE/CES nº. 211, de 8 de julho de 2004. Ademais, a elaboração deste Projeto Pedagógico de Curso (PPC) baseia-se na Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE) da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Resolução nº. 001/2014, que discorre sobre orientações para a elaboração de PPC na UFOB.

Este projeto está dividido em: 1) Apresentação; 2) Caracterização Regional; 2.1) Histórico da Instituição; 2.2) Caracterização do centro; 2.3) Histórico do curso; 2.3.1) Identificação do curso; 3) Justificativa do curso; 4) Objetivos do curso; 4.1) Objetivo geral; 4.2) Objetivos específicos; 5) Caracterização acadêmico-profissional do egresso; 6) Área do conhecimento; 7) Marcos regulatórios; 8) Organização curricular; 8.1) Representação gráfica do currículo do curso; 8.2) Detalhamento da matriz curricular; 8.3) Ementário e bibliografia; 8.4) Estágio Supervisionado; 8.5) Trabalho de Conclusão de Curso; 8.6) Atividades Curriculares Complementares; 9) Marcos teórico-metodológicos; 10) Políticas de integração ensino, pesquisa e extensão; 11) Políticas de acessibilidade; 12) Avaliação; 12.1) Avaliação da Aprendizagem; 12.2) Avaliação do curso; 13) Condições de trabalho para a implementação do projeto do curso; 13.1) plano de composição do corpo docente; 13.2) Infraestrutura; 14) Programas e projetos; 15) Programas de apoio ao estudante; 16) Acompanhamento dos egressos; 17) Referências Bibliográficas.

2 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

Em meados do século XIX, a navegação entre o Rio São Francisco e a bacia do Rio Grande já alcançava Limoeiro. Ainda na primeira metade do século XIX, há notícia de que estavam estabelecidos os primeiros colonos nas margens do Rio Grande, onde hoje situa-se Barreiras, identificados como Plácido Barbosa e José Chagas, ambos a serviço dos irmãos José Joaquim de Almeida, Joaquim Herculano de Almeida e Manuel Frederico de Almeida, que desde o começo daquele século controlavam o atual território de Angical. Já na segunda metade do século XIX, a 12 km de onde hoje está localizada Barreiras, também existia um povoado que servia como entreposto comercial, chamado Buracão, que passou a chamar-se Arraial da Penha, contando com cerca de oitenta casas.¹

Com o crescimento do número de habitantes a ocupar as margens do Rio Grande, o comércio passou a ser feito onde hoje se situa Barreiras e o Arraial da Penha entrou em declínio. Por volta de 1850 a nova localidade já contava algumas dezenas de residências de taipa e o comércio desenvolveu-se a partir de trocas com as povoações das fazendas vizinhas, com o norte de Goiás e o sul do Piauí. Em 1881, Barreiras teve seu primeiro sacerdote, o padre José C. Silva, mas a freguesia ainda era irregular, sendo efetivada apenas em 1937.²

O histórico administrativo e jurídico de Barreiras entre fins do século XIX e a primeira metade do século XX é bastante dinâmico. Em virtude da Lei Municipal de 20 de janeiro 1891, passou a ser distrito da freguesia de Angical e pela Lei Estadual nº. 237, de 06 abril de 1891 passou a categoria de Vila e foi desmembrada de Angical, e adquirido subdelegacia que passou a funcionar a partir de 16/05/1891. Pelo Ato de 03 de agosto de 1892, passou a ser Termo Jurídico da Comarca do Rio Grande com sede em Santa Rita (atual Santa Rita de Cassia), até 06 de setembro de 1898. Ainda em 1892, pelo decreto nº. 280 criou-se a Comarca denominada de Ribeira, formada pelo Termo de Angical e Campo Largo. Pela Lei nº. 449, de 19 de maio de 1902 foi criado o fórum, inaugurado em 15 de novembro de 1902, sob o governo estadual de José Gonçalves da Silva.

Mesmo a Vila emancipada, continuou com o nome de Ribeira, até 04 de outubro de 1904; época em que foi extinto o Termo de Angical e anexou seu território ao da Ribeira, que passou a se chamar Barreiras. Na época da sua emancipação, Barreiras já contava com 620 casas e 2.500 habitantes. O município contava quatro distritos; a sede, o de Santana, o de Várzeas e o de São Desidério. A situação permaneceu até 1933, quando o anexo ao Decreto Lei Estadual nº. 10724 de 30 e março de 1938 propôs a divisão do município em oito distritos: Barreiras, Bonfim, Palmares, Rio Branco, Santana, Várzeas e Sítio Grande. Permaneceu, contudo, a divisão administrativa anterior. O Decreto nº. 11.083 de

¹ Informações encontradas em um documento datilografado anônimo em posse da sr. Ignez Pitta, cuja cópia foi gentilmente cedida pela mesma. O referido texto não tem data, mas parece ser dos anos de 1960/70.

² Idem.

novembro de 1944 dividiu o município em Barreiras Barroca (antiga Rio Branco), Boa Sorte (antiga Bonfim), Catão (antiga Santana); São Desidério, Sítio Grande e Várzeas. A Lei Estadual nº. 12.978 de 01 de janeiro de 1944 alterou o nome do distrito de Boa Sorte para Tapiracanga. Essas constantes mudanças administrativas perduraram até 1953, quando foram criados outros municípios na região Oeste.³

2.1 Histórico da Instituição

A Universidade Federal do Oeste da Bahia tem sua origem no Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS), um campus avançado da Universidade Federal da Bahia (UFBA) estabelecido em 2006. A UFBA pode ser considerada o mais importante projeto cultural da Bahia no século XX e reafirmar esse legado é a missão da UFOB no raiar do século XXI, contemplando o território, a diversidade cultural e as humanidades no Oeste baiano.

A Universidade Federal da Bahia, criada pelo Decreto-Lei nº. 9.155, de 8 de abril de 1946, com sede em Salvador-BA, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-científica. Apesar de instituída oficialmente como Universidade da Bahia, em 8 de abril de 1946, "sua constituição englobou a articulação de unidades isoladas de ensino superior preexistentes, públicas ou privadas" (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL/UFBA, 2012-2016, p.8-9).

O estabelecimento do ensino superior na Bahia remonta ao século XIX, ainda que esse desenvolvimento tenha sido lento e gradual. Sua origem está no estabelecimento, por decreto régio 18 de fevereiro de 1808, do Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia, a mais antiga escola estudos superiores do Brasil, atual Faculdade de Medicina. As primeiras tentativas de criar universidades no Brasil foram abortadas pelo governo português às vésperas da Independência. O projeto de criar a Nova Athenas, com sede na Capitania da Bahia, proposto pelo acadêmico baiano Luís Antônio de Oliveira Mendes Dias Lobato, não passou pela Comissão de Instrução Pública das Cortes Extraordinárias de Portugal em 1821. Após a Independência, em 1822, tentativas de estabelecer universidades em cidades do interior baiano, à exemplo do que propôs o soteropolitano José da Silva Lisboa para a vila de Cachoeira, não encontraram apoio nas classes políticas imperiais. Na primeira metade daquele século, já na Regência, foi criado em

³ Idem.

Salvador o curso de Farmácia (1832), sendo incorporado à Escola de Cirurgia. Posteriormente, o mesmo ocorreu com o curso de Odontologia (1864). No Segundo Império foram criados o curso de Agronomia (1859) e a Academia de Belas Artes da Bahia (1877).

Já no início da República, foram criadas em Salvador a Faculdade de Direito (1891) e a Escola Politécnica da Bahia (1897). A Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foram estabelecidas já no avançar do século XX, em 1934 e 1941, respectivamente. Essas unidades de Ensino Superior constituíram o núcleo inicial da Universidade da Bahia, conforme o Decreto-Lei nº. 9.155, de 8 de abril de 1946. Apesar do referido Decreto, foi necessário o desenvolvimento de novas unidades e órgãos complementares, com o objetivo de "constituir um efetivo sistema universitário, capaz de atender as necessidades culturais da sociedade baiana" (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL/UFBA, 2012-2016, p.8-9)

Foram imensos os desafios assumidos pelo Reitor Edgard Santos entre 1946 e 1961. Para dar continuidade ao projeto de transformar e dar visibilidade aos elementos culturais e artísticos da Bahia, em 1955 teve início a instalação da Escolas de Arte e dos Seminários Livres de Música e, no ano seguinte, das Escolas de Teatro e Dança. A Faculdade de Arquitetura e a Faculdade de Administração foram implantadas em 1959. Em 1967, foram incorporados à UFBA os cursos de Agronomia e Medicina Veterinária, que passou a assumir a atual denominação de Universidade Federal da Bahia. Nos anos de 1960-70 foram estabelecidos os Institutos de Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências e Ciências da Saúde, as Escolas de Biblioteconomia e Comunicação e de Nutrição e a Faculdade de Educação. A antiga Faculdade de Filosofia passou a se denominar Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Os anos 1980 e 1990 foram assinalados por uma franca expansão nos programas de pós-graduação dos institutos e faculdades vinculados à UFBA.

Em 2005, o Ministério da Educação instituiu o Programa Expandir para a criação de novos *campi* e universidades. Naquele mesmo ano, em decorrência do referido Programa, o Conselho Universitário da UFBA aprovou a criação de duas unidades universitárias. O primeiro foi o Instituto Multidisciplinar de Saúde, *Campus* Anísio Teixeira, em Vitória da Conquista-BA. A segunda unidade foi o Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS), localizado na cidade de Barreiras-BA, no *Campus* Edgard Santos.

A implantação e inauguração do *Campus* Professor Edgard Santos, Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS), no município de Barreiras

aconteceu, oficialmente, em outubro de 2006, com a missão de promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão na região oeste da Bahia.

O *Campus* Professor Edgard Santos foi o resultado de uma articulação entre diferentes níveis de governo e realizações de parcerias institucionais visando, além da própria implantação, condições ideais para sua manutenção. Tendo o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável como premissas, entre os principais objetivos destaca-se a busca, desde seu início, por projetos de colaboração com diversas instituições vinculadas ao meio ambiente, assim como com demais órgãos das administrações públicas nos três níveis, destacando-se as parcerias com prefeituras da região e com o governo do estado com outras instituições de ensino superior, além de organizações de cunho social e iniciativa privada, quando em vista a promoção de benefícios para a coletividade.

A história da implantação do ICADS se inicia no ano anterior à sua inauguração como unidade da UFBA. No dia 21 de novembro de 2005, foi aprovada a Resolução nº 04/2005, que cria o *Campus* Professor Edgard Santos em Barreiras, pelo plenário do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia – UFBA, tendo sido regulamentado pelo Decreto nº 5.773, de 9/5/2006 do Ministério da Educação e Cultura – MEC e publicado no Diário Oficial da União – DOU nº 165, seção 1 em 27/8/2007.

Quanto ao corpo funcional, o Instituto iniciou suas atividades com 40 (quarenta) professores, tendo como diretora *Pró Tempore* a Prof^a Dr^a. Joana Angélica Guimarães da Luz. Para auxiliar nas atividades administrativas e acadêmicas, foram feitos contratos de prestação de serviços para 3 (três) pessoas, até a realização do concurso público para técnico-administrativo. Em março de 2007, com a realização do concurso, foram contratados 15 (quinze) técnicos administrativos.

Quanto à estrutura física, o ICADS foi instalado em prédio doado pela Prefeitura Municipal de Barreiras, onde funcionou durante muitas décadas o Colégio Padre Vieira. Visando permitir o funcionamento inicial da UFBA, o colégio passou por uma reforma preliminar. Vale ressaltar a importância histórica desse patrimônio para o Município, daí um marco para a cidade de Barreiras em abrigar nas dependências desse prédio o *Campus* da UFBA. Ciente dessa importância histórica, a Universidade manteve o Memorial do Colégio Pe. Vieira, um rico acervo com fotos de ex-alunos, professores e funcionários que contam um pouco da história de Barreiras e região.

A implantação da estrutura definitiva do *Campus* tinha como projeto inicial a construção de vinte prédios, sendo construídos por etapas. Na primeira foram construídos o Prédio de Laboratórios, composto de 32 laboratórios, e o Pavilhão de Aulas II, que abriga salas de aula, gabinetes de professores e um auditório para 100 pessoas. Na segunda etapa, foram entregues o Pavilhão de Aulas I, também com auditório para 100 pessoas, e o Prédio de Biblioteca.

As atividades do ICADS iniciaram em 23 de outubro de 2006 com 6 (seis) cursos de graduação, sendo: Administração, Ciências Biológicas, Engenharia Sanitária e Ambiental, Geografia, Geologia e Química, sendo oferecidas 40 (quarenta) vagas anuais cada. Em julho de 2007 a Congregação do ICADS aprovou a criação do curso de graduação em Física e em janeiro de 2008 foram aprovadas as criações dos cursos de Engenharia Civil, Matemática e o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia, sendo 40 (quarenta) vagas para os dois primeiros e 80 (oitenta) vagas para o BI&CT. Em 2009 foram aprovados os cursos de História e o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades.

Em julho de 2007, após uma consulta à comunidade acadêmica, foi escolhida a Diretoria do ICADS, tendo como diretora a Profa. Dra. Joana Angélica Guimarães da Luz e para vice-diretor o Prof. Dr. Francesco Lancilotti Júnior. Em novembro do mesmo ano houve a cerimônia de posse.

Em janeiro de 2008, o *Campus* recebeu a visita do excelentíssimo senhor governador do estado da Bahia, Jaques Wagner. Na ocasião, o Reitor da UFBA, Prof. Dr. Naomar Monteiro de Almeida Filho, entregou ao governador, o Projeto de Desmembramento do ICADS para a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia. O governador se mostrou favorável à implantação da Universidade.

Em 2007 foi criada a proposta de desmembramento do *Campus*, sendo aprovada por unanimidade pela Congregação do Instituto e por aclamação pelos Conselhos Superiores da UFBA. O projeto visava contribuir com o desenvolvimento econômico e principalmente oportunizar aos moradores da região oeste da Bahia, o ingresso em uma universidade pública, visto que um Estado com as dimensões territoriais que tem a Bahia, até então, havia apenas duas Universidades Federais e ambas distantes dessa região, o que dificulta o acesso dos jovens da região. O projeto foi entregue ao Ministério da Educação e Cultura para encaminhamentos.

O projeto de lei que criou a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) foi sancionado no dia 05 de junho de 2013, pela presidenta Dilma Rousseff (Lei nº. 12.825). A

cerimônia de assinatura dos documentos aconteceu no Palácio do Planalto, em Brasília com a presença de várias autoridades como o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, o governador da Bahia, Jaques Wagner e a Reitora da Universidade Federal da Bahia, Profa. Dra. Dora Leal Rosa, pois a UFBA é a tutora no processo de implantação da UFOB.

A Universidade com sede em Barreiras e campi nos municípios de Barra, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória.

No dia 1 de julho de 2013, o Ministro da Educação Aloísio Mercadante nomeou a Profa. Dra. Iracema Santos Veloso como Reitora *Pró Tempore* da UFOB, com posse realizada no dia 18 de julho, no ato de oficialização da instalação da UFOB. Ao lado da nova reitora, como vice-reitor, foi nomeado o diretor do antigo ICADS, Prof. Dr. Jacques Antônio de Miranda.

A missão da jovem universidade é tão, ou mais, desafiadora quanto a encampada sob a liderança de Edgard Santos a partir de 1946. Os desafios do século XXI exigem da Universidade Federal do Oeste da Bahia estabelecer novas conexões intelectuais, culturais, artísticas, políticas, econômicas, científicas e tecnológicas entre o Oeste baiano e um mundo em processo de globalização.

2.2 Caracterização do Centro

A categoria de *Humanidades* reporta-se, inicialmente, ao movimento cultural iniciado no *Quattrocento* italiano, mais precisamente em Florença, que se dispôs a estudar a cultura dos antigos sob nova ótica instrumental ou metodológica. Essa ótica propunha que se estudasse os autores de outrora *iuxta propria principia* [segundo seus próprios princípios ou valores] e foi então chamada de *Filologia*. A filologia consistia, portanto, em um método histórico que tentava entender a diversidade humana do passado com base nos valores do *outro*, dos olhares alheios ao tempo em que se fazia a leitura. Tal modo de *ler* os escritos de outrora servia-se, substancialmente, do conhecimento dos eventos passados (História), do estudo do pensamento (Filosofia) e do estudo das línguas, antigas e modernas (Letras). Assim sendo, desde a época moderna, os *Studia Humanitatis* nada mais eram do que o estudo da história, da filosofia, das letras e de todas aquelas outras possíveis disciplinas que permitissem aos homens compreender os homens, na extensão histórica – no passado – e na extensão geográfica – alhures. Dito isto, deriva deste movimento cultural, o Humanismo Italiano do século XV, uma certa

preocupação/centralidade da natureza sócio histórica, e não biológica, do homem, nas suas diferentes formas de existir; seja enquanto indivíduo, enquanto sujeito, enquanto ser coletivo e social, político e cultural.

Além disso, as Humanidades possuem o objetivo, para além de buscar a compreensão da natureza humana, formar, independentemente de qualquer finalidade utilitária e pragmática, o Homem para a vida e convivência em sociedade.

O diplomata Sergio Paulo Rouanet propôs definir desta forma a categoria de *Humanidades*:

Proponho chamar de humanidades as disciplinas que contribuam para a formação (Bildung) do homem, independentemente de qualquer finalidade utilitária imediata, isto é, que não tenham necessariamente como objetivo transmitir um saber científico ou uma competência prática, mas estruturar uma personalidade segundo certa paidea, vale dizer, um ideal civilizatório e uma normatividade inscrita na tradição, ou simplesmente proporcionar um prazer lúdico. [ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 309.]

Do que foi dito e da citação tirada do texto do diplomata, fica registrada a diferença feita entre o conhecimento das *Humanidades* e as demais áreas de saber. Sendo assim, o Centro de Humanidades se disponibiliza a fornecer as competências dos cursos situados na área e a formação necessária para que os estudantes possam melhor viver em coletividade e melhor exercer sua predisposição política na vida pública.

2.2.1. Histórico e Estrutura

Para resgatar este histórico temos que preliminarmente abordar três cenários que antecedem a criação do Centro das Humanidades. O primeiro reporta-se ao **legado do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS)**, órgão da Universidade Federal da Bahia - UFBA, que por força de lei, foi incorporado à nova Universidade com todo seu acervo material, formal e de pessoal.

Do legado do ICADS nasce o embrião do Centro das Humanidades, já nasce falante, polissêmico e controvertido, pois, além da História, da Geografia e do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, recebe e agasalha o Bacharelado em Administração, de uma decisão política e não científica, a qual avalizou esta reunião de áreas distintas, que por si só, não se consolidam como sendo única e particularmente as “Humanidades”.

Nesta perspectiva do estado herdado temos que o legado nos proporcionou numa síntese apertada o seguinte acervo: **30 (trinta) docentes** das várias áreas do conhecimento; **05 (cinco) Cursos de Graduação**: História (Licenciatura), Geografia (Licenciatura e Bacharelado), Administração (Bacharelado), e, Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (Bacharelado); **05 (cinco) Laboratórios** - transferidos do ICADS (Ensino, Pesquisa e Extensão): **LEPGEO** – Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Geografia Escolar; **LIFE** – Laboratório interdisciplinar de Formação de professores; **Grupo PET - Humanidades**; **Laboratório de Solos**; e o **Laboratório de Geoprocessamento**.

O Centro das Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia foi criado oficialmente através da Portaria nº 45/2014, editada em 28/02/2014 e no mesmo dia teve seu primeiro Diretor Pró-tempore, Prof. Dr. Prudente Pereira de Almeida Neto que foi nomeado através da Portaria nº 46/2014, ambas emanadas da Magnífica Reitora Pró-tempore da UFOB.

A estrutura administrativa do Centro das Humanidades se encontra delineada conforme o organograma institucional representado na Figura 01.

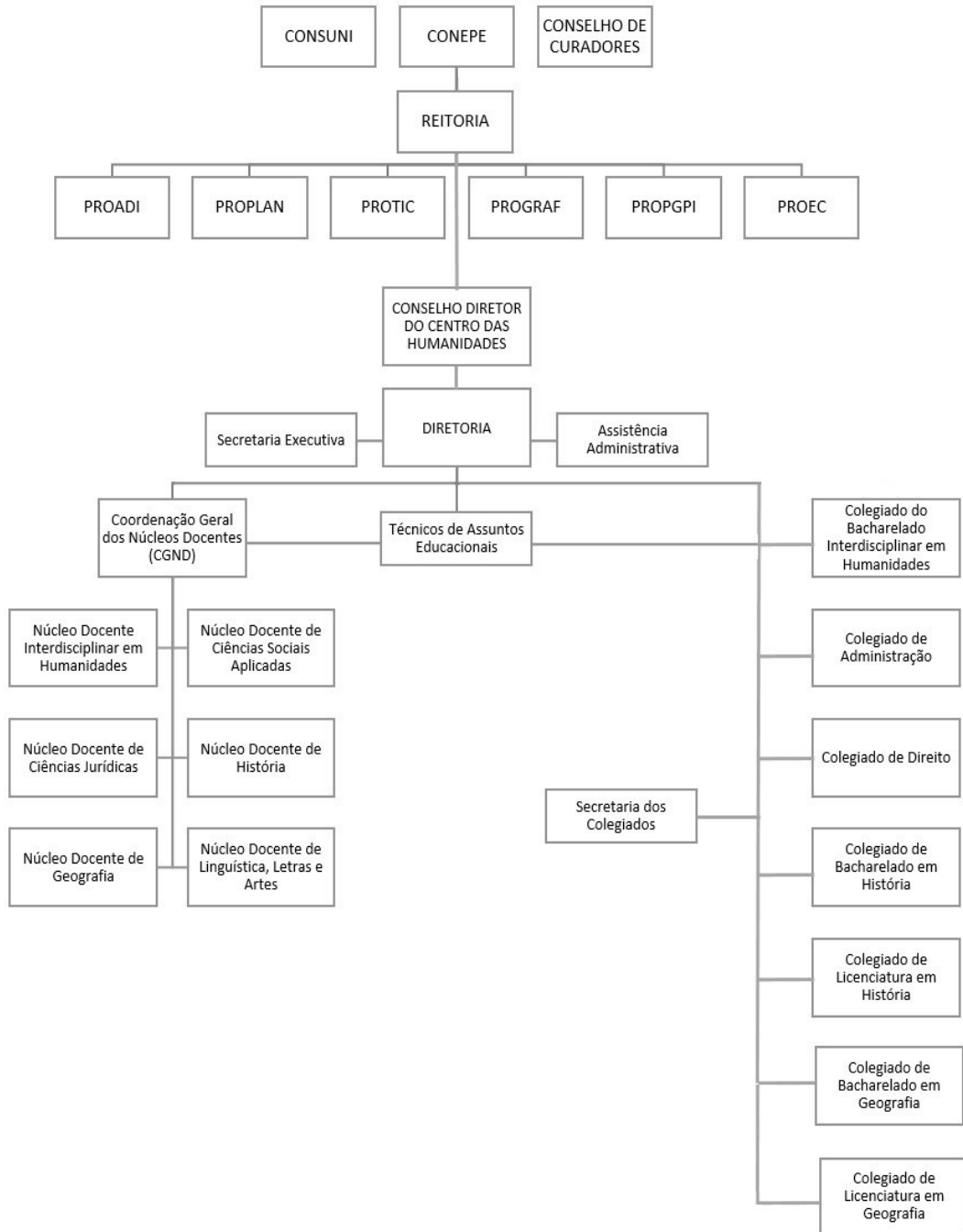


Figura 01 – Estrutura de Gestão Administrativa do CEHU, 2017.

Fonte: Secretaria do CEHU.

2.3 Histórico do curso

O Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia, reflete a expectativa da comunidade regional do oeste baiano, principalmente ao oportunizar a educação superior pública e contribuir para a formação jurídica da comunidade regional.

Desta forma, o planejamento institucional de implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia previu mediante a Resolução UFOB nº. 01, de 13 de novembro de 2013, a criação de 13 (treze) graduações implantadas no segundo semestre de 2014, incluindo o Curso de Bacharelado em Direito.

2.3.1 Identificação do curso

IES (Código):	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA (18506)		
Código - Nome do Curso:	5001356		
Grau:	Bacharelado em DIREITO		
Modalidade:	Presencial		
Situação de Funcionamento:	Em processo de autorização		
Turno:	Integral		
Data de Início de Funcionamento:	22/05/2017		
Carga horária:	3.733		
Periodicidade	10 Semestres		
Integralização mínima:	5 anos		
Integralização máxima:	15 semestres		
Vagas Autorizadas:	80 (quarenta), sendo 40 (quarenta) no primeiro semestre e 40 (quarenta) no segundo semestre.		
Coordenador:	Profa. Me Cristiana Matos Américo		
Atos Regulatórios	Autorização – Resolução UFOB nº 001, de 13/11/2013; Portaria Normativa MEC/SERES nº. 24, de 25/11/2013; Decreto nº. 8.142, de 21/11/2013		
Local de oferta do curso: <i>Campus</i> Reitor Edgard Santos			
Cód. Endereço	Município/UF	Endereço	CEP
1066442	Barreiras/BA	Rua da Prainha, 1326 UFOB Bairro: Morada Nobre	47810-047

3 JUSTIFICATIVA DO CURSO

A criação do Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia busca consolidar a instituição como referência de formação e produção acadêmico-científico também no âmbito jurídico. Sendo assim, a UFOB responde de modo afirmativo à demanda da coletividade regional, para formar juristas e profissionais do Direito comprometidos com a qualidade de vida da população, as exigências sociais e o equacionamento de litígios decorrentes de suas relações. Esse processo se faz mediante o emprego de meios extrajudiciais de prevenção e resolução de conflitos, individuais e coletivos, pois não existe pacificação social sem desenvolvimento regional e seu ponto de partida encontra-se no desenvolvimento humano.

Outra razão que justifica a relevância e necessidade social do curso é a expansão socioeconômica no oeste da Bahia, a qual demanda entre outras qualificações profissionais, a do Direito. Coadunam com este motivo, o crescimento do Estado e os objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE) para a Educação Superior, que prevê a oferta de educação superior para, pelo menos, 50% da faixa etária de 18 a 24 anos e a diversificação do sistema de ensino superior.

Ocorre que, ainda distante dos objetivos propostos pelo Plano Nacional de Educação (PNE), não há oferta de cursos de Direito em Instituições da Rede Federal de Ensino na região do oeste baiano. Nesse sentido, existe na Bahia apenas um curso de Direito em Instituição Federal (UFBA), localizado na capital, com distância de 862Km do município polo da região - Barreiras. Os demais cursos públicos são ofertados pelas Instituições Estaduais conforme descrição no quadro abaixo:

Oferta de cursos de Direito em Instituições Públicas na Bahia	
NOME	CIDADE
UFBA - Universidade Federal da Bahia	Salvador (862Km)
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Ilhéus (915 Km)
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana	Feira de Santana (756 Km)
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Vitória da Conquista (722 Km)
UNEB – Universidade Estadual da Bahia	Camaçari (855 Km)

	Jacobina (712 Km)
	Juazeiro (936 Km)
	Paulo Afonso (1.123 Km)
	Salvador (862 Km)
	Valença (798 Km)

Fonte: Ministério da Educação - Sistema e-MEC (2017)

Diferente de um histórico de concentração de oferta de determinados cursos de Graduação no Estado da Bahia em Instituições de Ensino Superior, o contexto atual exige que se leve em consideração, cada vez mais, a necessidade de interiorização da educação superior, com qualidade social.

Neste sentido, o Curso de Direito, em uma universidade pública federal no Oeste da Bahia é de todo indispensável, possibilitando que jovens da região não se desloquem de suas cidades para buscarem formação acadêmica-profissional em outras cidades.

A interiorização do Ensino Superior Público ampara-se no posicionamento do filósofo e político romano, Marco Túlio Cícero, já a seu tempo mostrou a indispensabilidade do direito para a vida social humana: *ubi societas, ibi ius*. O autor se dava conta de que se por um lado o sujeito humano é sociável por natureza, por outro onde houver sociedade, o direito se faz necessário. Desta forma, a expansão econômica e social de uma região não pode se dar à margem do direito, daí que o desenvolvimento responsável venha exigir uma adequada formação de juristas e profissionais, preferencialmente dentro de sua área de atuação, visto que inseridos no contexto cultural da região, estão mais em condições de conhecer e explorar as vocações regionais e as capacidades de seu povo.

O que se propõe acima pode ser realizado mais exitosamente, certamente, por uma universidade pública. O nosso tempo é marcado por um aumento muito grande de conflitos não vislumbrados claramente no passado, mas que se tornaram cada vez mais reais hoje em dia com a globalização econômica, cultural e política; é que muitos desses conflitos decorrem exatamente da inabilidade dos sujeitos locais para lidarem com o pluralismo e com o encontro inevitável das culturas. Uma formação jurídica capaz de compreender essas demandas e de responder aos seus apelos é passível de ser oferecida de modo suficiente pela universidade pública, uma vez que pode se organizar, tanto no campo do ensino como da pesquisa e da

extensão, oferecendo um embasamento cultural e humano para o qual nem sempre a educação privada se mostra sensível, já que salvo em casos muito raros, mostra-se mais disposta aos apelos do mercado e da formação técnica do estudante.

4 OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Objetivo Geral

Formar Bacharel em Direito, generalista, habilitado ao exercício profissional jurídico, com capacidade de análise, crítica, domínio de conceitos, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, na condição de agente parceiro do processo de transformação da sociedade global à base dos valores da Justiça Social e em busca do incremento à cidadania.

4.2 Objetivos Específicos

- Priorizar a compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, utilizando-se as normas técnico-jurídicas;
- Instrumentalizar a interpretação hermenêutica aplicada aos conhecimentos do direito, através da legislação, doutrina e jurisprudência;
- Assumir uma postura investigativa;
- Aplicar os conhecimentos técnico-jurídicos em diferentes instâncias administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos, dominando a prática forense;
- Aplicar o conhecimento jurídico na mediação de conflitos e na busca de soluções alternativas fortalecendo a aplicação do direito como instrumento para a paz social;
- Conhecer e utilizar corretamente os termos técnicos da ciência do direito;
- Compreender e utilizar o raciocínio jurídico de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Exercitar o julgamento e a tomada de decisões;
- Dominar as tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do direito;
- Assumir uma postura empreendedora e inovadora;
- Estimular a reflexão, o pensamento e a ação política científica, ambiental e moral, baseados no princípio da interdisciplinaridade;

- Identificar, prevenir e buscar soluções para os problemas jurídicos no seu tempo e espaço, utilizando conhecimentos interdisciplinares para intervir na realidade jurídica;
- Atuar como agente responsável, criativo, comprometido com o Estado Democrático de Direito, baseado na cidadania e na justiça.

5 CARACTERIZAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL DO EGRESSO

Para atender o perfil profissiográfico desejado pelo curso, pretende-se desenvolver três linhas gerais de habilidades: habilidade conceitual (o saber aprender), para perceber, dentro de uma visão abrangente e integradora do mundo e da sociedade, as diferenças culturais, econômicas e étnicas e sua sinergia entre as partes, mantendo os interesses grupais acima dos individuais; habilidade humana (saber ser e saber conviver), que permite trabalhar com pessoas, entendendo os processos motivacionais e utilizando-se de técnicas de liderança situacional; e, por fim, habilidade técnica (o saber fazer), ou seja, a capacidade de aplicação dos conhecimentos técnicos, métodos e ferramentas necessários à execução de atividades específicas ligadas à profissão escolhida. Dessas habilidades serão geradas outras, de acordo com as especificidades requeridas pelas diferentes áreas de atuação profissional.

No momento em que o curso, coletivamente, coloca-se a discutir e desenhar o perfil do profissional que pretende formar, toma-se como referência não só o objetivo definido, como também a concepção filosófica e política que norteia seu projeto pedagógico. São esses pressupostos que asseguram a unidade conceitual do currículo e vão definindo a silhueta desse profissional e as competências requeridas para sua atuação.

Ao se definir o perfil do egresso do Curso de Graduação em Direito, foram levadas em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas para o curso, as necessidades do mercado de trabalho na área profissional, em âmbito nacional e regional, as tendências e pesquisas sobre a evolução profissional na área do curso, a identidade, as políticas e a missão da IES assim como os conhecimentos, as competências e as habilidades requeridas para o exercício profissional.

Portanto, em consonância com a Resolução CNE/CES N° 9, de 20 de setembro de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, o Curso de Graduação em Direito deverá possibilitar ao egresso exercer as profissões jurídicas. Para tanto o mesmo deverá revelar o perfil:

a) Atuar para o enfrentamento dos mecanismos judiciais e extrajudiciais de soluções de conflitos e para a compreensão dos sistemas de direito e de justiça nas dimensões nacional e internacional;

b) Conhecer e utilizar as fontes de Direito (leis, artigos, livros, sistemas de informações eletrônicos) para acompanhar as mudanças legislativas, de interpretação, aplicação e criação de direitos;

c) Trabalhar individual e coletivamente para a solução de problemas jurídicos;

d) Expressar-se em linguagem clara e precisa;

e) Desenvolver habilidade de tomar decisões fundamentadas, de atuar em diferentes instâncias sociais e institucionais;

f) Possuir conhecimentos interdisciplinares que o capacitem a adaptar-se às mudanças políticas, sociais e jurídicas em todos os níveis;

g) Compreender fenômenos políticos, sociais, econômicos, ambientais, culturais e psicológicos, considerando-os para a interpretação e aplicação ao Direito;

h) Ser consciente da dimensão ética das profissões jurídicas e de sua responsabilidade social.

i) Possuir capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

j) Demonstrar postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

O Bacharel em Direito poderá atuar:

a) Na Magistratura em órgãos públicos (juizes, desembargadores e ministros de tribunais superiores);

b) No Ministério Público (promotores de justiça ou procuradores da república);

c) Na Advocacia Pública (Procuradores do Estado, Procuradores do Município e Advogados Gerais da União);

d) Como Delegado de Polícia;

e) Como Defensor Público;

f) Em escritórios de advocacia;

g) Em departamentos jurídicos de empresas e instituições financeiras;

- h) Em organizações diversas na defesa técnica de seus interesses;
- i) De forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria.

6 ÁREA DE CONHECIMENTO DO CURSO

A importância de uma formação para a prática da justiça foi percebida desde as origens mais remotas da educação em geral, como se vê por exemplo das preocupações de Platão e Aristóteles, embora ainda vislumbrassem uma completa autonomia desses estudos. A especificidade da formação jurídica, todavia, já começa a ser delineada com a origem do próprio Direito sob a influência dos juriconsultos romanos. Com efeito, sabe-se que houve em Roma no período da *Iurisprudencia* algumas escolas de Direito, as quais se dividiam entre proculeianos (republicanos seguidores de LABEÃO e aberto às inovações) e sabinianos (seguidores de CAPITO, um imperial defensor da autoridade e da tradição); esses ensinamentos, como a história registra, foi propagado ainda em outros lugares como Ravena, Marselha, Toulouse, Toledo e Sevilha, ainda sabendo-se que no Império Romano do Oriente houve escola de Direito em Beirute, Constantinopla, Cesaréia, Alexandria do Egito, Atenas e Antioquia. Para o ensino, eram confeccionados manuais introdutórios, como as *Instituições* de GAIO que serviram de modelo para as *Instituições* de JUSTINIANO.

As escolas em geral, na antiguidade romana, buscavam as bênçãos do papado para suas atividades, especialmente porque a Igreja considerava o conhecimento um dom divino a ser propagado, e ainda porque através da educação o poder papal era visto cada vez mais independente do poder real; nestas pegadas, o Concílio de Latrão de 1179 obrigou a criação de uma escola em cada uma das catedrais. As primeiras universidades, como se sabe, tiveram um surgimento espontâneo, a partir da corporatização e evolução de escolas pré-existentes – monásticas, diocesanas e municipais – durante a baixa Idade Média. É de tudo importante considerar que escolas de Direito, tal como as concebemos hoje, parecem ter surgido mesmo é com a Escola de Bolonha no século XII, onde se conciliava o direito justinianeu com os instrumentos intelectuais gregos. Mas o surgimento das universidades deu-se por modos bem diferentes.

Com efeito, uma universidade podia surgir por *ex successione*, isto é, quando o fim dos tão frequentes conflitos entre estudantes e burgueses não era suficiente para trazer de volta todos os discípulos, como se vê da Universidade de Cambridge em 1209, sucessão da Universidade de Oxford; depois, podia surgir por *desmembramento*, como a escola de Pádua em 1222, resultante do desmembramento da Universidade de Bolonha; e ainda podia surgir por *ex privilegio*, isto é, pela confirmação dada pelo Papa a uma universidade quando era criada pelo rei, via de regra sem tradição escolar, a exemplo das universidades de Palência, Nápolis,

Toulouse, Salamanca e Coimbra. Vale ressaltar que esta última, fonte de inspiração para os cursos jurídicos no Brasil, foi criada no reinado de D. Diniz e segundo os historiadores, foi oficialmente reconhecida entre 1288 e 1290, pela Bula Papal de Nicolau IV de 09 de Agosto de 1290; deste modo, a Universidade de Coimbra estava autorizada a conferir os graus de licenciado em *Direito Civil* e *Direito Canônico*, podendo os diplomados exercerem as prerrogativas do *ius ubique docendi*, isto é, poderiam lecionar em todo o reino católico.

Os cursos jurídicos no Brasil, têm sua história marcada pelo que ocorreu na Constituinte de 1823, quando José Feliciano Fernandes Pinheiro ocupou a tribuna para reclamar dos constrangimentos que os estudantes brasileiros vinham sofrendo em Coimbra após a Independência, pedindo com isto a imediata fundação de uma universidade brasileira. Dado o requerimento de urgência na tramitação da proposta, esta foi discutida pela Comissão de Instrução Pública e elaborado um projeto de lei. A acalorada discussão envolvia, inclusive, o interesse dos parlamentares em levar os cursos para suas bases, de sorte que alguns especialistas anotam que, no fundo, todas as Províncias queriam ser um dia a Coimbra do Brasil, já que algumas autoridades chegaram até a depositar caução no Banco do Tesouro para garantir a fixação do curso em suas cidades.

Ocorre, todavia, que tendo sido violentamente dissolvida aquela Constituinte por D. Pedro I, um decreto de 09 de janeiro de 1825 tentou criar provisoriamente um curso jurídico na Cidade do Rio de Janeiro, com a intenção explícita de “acautelar a notória falta de bacharéis formados”, ficando os futuros Estatutos ao encargo do Visconde da Cachoeira. Por fim, em 1826 chegou-se a um consenso para que fossem criados realmente dois cursos jurídicos, um em São Paulo e outro em Olinda, com os graus de Bacharel simples, Bacharel formado e Doutor. Trata-se, portanto, da Lei de 11 de agosto de 1827, cuja orientação que lhe deram os referidos Estatutos remetiam ao modelo pré-pombalino dos estudos portugueses, com expresso elogio a Bártolo e ao arripio da Lei da Boa Razão (1769) e aos Estatutos Novos (1772), estes inspirados nas escolas doutrinárias europeias dos séculos XVII e XVIII; no fundo, o ensino brasileiro surgia em meados do séc. XIX, mas com o olhar voltado para a Idade Média, fiel àquilo que se conhecer por *opinio communis doctorum* e de costas para o método cujaceano já em vigor nas escolas europeias, método esse de inspiração renascentista e que se conheceu por escola francesa, elegante ou culta.

Os cursos jurídicos brasileiros, ao longo desses quase dois séculos, passaram por diversas alterações, envolvendo conteúdos, disciplinas obrigatórias, métodos de ensino, nomenclaturas e outras tantas exigências e que hoje se convencionar chamar de educação

jurídica de qualidade. Com efeito, a partir da Resolução CNE/CES nº 9/2004 e da Resolução CES nº 2/2007, visualiza-se uma preocupação muito clara do legislador com uma educação jurídica que proporcione ao estudante o domínio das habilidades indispensáveis ao manuseio dos instrumentos técnicos requisitados pelo direito, que respeita a autonomia e a pluralidade das formas de aprendizagem, e ainda proporciona o desempenho de uma sólida formação humanística que inclui tanto uma bagagem cultural à altura das profissões jurídicas, como também a capacidade de se posicionar criticamente sobre os valores de cada tempo em que a mesma está situada. É o que facilmente se depreende da leitura dos artigos 3º e 4º daquela resolução, mas que também salta aos olhos ante a estruturação do curso em três núcleos: a formação fundamental, objetivando desenvolver no estudante as habilidades necessárias para inscrever o saber jurídico na base geral do conhecimento humanístico e cultural; a formação profissional, na perspectiva de uma dogmática jurídica, isto é, de fazer conhecer um direito posto, já reconhecido e que deve servir de ponto de partida para elaboração do conhecimento jurídico; e a formação prática, a qual visa desenvolver no estudante a habilidade técnica e argumentativa para exercer uma profissão jurídica de aspecto forense ou casuístico.

E não era para ser diferente, uma vez que o profissional do direito é um dos que mais necessitam de desenvolver as faculdades de julgar, e essa capacidade de compreensão/assimilação sobre a qual fala o art. 3º da referida Resolução, aliada às exigências que também faz de um preparo crítico dos nossos estudantes, é o que se pode chamar de capacidade de assimilação e de recriação do *ethos* comunitário onde os juristas estão integrados. Exigir da Instituição de Ensino Superior (IES) um projeto pedagógico como estabelecido, no art. 2º da referida Portaria, é vincular o seu credenciamento à assunção daquela responsabilidade, especialmente se pensado à luz do inciso II que reconhece uma vocação própria de cada Curso de Graduação em Direito.

Os meios de viabilizar uma educação jurídica à altura do nosso tempo, adequadamente comprometida com as suas componentes técnica e axiológica, foram estabelecidas pelo legislador no art. 5º quando exigiu que tanto o projeto pedagógico como a organização curricular devem pensar o sistema de educação em três níveis distintos e indissociáveis: o da formação fundamental, o da formação profissional, na perspectiva de uma dogmática jurídica, isto é, de fazer conhecer um direito posto, já reconhecido e que deve servir de ponto de partida para elaboração do conhecimento jurídico, e o da formação prática, considerando que segundo a Resolução CES nº 2/2007 a carga horária mínima será de 3.700 horas e os estágios e atividades complementares não poderão exceder a 20% desse total.

De resto, despertando-se do “sono dogmático” sob o qual a formação jurídica viveu desde o século XIX com a escola da exegese, a pandectística e o normativismo kelseniano, os teóricos da educação jurídica tem se dado conta da necessidade dos juristas se abrirem para outras preocupações e para a aceitação dos desafios culturais do nosso tempo, não raramente aceitando dialogar com outras áreas do saber humano; prova disto está na ascensão de outras perspectivas filosófico-jurídicas depois da II Guerra Mundial, a exemplo da tópica jurídica (Viehweg), da nova retórica e da teoria da argumentação (Perelman, Alexy), da nova hermenêutica (Gadamer, Kaufmann), da semiótica jurídica (Peice, Saussurre, Wittgenstein), do principiologismo jurídico (Dworkin), do neoconstitucionalismo (Santiago Ariza), do procedimentalismo jurídico-discursivo (Habermas, Rawls, Alexy), do neocontratualismo (Rawls), do *law and economics movement* (Posner, Coase, Calabresi), dos *critical legal studies* (Unger, Kennedy, Boyle) e das derivações da *feminist legal theory* (West, Butle, Cornell) e da *critical race theory* (Bell, Delgado), do racionalismo científico e da engenharia social (Popper, Albert, Pound), dos alternativismos italiano e brasileiro (Barcelona, Andrade), do jurisprudencialismo (Castanheira Neves) e do *law and literature movement* (White, Ost, Nussbaum).

7 MARCOS REGULATÓRIOS

DISPOSITIVOS LEGAIS	ÓRGÃO	CONTEÚDO DO DISPOSITIVO LEGAL
Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988	Presidência da República/ Casa Civil	Art. 5º - Garante o Direito à Educação e Direito ao Acesso à Justiça.
		Art. 133 - Afirma que o advogado é "indispensável à administração da justiça".
		Art. 205 - Garante a educação escolar como um direito de todos.
Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994	Legislação Federal – Congresso Nacional/ Presidência da República	Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil
Portaria nº 05/1995	OAB/Conselho Federal	Dispõe sobre os critérios e procedimentos para a manifestação da OAB nos pedidos de criação e reconhecimento de cursos jurídicos
Lei nº 9.394, 20/12/1996	Presidência da República/ Casa Civil	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Assegura ao ensino superior maior flexibilidade em relação à organização curricular dos cursos, na medida que os currículos mínimos foram extintos e a mencionada organização dos cursos de Graduação passou a ser pautada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).
Lei nº 9.795, de 27/04/1999	Presidência da República/ Casa Civil	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental
Lei nº 10.098, de 19/12/2000	Presidência da República/ Casa Civil	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Parecer nº 100/2002 aprovado em 13/03/2002	CNE/CES	Diretrizes gerais para todos os cursos de Graduação – dispõe sobre a carga horária dos cursos de graduação;
Lei nº 10.436, de 24/04/2002	Presidência da República/ Casa Civil	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Decreto nº 4.281, de 25/06/2002	Presidência da República/ Casa Civil	Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental
Lei nº 10.639, de 9/01/2003	Legislação Federal – Congresso Nacional/ Presidência da República	Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”
Parecer 67/2003 aprovado em 11/03/2003	CNE/CES	Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação;
Parecer nº 108/2003, aprovado em 07/05/2003	CNE/CES	Duração de Cursos Presenciais de Bacharelado;
Portaria nº 3.284, de 7/11/2003	Presidência da República/Casa Civil	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições
Parecer nº 55/2004, aprovado em 18/02/2004	CNE/CES	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Direito.
Parecer nº 003/2004 aprovado em 10/03/2004	CNE/CP	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
Lei nº 10.861, de 14/04/2004	Presidência da República/ Casa Civil	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências
Resolução nº 01, de 17/06/2004	CNE/ CP	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Parecer nº 211/2004, aprovado em 08/07/2004	CNE/CES	Reconsideração do Parecer CNE/CES 55/2004, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Direito
Resolução nº 9, de 29/09/2004	CNE/CES	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências graduação em Direito e dá outras providências

Lei nº 10.973, de 02/12/2004	Presidência da República/ Casa Civil	Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.
Decreto nº 5.296, de 02/12/2004	Presidência da República/Casa Civil	Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
Portaria nº 4.059, de 10/12/2004	MEC	Autoriza a inclusão de disciplinas não presenciais em cursos superiores reconhecidos
Resolução nº 02, de 04/04/2005	CNE	Modifica a Redação do parágrafo 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB n. 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.
Decreto 5.622, de 19/12/2005	Presidência da República/Casa Civil	Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Decreto nº 5.626, de 22/12/2005	Legislação Federal – Ministério da Educação	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Inclusão da Libras como Disciplina Curricular
Parecer nº 184/2006, aprovado em 07/07/2006	CNE/CP	Retificação do Parecer CNE/CES nº 329/2004, referente à carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial
Lei nº 11.331, de 25/07/2006	Presidência da República/ Casa Civil	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.
Parecer nº 261/2006, aprovado em 09/11/2006	CNE/CES	Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula
Parecer nº 08/2007, aprovado em 31/01/2007	CNE/CES	Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
Resolução nº 2, de 18/06/2007	CNE/CES	Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial
Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007	Gabinete do Ministro	Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação,

		avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.
Lei nº 11.645, de 10/03/2008	Congresso Nacional/ Presidência da República – Casa Civil	Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”
Decreto Legislativo nº 186, de 09/07/2008 Dou 10/07/2008	Senado Federal	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.
Parecer nº 236/2009, aprovado em 07/08/2009	CNE/CES	Consulta acerca do direito dos estudantes à informação sobre o plano de ensino e sobre a metodologia do processo de ensino-aprendizagem e os critérios de avaliação a que serão submetidos.
Decreto nº 6.949, de 25/08/2009	Presidência da República/Casa Civil	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007
Resolução nº 1, de 17/06/2010	CONAES	Normatiza o Núcleo Docente Estruturante
Decreto nº 7.234, de 19/07/2010	Presidência da República/Casa Civil	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.
Parecer nº 4, de 17/06/2010; homologado em 27/07/2010	CONAES	Sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE.
Resolução nº 3, de 14/10/2010	CNE/CES	Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de universidades do Sistema Federal de Ensino
Parecer nº 362/2011, de 01/11/2011	CNE/CES	Solicitação para que seja verificada a possibilidade de se aperfeiçoar a redação do art. 7º, § 1º, da Resolução CNE/CES nº 9/2004, que trata dos núcleos de prática jurídica.
Decreto nº 7.611, de 17/11/2011	Presidência da República/Casa Civil	Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado
Parecer nº 8/2012, aprovado em 06/03/2012	CNE	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

Resolução nº 1, de 30/05/2012	CNE/ CP	Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos
Decreto nº 7.746, de 05/06/2012	Presidência da República/Casa Civil	Regulamenta o art. 3o da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP
Resolução nº 2, de 15/06/2012	CNE/ CP	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
Instrução Normativa nº 10, de 12/11/2012	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.
Lei nº 12.764, de 27/12/2012	Presidência da República/Casa Civil	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
Parecer nº 150/2013, aprovado em 05/06/2013	CNE/CES	Revisão do Art. 7º da Resolução CNE/CES nº 9/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.
Lei nº 12.825, de 05/07/2013	Presidência da República/ Casa Civil	Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia - UFBA, e dá outras providências.
Portaria Normativa nº 24, de 25/11/2013	MEC/Gabinete do Ministro	Regulamenta o art. 2º do Decreto nº 8142, de 21 de novembro de 2013 e o art. 35 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com as alterações dadas pela redação do Decreto nº 8.142, de 2013.
Portaria nº 1.224, de 18/12/2013	MEC	Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino
Lei nº 12.764, de 27/12/2013	Presidência da República/Casa Civil	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Lei nº 13.005, de 25/06/2014	Presidência da República/Casa Civil	Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.
Resolução nº 001, de 14/07/2014	UFOB/ CONEPE	Dispõe sobre as orientações para elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFOB.
Resolução nº 002, de 14/07/2014	UFOB/ CONEPE	Regulamenta as normas complementares para o Programa ANDIFES de Mobilidade Acadêmica na UFOB
Resolução nº 004, de 18/08/2014	UFOB/ CONEPE	Regulamenta a organização do calendário acadêmico e o funcionamento dos turnos da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Resolução nº 005 de 22/09/2014	UFOB/ CONEPE	Dispõe sobre os Critérios para Constituição e Certificação de Grupos de Pesquisa sediados na UFOB.
Resolução nº 09 de 15/12/2014	UFOB/ CONEPE	Normatiza a Avaliação Curricular dos concluintes de graduação da UFOB.
Resolução nº 12, de 16/01/2015	MEC/SECADI	Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência das pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.
Resolução nº 02, de 04 de novembro de 2015	OAB/Conselho Federal	Aprova o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil
Resolução nº 003/2015, de 30/01/2015	UFOB/ CONEPE	Dispõe sobre a inserção de conteúdos relativos à responsabilidade ética e social, nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Resolução nº 004/2015, de 30/01/2015	UFOB/ CONEPE	Regulamenta os Componentes Curriculares do Núcleo Comum dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Resolução nº 006/2015 de 04/05/2015	UFOB/ CONEPE	Aprova o Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Oeste da Bahia
Lei nº 13.146, de 06/07/2015	Presidência da República/ Casa Civil	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
Lei nº13.168, de 06/11/2015	Presidência da República/ Casa Civil	Altera a redação do § 1º do Art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Resolução 002, de 19/11/2015	UFOB/ CONSUNI	Regulamenta a Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)
Resolução 003, de 19/11/2015	UFOB/ CONSUNI	Aprova a criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Resolução nº 009, de 23/11/2015	UFOB/ CONEPE	Estabelece o critério de inclusão regional, para estimular o acesso à UFOB dos estudantes que residem no seu entorno.

Resolução nº 008, de 30/11/2015	UFOB/ CONEPE	Aprova o Regulamento da Atividade Complementar Curricular (ACC) e a Integralização Curricular da Extensão no âmbito dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Resolução nº 010, de 10/12/2015	UFOB/ CONEPE	Regulamenta a Carga horária máxima dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016	Presidência da República/ Casa Civil	Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012 para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino
Resolução nº 001, de 16/06/2016	UFOB/ CONEPE	Regulamenta o trâmite de aprovação dos projetos Pedagógicos de Cursos de graduação criados no período de 2006 a 2013.
Resolução nº 002, de 26/08/2016	UFOB/ CONEPE	Regulamenta o Programa de monitoria de Ensino da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Resolução nº 003, de 30/09/2016	UFOB/ CONEPE	Altera os incisos II e II do Art. 2º da Resolução CONEPE nº. 004/2015.
Resolução nº 004, 23 de novembro de 2016	UFOB/CONEPE	Altera o critério de inclusão regional da Resolução CONEPE no 009/2015 e dá outras providências
Resolução nº 03, de 14/07/2017	CNE/CES	Altera o art. 7º da Resolução CNE/CES nº 09/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito
Resolução nº 003, de 06 de outubro de 2017	UFOB/CONEPE	Institui a Semana de Trabalho Pedagógico
Resolução nº 005, de 20 de outubro de 2017	UFOB/CONEPE	Regulamenta os Programas de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Universidade Federal do Oeste da Bahia
Resolução nº 007, de 17 de novembro de 2017	UFOB/CONEPE	Altera o critério de inclusão regional da Resolução CONEPE nº 009/2015 e Revoga a Resolução Conepe nº 004/2016
Resolução nº 010, de 21 de setembro de 2017	UFOB/CONSUNI	Institui o Programa de Recepção Docente no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia
Resolução nº 001, de 01 de março de 2018	UFOB/CONEPE	Institui a Política de Avaliação Interna de Curso de Graduação no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Resolução nº 002, de 03 de maio de 2018	UFOB/CONEPE	Dimensiona o quantitativo de estudantes por turma de componente curricular dos cursos da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Resolução nº 002, de 18 de maio de 2018	UFOB/CONSUNI	Retifica o quantitativo de vagas para o curso de Direito

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Eixo	Área do Conhecimento/Atividade	Carga Horária do Núcleo	% Carga Horária
Núcleo Comum integrado ao Núcleo Básico	Letras e Linguística	180h/a	4,02%
	Ciências Humanas	150h	
Formação Fundamental	Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia	420h/a 350h	9,37%
Formação Profissional	Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual e Pesquisa Jurídica	2.310h/a 1.925h	51,57%
Formação Prática	Oficinas Jurídicas	480h/a 400h	29,68%
	Estágio Supervisionado Obrigatório, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Curriculares Complementares	850h/a 708h	
Formação Complementar (Optativas)	Optativas I, II, III e IV	240h/a 200h	5,36%

Descrição dos Componentes Curriculares por Eixos, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito – Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004.

NÚCLEO COMUM INTEGRADO AO NÚCLEO BÁSICO		
Eixo	Componente Curricular	Carga Horária (h/a)
Letras e Linguística	Oficina de Leitura e Produção Textual	60
	Oficina de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	60
Ciências Humanas	Filosofia e História das Ciências	60

FORMAÇÃO FUNDAMENTAL		
Eixo	Componente Curricular	Carga Horária (h/a)
Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia	Construção do Pensamento Político	60
	Construção do Pensamento Jurídico	60
	Estudos Antropológicos e Jurídicos	60
	Estudos Econômicos	60
	Pensamento Sociológico e Jurídico	60
	História do Direito	60
	Direitos Humanos	60

FORMAÇÃO PROFISSIONAL		
Eixo	Componente Curricular	Carga Horária (h/a)
Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual e Pesquisa Jurídica	Teoria do Direito Penal	60
	Direito Constitucional I	60
	Teoria Geral do Direito Civil	60
	Estudo do Crime I	60
	Direito Constitucional II	60
	Teoria do Processo Civil	60
	Teoria do Processo Penal	60
	Negócio Jurídico e Direito das Obrigações	60
	Teoria da Pena e suas Aplicações	60
	Direito Processual Civil I	60
	Direito Processual Penal I	60
	Direito dos Contratos	60
	Estudo do Crime II	60
	Direito Internacional Público	60
	Direito Processual Civil II	60
	Direito Processual Penal II	60
	Direito das Coisas	60
	Filosofia do Direito	60
	Direito Processual Civil III	60
	Direito Processual Penal III	60
	Teoria do Direito Empresarial	60
	Direito Agrário e Função Social da Propriedade	60
	Direito do Trabalho I	60
	Direito das Famílias	60
	Direito das Sucessões	30
	Responsabilidade Civil	30
	Direito da Administração Pública	60
	Direito Societário	60
	Metodologia da Pesquisa Jurídica I	60
	Direito do Trabalho II	60
	Contratos Administrativos	60
	Direito das Relações de Consumo	60
Ética Geral e Jurídica	30	
Direito Financeiro	60	

	Metodologia da Pesquisa Jurídica II	60
	Direito Processual do Trabalho	60
	Direito Tributário I	60
	Psicologia Jurídica	30
	Direito Ambiental	60
	Hermenêutica Jurídica	30
	Direito Tributário II	60

FORMAÇÃO PRÁTICA		
Eixo	Componente Curricular	Carga Horária (h/a)
	Oficina de Expressão oral e textual	30
	Oficina de Legislação Comparada	30
	Oficina de Negociação e Mediação	30
	Oficina de Jurisprudência	30
	Oficina de Conciliação e Arbitragem	30
	Oficina Temática I	30
	Oficina Temática II	30
	Oficina de Assessoria e Consultoria Jurídica	30
	Oficina Temática III	30
	Oficina de Mediação Penal e Justiça Restaurativa	30
	Oficina de Estudos Previdenciários	30
	Oficina de Redação e Estratégia Legislativa	30
	Oficina de Jurimetria	30
	Oficina de Redação e Atuação Jurisdicional	30
	Oficina de Redação e Estratégia Contratual	30
Oficina de Artes e Direito	30	
Estágio Obrigatório, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Curriculares Complementares	Estágio Supervisionado I	80
	Estágio Supervisionado II	80
	Estágio Supervisionado III	80
	Estágio Supervisionado IV	80
	Estágio Supervisionado V	80
	Trabalho de Conclusão de Curso I	90
	Trabalho de Conclusão de Curso II	120

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	
Componente Curricular	Carga Horária (h/a)
Optativas I	60
Optativas II	60
Optativas III	60
Optativas IV	60

8.1 Representação Gráfica do Currículo do Curso



DIREITO -2017.1

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre	9º Semestre	10º Semestre
T P CHT	T P CHT	T P CHT	T P CHT	T P CHT	T P CHT	T P CHT	T P CHT	T P CHT	T P CHT
CHU5000 60 - 60 CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO	CHU5012 60 - 60 TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL	CHU5019 60 - 60 NEGÓCIO JURÍDICO E DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	CHU5025 60 - 60 DIREITO DOS CONTRATOS	CHU5043 60 - 60 DIREITOS DAS FAMÍLIAS	CHU 30 - 30 RESPONSABILIDADE CIVIL	CHU5040 60 - 60 TEORIA DO DIREITO EMPRESARIAL	CHU5048 60 - 60 DIREITO SOCIETÁRIO	CHU5057 60 - 60 DIREITO FINANCEIRO	CHU5064 60 - 60 DIREITO AMBIENTAL
CHU5001 60 - 60 CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO JURÍDICO	CHU5006 60 - 60 TEORIA DO DIREITO PENAL	CHU5020 60 - 60 TEORIA DA PENA E SUAS APLICAÇÕES	CHU5013 60 - 60 ESTUDO DO CRIME I	CHU 60 - 60 ESTUDO DO CRIME II	CHU 30 - 30 DIREITOS DAS SUCESSÕES	CHU5032 60 - 60 DIREITO DAS COISAS	CHU5049 30 30 60 METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA I	CHU5058 30 30 60 METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA II	OPT0005 60 - 60 OPTATIVA III
CHU0001 60 - 60 OFICINA DE LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	CHU5008 60 - 60 DIREITO CONSTITUCIONAL I	CHU5014 60 - 60 DIREITO CONSTITUCIONAL II	CHU0003 60 - 60 OFICINA DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS	CHU5027 60 - 60 DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	CHU5033 60 - 60 DIREITOS HUMANOS	CHU5042 60 - 60 DIREITO DO TRABALHO I	CHU5050 60 - 60 DIREITO DO TRABALHO II	CHU5059 60 - 60 DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	OPT0006 60 - 60 OPTATIVA IV
CHU0002 60 - 60 FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS	CHU5007 60 - 60 HISTÓRIA DO DIREITO	CHU5015 60 - 60 TEORIA DO PROCESSO CIVIL	CHU5021 60 - 60 DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	CHU5028 60 - 60 DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	CHU5035 60 - 60 DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	CHU5044 60 - 60 DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CHU5051 60 - 60 CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	CHU5060 60 - 60 DIREITO TRIBUTÁRIO I	CHU5066 60 - 60 DIREITO TRIBUTÁRIO II
CHU5002 60 - 60 ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS E JURÍDICOS	CHU5005 60 - 60 PENSAMENTO SOCIOLOGICO E JURÍDICO	CHU5016 60 - 60 TEORIA DO PROCESSO PENAL	CHU5022 60 - 60 DIREITO PROCESSUAL PENAL I	CHU5029 60 - 60 DIREITO PROCESSUAL PENAL II	CHU5036 60 - 60 DIREITO PROCESSUAL PENAL III	CHU5041 60 - 60 DIREITO AGRÁRIO E FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	CHU5061 30 - 30 PSICOLOGIA JURÍDICA	OPT0003 60 - 60 OPTATIVA I	CHU5052 30 - 30 DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO
CHU5003 60 - 60 ESTUDOS ECONÔMICOS	CHU5010 15 15 30 OFICINA DE LEGISLAÇÃO COMPARADA	CHU5017 - 30 30 OFICINA DE JURISPRUDÊNCIA	CHU5065 30 - 30 HERMENÊUTICA JURÍDICA	CHU5031 15 15 30 OFICINA DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA	CHU5034 60 - 60 FILOSOFIA DO DIREITO	CHU5054 - 30 30 OFICINA DE JURIMETRIA	CHU5053 60 - 60 ÉTICA GERAL E JURÍDICA	OPT0004 60 - 60 OPTATIVA II	CHU5024 15 15 30 OFICINA DE REDAÇÃO E ESTRATÉGIA CONTRATUAL
CHU5004 - 30 30 OFICINA DE EXPRESSÃO ORAL E TEXTUAL	CHU5011 - 30 30 OFICINA DE NEGOCIAÇÃO E MEDIAÇÃO	CHU5018 - 30 30 OFICINA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM	CHU5023 15 15 30 OFICINA TEMÁTICA I	CHU5030 15 15 30 OFICINA TEMÁTICA II	CHU5037 15 15 30 OFICINA TEMÁTICA III	CHU5046 15 15 30 OFICINA DE REDAÇÃO E ESTRATÉGIA LEGISLATIVA	CHU5045 15 15 30 OFICINA DE ESTUDOS PREVIDENCIÁRIOS	CHU5067 - 30 30 OFICINA DE ARTES E DIREITO	CHU5068 - 120 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
390	360	360	360	360	CHU5038 15 15 30 OFICINA DE MEDIAÇÃO PENAL E JUSTIÇA RESTAURATIVA	CHU5047 - 80 ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	CHU5055 - 30 30 OFICINA DE REDAÇÃO E ATUAÇÃO JURISDICCIONAL	CHU5063 90 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	CHU5069 80 ESTÁGIO SUPERVISIONADO V
					CHU5039 80 ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	440	CHU5056 80 ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	CHU5062 80 ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	500
					440		470	560	

NÚCLEO COMUM
FORMAÇÃO FUNDAMENTAL
FORMAÇÃO PROFISSIONAL
FORMAÇÃO PRÁTICA
OPTATIVAS
ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES – 200h

CARGA HORÁRIA TOTAL (50 min.) – 4.240 + ACC
CARGA HORÁRIA TOTAL (60 min.) – 3.733 horas

8.2 Detalhamento da Matriz Curricular

1º Semestre

Cód	Componente	CH	T	P	Pré-R	Módulo		Natur eza		
						T	P			
CHU5000	Construção do Pensamento Político	60	60			45		OB		
CHU5001	Construção do Pensamento Jurídico	60	60			45		OB		
CHU0001	Oficina de Leitura e Produção Textual	60	60			30		OB		
CHU0002	Filosofia e História das Ciências	60	60			45		OB		
CHU5002	Estudos Antropológicos e Jurídicos	60	60			45		OB		
CHU5003	Estudos Econômicos	60	60			45		OB		
CHU5004	Oficina de expressão oral e textual	30		30			20	OB		
Carga Horária Total do Semestre		390							390	

2º Semestre

Cód	Componente	CH	T	P	Pré-R	Módulo		Natur eza		
						T	P			
CHU5012	Teoria Geral do Direito Civil	60	60			45		OB		
CHU5006	Teoria do Direito Penal	60	60			45		OB		
CHU5008	Direito Constitucional I	60	60			45		OB		
CHU5007	História do Direito	60	60			45		OB		
CHU5005	Pensamento Sociológico e Jurídico	60	60			45		OB		
CHU5010	Oficina de Legislação Comparada	30	15	15		45	20	OB		
CHU5011	Oficina de Negociação e Mediação	30		30			20	OB		
Carga Horária Total do Semestre		360							360	

3º Semestre

Cód	Componente	CH	T	P	Pré-R	Módulo		Natur eza		
						T	P			
CHU5019	Negócio Jurídico e Direito das Obrigações	60	60			45		OB		
CHU5020	Teoria da Pena e suas Aplicações	60	60			45		OB		
CHU5014	Direito Constitucional II	60	60			45		OB		
CHU5015	Teoria do Processo Civil	60	60			45		OB		
CHU5016	Teoria do Processo Penal	60	60			45		OB		
CHU5017	Oficina de Jurisprudência	30		30			20	OB		
CHU5018	Oficina de Conciliação e Arbitragem	30		30			20	OB		
Carga Horária Total do Semestre		360							360	

4º Semestre

Cód	Componente	CH	T	P	Pré-R	Módulo		Natur eza	
						T	P		
CHU5025	Direito dos Contratos	60	60			45		OB	
CHU5013	Estudo do Crime I	60	60			45		OB	
CHU0003	Oficina de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	60	60			30		OB	
CHU5021	Direito Processual Civil I	60	60			45		OB	
CHU5022	Direito Processual Penal I	60	60			45		OB	
CHU5065	Hermenêutica Jurídica	30	30			45		OB	
CHU5023	Oficina Temática I	30	15	15		45	20	OB	
Carga Horária Total do Semestre		360						360	

5º Semestre

Cód	Componente	CH	T	P	Pré-R	Módulo		Natur eza	
						T	P		
CHU5043	Direito das Famílias	60	60			45		OB	
	Estudo do Crime II	60	60			45		OB	
CHU5027	Direito Internacional Público	60	60			45		OB	
CHU5028	Direito Processual Civil II	60	60			45		OB	
CHU5029	Direito Processual Penal II	60	60			45		OB	
CHU5031	Oficina de Assessoria e Consultoria Jurídica	30	15	15		45	20	OB	
CHU5030	Oficina Temática II	30	15	15		45	20	OB	
Carga Horária Total do Semestre		360						360	

6º Semestre

Cód	Componente	CH	T	P	Pré-R	Módulo		Natur eza	
						T	P		
	Responsabilidade Civil	30	30			45		OB	
	Direito das Sucessões	30	30			45		OB	
CHU5033	Direitos Humanos	60	60			45		OB	
CHU5035	Direito Processual Civil III	60	60			45		OB	
CHU5036	Direito Processual Penal III	60	60			45		OB	
CHU5034	Filosofia do Direito	60	60			45		OB	
CHU5037	Oficina Temática III	30	15	15		45	20	OB	
CHU5038	Oficina de Mediação Penal e Justiça Restaurativa	30	15	15		45	20	OB	
CHU5039	Estágio Supervisionado I	80					10	OB	
Carga Horária Total do Semestre		440						440	

7º Semestre

Cód	Componente	CH	T	P	Pré-R	Módulo		Natur eza	
						T	P		
CHU5040	Teoria do Direito Empresarial	60	60			45		OB	
CHU5032	Direito das Coisas	60	60			45		OB	
CHU5042	Direito do Trabalho I	60	60			45		OB	
CHU5044	Direito da Administração Pública	60	60			45		OB	
CHU5041	Direito Agrário e Função Social da Propriedade	60	60			45		OB	
CHU5054	Oficina de Jurimetria	30		30			20	OB	
CHU5046	Oficina de Redação e Estratégia Legislativa	30	15	15		45	20	OB	
CHU5047	Estágio Supervisionado II	80					10	OB	
Carga Horária Total do Semestre		440						440	

8º Semestre

Cód	Componente	CH	T	P	Pré-R	Módulo		Natur eza	
						T	P		
CHU5048	Direito Societário	60	60			45		OB	
CHU5049	Metodologia da Pesquisa Jurídica I	60	30	30		45	20	OB	
CHU5050	Direito do Trabalho II	60	60			45		OB	
CHU5051	Contratos Administrativos	60	60			45		OB	
CHU5061	Psicologia Jurídica	30	30			45		OB	
CHU5053	Ética Geral e Jurídica	60	60			45		OB	
CHU5045	Oficina de Estudos Previdenciários	30	15	15		45	20	OB	
CHU5055	Oficina de Redação e Atuação Jurisdicional	30		30			20	OB	
CHU5056	Estágio Supervisionado III	80					10	OB	
Carga Horária Total do Semestre		470						470	

9º Semestre

Cód	Componente	CH	T	P	Pré-R	Módulo		Natur eza	
						T	P		
CHU5057	Direito Financeiro	60	60			45		OB	
CHU5058	Metodologia da Pesquisa Jurídica II	60	30	30		45	20	OB	
CHU5059	Direito Processual do Trabalho	60	60			45		OB	
CHU5060	Direito Tributário I	60	60			45		OB	
OPT0003	Optativa I	60	60			45		OP	
OPT0004	Optativa II	60	60			45		OP	
CHU5067	Oficina de Artes e Direito	30		30		45	20	OB	
CHU5063	Trabalho de Conclusão de Curso I	90						OB	
CHU5062	Estágio Supervisionado IV	80					10	OB	
Carga Horária Total do Semestre		560						560	

10º Semestre

Cód	Componente	CH	T	P	Pré-R	Módulo		Natur eza	
						T	P		
CHU5064	Direito Ambiental	60	60			45		OB	
OPT0005	Optativa III	60	60			45		OP	
OPT0006	Optativa IV	60	60			45		OP	
CHU5066	Direito Tributário II	60	60			45		OP	
CHU5052	Direito das Relações de Consumo	30	30			45		OB	
CHU5024	Oficina de Redação e Estratégia Contratual	30	15	15		45	20	OB	
CHU5068	Trabalho de Conclusão de Curso II	120						OB	
CHU5069	Estágio Supervisionado V	80					10	OB	
Carga Horária Total do Semestre		500							500

Carga Horária Total do Curso (50min)	4240
---	-------------

Integralização Curricular			
COMPONENTES CURRICULARES	Carga horária		Carga Horária Total do Curso (CH 60 min)
	50min	60min	
Componentes Curriculares Obrigatórios	3.390	2.825	3.733
Componentes Curriculares Optativos	240	200	
Trabalho de Conclusão de Curso	210	175	
Estágio Supervisionado	400	333	
Atividades Curriculares Complementares	-	200	

Os Componentes Curriculares Optativos do curso de Direito da UFOB:

Componentes Curriculares Optativos						
Componente Curricular	Carga Horária	T	P	Módulo		Pré-requisito
				T	P	
Associativismo e Cooperativismo	60 h/a	60h/a	-	40	-	-
Conflitos Internacionais	60 h/a	60h/a	-	40	-	-
Direito das Águas	60 h/a	60h/a	-	40	-	-
Direito e Arte	60 h/a	60h/a	-	40	-	-
Direito e Comunicação	60 h/a	60h/a	-	40	-	-
Direito e Literatura	60 h/a	60h/a	-	40	-	-

Direitos Autorais	60 h/a	60h/a	-	40	-	-
Estatística I	60 h/a	60h/a	-	40	-	-
Estudos das Relações Étnico-Raciais	60 h/a	60h/a	-	40	-	-
Geografia Econômica e Política I	60 h/a	45h/a	15h/a	40	20	-
História das Relações Internacionais Contemporâneas	60 h/a	60h/a	-	40	-	-
Licenciamento Ambiental	60 h/a	45h/a	15h/a	40	20	-
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60 h/a	30h/a	30h/a	40	20	-
Perspectivas Interdisciplinares Entre Direito e História	60 h/a	60h/a	-	40	-	-
Política de Desenvolvimento Territorial Urbano	60 h/a	30h/a	30h/a	40	20	-
Política e Gestão Ambiental	60 h/a	60h/a	-	40	-	-
Reflexões Histórico-Jurídicas	60 h/a	60h/a	-	40	-	-
Regime Jurídico de Incentivo à Produção Cultural	60 h/a	60h/a	-	40	-	-
Tópicos Especiais de Direito	60 h/a	30h/a	30h/a	40	20	-
Tópicos Especiais de Geografia da América Latina	60 h/a	45h/a	15h/a	40	20	-
Direitos Fundamentais	60 h/a	-	-	40	-	-
Direito Processual Constitucional	60 h/a	-	-	40	-	-
Direito Constitucional Eleitoral	60h/a	-	-	40	-	-
Globalização, Neoliberalismo e Direitos Sociais	60h/a	-	-	40	-	-
Movimentos Sociais e Direitos Sociais	60h/a	-	-	40	-	-
Legislação Penal Extravagante	60h/a	-	-	40	-	-
Criminalidade Econômica	60h/a	-	-	40	-	-
Direito Socioambiental	60h/a	-	-	40	-	-
Análise Econômica do Direito	60h/a	-	-	40	-	-
Metodologia do Ensino Jurídico Participativo	60h/a	-	-	40	-	-
Direito Internacional Penal	60h/a	-	-	40	-	-
Bioética e Biodireito	60h/a	-	-	40	-	-

8.3 Ementário e Bibliografia (APÊNDICE A)

8.4 Estágio Supervisionado

Estágio é ato educativo escolar supervisionado que visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho, nos termos do art. 1º da Lei nº 11.788/08.

No Curso de Graduação em Direito, o Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, conforme dispõe o art. 7º da Resolução CNE/CES Nº 9/2004.

As atividades de Estágio Supervisionado constituem ações que devem ser desenvolvidas próximas às etapas finais de formação, a partir da metade do curso. Neste momento, os acadêmicos terão condições de correlacionar aspectos teóricos anteriormente estudados ao exercício profissional por meio de atividades diversificadas, estabelecidas em função da natureza e dos objetivos do projeto pedagógico do curso.

As características dos Estágios Supervisionados devem assegurar o cumprimento da carga horária total de estágio, em conformidade com a matriz curricular e o projeto pedagógico do curso, sendo planejadas para alcançar os seguintes objetivos:

a) Assegurar a interação teoria-prática, contemplando as especificidades do Curso de Graduação em Direito, em conformidade com o projeto pedagógico e a legislação;

b) Contribuir para o desenvolvimento das habilidades e das competências relacionadas ao exercício das atividades profissionais do graduando, por meio da efetiva aplicação de conhecimentos teórico-práticos em situações reais.

A estrutura organizacional do Estágio Supervisionado é assim definida:

- Um Coordenador Geral do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ): membro do corpo docente efetivo do curso de Direito, responsável pela estrutura administrativa referente aos estágios, à avaliação e ao monitoramento dos processos e cumprimento das normas previstas no Regulamento de Estágio Supervisionado;

- Professores orientadores de estágio: membros do corpo docente efetivo do curso de Direito, com inscrição de registro profissional regular na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que atuam de forma articulada e se envolvem diretamente na orientação de conteúdo e supervisão dos estudantes;

- Estagiários: estudantes do curso de Direito da UFOB, que exercem atividades relacionadas à prática jurídica, supervisionados por professores orientadores de estágio.

Em conformidade com a Resolução CNE/CES Nº 9, de 29 de setembro de 2004 está previsto na matriz curricular do Curso de Graduação em Direito o Estágio Supervisionado, vinculado à matrícula nos componentes curriculares de caráter obrigatório Estágio

Supervisionado I, II, III, IV e V. O Estágio Supervisionado Obrigatório deverá ter carga horária de 333 horas (60 minutos) ou 400 horas/aula (50 minutos) e poderá ser realizado:

- I. no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da UFOB, órgão de ensino do Curso de Graduação em Direito da UFOB;
- II. nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais Departamentos Jurídicos Oficiais;
- III. nos escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas.

O NPJ é o órgão de ensino onde os estudantes têm a oportunidade de aprender o exercício da profissão, com atendimento à comunidade, sendo orientados pelo corpo docente responsável, na elaboração e acompanhamento de peças processuais, além de outras atividades desenvolvidas ao longo do Eixo de Formação Prática do curso. Presta atendimento e orientação jurídica gratuitos, podendo intentar ações judiciais sem que caibam quaisquer ônus aos assistidos, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 09/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, com a Lei nº 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, e com a Resolução nº 02/2015, que aprova o Código de Ética e Disciplina da OAB.

Para fins de avaliação, o estágio é definido como o desenvolvimento de atividades programadas, orientadas e avaliadas que proporcionam ao estudante a aprendizagem social, profissional e cultural, através da sua participação em atividades de trabalho que estejam diretamente relacionadas à formação e atuação do Bacharel em Direito. Prospecta-se que todas as atividades de estágio se apresentam como etapas essenciais da formação profissional, pois permitem a aplicação e a reelaboração dos conhecimentos construídos nos ambientes de ensino, ao longo do curso.

Destaca-se que as atividades do Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Direito serão preponderantemente práticas, proporcionando ao acadêmico a participação em situações reais e/ou simuladas, com harmônica integração do ensino, pesquisa e extensão.

No Curso de Graduação em Direito, as atividades do Estágio Supervisionado serão desenvolvidas em componentes curriculares específicos, a saber:

- I. Estágio Supervisionado I – 6º período, com 80 (oitenta) horas-aula;
- II. Estágio Supervisionado II – 7º período, com 80 (oitenta) horas-aula;

III. Estágio Supervisionado III – 8º período, com 80 (oitenta) horas-aula;

IV. Estágio Supervisionado IV – 9º período, com 80 (oitenta) horas-aula;

V. Estágio Supervisionado V– 10º período, com 80 (oitenta) horas-aula;

As atividades das disciplinas Estágio Supervisionado I, II, III, IV e V – referentes ao 6º, 7º, 8º, 9º e 10º períodos do curso serão organizadas por módulos, a saber:

I. Estágio de Supervisionado I: Módulo Penal;

II. Estágio Supervisionado II: Módulo Civil e Relações de Consumo;

III. Estágio de Supervisionado III: Módulo Trabalho e Seguridade Social;

IV. Estágio Supervisionado IV: Módulo Direito Constitucional, Direito Agrário e Direito Ambiental;

V. Estágio Supervisionado V: Módulo Direito Tributário e Direito Administrativo.

Em cada módulo, a organização das turmas deverá se constituir de, no máximo, 10 (dez) acadêmicos por grupo. As atividades a serem desenvolvidas estarão disciplinadas nos Programas de Componente Curricular e Planos de Ensino, e serão acompanhadas pelos Professores Orientadores de Estágio.

Semestralmente, será elaborado um calendário pelos Professores Orientadores de Estágio Supervisionado, que permitirá ao acadêmico o cumprimento sistemático e conjugado das atividades dos componentes curriculares.

O acadêmico devidamente matriculado em componentes curriculares do Estágio Supervisionado deverá realizar atividades nas dependências do NPJ. Havendo atividades externas, estas deverão ser aprovadas pelo Coordenador do NPJ e acompanhadas pelo professor responsável pelo Módulo correspondente.

A carga horária do Estágio Supervisionado deverá ser cumprida integralmente. Havendo faltas, deverá ser respeitado o limite máximo permitido de 25% (vinte e cinco por cento), devidamente justificadas por meio de Processo de Justificativa de Faltas, obrigando à reposição das atividades. Não poderá incidir, em cada Módulo da Disciplina, mais de 1/3 (um terço) do percentual de faltas permitidas, sob pena de reprovação. Tendo sido deferido o processo de justificativa de falta, o acadêmico deverá procurar a Secretaria do NPJ da UFOB

para receber a autorização para reposição da atividade. As faltas não justificadas impedirão a reposição de aulas e a realização de avaliações ocorridas.

8.4.1. Avaliação do Estágio

A avaliação dos componentes curriculares de Estágio Supervisionado será contínua e decorrente da apreciação de atividades, tais como:

- I. confecção de peças jurídicas (judiciais e extrajudiciais);
- II. atividades simuladas;
- III. análise de autos findos e procedimentos reais;
- IV. atendimento jurídico de assistidos no NPJ e acompanhamento das atividades daí decorrentes;
- V. relatório de atividades;
- VI. avaliação interdisciplinar a critério do Colegiado do Curso.

8.4.2. Estrutura do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)

O NPJ oferece ambientes para o exercício de atividades que compõem o Eixo de Formação Prática do curso, com instalações dotadas de salas de coordenação, recepção e secretaria, orientações e estudos, atendimento individual, laboratórios de simulação de audiências, mediações, conciliações e tribunais do júri.

O NPJ apresenta a seguinte estrutura organizacional:

- I.** Coordenador Geral do Núcleo de Práticas Jurídicas;
- II.** Professores-Orientadores de Estágio Supervisionado;
- III.** Assistentes Administrativos;
- IV.** Secretaria Executiva;
- V.** Assistente Social;
- VI.** Estagiários.

A Coordenação Geral do NPJ é responsável pela execução das atividades realizadas junto ao núcleo, que atendam Eixo de Formação Prática, objetivando a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com as Oficinas de Práticas Jurídicas e Estágio Curricular Supervisionado. Será exercida, obrigatoriamente, por um professor integrante do corpo docente da instituição, sendo indicado e aprovado pelo Colegiado do Bacharelado em Direito para a execução das funções pertinentes ao cargo.

Cumprido ao Coordenador Geral do NPJ supervisionar e fazer cumprir todas as atividades desenvolvidas no âmbito do núcleo. Zelar pelo fiel cumprimento do exercício das atividades que compõem o Eixo de Formação Prática do curso, devendo, ao início de cada semestre letivo, publicar cronograma detalhado de atividades, contatos com órgãos externos e internos com o fito de promover a prática do ensino do Direito.

Os Professores orientadores de estágio são membros do corpo docente efetivo do curso de Bacharelado em Direito, com inscrição de registro profissional regular na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, que atuam de forma articulada e se envolvem diretamente na orientação de conteúdo e supervisão dos estudantes, aos quais compete, dentre outros, fornecer aos estagiários a assistência didática, pedagógica ou metodológica necessária, bem como, orientar os estagiários para que seu desempenho observe os valores éticos e morais que fundamentam a filosofia da Universidade Federal do Oeste da Bahia e do Curso de Bacharelado em Direito, observando a Lei nº 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da OAB, e com a Resolução nº 02/2015, que aprova o Código de Ética e Disciplina da OAB. Sobretudo realizar atividades inerentes às funções docentes previstas no Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste da Bahia;

A assistência social junto ao NPJ é exercida por profissional formado em Assistente Social, possuidor de diploma em Curso de Graduação em Serviço Social, reconhecido nos termos da Lei nº 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências já com a alteração trazida pela Lei nº 12.317/2010.

Atendendo a demanda social nas questões sócio jurídicas, através de trabalhos de orientação, mediação, prevenção e encaminhamento, cabendo ao Assistente Social realizar uma escuta qualificada da situação dos assistidos pelo NPJ, para isso o profissional se utiliza dos

instrumentos normativos que subsidiam a intervenção profissional, especialmente o disposto na Lei 8662/93, que institui o Código de Ética Profissional do Assistente Social e dá outras providências já com as alterações introduzidas pelas Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social nºs 290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011.

Ao estagiário compete ser assíduo e pontual às atividades do Estágio Supervisionado; observar os valores éticos e morais que fundamentam a filosofia da Universidade Federal do Oeste da Bahia e do Curso de Bacharelado em Direito, observando a Lei nº 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da OAB, e com a Resolução nº 02/2015, que aprova o Código de Ética e Disciplina da OAB; e sobretudo, cumprir as atividades de estágio, respeitando o cronograma estipulado pelo NPJ da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

8.4.3 Estágio não obrigatório

O estágio não obrigatório pode ser realizado nos mais diversos órgãos, tais como:

- Ministério Público Estadual;
- Tribunal de Justiça do Estado;
- Defensoria Pública do Estado;
- Ministério Público Federal;
- Procuradoria Geral do Estado;
- Procuradoria Geral da União;
- Justiça Federal;
- Instituições Financeiras; e
- Escritórios de Advocacia devidamente conveniados.

8.5 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) conta um total de 175 horas (210 horas/aula) e será requisito para a obtenção do Diploma no Curso de Graduação em Direito. O TCC será considerado como uma estratégia de ensino eficaz para que o estudante adquira conhecimentos

e desenvolva as competências e habilidades construídas ao longo da formação; além disso será essencial como atividade de síntese e de integração de conhecimentos.

O TCC tem como característica o trabalho individual do estudante e deverá ser realizado de acordo com as normas e exigências metodológicas e acadêmico-científicas e constituir-se-á em uma pesquisa orientada, relatada sob a forma dissertativa, em área de conhecimento específico do curso sob a orientação de um professor e avaliado por uma banca examinadora.

O TCC está organizado em dois componentes curriculares: TCC I – 9º Período (90 horas/aula) e TCC II – 10º Período (120 horas/aula). A operacionalização e coordenação do TCC será realizada pelo responsável pelo componente curricular.

O TCC será desenvolvido sob a orientação de professores da instituição, do Curso de Graduação em Direito, resguardando-se a especificidade da área temática a ser pesquisada, em uma das linhas correlatas às ênfases curriculares a serem definidas pelo Colegiado do Curso, com o objetivo de avaliar a capacidade escrita e oral do estudante referente ao raciocínio lógico-jurídico; elaboração de projeto e desenvolvimento de pesquisa; domínio da língua portuguesa e da linguagem jurídica; interpretação e argumentação jurídica; potencial crítico e utilização das normas metodológicas.

O estudante deverá apresentar o TCC em sessão pública presidida pelo professor orientador e composta por banca de defesa do TCC, contendo além do presidente da banca, por mais dois professores do Curso de Graduação em Direito.

As normas atinentes à avaliação, direitos, deveres e outras estão regulamentadas de forma específica em documento anexo, denominado Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso.

8.6 Atividades Curriculares Complementares

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, “as atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de

habilidades, conhecimento e competência do estudante, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo-se a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade”.

Previstas na matriz curricular do Curso de Graduação em Direito, as 200 horas (60 minutos) de Atividades Complementares Curriculares (ACC) a serem cumpridas ao longo do curso, são consideradas pela UFOB como ações de natureza acadêmica, científica, técnica, socioambiental e artístico-cultural as quais, pela autonomia atribuída ao estudante na escolha das atividades a realizar, deverão favorecer o enriquecimento curricular do estudante, diversificar e ampliar a sua formação integral.

São diretrizes das ACC:

I. Ampliação de conhecimentos científicos, técnicos, socioambientais e artístico-culturais por meio da diversificação, enriquecimento e flexibilização dos currículos dos Cursos de Graduação.

II. Fortalecimento da articulação entre teoria e prática, valorizando o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas para o ensino, a pesquisa e a extensão.

III. Promoção da interdisciplinaridade na formação acadêmica e do envolvimento em práticas extracurriculares, com estímulo à participação em ações realizadas em outros Cursos, instituições e em meio à comunidade.

IV. Incentivo à formação continuada do egresso.

As Atividades Curriculares Complementares serão desenvolvidas obedecendo-se a Resolução Conepe nº. 008/2015 e têm como objetivos o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, a complementação da formação e a ampliação dos horizontes de experiências de aprendizagem realizadas pelos estudantes, fora do ambiente da sala de aula. As ACC estimulam ainda o protagonismo e a iniciativa do estudante e favorecem a flexibilização e o enriquecimento das oportunidades de experiências educativas.

As Atividades Curriculares Complementares constituem-se da composição de cinco grupos: Atividades de Ensino, Atividades de Pesquisa, Atividades de Extensão, Atividades de Representação Estudantil e Atividades de Iniciação ao Trabalho. A composição de suas modalidades está descrita no Regulamento das Atividades Complementares Curriculares e

Integralização Curricular da Extensão. Elas serão pontuadas conforme Barema específico do Centro das Humanidades, abaixo representado.

9 MARCOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Organização Curricular

O Projeto Pedagógico do Curso objetiva a formação de um profissional de Direito atento às necessidades de nossa época, um agente transformador da sociedade e ativo no processo democrático e social do país, superando um modelo tradicional e fragmentado de formação. Com uma proposta pedagógica amparada em uma abordagem crítica dos conteúdos, os processos formativos possibilitarão o envolvimento dos estudantes de Direito no estudo crítico do conhecimento existente.

Em vista disto, se propõe um curso estruturado de acordo com os anseios de nosso tempo, tendo 3.733 horas, a serem integralizados em 10 semestres (5 anos). Sua concepção está baseada na formação humanística e profissional, considerando, sobretudo, os princípios da interdisciplinaridade, flexibilização e integração teoria e prática, para a abordagem de conteúdos de formação geral e específica coerentes, organizados em eixos.

A interdisciplinaridade no currículo dos cursos de graduação da UFOB não significa o rompimento com a organização componente curricular dos conhecimentos, mas como método e atitude de possibilitar a comunicação entre cientistas, professores e estudantes a partir de diferentes conteúdos e modos de abordagem na apropriação, compreensão e difusão do conhecimento.

A UFOB assume a interdisciplinaridade como atitude e método. Essa concepção elege essas duas dimensões como eixos de abordagem da organização do trabalho científico e pedagógico, que por meio das experiências formativas proporcionadas pelas especificidades das áreas de conhecimento, dão sentido e significado as relações estabelecidas na dinâmica de ensinar e aprender.

No campo do currículo dos cursos de graduação, a flexibilização tem a função de provocar mudanças estruturais no projeto pedagógico, modificando percursos formativos, sobretudo, em dois sentidos: o da organização didático-pedagógica e o da movimentação da trajetória formativa dos estudantes.

Apropriando-nos de Gesser e Ranghetti (2011, p.10):

A flexibilidade faz-se necessária na organização dos currículos para acolher os seguintes aspectos: novas demandas da sociedade, novas demandas do processo de conhecimento e demandas por uma formação crítica e cidadã de profissionais.

Esse trabalho inibe o engessamento e a conformação técnica de conteúdos e práticas curriculares, peculiares de uma orientação fundamentada na racionalidade instrumental, superadas pela afinação dinâmica e flexível, articuladas com os conhecimentos clássicos e emergentes em cada área de conhecimento e seus conjuntos de cursos.

O ensino na graduação da UFOB é compreendido como processo de trabalho acadêmico-científico e histórico, artístico e cultural resultante da produção da unidade teoria-e-prática, situação em que o profissional cria experiências de aprendizagem em um contexto real, estabelecendo e (re) significando relações pedagógicas em diferentes dimensões e possibilidades de formação.

A teoria e a prática se constituem em unidade de um processo de compreensão da realidade que se faz no permanente movimento histórico e político de composição das práticas de ensino, pesquisa e extensão. É um devenir histórico, produzido por múltiplas determinações (GRAMSCI, 1995). Logo, é práxis, atividade humana, consciente e situada política e socialmente (VÁSQUEZ, 2007).

A metodologia do ensino superior, aqui preconizada, parte da análise do processo de ensino e aprendizagem e sua relação com o contexto global do fenômeno educativo, bem como procura configurar o ensino e a aprendizagem como uma dinâmica interativa, destacando-se o papel do professor e do estudante.

Os conteúdos de ensino são organizados de acordo com uma visão eminentemente processual, e o desenvolvimento curricular como um campo de intervenção e interação entre professor, estudante e conhecimento. Essa abordagem está relacionada, mais especificamente, com a seleção de conteúdos, sua estruturação e sequenciação, o planejamento e a avaliação das atividades.

Desta maneira, o Projeto Pedagógico do Curso do curso em Direito prevê que os planos de ensino dos componentes curriculares e a processos de ensino e aprendizagem deverá levar em consideração:

- A concepção de que o conhecimento se elabora coletivamente e que o aprendizado mobiliza afetos, emoções e relações com os pares, além das cognições e habilidades intelectuais;
- A cultura de gestão participativa nos processos de ensino e aprendizagem;
- A prioridade do espírito crítico, relativamente a construção de conhecimento;

- O desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação;
- A preponderância do desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender, em ambiente cooperativo;
- O desenvolvimento de competências pessoais, produtivas, sociais e cognitivas;
- Procedimentos, métodos e técnicas que privilegiem processos inter e transdisciplinaridade, em situações contextualizadas;
- Superação de situações didáticas repetitivas.

Este Curso de Graduação em Direito, em consonância com a Resolução CNE/CES nº09 de 29/09/2004, estrutura-se em três grandes Eixos de Formação: Formação Fundamental, Formação Profissional e de Formação Prática.

Núcleo Comum integrado ao Núcleo Básico – com 180 h/a, integrado pelos componentes curriculares de Oficina de Leitura e Produção textual, Oficina de Leitura e Produção de textos Acadêmico e Filosofia e História das Ciências, atendendo a Resolução CONEPE nº 004/2015. Tem o objetivo de uma formação que possibilite ao estudante, na articulação com os demais núcleos, a ampliação das condições para o desenvolvimento de sua autonomia intelectual, com atitude crítico-reflexiva pela educação científica, política, cultural, ética e estética, bem como a apropriação de instrumentos técnicos-científicos e tecnológicos de comunicação com o mundo.

Eixo de Formação Fundamental: com 420h/a, tem como objetivo oferecer ao estudante oportunidades para que amplie sua visão de mundo e de sociedade, pela aquisição de competências introdutórias profissionais, de comunicação e de raciocínio necessárias à formação do profissional cidadão, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do conhecimento, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia,

Para atingir esse propósito, são definidas, implementadas e exigidas as seguintes competências e habilidades:

- Análise, contextualização, diagnóstico e apresentação de soluções para situações previstas e imprevistas, rotineiras e inusitadas, avaliando os impactos decorrentes;
- Domínio da comunicação em língua nacional e das ferramentas facilitadoras e modernizadoras do acesso ao conhecimento para o desempenho das atividades profissionais;

- Percepção da aprendizagem como um processo autônomo e contínuo, com vistas ao aprimoramento constante do conhecimento e sua aplicação;

- Atuação integrada, participativa e cooperativa em equipes intercomponente curriculares;

- Compreensão do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações difusas e coletivas, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

- Conhecimento da realidade regional, nacional e internacional, para a formação de uma nova consciência, afinada com a sociedade em uma perspectiva global;

- Conduta pautada pela ética e pela preocupação com as questões e responsabilidades sociais.

Eixo de Formação Profissional: com 2.310h/a abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o Projeto Pedagógico do Curso, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual.

Este eixo tem como objetivos trabalhar conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e atitudes específicas, definidas no perfil acadêmico profissional do egresso. Este eixo está estruturado por componentes curriculares profissionais específicas das respectivas áreas, que se desenvolvem ao longo da estrutura curricular.

Eixo de Formação Prática: com 1.330h/a, objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com as Oficinas Jurídicas, o Estágio Obrigatório, o Trabalho de Conclusão de Curso e as Atividades Curriculares Complementares, como formação complementar.

Componentes Curriculares Optativos: vão compor os três eixos acima mencionados, como formação complementar possuindo 240h/a.

Processos de ensino e aprendizagem

Os desafios colocados pela sociedade e tecnologias inovadoras nos fazem pensar nos riscos e benefícios gerados pela tomada de consciência crítica que emergem da realidade. A educação precisa estar sensível a estas tendências, pois o ser humano como profissional do Direito, que vai atuar na complexidade das questões sociais precisa ser motivado para o exercício da ética e à adoção de valores universais.

Nessa perspectiva, a responsabilidade conjunta, docente e estudante, optam por paradigmas educacionais que enfatizem os processos de apropriação do conhecimento para se fazer boas perguntas, manterem-se aberto aos novos conceitos e avaliá-los, desenvolvendo competências e habilidades que permitam transformar informações em conhecimentos por meio de relações solidárias. Entendemos que construída a relação entre os que ensinam e os que aprendem encoraja a dúvida metódica, a necessidade de construção da autonomia e a criatividade na busca de soluções para problemas identificados.

Torna-se, assim, indispensável a utilização de processos de ensino e aprendizagem que valorizem os processos constituídos nessa relação, que possibilitem a democratização do conhecimento, visando o enfrentamento da extraordinária difusão de informações e produção de conhecimentos atuais.

O conhecimento científico deve ser compreendido a partir de um esforço coletivo que envolve espírito crítico, desapego dos interesses pessoais e das vaidades humanas. O compromisso da ciência é com a ampliação das fronteiras do conhecimento e com a crescente compreensão de sua complexidade. Mesmo não fornecendo, de imediato, resposta para todas as questões suscitadas, oferecerá autonomia aos indivíduos para que, como sujeitos livres, possam, na busca dos saberes, respeitar a vida e lutar por sua preservação.

Nesse contexto, o ensino é uma prática que deve mobilizar o estudante e o professor para um processo de reflexão de si e da realidade em que vivem, tornando-se uma relação de troca com os próprios conceitos já elaborados por meio da leitura, dos diálogos, das discussões grupais, da investigação sistemática e do questionamento constante, ou seja, da pesquisa em todas as suas formas.

Mobilizar-se implica pôr-se em movimento, portanto, aprender é um processo dinâmico, interativo é um processo de vida. Haja vista que o processo de aprender envolve um saber fazer. Percebe-se, também aqui, que o verbo aprender não é passivo e envolve o homem com a sua complexidade, na coletividade complexa. E a razão do processo ensino e aprendizagem é o conhecimento; quer na sua forma já elaborada, quer esteja em devir.

Integração entre Teoria e Prática

A estrutura curricular delineada para o Curso de Graduação em Direito permite a integração entre teoria e prática, de forma que o estudante reconheça a importância dos conhecimentos teóricos e perceba a sua aplicação prática. Para tanto, deve-se ultrapassar a visão reducionista a partir da qual os conteúdos não se comunicam e se mostram desconectados da realidade.

A proposta pedagógica do Curso de Graduação em Direito busca o equilíbrio entre os eixos de Formação Fundamental, Profissional e Prática, tornando mínima a distância entre o aprendizado teórico e a adoção, na prática, dos conhecimentos adquiridos.

No desenvolvimento dos componentes curriculares serão utilizadas metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática. Entre elas, podem ser destacadas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos estudantes da componente curricular), ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins e etc.). Contemplando as atividades práticas de acordo com a natureza descrita no quadro abaixo.

Laboratório de ensino	Componente Curricular	Carga Horária		Semestre	Natureza Obrigatória ou Optativa
		Teórica	Prática		
Laboratório de Práticas Jurídicas Simuladas	Oficina de Expressão Oral e Textual		30	1º	OB
	Oficina de Legislação Comparada	15	15	2º	OB
	Oficina de Negociação e Mediação		30	2º	OB
	Oficina de Jurisprudência		30	3º	OB
	Oficina de Conciliação e Arbitragem		30	3º	OB
	Oficina Temática - I	15	15	4º	OB
	Oficina Temática - II	15	15	5º	OB
	Oficina de Assessoria e Consultoria Jurídica	15	15	5º	OB
	Oficina Temática - III	15	15	6º	OB
	Oficina de mediação penal e justiça restaurativa	15	15	6º	OB
	Oficina de estudos previdenciários	15	15	7º	OB
	Oficina de redação e estratégia legislativa	15	15	7º	OB
	Oficina de redação e atuação jurisdicional		30	8º	OB
	Oficina de redação e estratégia contratual	15	15	10º	OB

Laboratório de Pesquisa Jurisprudencial	Oficina de Expressão Oral e Textual		30	1º	OB
	Oficina de Jurisprudência		30	3º	OB
	Oficina Temática - I	15	15	4º	OB
	Oficina Temática - II	15	15	5º	OB
	Oficina de Assessoria e Consultoria Jurídica	15	15	5º	OB
	Oficina Temática - III	15	15	6º	OB
	Oficina de estudos previdenciários	15	15	7º	OB
	Oficina de redação e atuação jurisdicional		30	8º	OB
	Oficina de redação e estratégia contratual	15	15	10º	OB
Laboratório de Direito Comparado	Oficina de Legislação Comparada	15	15	2º	OB
	Oficina de Jurisprudência		30	3º	OB
	Oficina Temática - I	15	15	4º	OB
	Oficina Temática - II	15	15	5º	OB
	Oficina Temática - III	15	15	6º	OB
	Oficina de redação e estratégia legislativa	15	15	7º	OB
Câmara de Negociação, Conciliação, Mediação e Arbitragem	Oficina de Negociação e Mediação		30	2º	OB
	Oficina de Conciliação e Arbitragem		30	3º	OB
	Oficina Temática - I	15	15	4º	OB
	Oficina Temática - II	15	15	5º	OB
	Oficina Temática - III	15	15	6º	OB
	Oficina de mediação penal e justiça restaurativa	15	15	6º	OB
Casoteca	Oficina de Expressão Oral e Textual		30	1ª	OB
	Oficina de Legislação Comparada	15	15	2º	OB
	Oficina de Negociação e Mediação		30	2º	OB
	Oficina de Conciliação e Arbitragem		30	3º	OB
	Oficina Temática - I	15	15	4º	OB
	Oficina Temática - II	15	15	5º	OB
	Oficina de Assessoria e Consultoria Jurídica	15	15	5º	OB
	Oficina Temática - III	15	15	6º	OB
	Oficina de estudos previdenciários	15	15	7º	OB
	Oficina de Jurimetria		30	8º	OB
	Oficina de redação e atuação jurisdicional		30	8º	OB
Oficina de redação e estratégia contratual	15	15	10º	OB	
Visitas Técnicas	Oficina de Legislação Comparada	15	15	2º	OB
	Oficina de Negociação e Mediação		30	2º	OB
	Oficina de Jurisprudência		30	3º	OB
	Oficina de Conciliação e Arbitragem		30	3º	OB

	Oficina Temática - I	15	15	4º	OB
	Oficina Temática - II	15	15	5º	OB
	Oficina Temática - III	15	15	6º	OB
	Oficina de redação e estratégia legislativa	15	15	7º	OB
	Oficina de redação e atuação jurisdicional		30	8º	OB
Laboratório de Metodologias do Ensino Jurídico	Oficina Temática - I	15	15	4º	OB
	Oficina Temática - II	15	15	5º	OB
	Oficina Temática - III	15	15	6º	OB
	Oficina de artes e direito		30	10º	OB
Seminários Temáticos	Oficina de Legislação Comparada	15	15	2º	OB
	Oficina Temática - I	15	15	4º	OB
	Oficina Temática - II	15	15	5º	OB
	Oficina Temática - III	15	15	6º	OB
	Oficina de redação e estratégia legislativa	15	15	7º	OB
	Oficina de artes e direito		30	10º	OB
Laboratório de Métodos Estatísticos	Oficina Temática - I	15	15	4º	OB
	Oficina Temática - II	15	15	5º	OB
	Oficina Temática - III	15	15	6º	OB
	Oficina de Jurimetria		30	8º	OB

Esta integração entre teoria e prática encontra especialmente nos componentes curriculares Oficinas, ministrados em todos os semestres do curso, o ambiente propício para o estudante exercitar de forma permanente as habilidades e expertises necessárias à uma visão ampla dos mais variados campos de atuação do profissional de Direito.

O Estágio Supervisionado, por sua vez, constitui-se num lócus privilegiado, onde a aproximação entre teoria e prática vai experimentar um aprofundamento, tanto vertical quanto horizontal. Da mesma forma, o Trabalho de Conclusão Curso. A conexão entre teoria e prática é estimulada, também, a partir da realização das Atividades Complementares.

Desta forma, a relação teoria/prática é realizada através de alguns princípios metodológicos:

- Utilização da Pesquisa e Prática como eixo articulador do currículo: A indissociabilidade entre teoria/prática se torna efetiva como princípio metodológico, na medida em que, a Pesquisa e Prática Pedagógica se fazem presente em toda a extensão do curso, evidenciando a questão da interdisciplinaridade presente na interação dos componentes curriculares, nos procedimentos da pesquisa, nos métodos e nas estruturas curriculares.

- Implantação de uma cultura de avaliação contínua e qualitativa englobando as várias atividades propostas pelos componentes curriculares articuladas ao eixo norteador da Pesquisa e Prática Pedagógica, visando a interdisciplinaridade, o ensino e a pesquisa. A avaliação é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, pois possibilita o diagnóstico do ponto de partida no trabalho com os estudantes e para onde caminhar, assim como, aferir os resultados alcançados e fazer ajustes necessários, considerando os objetivos pretendidos.

- Articulação da formação profissional com o campo de estágio: Procura-se articular toda a formação profissional, fazendo com que a teoria esteja voltada para o estudo de casos concretos e para a proposição de projetos de intervenção social;

- Manter a articulação entre ensino e pesquisa: A importância da atividade de pesquisa na qualidade da formação do futuro profissional que aprendeu a investigar e a pesquisar é capaz de problematizar, a levantar explicações, a propor soluções ou hipóteses alternativas e a testar a viabilidade ou consciência de suas predições, enfim, a pensar de forma autônoma, metódica e crítica.

- Utilização da flexibilidade curricular - oferecer um elenco de componente curriculares que o habilitam a desenvolver as qualidades necessárias para as exigências do século XXI, a exemplo dos componentes curriculares universais e nucleares, bem como a inexistência de pré-requisitos e as atividades complementares. É necessário ter a clareza dos objetivos da aprendizagem, das competências e conhecimentos a serem construídos e mobilizados pelos estudantes, adotando-se um plano flexível e criativo.

- Contextualização dos conhecimentos, dos problemas e das atividades uma vez que o que dá sentido à aprendizagem é a dimensão vivencial de quem a condiciona.

Ética e Responsabilidade social

Relações Étnico Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

A inserção dos conhecimentos relacionados as Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana ocorrerá pela transversalidade, por meio de temas relacionados a cada temática e tratados interdisciplinarmente, em Programas e Projetos, de acordo com a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. '

Estes conteúdos também estão contemplados no componente curricular optativo Estudos das Relações Étnico-Raciais.

Educação Ambiental

A inserção dos conhecimentos relacionados Educação Ambiental atenderá à política nacional de educação ambiental, por meio de temas relacionados a cada temática e tratados interdisciplinarmente, e como conteúdo específico de um componente curricular, Direito Ambiental, alocado no 10º semestre, fazendo parte do eixo de formação profissional, atendendo às diretrizes da Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.

A Superintendência do Meio Ambiente – SUPEMA, é um órgão da UFOB que tem como missão promover a sustentabilidade ambiental nos campi da UFOB, e sua política tem como fundamento desenvolver atividades integradas entre os diversos cursos da UFOB e demais categorias representativas municipais, estaduais e federais e a sociedade em geral, envolvendo, ademais, as escolas de ensino médio e fundamental dos municípios onde estão instalados os campi, de forma a expandir-se aos demais municípios do Oeste da Bahia, visando garantir que a sistemática de ações seja realizada em condições que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do cidadão e os cuidados com o meio ambiente.

Educação em Direitos Humanos

Os conhecimentos relativos a Educação em Direitos Humanos estão contemplados como conteúdo específico de um componente curricular, Direitos Humanos, alocado no 6º semestre, fazendo parte do eixo de formação fundamental. Seus conteúdos também serão trabalhados de forma transversal, por meio de temas relacionados a cada temática e tratados interdisciplinarmente, conforme ementas dos componentes Estudos Antropológicos e Jurídicos; Oficina de redação e estratégia processual (componentes obrigatórios para o Curso de Graduação em Direito), e Direito e Arte (componente optativo), atendendo as diretrizes da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.

Língua Brasileira de Sinais – Libras

Os conteúdos relativos à Língua Brasileira de Sinais estão contemplados no componente curricular Libras, com carga horária de 60h/a e sua inserção se dará como componente curricular optativo, de acordo com o Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e a Resolução CNE/CEB nº 02 de 11/12/2001.

10 POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Para enfrentar o desafio de promoção de uma Educação Superior com qualidade e relevância social, o currículo do Curso de Graduação em Direito da UFOB, propõe que as atividades de ensino, pesquisa e extensão sejam entendidas como um contexto de trabalho plural, inclusivo e emancipatório de aprendizagens individuais e coletivas que valorizem a produção de uma pluralidade de conhecimentos pelo propósito de uma formação acadêmica e profissional de um cidadão imbuído de valores éticos que, com sua competência técnica, atue positivamente no contexto social, promovendo o desenvolvimento local e regional.

A efetivação do tríduo ensino, pesquisa e extensão é estimulada desde o primeiro semestre do Curso de Graduação em Direito. Ademais, entende-se que o estudo de caso deva ser o fio condutor de todo o processo formativo do aprendizado, evitando-se que o modelo abstrato da norma fique sem conectividade com a vida real.

O ensino na graduação da UFOB é compreendido como processo de trabalho acadêmico-científico e histórico, artístico e cultural resultante da produção da unidade teoria-e-prática, situação em que o profissional cria experiências de aprendizagem em um contexto real, estabelecendo e (re)significando relações pedagógicas em diferentes dimensões e possibilidades de formação.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito constitui-se como um dos elementos estruturais o incentivo à pesquisa e à extensão, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica, possibilitando a formação profissional que revele o uso da pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito

Conforme a Projeto Político-Pedagógica Institucional, as ações da UFOB, no que concerne à Extensão Universitária, está pautada na valorização dos saberes e fazeres regionais e na adoção de programas e projetos inclusivos, que sejam vetores de plena interação entre a Universidade e a Sociedade e amparados na indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa.

Desta forma, considera-se que a Extensão Universitária,

(...) sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 15).

Considerando a importância de se promover a articulação entre pesquisa, ensino e extensão, o Curso de Graduação em Direito do Centro das Humanidades do *Campus* Reitor Edgard Santos planejará, com a participação efetiva dos estudantes, docentes e da sociedade local, atividades que vão compor o cronograma de ações da Semana de Integração Universitária e da Escola de Estudos Temáticos, realizadas nos períodos especificados na resolução nº 004/2014 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFOB. A referida Resolução, regulamenta a organização do calendário acadêmico e o funcionamento dos turnos da universidade.

A Semana de Integração Universitária compreende um conjunto de atividades que envolve toda a comunidade acadêmica e será de responsabilidade de um Comitê Gestor, designado pelo CONEPE, constituído por representantes dos Centros Multidisciplinares e da Administração Central.

As atividades explicitarão caráter científico, tecnológico, artístico e cultural tendo como finalidades a promoção do envolvimento entre docentes, técnicos administrativos, e estudantes, calouros e veteranos, para além da relação estabelecida em sala de aula; incentivo a construção de uma prática relacional acolhedora e de integração entre os estudantes das universidades para a criação de vínculos acadêmicos e sociais diferenciados que se estenderão durante todo o período de formação acadêmica; a aproximação do estudante do campo de atuação profissional relacionado ao seu curso de formação acadêmica e a promoção do conhecimento da universidade e seu funcionamento acadêmico e administrativo.

A Escola de Estudos Temáticos compreende um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão de natureza acadêmico-científica e cultural pela articulação dos diferentes campos do conhecimento e será realizada a partir das seguintes premissas: articulação de ações de divulgação e intercâmbio da produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento; proposição realizada pelos membros da comunidade universitária; organização promovida pelo Centros Multidisciplinares a partir de propostas encaminhadas pela comunidade acadêmica; observação das normas e orientações específicas definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

11 POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE

A Política de Inclusão e Acessibilidade assumida pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) fundamenta-se na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), promulgada no Brasil com *status* de Emenda Constitucional, por meio do Decreto Legislativo nº. 186/2008 e Decreto Executivo nº. 6.949/2009, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), e no Documento Orientador do Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior (SECADI/SESU, 2013).

Além desses decretos e leis, o trabalho da Universidade ampara-se em um conjunto de legislações correlatas (portarias, pareceres, resoluções), os quais direcionam a efetivação dos compromissos e metas previamente estabelecidos, tendo em vista a construção de um ambiente institucional inclusivo e acessível. A articulação entre políticas públicas de inclusão e práticas institucionais aponta para a adoção de ações específicas que assegurem a equidade de condições a estudantes e servidores com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, nas diferentes atividades da instituição.

Em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), entende-se *inclusão* como respeito à diferença/deficiência, como parte da diversidade humana; por sua vez a *acessibilidade* é compreendida como a eliminação de obstáculos e barreiras que impedem o desenvolvimento pessoal e social das pessoas com deficiência.

Cabe salientar que a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” (NBR 9050/2004, p.2). Nessa perspectiva, as condições para a acessibilidade envolvem, entre outros, os eixos arquitetônico, pedagógico, atitudinal e tecnológico, os quais podem ser assim definidos:

- **arquitetônico:** refere-se à orientação e adequação na estrutura física da UFOB, com vistas à acessibilidade;
- **pedagógico:** diz respeito ao acesso do acadêmico com deficiência, seu ingresso e permanência na Universidade, através de ações que viabilizem o ensino-aprendizagem e alternativas de avaliação de acordo com as especificidades apresentadas;

- **atitudinal:** envolve a mudança de atitude das pessoas da comunidade acadêmica frente a questões como inclusão e preconceito, visando a eliminação de barreiras que impeçam a acessibilidade;
- **tecnológico:** estabelece a importância da pesquisa para a implementação de ações e produção de equipamentos e recursos no âmbito da Tecnologia Assistiva.

Nestes termos, adotamos uma proposta de acessibilidade abrangente, ultrapassando o viés da acessibilidade como remoção de barreiras físicas e arquitetônicas. Não se trata, portanto, de uma mudança apenas conceitual, mas sobretudo política e pedagógica que perpassa desde a articulação da tríade ensino-pesquisa-extensão à organização dos processos avaliativos, metodológicos e pedagógicos acessíveis.

A proposta de *acessibilidade na perspectiva abrangente* nos remete a dois grandes compromissos quanto à condução dos processos formativos na Universidade. O primeiro consiste em fazer com que a política de inclusão/acessibilidade se torne efetiva e se traduza em ações concretas. Uma dessas ações é possibilitar o pleno acesso ao currículo do curso de graduação aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, assegurando a equidade de condições. Uma outra ação implica em adaptar os instrumentos de avaliação e o tempo de sua realização, além de disponibilizar materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, entre outros. O segundo compromisso é aproximar a comunidade acadêmica do debate sobre educação inclusiva, uma vez que “a formação do preconceito geralmente ocorre em contextos sociais marcados pela carência de experiência e de reflexão diante daquilo que causa estranheza” (SANTOS, 2013).

A partir dessa concepção, profissionais e estudantes vinculados ao curso serão estimulados a participarem de discussões que sensibilizem a sociedade em relação às pessoas com deficiência, com vistas a eliminar preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações. Nesse propósito, todos estarão apoiados pelo trabalho do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), aprovado pela Resolução CONSUNI/UFOB nº. 003/2015.

Integra ainda a Política de Inclusão e Acessibilidade da Universidade o Atendimento Educacional Especializado (AEE), um dos pilares da educação inclusiva. Trabalhamos de acordo com o previsto no Decreto nº. 7.611/2011, que define o serviço de maneira articulada com a proposta curricular desenvolvida pelos docentes, cujas ações devem ser

institucionalizadas para apoiar, complementar e suplementar o atendimento aos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Reportamo-nos à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e ao Censo escolar anual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os quais apresentam as seguintes definições para deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação:

Pessoa com Deficiência é aquela que tem impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

Transtornos Globais de Desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nessa definição estudantes com Autismo Infantil, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett e Transtorno Desintegrativo da Infância.

Altas Habilidades/Superdotação são aquelas que se manifestam em pessoas com potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, artes e psicomotricidade; também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Considerando essas definições, a Universidade assume um compromisso de promover um trabalho formativo, que envolva processos didático-pedagógicos, previstos em planejamentos de ensino que contemplem as adaptações necessárias ao atendimento das necessidades específicas do estudante, independentemente de sua condição física, sensorial e intelectual. Portanto, os materiais didáticos, bem como as metodologias de ensino e práticas avaliativas considerarão as diferentes possibilidades de ver, ouvir, falar, perceber e entender, de maneira que a interação necessária aos processos de ensino-e-aprendizagem se constituam em um contexto caracterizado pela diversidade. Nesse contexto, a UFOB aprovou a Resolução CONSUNI 003/2015, que aprova a criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal do Oeste Bahia.

12 AVALIAÇÃO

A avaliação se constitui em um ato formativo que visa a construção de um processo sistemático e intencional objetivado para atingir finalidades, visando identificar, compreender e analisar o desenvolvimento das ações realizadas com vistas à melhoria, aperfeiçoamento e retroalimentação da realidade avaliada. Deste modo, não possui uma finalidade em si mesma, pois seus resultados subsidiam ações nos processos de tomada de decisão.

Dois tipos de avaliação coexistem no contexto da graduação na UFOB: a avaliação da aprendizagem e a avaliação de curso. Seus processos e resultados são assumidos como instrumentos político-pedagógicos de gestão acadêmica em prol da permanente qualidade.

12.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é um ato pedagógico formal que se institui na relação dos processos de ensino e aprendizagem, objetivando identificar os conhecimentos apropriados pelos estudantes em cada componente curricular previsto no Projeto Pedagógico do curso de graduação.

Com esse propósito, possui uma função diagnóstica, com caráter formativo, na medida em que, por meio de critérios e instrumentos de avaliação, constata o nível de conhecimento dos estudantes, compara com os objetivos propostos e toma decisões para promover as aprendizagens. De acordo com Freitas (1995), a avaliação incorpora os objetivos, aponta uma direção. Com seus resultados, permite que estudantes e docentes os confrontem com o momento final idealizado, antes pelos objetivos.

A formalização dos resultados da aprendizagem pela atribuição de notas, definida no Regulamento de Graduação, equivale a função somativa do processo avaliativo. Nesse caso, representa o registro do que o estudante está aprendendo em seu percurso de formação acompanhado pelo docente.

A avaliação da aprendizagem requer um trabalho sistemático dos docentes, os quais, em articulação dialógica com os estudantes, assumem o compromisso pedagógico de orientar, acompanhar a construção de conhecimentos, atitudes e valores necessários à formação de competências políticas, éticas, estéticas e técnicas inerentes à formação na graduação. O ato avaliativo não se resume a uma ação pontual, aligeirada, pela utilização de instrumentos, ao contrário, faz-se necessário que o docente realize um levantamento de informações por meio de uma diversidade de instrumentos que contemplem conceitos, procedimentos, entre outros

aspectos, trabalhados ao longo de um período letivo que permitam constatar que os objetivos previstos no plano de ensino foram ou não alcançados.

Sob esse ponto de vista, entende-se que os instrumentos de avaliação são, segundo Luckesi (2005), recursos de coleta de dados que têm a função de permitir ao docente à ampliação de suas condições de constatar e analisar a realidade avaliada para, em seguida, registrá-la em seus contornos e desempenhos.

No que concerne à natureza dos conteúdos/conhecimentos trabalhados, bem como os objetivos de ensino propostos para cada componente curricular do curso, adotamos um conjunto de instrumentos, visando que os estudantes manifestem suas aprendizagens. Esses dados permitem a tomada de decisões e a formalização de resultados mais coerentes com os percursos de ensino e aprendizagem.

Reitera-se que, a definição, no planejamento, de quais instrumentos são importantes no processo de coleta de dados é uma decisão do docente, balizada pelos objetivos de ensino propostos. São instrumentos possíveis de serem adotados:

- Provas escritas e orais
- Seminários
- Artigos
- Resenhas críticas
- Estudos de casos
- Autoavaliação
- Atividades práticas simuladas
- Projetos de extensão
- Pesquisa
- Visitas técnicas e relatórios

Os instrumentos de avaliação são recursos de coleta de dados que têm a função de permitir ao docente à ampliação de suas condições de constatar e analisar a realidade avaliada para, em seguida, registrá-la em seus contornos e desempenhos.

No que concerne à natureza dos conteúdos/conhecimentos trabalhados, bem como os objetivos de ensino propostos para cada componente curricular do curso, visando que os estudantes manifestem suas aprendizagens. Esses dados permitem a tomada de decisões e a formalização de resultados mais coerentes com os percursos de ensino e aprendizagem.

Outra decisão do docente é a definição de critérios de avaliação para cada instrumento. Os critérios são indicadores de correção do conteúdo/conhecimento apresentado pelo estudante,

cuja definição precisa ser conhecida por ele e pelo docente, os dois sujeitos dos processos de ensino e aprendizagem. Sua função é orientar a correção dos instrumentos. Por isso, são formulados levando-se em consideração as especificidades seja do componente curricular e ou dos conteúdos/conhecimentos.

É importante registrar que a definição de instrumentos e critérios não pode perder de vista a caracterização acadêmico-profissional do estudante, que são referências de apoio ao trabalho docente para analisar, apreciar, comparar e formular um juízo de valor do que está sendo avaliado e do desempenho esperado.

Os resultados das avaliações, cujas normas estão constantes no Regulamento de Graduação, precisam ser continuamente comunicados aos estudantes para que se constituam, numa perspectiva dialogada, negociada, transparente e ética em novas aprendizagens no seu percurso formativo.

A avaliação da aprendizagem requer um trabalho sistemático dos docentes, os quais, em articulação dialógica com os estudantes, assumem o compromisso pedagógico de orientar, acompanhar a construção de conhecimentos, atitudes e valores necessários à formação de competências políticas, éticas, estéticas e técnicas inerentes à formação na graduação. O ato avaliativo não se resume a uma ação pontual, aligeirada, pela utilização de instrumentos, ao contrário, faz-se necessário que o docente realize um levantamento de informações por meio de uma diversidade de instrumentos que contemplem conceitos, procedimentos, entre outros aspectos, trabalhados ao longo de um período letivo que permitam constatar que os objetivos previstos no plano de ensino foram ou não alcançados.

12.2 Avaliação de Curso

A avaliação interna ou autoavaliação de cursos de graduação constitui uma prática social importante no processo de autoanálise, autoconhecimento e tomada de decisão institucional, implicando contributos na abordagem e retroalimentação de políticas e práticas do processo de ensino e aprendizagem que dimensionem suas atividades, processos e resultados.

No contexto da UFOB, a avaliação interna ou autoavaliação configura-se pela concepção formativa, ou seja, como um processo aberto de comunicação entre sujeitos para compreender, valorar e transformar uma dada realidade” (DIAS SOBRINHO, 2008, p.197).

Trata-se de um trabalho que busca compreender de forma articulada as diversas dimensões do curso, situando-o no contexto da Universidade.

Neste curso, a autoavaliação tem como objetivo apreender e analisar as condições de ensino e aprendizagem planejadas e desenvolvidas, visando o aprimoramento dos processos formativos mediante diagnóstico global de políticas, processos e práticas institucionais.

Com essa intenção, produz-se um conjunto de informações sobre o curso, abordando as seguintes dimensões, entre outras, previstas na política avaliação externa do curso de graduação, regulamentada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

- Organização Didático-Pedagógica;
- Processos de Ensino e Aprendizagem;
- Corpo Docente;
- Corpo Discente;
- Infraestrutura;

Para tanto, docentes e estudantes são sujeitos políticos que pela condição de atores institucionais, observam, analisam e se posicionam no curso construindo significados e sentidos peculiares, podendo alertar para problemas, potencialidades e conquistas.

13 CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

As condições de trabalho para a implementação do presente projeto pedagógico, pode ser dividida no Plano de composição do corpo docente e na Planejamento de Infraestrutura, consoante veremos a seguir:

13.1 Plano de composição do corpo docente

DOCENTES						COMPONENTES CURRICULARES				
Nome	Titulação	Perfil	Regime de Trabalho	Encargos Semestrais		Área do Conhecimento	Nome	Módulo		
				Semestre Par	Semestre Impar			Teórico	Prático	CH Total (h/a)
Cristiana Matos Américo	Mestre	Bacharel em Direito com Mestrado em Direito	40h	12 h/a	12 h/a	Construção do Pensamento Político e Direito Tributário	Construção do Pensamento Político (1º)	40	-	60
							Direito Tributário I (9º)	40	-	60
							Direito Tributário II (10º)	40	-	60
Natália Medina Araújo	Doutora	Bacharel em Direito com Mestrado em Direito	DE	12h/a	12h/a	Construção do Pensamento Jurídico	Construção do Pensamento Jurídico (1º)	40	-	60
							História do Direito (2º)	40	-	60
							Direito Internacional Público (5º)	40	-	60

Maria Victória Braz Borja	Mestre	Bacharel em Direito com Mestrado em Direito	DE	12h/a	12h/a	Meios de Resolução de Conflitos	Oficina de negociação e mediação (2º)	-	20	30
							Oficina de Conciliação e Arbitragem (3º)	-	20	30
							Pensamento Sociológico e Jurídico (2º)	40	-	60
Docente do Núcleo Comum			DE	6h/a	6h/a	Ciências Humanas e Sociais	Oficina de Leitura e Produção Textual	40	20	30
							Oficina de Leitura e Produção de textos Acadêmicos	40	20	30
Docente do Núcleo Comum			DE	4h/a	4h/a	Ciências Humanas e Sociais	Filosofia e História das Ciências	40	-	60
Docente do Núcleo Comum			DE	2h/a		Psicologia	Psicologia Jurídica (8º)	30	-	30
Docente do Núcleo Comum			DE	4h/a	4h/a	Economia	Estudos Econômicos (1o)	40	-	60

Prudente Pereira Almeida Neto	Doutor	Bacharel em Ciências Agrárias com Doutorado em Educação	DE	4h/a	4h/a	Antropologia do Direito	Estudos Antropológicos e Jurídicos (1º)	40	-	60
Flávio Marcelo Rodrigues Bruno	Mestre	Bacharel em Direito com Mestrado em Direito, Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas	DE	11h/a	11h/a	Prática Jurídica	Oficina de Legislação Comparada (2º)	40	20	30
							Oficina de Jurisprudência (3º)	-	20	30
							Oficina de Redação e Atuação Jurisdicional (8º)	40	20	30
Thiago Ribeiro Rafagnin	Mestre	Bacharel em Direito com Mestrado em Política Social	DE	11 h/a	11 h/a	Direito Constitucional	Direito Constitucional I (2º)	40	-	60
							Direito Constitucional II (3º)	40	-	60
							Oficina Redação e Estratégia Legislativa (7º)	40	20	30

Alina Mourato Eleoterio	Mestre	Bacharel em Direito com Mestrado em Direito	DE	11 h/a	11 h/a	Direito Penal	Teoria do Direito Penal (2º)	40	-	60
							Teoria da Pena e suas Aplicações (3º)	40	-	60
							Oficina de mediação penal e justiça restaurativa (6º)	40	20	30
Clayton Bacelos	Mestre	Bacharel em Direito com Mestrado em Educação	DE	12 h/a	12 h/a	Direito Processual Penal	Teoria do Processo Penal (3º)	40	-	60
							Direito Processual Penal I (4º)	40	-	60
							Direito Processual Penal II (5º)	40	-	60
Fabiana de Carvalho Calixto	Mestre	Bacharel em Direito e Mestrado em Direito	DE	10 h/a	10 h/a	Processo Civil	Direito das Relações Consumo (10º)	40	-	30
							Teoria do Processo Civil (3º)	40	-	60
								40	-	60

							Direito Processual Civil I (4º)			
Andrea Santana Leone de Souza	Mestre	Bacharel em Direito e Mestrado em Direito	DE	12 h/a	12 h/a	Direito Civil	Teoria Geral do Direito Civil (2º)	40	-	60
							Negócio Jurídico e Direito das Obrigações (3º)	40	-	60
							Direito das Famílias (5º)	40		60
A contratar 1	Doutor	Bacharel em Direito com Mestrado em Direito, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas ou Ciências Ambientais	DE	11 h/sem	11 h/sem	Direito Ambiental e Agrário	Oficina Temática III (6º)	40	20	30
							Direito Agrário e Função Social da Propriedade (7º)	40	-	60
							Direito Ambiental (10º)	40		60

A contratar 2	Doutor	Bacharel em Direito e Mestrado em Direito, Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas	DE	12h/a	12h/sem	Direito Empresarial	Teoria do Direito Empresarial (7)	40	-	60
							Direito Societário (8)	40	-	60
							Oficina de Jurimetria (7°)	-	20	30
A contratar 3	Doutor	Bacharel em Direito e Mestrado em Direito, Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil	DE	12h/a	12h/a	Direito do Trabalho e Relações Sociais	Direito do Trabalho I (7°)	40	-	60
							Direito do Trabalho II (8°)	40	-	60
							Direito Processual do Trabalho (9°)	40	-	60
A contratar 4	Doutor	Bacharelado em qualquer área do conhecimento e Doutorado em Direito, Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas	DE	12h/a	12h/a	Metodologia da Pesquisa Científica	Metodologia da Pesquisa I (8°)	40	20	60
							Metodologia da Pesquisa II (9°)	40	20	60
A contratar 5	Mestre	Bacharelado em Direito com Registro	40h	12h/a	12h/a	Estágio Supervisionado área Penal	Estágio Supervisionado I (6)	-	10	80

		Profissional na OAB e Mestre em qualquer área do conhecimento								
A contratar 6	Mestre	Bacharelado em Direito com Registro Profissional na OAB e Mestre em qualquer área do conhecimento	40h	15h/a	12h/a	Estágio Supervisionado área Civil e Relações de Consumo	Estágio Supervisionado II (7)	-	10	80
A contratar 7	Mestre	Bacharelado em Direito com Registro Profissional na OAB e Mestre em qualquer área do conhecimento	40h	15h/a	12h/a	Estágio Supervisionado área Trabalho e Seguridade Social	Estágio Supervisionado III (8)	-	10	80
A contratar 8	Mestre	Bacharelado em Direito com Registro Profissional na OAB e Mestre em qualquer área do conhecimento	40h	15h/a	12h/a	Estágio Supervisionado - áreas Constitucional, Agrário e Ambiental	Estágio Supervisionado IV (9)	-	10	80
A contratar 9	Mestre	Bacharelado em Direito com Registro Profissional na OAB e Mestre em qualquer área do conhecimento	40h	15h/a	12h/a	Estágio Supervisionado - áreas Tributário e Administrativo	Estágio Supervisionado V (10)	-	10	80
A contratar 10	Doutor	Bacharel em Direito e Doutorado em	DE	10h/a	10h/a	Filosofia do Direito	Hermenêutica jurídica (4º)	40	-	30

		Direito, Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas					Filosofia do Direito (6º)	40	-	60
							Ética Geral e Jurídica (8º)	40	-	60
A contratar 11	Doutor	Bacharel em Direito e Doutorado em Direito, Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas	DE	11h/a	11h/a	Direitos Humanos	Direitos Humanos (6º)	40	-	60
							Oficina de Artes e Direito (9º)	-	20	30
							Oficina Temática I (4º)	40	20	30
A contratar 12	Doutor	Bacharel em Direito e Doutorado em Direito, Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas	DE	12h/a	12h/a	Direito Administrativo e Financeiro	Direito da Administração Pública (7º)	40	-	60
							Contratos Administrativos (8º)	40	-	60
							Direito Financeiro (9º)	40		60
A contratar 13	Mestre	Bacharel em Direito e Mestrado em Direito, Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas	DE	12h/a	12h/a	Direito Penal e Processual Penal	Estudo do Crime I (4º)	40	-	60
							Estudo do Crime II (5º)	40	-	60
							Direito Processual Penal III (6º)	40	-	60

A contratar 14	Mestre	Bacharel em Direito e Doutorado em Direito, Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas	DE	11h/a	11h/a	Direito Processual Civil	Direito Processual Civil II (5°)	40	-	60
							Direito Processual Civil III (6°)	40	-	60
							Oficina Temática II (5°)	40	20	30
A contratar 15	Mestre	Bacharel em Direito e Doutorado em Direito, Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas	DE	12h/a	12h/a	Direito Civil	Direito dos Contratos(4°)	40		60
							Responsabilidade Civil (6°)	40		30
							Direito das Sucessões (6°)	40	-	30
							Direito das Coisas (7°)	40		60
A contratar 16	Mestre	Bacharel em Direito e Doutorado em Direito, Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas	DE	13h/a	13h/a	Prática Jurídica	Oficina de expressão oral e textual (1°)		20	30
							Oficina de assessoria e consultoria jurídica (5°)	40	20	30

								Oficina de Estudos Previdenciários (8º)	40	20	30
								Oficina de Redação e Estratégia Contratual (10º)	40	20	30

13.1 Infraestrutura

A construção de um ambiente institucional propício à afirmação social e a permanência dos estudantes com deficiência se faz pela implementação e desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão, em estreita articulação com os princípios e requisitos de acessibilidade dispostos na legislação vigente. Nesse entendimento, recomenda-se, conforme Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), que as adaptações nos mobiliários, equipamentos, espaços físicos e materiais didáticos, sejam sempre adotadas com vistas à eliminação de barreiras presentes no ambiente, de forma que as pessoas com deficiência participem plenamente de todos os aspectos da vida acadêmica.

A Tecnologia Assistiva, área de conhecimento de natureza interdisciplinar, configura-se como importante aliada no desenvolvimento de produtos, serviços e práticas que visam a autonomia, funcionalidade e equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e redução de mobilidade. No âmbito da UFOB, enfatiza-se que sua indicação e disponibilização ocorre mediante matrícula de estudantes com deficiência nos cursos de graduação, tendo como referência os critérios e procedimentos técnicos, estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), NBR 9050/2015, sob orientação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI/UFOB).

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ)- compreende vários ambientes, objetivando assegurar aos estudantes a formação coerente e prevista no perfil profissiográfico. O NPJ oferece ambientes para o exercício de atividades que compõem o Eixo de Formação Prática do curso, com instalações dotadas de salas de coordenação, recepção e secretaria, orientações e estudos, atendimento individual, simulação de audiências, mediações, conciliações e tribunais do júri. A estrutura conta com equipamentos de informática para acesso à internet, a rede de informática, consultas legislativas, jurisprudenciais e acompanhamento processual.

Os espaços destinados ao NPJ contam com estrutura mobiliária adequada ao exercício das atividades propostas para a formação prática, tais como mesas para reunião, computadores, cadeiras, escrivaninhas, tribuna, balcão de recepção, impressora *laser-jet* multifuncional, armários, arquivos para pasta suspensa, mesas redondas. Os equipamentos de projeção como *Datashow* e *Notebook*, além de aparelhos de ar-condicionado, estrutura telefônica, de internet e de assinatura de serviço de acompanhamento de publicações nos órgãos oficiais do Poder Judiciário, também estão disponíveis no local.

NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS				
Quantidade	Sala	Descrição do Ambiente	Equipamentos	Aquisições Necessárias
01	Sala de Simulação de Audiências	Laboratório de Práticas Jurídicas Simuladas (Audiências, Tribunal do Júri, Negociações, Conciliações, Mediações e Arbitragens)	Mesa de Reuniões	01
			Microcomputadores	01
			Cadeiras estofadas sem braço	06
01	Sala de Negociação, Conciliação, Mediação e Arbitragem		Mesa de Reuniões redonda	01
			Microcomputadores	01
			Cadeiras estofadas sem braço	06
01	Sala do Tribunal do Júri Simulado		Tribuna	01
			Púlpito	01
			Cadeiras para o Júri estofadas com braço	07
		Microcomputadores	01	
		Cadeiras estofadas para o público	50	
04	Salas de Atendimento ao Público	Escritaninhas com divisórias	10	
		Cadeiras estofadas com braço	10	
		Microcomputadores	10	
		Cadeiras estofadas sem braço	20	
01	Sala de Recepção	Balcão de Recepção	01	
		Cadeira estofada com braço	01	
		Microcomputador	01	
		Impressora Laserjet Multifuncional	01	
		Armário com duas chaves	01	
		Arquivo para pasta suspensa	04	
		Cadeiras de espera estofadas sem braço	10	
01	Sala de Atendimento da Assistência Social	Escritaninha	01	
		Cadeira estofada com braço	01	
		Cadeiras estofadas sem braço	02	
		Microcomputador	01	
01	Sala dos Professores	Mesa de Reuniões	01	
		Escritaninhas	04	
		Cadeiras estofadas com braço	10	
		Microcomputador	04	
		Impressora Laserjet Multifuncional	01	
01	Sala de Coordenação		Escritaninha	01

		Destinada a realização das atribuições de gestão e coordenação	Cadeira estofada com braço	01
			Cadeiras estofadas sem braço	02
			Microcomputador	01
			Arquivo com duas chaves	01
01	Sala de Estudos	Destinada aos estudos dos estagiários	Mesa de Reuniões redonda	05
			Cadeiras estofadas sem braço	20
			Estante para livros	01
01	Copa		Refrigerador	01
			Utensílios de Cozinha	01
			Jogo de Talheres	01
			Fogão	01
			Microondas	01
			Mesa	01
Cadeiras	04			
Equipamentos			Datashow	03
			Notebook	02
			Aparelho de Ar-Condicionado	12
			Estrutura Telefônica e de Internet	01
			Software de Gestão de Processos	01
			Assinatura de Serviços de Leitura de Publicações do D.O.U	01

14 PROGRAMAS E PROJETOS

Os programas para os cursos de graduação da UFOB consistem em unidades de planejamento advindas das políticas institucionais, operacionalizados mediante implementação de projetos. Projetos são conjuntos de atividades inter-relacionadas, coordenadas para alcançar objetivos. Atividades são ações específicas que materializam a intencionalidade prevista nos projetos. A seguir apresentamos alguns Programas vinculados a este curso:

Programa de Educação Tutorial – PET			
O PET é um programa “desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação nas Instituições de Ensino Superior do País orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial” (MEC, 2015 ⁴). Processo de seleção mediante Edital institucional.			
Base legal	Lei n°. 11.180, de 23/09/2005; Portaria n°. 3.385, de 29/09/2005; Portaria n°. 1.632, de 25/09/2006; Portaria MEC n°. 976, de 27/07/2010; Portaria MEC n°. 343, de 24/04/2013; Resolução FNDE n°. 36, de 24/09/2013; Resolução FNDE n°. 42, de 04/11/2013.	Atividade	Ensino, Pesquisa e Extensão
Alocação Institucional I	PROGRAF		

Programa de Bolsa Permanência – PBP			
O PBP consiste em “uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. (...) acumulável com outras modalidades de bolsas acadêmicas, a exemplo da bolsa do Programa de Educação Tutorial – PET, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação” (MEC, 2015 ⁵). Processo de seleção mediante Edital institucional.			
Base legal	Lei n°. 5.537, de 21/11/1968; Decreto n°. 7.237, de 19/07/2010; Lei n°. 12.711, de 29/08/2012; Decreto n°. 7.824, de 11/10/2012; Lei n°. 12.801, de 24/04/2013; Portaria n°. 389 de 09/05/2013	Atividade	Ação Afirmativa
Alocação Institucional	PROGRAF		
Programa ANDIFES de Mobilidade Acadêmica			

⁴ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/pet>

⁵ Disponível em <http://permanencia.mec.gov.br/>

<p>O PROGRAMA ANDIFES DE MOBILIDADE ACADÊMICA destina-se a estudantes “regularmente matriculados em cursos de graduação de universidades federais, que tenham concluído pelo menos vinte por cento da carga horária de integralização do curso de origem e ter no máximo duas reprovações acumuladas nos dois períodos letivos que antecedem o pedido de mobilidade. Este Convênio não se aplica a pedidos de transferência de alunos entre as IFES, que serão enquadrados em normas específicas. O aluno participante deste Convênio terá vínculo temporário com a IFES receptora, dependendo, para isto, da existência de disponibilidade de vaga e das possibilidades de matrícula na(s) componente curricular(s) pretendida(s)” (ANDIFES, 2015⁶). Processo de seleção mediante Edital institucional.</p>			
Base legal	Resolução CONEPE/UFOB n°. 02, de 14/07/2014. Convênio Andifes de Mobilidade Acadêmica de 2015.	Atividade	ENSINO
Alocação Institucional	PROGRAF		

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC			
<p>O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) busca apoiar a política de Iniciação Científica das Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, mediante distribuição de bolsas de Iniciação Científica a alunos de graduação, regularmente matriculados, inseridos em atividades de pesquisa desenvolvidas na Instituição. Uma quota de bolsas de Iniciação Científica, com duração de doze meses, é concedida para a UFOB através de concessão fomentada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).</p>			
Base legal	Resolução Normativa CNPq n°. 017, de 13/07/2006; Resolução Normativa CNPq n°. 042, de 21/11/2013.	Atividade	PESQUISA
Alocação Institucional	PROPGPI		
Programa Idiomas sem Fronteiras – IsF			
<p>“O Programa Idiomas sem Fronteiras -IsF, desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) por intermédio da Secretaria de Educação Superior (SESu), em conjunto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tem como principal objetivo incentivar o aprendizado de línguas. O Programa IsF abrange diferentes tipos de apoio à aprendizagem de línguas estrangeiras.</p>			
Base legal	PORTARIA N°. 973, de 14/11/2014	Atividade	Ensino
Alocação Institucional	Reitoria		

⁶ Disponível em <http://www.andifes.org.br/mob-academica/>

Programa de Monitoria de Ensino			
<p>A Monitoria de Ensino é um programa formativo que incentiva e amplia os espaços de aprendizagem do estudante de graduação, compartilhando com o professor vivências relacionadas às atividades de ensino, mediante participação em projetos acadêmicos, sob a orientação de um professor, no âmbito desta universidade. Processo de seleção mediante Edital institucional. Está classificada em duas categorias: Monitoria Voluntária e Monitoria Remunerada por Bolsa. O Programa de Monitoria de Ensino da Ufob tem como objetivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> contribuir para a melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem mediante a participação do estudante de graduação em atividades acadêmicas de ensino; estimular a cooperação entre estudantes e professores nas atividades de ensino de graduação; despertar o interesse pela docência mediante o envolvimento do estudante do Projeto de Monitoria de Ensino em práticas e experiências didático-pedagógicas; contribuir com a política de inclusão e permanência do estudante em processos formativos diferenciados; promover a troca de experiências didático-pedagógicas em seminários e outros eventos similares que envolvam todos os docentes e discentes da instituição. 			
Base legal	Resolução n°. 002/2016, de 26/08/2016; Lei n° 9.394, de 20/12/1996.	Atividade	Ensino
Alocação Institucional I	PROGRAF		

Programa de Iniciação Tecnológica			
<p>O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI busca apoiar as atividades de iniciação tecnológica e de inovação nas Instituições de ensino e/ou pesquisa, por meio da concessão de bolsas de iniciação tecnológica a estudantes de cursos de graduação. O Programa na UFOB é financiado pelo CNPq com os seguintes objetivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> Contribuir para a formação científica e inserção de estudantes em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; Contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora do País; Possibilitar a interação entre a graduação e a pós-graduação; Contribuir para a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora na sua comunidade. 			
Base legal	Resolução n°. 017/2006 do CNPq; Resolução 01/2012 e Resolução 01/2013 do CAPEX/UFBA	Atividade	Ensino
Alocação Institucional I	PROPGPI		

15 PROGRAMAS DE APOIO AO ESTUDANTE

Os programas de apoio ao estudante da UFOB, apresentados a seguir, se articulam ao Plano Nacional de Assistência Estudantil regidos pelos seguintes princípios:

I) a afirmação da educação superior como uma política de Estado; II) a gratuidade do ensino; III) a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES. IV) a formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes; V) a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil; VI) a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; VII) a orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania; VIII) a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos; IX) o pluralismo de idéias e o reconhecimento da liberdade como valor ético centra (PNAES, 2010, p.14).

1- Programa AAFIM – Ações Afirmativas em Movimento

O Programa AAFIM – Ações Afirmativas em Movimento, apoia, estimula e promove a participação dos estudantes como protagonistas de ações formativas que contribuem para a afirmação social, o respeito aos direitos humanos e a valorização da diversidade. Desenvolvido por meio de três ações distribuídas ao longo do ano letivo: Agenda da Diversidade; Evidências e Fórum da Diversidade.

2 - Programa de Acompanhamento Sociopsicopedagógico – PAS

O PAS é uma ação afirmativa multicomponente curricular voltada aos aspectos socioeconômicos, psicológicos e pedagógicos do estudante deste curso, responsável pela promoção de atividades de acolhimento, acompanhamento e apoio. A articulação das três áreas de conhecimento (Psicologia, Assistência Social e Pedagogia), acontece a partir da atuação de equipes multicomponente curriculares em todos os *campi* da UFOB, conforme detalhamento a seguir.

1 – O Acompanhamento Social no PAS, realizado pelo Assistente Social mediante atividades diversas voltadas para a identificação de demandas individuais dos estudantes, relacionadas às questões sociais e econômicas que implicam em dificuldades em sua permanência neste curso. Além disso, realizam-se ações de acompanhamento, orientação e

encaminhamento, independentemente da situação socioeconômica em que se encontram o estudante.

2 – O Serviço de Psicologia consiste em duas ações principais: acolhimento psicológico e grupos socioeducativos, ambos visando a promoção do bem-estar integral do estudante. O acolhimento psicológico consiste em atendimentos individuais que acolhe o estudante em ações de orientação e, se for o caso de encaminhamentos internos ao serviço social e/ou de apoio pedagógico, bem como encaminhamentos externos à rede pública. Os grupos socioeducativos constituem um ambiente de aprendizagem voltado para o desenvolvimento de conhecimentos individuais e valores éticos e políticos, que fortalecem a promoção do acesso, compreensão e processamento de novas informações, estimulando a convivência pessoal e social.

3 – O Apoio Pedagógico consiste no desenvolvimento de atividades que promovam a conquista da autonomia do estudante na relação pedagógica com sua aprendizagem, orientando-os quanto às necessidades de organização e desenvolvimento de práticas de estudo. Para tanto, promove encontros individuais e atividades coletivas que auxiliem os estudantes nos processos de: afiliação ao ensino superior; fortalecimento da autoestima, enriquecimento do universo cultural e desenvolvimento de habilidades sociais no planejamento da vida acadêmica e envolvimento no conjunto de ações que visem o desenvolvimento da autonomia estudantil.

3 - Programa de Análise Socioeconômica – PASE

O Programa de Análise Socioeconômica está diretamente vinculado ao trabalho dos Assistentes Sociais dos *campi*. Sua realização se dá mediante editais com fins de concessão de auxílios e bolsas, em conformidade com o regulamento institucional da Assistência Estudantil.

4 - Programa de Apoio Financeiro ao Estudante – PAFE

O Programa de Apoio Financeiro ao Estudante – PAFE, em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Política de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da Universidade Federal do Oeste da Bahia, tem como finalidade buscar condições para assegurar os direitos de acesso dos estudantes regularmente matriculados e frequentes neste curso que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica à Assistência Estudantil.

Este processo acontece mediante seleção pública por meio de Edital, publicado anualmente.

5 - Programa de Acompanhamento de Estudantes-Beneficiários de Auxílio – ABA

O Programa ABA consiste no desenvolvimento de ações de monitoramento do desempenho acadêmico dos estudantes vinculados ao Programa de Apoio Financeiro ao Estudante – PAFE.

6 - Programa de Assistência à Saúde - Cuida Bem de Mim

Este Programa realiza atividades junto a todos estudantes do curso, vinculados ou não a Programas de Assistência Estudantil, mediante:

- a) Avaliação clínica (ambulatorial) e nutricional que desenvolve atividades de atendimento, acompanhamento de saúde e, quando for o caso, encaminhamentos;
- b) Acolhimento psicológico e campanhas socioeducativas.

O acolhimento psicológico consiste em atender o estudante mediante a perspectiva da Psicologia Escolar e, se for o caso, encaminhamentos internos e externos.

As campanhas socioeducativas são desenvolvidas nos *campi* durante os semestres letivos, abordando temáticas referentes à convivência entre os estudantes. As campanhas podem ainda oferecer material complementar para as temáticas e aprendizagens desenvolvidas nos grupos socioeducativos.

16 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

O Acompanhamento de Egressos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia objetiva possibilitar sistematizar dados que auxiliam na elaboração de políticas institucionais e ações acadêmicas, mediante articulação de informações sobre a trajetória dos estudantes no curso e as advindas de suas relações e experiências na sociedade como um todo e no mundo do trabalho. Para tanto, são considerados egressos, os estudantes que por motivos diversos, se encontram na condição de desistentes, evadidos, transferidos e diplomados.

Esse trabalho de monitoramento de egresso, oferece condições para que as políticas institucionais e ações acadêmicas materializadas em programas e projetos podem ser elaboradas, contemplando ações afirmativas, assistência estudantil, orientação acadêmica, acompanhamento e avaliação de cursos, reestruturação curricular, articulação da Universidade com a Educação Básica e o mundo do trabalho. Ademais, funcionam como instrumentos de gestão que orientam as atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista a formação inicial, continuada e iniciação à atividade profissional.

São diretrizes do trabalho de Acompanhamento de Egressos na UFOB:

- a) Permanente comunicação e integração da Universidade com os alunos egressos;
- b) Valorização do egresso em sua trajetória acadêmica e profissional;
- c) Estímulo à produção de políticas institucionais e ações acadêmicas para a graduação com base nas informações advindas de egressos.
- d) Reconhecimento da validade de informações sobre expectativas, trajetórias e experiências de egressos como balizadoras de decisões institucionais;

As informações são obtidas semestralmente, por meio de questionário eletrônico, vinculado ao sistema acadêmico da Universidade para alimentação do banco de dados.

A produção e implementação dessas políticas alinham-se às diretrizes do Programa de Acompanhamento de Egressos da UFOB e demonstram a responsabilidade social e cidadã da Universidade com seus estudantes, valorizando seus contextos de vida, formação e atuação profissional, reconhecendo a diversidade sócio-política, econômica e cultural que os identifica, na perspectiva da inclusão.

17 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Roberto A. R. de. **Habilidades**: ensino jurídico e contemporaneidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ABNT. **NBR 9050**: Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT. 2004.

APEB, **Caixa 3452**: APEB. Republicano. Fundo: Interior e Justiça. 1931. Caixa 3452. Maço 113. p.23

APEB, **Caixa 3452**: APEB. Republicano. Fundo: Interior e Justiça. 1939. Caixa 3452. Maço 113.

APEB, **março 2342**: APEB. Seção: Provincial e Colonial. Série: Juízes – Carinhonha (1883 – 1889). 1889. Maço: 2342. p.21.

ARAS, Lina Maria Brandão. As províncias do Norte: administração, unidade nacional e estabilidade política (1824 – 1850). In: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja Cordeiro. **Múltiplas visões**: cultura histórica no oitocentos. João Pessoa – PB: Editora Universitária da UFPB. 2009. p.181-182

ARAS, Comarca do São Francisco: A política Imperial na conformação regional. In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (Orgs.). **História Regional e Local**: discussões e práticas. Salvador – BA: Quarteto, 2010. p.208-209.

BASTOS, Aurélio Wander. O Ensino Jurídico no Brasil e as suas personalidades históricas - Uma recuperação de seu passado para reconhecer seu futuro. in "**Ensino Jurídico OAB, 170 anos de Cursos Jurídicos do Brasil**". Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Brasília, 1997.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do Oeste baiano (1501 – 1827). **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia-GO. v. 29, n. 01, p. 47 - 56, jan. - jun. 2009. p.48.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827 – 1985). In.: **Geotextos**. V. 06, n. 01, p. 35 – 50, jul. 2010.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do Oeste baiano (1501 – 1827). **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia-GO. v. 29, n. 01, p. 47 - 56, jan. - jun. 2009.

BRASIL. **Aviso Circular nº. 277/MEC/GM de 08 de maio de 1996**. Dirigido aos Reitores das IES, solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais. Brasília, 1996.

BRASIL. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. 4.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº. 186**, 09 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.

BRASIL. **Decreto nº. 6.949**, de 25 de agosto de 2009, promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - ONU. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRASIL. **Resolução nº. 4/2009**. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2009.

BRASIL. **Decreto nº. 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Acessado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm em 10/07/2015.

BRASIL. **Decreto nº. 7.611**, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado. Diário Oficial da União, Brasília, 2011.

BRASIL. **Documento orientador do Programa Incluir**. Brasília, DF, 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495&id=12257&option=com_content&view=article> Acesso em: 29 fev. 2016.

BRASIL. INEP. **Censo da Educação Superior**, 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 05 de outubro. 2015.

BRASIL. **Lei nº. 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

BRASIL. **Lei nº. 11.788**, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

BRASIL. **Lei nº. 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Acessado em <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012em> 10/07/2015.

BRASIL. **Lei nº. 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. **Lei nº. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Acessado em http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.639.htm em 10/07/2015 às 19:24.

BRASIL. **Lei nº. 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Acessado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm em 10/07/2015 às 19:24.

BRASIL. **Lei nº. 9.475**, de 22 de julho de 1997. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Acessado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9475.htm.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL.. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais - orientações gerais e marcos legais**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº. 028**, de 2 de outubro de 2001b. Conselho Nacional de Educação.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SEEP. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Portaria nº. 3.284**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. **Resolução MEC/CNE/CEB nº. 8**, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Acessado em http://www.educacao.rs.gov.br/dados/dp_cga_diretrizes_quilombola.pdf em 10/07/2015.

BRASIL. **Resolução nº. 12**, de 16 de janeiro de 2015. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Acessado em <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012> em 10/07/2015.

CARRARA, Ângelo Alves. Paisagens de um grande sertão: a margem esquerda do médio-São Francisco nos séculos XVIII a XX. In.: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Org.). **Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. Juiz de Fora – MG: Editora UFJF, 2006. p.257-276.

CARVALHO NETO, Joviniano S. de. Proclamação da República na Bahia no olhar de um cientista político. In.: **Revista do Instituto Geográfico Histórico da Bahia**. V. 106, p. 87 – 114, jan - dez 2011.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Nós, afro-descendentes: história africana e afro-descendentes na cultura brasileira**. In: Ministério da Educação e Cultura. História da educação do negro e outras histórias. Brasília: SECAD/MEC, 2005. p. 249-273.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Educativa: produção de sentidos com valor de formação. Avaliação: **Revista de Avaliação da Educação Superior**. Campinas, v.13, n.1, p.193-207, mar. 2008.

ENCARNAÇÃO, João Bosco da. MACIEL, Getulino do Espírito Santo (Org.). **Seis temas sobre o ensino jurídico**. São Paulo: Cabral editora, 1995.

FARIA, José Eduardo. **A Reforma do Ensino Jurídico**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1987.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão e dominação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **A visão crítica do ensino jurídico**. Acesso em: 28 abr. 2009. Disponível em <www.terciosampaioferrazjr.com.br>, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio: o dicionário da língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1999.

FONAPRACE. 20 anos. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Fórum Fonaprace**, 2007. 69p.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Oeste da Bahia: formação histórico-cultural (primeira parte). In.: **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 181, maio/jun.1999.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Oeste da Bahia: formação histórico-cultural (segunda parte). In.: **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 182, jul/ago.1999b.

FREITAS, Luís Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papirus, 1995.

GALVÃO, Ana Lúcia de Oliveira; FERREIRA, Cristiano Fernandes; ROSSATO, Renata Membribes; REINO, José Carlos Ribeiro; JANSEN, Débora Campos; VILELA, Cláudia do Val. Breve Descrição Do Patrimônio Espeleológico Do Município De São Desidério – Ba. In: **Revista Brasileira de Espeleologia**. V 02, n. 01, p. 13 – 28, ano 2012. p.25

GESSER, V.; RANGHETTI, D.S. O currículo no ensino superior: princípios epistemológicos para um design contemporâneo. **Revista e-curriculum**. São Paulo, v.7 n.º 2 Agosto, 2011.

GOMES, Luiz Flávio. **A crise (tríplice) do ensino jurídico**. Disponível em: <www.jusnavigandi.com.br>. Acesso em: 19 maio 2009.

GRAMSCI, Antônio. **A concepção dialética da história**. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

JCBL, **Alvará de 03 de junho 1820: JOHN CARTER BROWN LIBRARY (JCBL)**. O Código Brasiliense. Alvará de 03 de junho de 1820. Disponível em <http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/1820_docs/L12_p01.html>. Acesso em 02 fev 2015.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A aula em Direito. In: ENCARNAÇÃO, João Bosco da. MACIEL, Getulino do Espírito Santo (Org.). **Seis temas sobre o ensino jurídico**. São Paulo: Cabral editora, 1995.

LOBO, Paulo Luiz Netto. Avaliação externa dos Cursos Jurídicos - Análise dos indicadores. in "**Ensino Jurídico OAB, 170 anos de Cursos Jurídicos do Brasil**". Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Brasília, 1997.

LORDELO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia Machado (orgs.). **Estudos com Estudantes Egressos: concepções e possibilidades metodológicas na avaliação de programas**. Salvador: EDUFBA, 2012.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

MACIEL, Getulino do Espírito Santo. Por um ensino jurídico crítico. In: ENCARNAÇÃO, João Bosco da. MACIEL, Getulino do Espírito Santo (Org.). **Seis temas sobre o ensino jurídico**. São Paulo: Cabral editora, 1995.

MARTINEZ, Sérgio Rodrigo. Reflexões sobre o Ensino Jurídico: aplicação da obra de Paulo Freire aos cursos de Direito. **Revista Âmbito Jurídico**. Disponível em: <www.ambito-juridico.com.br>. Acesso em: 22 maio 2009a.

_____. **A evolução do ensino jurídico no Brasil**. Disponível em <www.ensinojuridico.com.br>. Acesso em: 19 maio 2009b.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. 2.ed. Tradução Yedda de Macedo Soares. Rio de Janeiro – RJ: Editora Nova Fronteira S.A., 2004, p.62.

MELO FILHO, Álvaro. **Metodologia do Ensino Jurídico**. 3.Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984

_____. Por uma revolução no ensino jurídico. **Revista Forense**. Rio de Janeiro, v.322, ano 89, abr./jun. p.09-15, 1993.

Mobiliário e Equipamento Urbano. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT. 2004.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. **Metodologia da pesquisa jurídica**: manual para a elaboração e apresentação de monografias. Rio de Janeiro, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional Versus Identidade Negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e Sentidos. 2.ed. São Paulo: Ática, 1988.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

PENA, Mônica Diniz. **Acompanhamento de egressos**: análise conceitual e sua aplicação no âmbito educacional brasileiro. Educação Tecnológica, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 25- 30, jul./dez. 2000. Disponível em: <<http://www2.cefetmg.br/dppg/revista/arqRev/revistan5v2-artigo3.pdf>>. Acesso em: 29 de junho de 2015.

PIERSON, Donald. **O Homem no vale do São Francisco**. Tradução: Maria Aparecida Madeira Kerberg; Ruy Jungmann. Tomo I. Rio de Janeiro – RJ: SUVALE, 1972. p.228-229:

PINHO, José Ricardo Moreno. **Escravos, quilombolas ou meeiros?** Escravidão e cultura política no médio São Francisco (1830 – 1888). 2001. 119 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, 2001. p.34:

PITTA, Ignez. Padre Vieira: um marco novo para a religião, cultura e educação de Barreiras. In. SILVA, D. Josafá M. da; PORTELA, Adriano. **Padre Vieira**: missionário, construtor e educador em Barreiras. Salvador: EGBA, 2015.

QUILOMBOS da Bahia. Direção: Antonio Olavo. Produção: Portfolium laboratório de imagens. Roteiro: Antonio Olavo. Lauro de Freitas: Portfolium laboratório de imagens. DVD, 2004. 98 minutos.

ROCHA, Geraldo. **O rio São Francisco**: fator precípua da existência do Brasil. 4.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Ensino Jurídico e Direito Alternativo**, São Paulo: Ed. Acadêmica, 1993.

_____. A reforma curricular nos cursos jurídicos e a portaria n.º 1.886/94MEC. In: **I Seminário Nacional De Ensino Jurídico, Cidadania e Mercado de Trabalho**. Curitiba: UFPR - Faculdade de Direito, 1995, p.117-126.

SAMPAIO, Mateus. Oeste da Bahia: capitalismo, agricultura e expropriação de bens de interesse coletivo. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária: “Territórios em disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”, 21, 2012, Uberlândia. **Anais eletrônicos do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia: UFU, 2012. PDF. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1125_2.pdf>. Acesso em 15 jan 2015.

SAMPAIO, Teodoro. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTANA, Napoliana Pereira. **Família e Microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu-BA, 1840 a 1880)**. 2012. 218 f. Dissertação (mestrado em História), Departamento de Ciências

Humanas, Programa de Mestrado em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2012.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. Oeste baiano: ocupação econômica, formação social e modernização agrícola. In NEVES, Erivaldo Fagundes. **Sertões da Bahia**: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. Salvador: Arcádia, 2011.

SANTOS, Jaciete Barbosa. **Preconceito e inclusão**: trajetórias de estudantes com deficiência na universidade. 2013. 399 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado da Bahia, campus Salvador – BA.

SILVA, Cândido da Costa e. **Segadores e a messe**: o clero oitocentista na Bahia. Salvador: SCT/EDUFBA, 2000.

SILVA, Rafael Sancho Carvalho da. “**E de mato faria fogo**”: o banditismo no sertão do São Francisco, 1848 – 1884. 2011. 148 f. Dissertação (mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SIMÕES, Maria Lúcia; MOURA, Milton. Proálcool despeja morte no Rio São Francisco. **Caderno do CEAS**, nº. 93. Setembro/outubro de 1984.

SOBRINHO, José de Sousa. **O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia**: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra. 2012. 436 f. Tese (Doutorado em Geografia humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VASQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

APÊNDICE A

1º SEMESTRE

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR						
CÓDIGO		NOME DO COMPONENTE			SEMESTRE: 1º	
CHU5000		CONTRUÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO				
CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Conceito de Ciência Política. Ciência Política e Teoria do Estado. Evolução Histórica do Pensamento Político: Grécia, Roma, Idades Média e Moderna. Pensamento Político Contemporâneo. Origem e Evolução do Estado. Estado Moderno. Estado Contemporâneo. Função Social do Estado Contemporâneo. Elementos do Estado. Formas de Estado e de Governo. Regimes Políticos. Investidura dos Governantes. Partidos Políticos. Formação do Estado Brasileiro

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva.

STRECK, Lênio Luiz. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

WEBER, Max; BERLINCK, Manoel. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Globo.

BOBBIO, Noberto. **Teoria Geral da Política**: Campus Elsevier. Rio de Janeiro.

BORDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**, São Paulo: Companhia das Letras.

STRAUSS, Leo e CROPSEY, Joseph. **História da Filosofia Política**, Rio de Janeiro: Editora Forense Universitário.

Bibliografia Recomendada

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O Futuro do Estado**. Editora: Saraiva

KELSEN, Hans, **Teoria Geral do Direito e do Estado**. Editora: Martins Fontes

BODIN, Jean. **Os seis livros da república**. Livro primeiro. Ícone Editora

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 11 ed. Graal Editora,

ARENDT, Hannah. **Da revolução**. Editora Ática.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 1º

CHU5001**CONTRUÇÃO DO PENSAMENTO JURÍDICO**

CARGA HORÁRIA

T

P

TOTAL

60

-

60**Módulo**

Teórico

Prático

45

-

NATUREZA**OB****Pré-Requisito**

EMENTA

O histórico confronto entre jusnaturalismo e positivismo jurídico: conceitos, classificações, teses fundamentais e autores. A crise do positivismo e do normativismo jurídico: causas históricas e escolas do século XX. O problema das fontes e do pluralismo jurídico contemporâneo. Os limites de uma teoria sobre a norma e sobre o ordenamento jurídico. As componentes curriculares do conhecimento jurídico e a possibilidade de uma ciência do direito. A problemática relação entre o direito e a justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico**: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1995.

BOBBIO, Norberto. **Estudos por uma Teoria Geral do Direito**. Editora Manole, 2015.

DWORKIN, Ronald. **O império do Direito**. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão e dominação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

HART, H. L. A. **O conceito de Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MONTORO, André Franco. **Introdução à ciência do direito**. 26. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

Bibliografia Complementar

DAVID, René. **Grandes sistemas do direito contemporâneo**. São Paulo: Martins Fontes.

ENGLISH, Karl. **Introdução ao Pensamento Jurídico**. 6.ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para des-pensar o direito. *In: A crítica da razão indolente*: contra o desperdício da experiência. 3ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2001, p. 164-188.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura no direito. São Paulo: Alfa-Ômega, 2001.

Bibliografia Recomendada

FULLER, Lon. **O caso dos exploradores de cavernas**. Porto Alegre: Fabris, 1976.

KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KELSEN, Hans. **Jurisdição constitucional**. Trad. do alemão Alexandre Krug. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LARENZ, Karl. **Metodologia da Ciência do Direito**. 6.ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

WARAT, Luis Alberto. **Epistemologia e ensino do direito**: o sonho acabou. v. II Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE: 1º****CHU0001****OFICINA DE LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL**

CARGA HORÁRIA				Módulo			NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	T/P	TOTAL	Teórico	Prático	Teórico/Prática	OB	
-	-	60	60	-	-	30		

EMENTA

Concepções de linguagens, língua, leitura e escrita. Texto e discurso. Os processos de leitura e de escrita como práticas sociais. Interpretação, análises e produção de textos de gêneros diversos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- CAVALCANTE, Monica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.
CITELLI, Adilson. **O texto argumentativo**. São Paulo: Scipione, 1994.
VAN DICK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.
FOUCAULT, Michel. O que é um autor. In: _____ . **Ditos e escritos III**. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
KOCH, I. V. ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2008.
SAUTCHUK, Inez. **Perca o medo de escrever - da frase ao texto**. São Paulo: Saraiva, 2011.
VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e Textualidade**. 2.ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

Bibliografia Complementar

- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: **O Rumor da Língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 2.ed., São Paulo: Edições Loyola, 1996.
ILARI, Rodolfo. **Introdução à semântica: brincando com a gramática**. São Paulo: Contexto, 2001.
MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
SANTOS, L. W.; RICHE, R. C.; TEIXEIRA, C. S. **Análise e produção de textos**. São Paulo: Contexto, 2012.

Bibliografia Recomendada

- XAVIER, Antônio Carlos. **Como se faz um texto: a construção da dissertação argumentativa**. São Paulo: Respel, 2010.
GARCEZ, Lucília H. do Carmo. **Técnica de Redação: o que é preciso saber para bem escrever**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GRAMÁTICAS

- AZEREDO, José Carlos. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 31.ed. São Paulo: Nacional, 1987.
CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
MIRA MATEUS, Maria Helena et alii. **Gramática da língua portuguesa**. 5.ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 2003.

PERINI, Mário. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1995.

DICIONÁRIOS

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	SEMESTRE: 1º
CHU0002	FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS	

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Teoria do conhecimento: aspectos históricos e conceituais. Relação sujeito-objeto na produção do conhecimento filosófico e científico. Realidade, concepções de mundo e de ciência. Atitude filosófica e metodologia científica. Contexto de descoberta e contexto de justificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- BACON, Francis. **O progresso do conhecimento**. São Paulo: Unesp, 2007.
 DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
 EINSTEIN, Albert; INFELD, Leopold. **A evolução da física**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
 GALILEI, Galileu. **Diálogo sobre os dois máximos sistemas do mundo ptolomaico e copernicano**. São Paulo: Editora 34, 2011.
 HUME, David. **Investigação sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. São Paulo: Unesp, 2004.
 NEWTON, Isaac. **Princípios matemáticos da filosofia natural**. Volume 1. São Paulo: Nova Stella/Edusp, 1990.
 POPPER, Karl. **O conhecimento objetivo**. São Paulo: Cultrix, 2014.

Bibliografia Complementar

- CASSIRER, Ernst. **Indivíduo e cosmos na filosofia do Renascimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
 KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
 FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: Unesp, 2011.
 ROSSI, Paolo. **A ciência e a filosofia dos modernos**. São Paulo: Unesp, 1992.
 FRENCH, Steven. **Ciência. Conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Bibliografia Recomendada

- ABRANTES, Paulo. **Método e ciência: uma abordagem filosófica**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.
 ARISTÓTELES. **Metafísica. Madri**: Gredos, 1990. Tradução Tomás Calvo Martínez.
 _____. **Física. Madri**: Gredos, 1992. Tradução Valentín Garcia Yebra.
 BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2002.
 _____. **O novo espírito científico**. Lisboa: Edições 70, 2008.
 _____. **O materialismo racional**. Lisboa: edições 70, 1990.
 CANGUILHEM, Georges. **Estudos de História e de Filosofia das Ciências: concernentes aos vivos e à vida**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
 _____. **O conhecimento da vida**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
 CASSIRER, Ernst. **El problema del conocimiento en la filosofía y en la ciencia modernas**. 3 vols. México: Fondo de cultura económica, 1993.
 _____. **Indivíduo e cosmos na filosofia do Renascimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
 CHALMERS, Alan F. **O que é a ciência afinal?** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1993.
 CUPANI, Alberto. **Filosofia da tecnologia: um convite**. Santa Catarina: UFSC, 2013.

-
- DESCARTES, René. **Meditações metafísicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **Introdução à teoria da ciência**. Santa Catarina: UFSC, 2009.
- EINSTEIN, Albert. **A teoria geral da relatividade**. Porto Alegre: LP&M, 2013.
- FEYERABEND, Paul. **Adeus à razão**. São Paulo: Unesp, 2010.
- _____. **A ciência em uma sociedade livre**. São Paulo: Unesp, 2011.
- GARIN, Eugenio. **Ciência e vida civil no renascimento italiano**. São Paulo: Unesp, 1996.
- GRANGER, Giles-Gaston. **A ciência e as ciências**. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.
- HABERMAS, Jürgen. **Discurso Filosófico da Modernidade**. Tradução: Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HARRISON, Peter (org.). **Ciência e religião**. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2014.
- HEMPEL, Carl G. **Filosofia da ciência natural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- HENRY, John. **A revolução científica e as origens da ciência moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 2014.
- LAKATOS, Imre & Alan Musgrave. **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento** – quarto volume das atas do Colóquio internacional sobre filosofia da ciência, realizado em Londres em 1965. São Paulo: Ed. Cultrix, 1979.
- LAUDAN, Larry et alii. **Mudança científica: modelos filosóficos e pesquisa histórica**. In: “Revista Estudos Avançados”, 7(19), 1993.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.
- KOYRÉ, Alexandre. **Do mundo fechado ao universo infinito**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. **Estudos de história do pensamento filosófico**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- KUHN, Thomas. **A revolução copernicana**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- MERTON, Robert. **Ensaio de Sociologia da Ciência**. São Paulo: Associação Filosófica Scientia Studia/Editora 34, 2013.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- NOUVEL, Pascal. **Filosofia das ciências**. Campinas: Papirus, 2013.
- POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução: Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2014.
- _____. **Conjecturas e refutações**. Coimbra: Almedina, 2006.
- _____. **Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento**. São Paulo: Unesp, 2013.
- REDONDI, Pietro. **Galileu herético**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru: Edusc, 2001.
- _____. **A chave universal: Arte da memorização e lógica**. Bauru: Edusc, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SIQUEIRA-BATISTA, Romulo & Rodrigo. A ciência, a verdade e o real: variações sobre o anarquismo epistemológico de Paul Feyerabend. In: Caderno Brasileiro do Ensino de Física. v. 22, n. 2, ago. 2005, p. 240-262.
-

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 1º

CHU5002**ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS E JURÍDICOS**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Estudo da Antropologia no contexto das Ciências Sociais. A cultura segundo uma perspectiva antropológica. O método etnográfico e as técnicas de pesquisa em antropologia. Estudo do Direito sob o ponto de vista Antropológico. Análise de processos, resoluções, disputas e situações de conflito em diferentes sociedades e/ou contextos culturais específicos e diferenciados. Relações entre saber e conhecimento, sociedade, Estado de Direito, democracia, direitos humanos, justiça e controle social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

DAMATTA, Roberto. **Relativizando:** Uma introdução “a Antropologia Social”. Rio de Janeiro: Rocco.
DAVIS, Shelton. H. **Antropologia do Direito.** Rio de Janeiro: Zahar.
GERRTZ, Clifford. **O saber local:** novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes.
MALINOWSKI, Bronislaw. **Crime e costume na sociedade selvagem.** Brasília, São Paulo: Ed. UnB/ Imprensa Oficial do Estado.
OLIVEIRA, Luis R. Cardoso de. **Direito legal e insulto moral:** dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política.

Bibliografia Complementar

SHIRLEY, Robert W. **Antropologia Jurídica.** São Paulo: Saraiva.
GERRTZ, Clifford. Um Jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar.
LIMA, Kant de & NOVAES, Regina Reyes (Org.). **Antropologia e Direitos Humanos 37**(Vol.1). Niterói/ Rio de Janeiro: EdUFF.

Bibliografia Recomendada

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Zahar.
LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia.** São Paulo: Brasiliense.
MAUSS, Marcel . **Ensaio sobre a Dádiva:** forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EDUSP.
MONTERO, Paula. **Da doença a desordem:** a magia na umbanda. Rio de Janeiro: Graal.

ROCHA, Everardo. **O que é Etnocentrismo?.** São Paulo: Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos,124).

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO		NOME DO COMPONENTE		SEMESTRE: 1º		
CHU5003		ESTUDOS ECONÔMICOS				
CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Aspectos Econômicos da Atualidade; Multicomponente curricularridade das Ciências Sociais; Evolução do Pensamento Econômico; Conceitos de Economia e Sistemas Econômicos; Análise da Produção e dos Mercados; Política Macroeconômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

COOTER, Robert; ULEN, Thomas. **Direito & economia**. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
NUSDEO, Fábio. **Curso de economia**: introdução ao direito econômico. 10. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2016.
MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia**: fundamentos e aplicações. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). **Manual de economia**: equipe de professores da USP. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
ROSSETTI, José Pascoal. **Introdução à economia**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia**: micro e macro. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
_____; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. – Best Seller em Economia.

Bibliografia Complementar

MOCHÓN MORCILLO, Francisco. **Princípios de economia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
SILVA, Adelphino Teixeira da. **Iniciação à economia**. São Paulo: Atlas, 2000.
VICECONTI, Paulo; SILVÉRIO, Neves das. **Introdução à economia**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
WESSELS, W. J. **Economia** - Série Essencial. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia Recomendada

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia em 10 lições**. São Paulo: Makron Books, 2000.
GASTALDI, José Petrelli. **Elementos de economia política**. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). **Manual de introdução à economia**: equipe de professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2006.
SOUZA, Nali de Jesus de. **Curso de economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
TROSTER, Roberto Luis; MOCHÓN MORCILLO, F. **Introdução à economia**. ed. rev. e atual. São Paulo: Pearson/Makron Books, 2004.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE: 1º**

CHU5004**OFICINA DE EXPRESSÃO ORAL E TEXTUAL**

CARGA HORÁRIA**Módulo****Pré-Requisito****T****P****TOTAL****Teórico****Prático****NATUREZA****-****30****30****-****30****OB**

EMENTA

Introdução dos alunos recém-ingressos no mundo profissional e na formação prática. Expressão na modalidade escrita em textos de caráter argumentativo. Expressão oral para a prática jurídica adequada às situações profissionais e acadêmicas. Expressão verbal e escrita no mundo jurídico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ALVES, Léo da S. **A arte da oratória**: técnicas de oratória moderna e comunicação eficiente. Brasília: Brasília Jurídica, 2004.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Como falar em público**: técnicas de comunicação para apresentações. São Paulo: Ática, 2006.

LOUZADA, Maria Sílvia. et al. **O Texto sem mistérios**: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009 (Coleção Ática Universidade).

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Português Forense**: Língua Portuguesa para Curso de Direito. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NADÓLSKIS, Hêndrikas; TOLEDO, Marlene Paula M. F. de. **Comunicação Jurídica**: orientação completa para a correta redação de textos jurídicos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

Bibliografia Complementar

ARISTOTLES. **The art of rethoric**. Londres: Penguin, 1991. Trad. H. C. Lawson-Tancred

ATIENZA, Manuel. **As Razões do Direito**: Teorias da Argumentação Jurídica. 2.ed. São Paulo: Landy, 2002.

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. **Curso de Português Jurídico**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FURINI, Isabel F. **A arte de falar em público**: a oratória em todos os tempos. 2.ed. São Paulo: IBRASA, 1999.

GOLD, Mirian; SEGAL, Marcelo. **Português Instrumental para cursos de Direito**. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2007.

Bibliografia Recomendada

HINDLE, Tim. **Como fazer apresentações**. São Paulo: Publifolha, 1999. Série Sucesso Profissional. Trad. de César Taylor da Costa.

LEAL, José C. **A arte de falar em público**. 3.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

LOBO, Nazildes S. **Falar em público**: experiência de mal-estar na trajetória profissional contemporânea. São Paulo: Escuta, 2003.

MANDEL, Steve. **Como fazer uma apresentação perfeita**: um guia prático para discursar melhor. Trad. de Nilza Freire. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

2º SEMESTRE

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	SEMESTRE:2º
CHU5012	TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL	

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Parte Geral do Código Civil. Direito Civil: conceito, origens e fontes. Das pessoas. Domicílio. Direitos da Personalidade. Objeto da relação jurídica: bens e noção de patrimônio. Dos bens. Classificação dos bens: bens considerados em si mesmos, bens reciprocamente considerados. Registro de bens móveis e de bens imóveis. Prescrição e decadência. Teoria do Ato e Fato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio jurídico. Existência, validade e eficácia*. Vol. II. São Paulo: Saraiva

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil: parte geral*. São Paulo: Saraiva.

GOMES, Orlando. *Introdução ao Direito Civil*. Rio de Janeiro: Forense.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de Direito Civil - v.1 - Parte Geral e LINDB*. 15ª edição, Editora Juspodivm, 2017.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do fato jurídico (plano da existência)*. 20.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar

TEPEDINO, Gustavo. *Premissas metodológicas para a constitucionalização do direito civil*. In: **Temas de direito civil**. Rio de Janeiro: Renovar

SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. São Paulo. Atlas.2011

FACHIN, Luis Edson. *Teoria Crítica do Direito Civil à luz do novo Código Civil Brasileiro*. 2ª edição revista e atualizada. Renovar, Rio de Janeiro, 2003.

PERLIGIERI, Pietro. *Perfis de Direito Civil/ Pietro Perligieri*; tradução de: Maria Cristina de Cicco. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado*.4.ed. 2. tir. São Paulo: RT, 1977. Tomo I.

Bibliografia Recomendada

BARBOZA, Heloisa Helena, MORAES, Maria Celina Bodin de e TEPEDINO, Gustavo. *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*. Rio de Janeiro: Renovar.

CASTRO, Guilherme Couto de. *Direito civil – Lições*. Impetus.

DE CUPIS, Adriano. *Os Direitos da Personalidade*. Trad: Afonso Celso Furtado Rezende. Campinas: Romana.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Vol. I, Forense. Rio de Janeiro.

TEPEDINO, Gustavo. *Problemas de direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar

TEPEDINO, Gustavo. (Coord.) **A parte geral do novo Código Civil**. Rio de Janeiro: Renovar
TEPEDINO, Gustavo. **Temas de direito civil**. Rio de Janeiro: Renovar
VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil**: parte geral. v. 1. São Paulo: Atlas

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 2º

CHU5006**TEORIA DO DIREITO PENAL**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Conceito, Formação Histórica, Princípios Constitucionais. Aplicação da lei Penal, Crime. Imputabilidade Penal. Concurso de pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BITENCOURT, Cesar Roberto. **Tratado de Direito Penal: Parte Geral**. v.1. São Paulo: Saraiva.
BUSATO, Paulo César. **Direito Penal: Parte Geral**. v.1. São Paulo: Atlas.
GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**. v.1. Niterói: Impetus.
FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão: teoria do garantismo penal**. Tradução de Ana Paula Zomer Sica, Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares, Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais.
QUEIROZ, Paulo. **Direito Penal: Parte geral**. v. 1. São Paulo: Juspodivm.
ZAFFARONI, E. R. & PIERANGELI, J. H. **Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia Complementar

HASSEMER, Winfried. **Introdução aos Fundamentos do Direito Penal**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.
JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal: Parte Geral**. Vol. I, São Paulo: Saraiva.
MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal: Parte Geral**. Vol. I, São Paulo: Atlas.
ROXIN, Claus. **Funcionalismo e imputação objetiva no direito penal**. Tradução e introdução de Luís Greco. Rio de Janeiro: Renovar
ROXIN, Claus. **Derecho Penal: parte general Tomo I**. Fundamentos. La estructura da teoria del delito. Tradução e notas Diego-Manuel Luzon Peña e outros. Madrid: Civitas.
SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal: Parte Geral**. Curitiba: ICPC.

Bibliografia Recomendada

CEREZO MIR, José. **Derecho Penal: parte general**. Buenos Aires: Editorial BdeF.
DIAS, Figueiredo. **Questões fundamentais de direito penal revisitadas**. São Paulo: Revista dos Tribunais.
DOTTI, René Ariel. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**. Rio de Janeiro: Forense.
FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de Direito Penal – Parte Geral**. Rio de Janeiro: Forense.
NORONHA, E. Magalhães de. **Direito Penal: Parte Geral**. Vols. I. São Paulo: Saraiva
HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas perdidas O Sistema Penal em questão** (trad. Maria L. Karan). Niterói: Luam.
PALAZZO, Francesco C. **Valores Constitucionais e Direito Penal**. Trad. Gérson P. dos Santos, Porto Alegre: Sergio Fabris.
TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. Saraiva.
WELZEL, Hans. **O novo sistema jurídico-penal** (trad. Luiz R. Prado). São Paulo: Revista dos Tribunais.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 2º

CHU5008**DIREITO CONSTITUCIONAL I**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Constitucionalismo. A Constituição como o fundamento de validade do sistema jurídico-positivo. Concepções de Constituição. Classificação das Constituições. Poder Constituinte. Normas constitucionais. Estrutura da Constituição. Hermenêutica Constitucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Editora Malheiros

BARROSO, LUIS ROBERTO. **Interpretação e aplicação da Constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. São Paulo: Saraiva

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros

BRASIL. [CONSTITUIÇÃO (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

MENDES, Gilmar Ferreira. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito Constitucional**, Saraiva

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional positivo**, Malheiros;

Bibliografia Complementar

CANOTILHO, Jose Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina

DIMOULIS, Dimitri. **Dicionário Brasileiro de Direito constitucional**, Saraiva.

MASSAU, Guilherme. **O Estado de Direito e as dimensões da Res Publica**. Editora Prismas.

NASCIMENTO, Carlos Valder do; MARTINS, IVES Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira. **Tratado de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva

Bibliografia Recomendada

SILVA, José Afonso da. **APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS**. Editora MALHEIROS.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL**. Editora SARAIVA.

BARROSO, Luís Roberto. **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO**. Editora SARAIVA.

RAFAGNIN, Thiago Ribeiro. **ELEMENTOS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA**. Editora PRISMAS.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 2º

CHU5007**HISTÓRIA DO DIREITO**

CARGA HORÁRIA

T	P	TOTAL
60	-	60

Módulo

Teórico	Prático
45	-

NATUREZA

OBPré-Requisito

EMENTA

História do direito, historiografia e ensino jurídico. A dinâmica entre as transformações sociais e o fenômeno jurídico ao longo da tempo. Fontes, processos e instituições jurídicas nos grandes sistemas jurídicos da história, com ênfase sistema romano-germânico. Direito na Antiguidade, na Idade Média e na Modernidade. História do Direito brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Introdução teórica à história do direito**. Curitiba: Juruá.

GILISSEN, John. **Introdução histórica ao direito**. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia – síntese de um milênio**. Florianópolis: Fundação Boiteux.

WIEACKER, Franz. **História do direito privado moderno**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito no Brasil**. Forense: Rio de Janeiro, 2002.

Bibliografia Complementar

CAENEGEM, R.C. van. *Uma introdução histórica ao direito privado*. Trad. Carlos Eduardo Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: UNESP, 2012.

HESPANHA, António Manuel. **Justiça e litigiosidade: história e prospectiva**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito na história: lições introdutórias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

WOLKMER, Antonio Carlos (Org). **Fundamentos da história do Direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

Bibliografia Recomendada

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito romano**. Rio de Janeiro: Forense, V.1.

ANDERSON, P. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929-1989**. São Paulo: UNESP, 2010.

BURKE, Peter. **Renascimento italiano**. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

CICCO, Claudio de. **História do pensamento jurídico e filosofia do direito**. São Paulo: Saraiva.

GROSSI, Paolo. **A ordem jurídica medieval**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

HESPANHA, António Manuel. **Justiça e litigiosidade: história e prospectiva**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

LOPES, José Reinaldo de Lima; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; ACCA, Thiago dos Santos. **Curso de História do Direito**. 3 ed. São Paulo: Método, 2013.

MACEDO, Silvio de. **História do pensamento jurídico**. Porto Alegre: SAFE.

PAIXÃO, Cristiano. BIGLIAZZI, Renato. **História constitucional inglesa e norte-americana: do surgimento à estabilização da forma constitucional**. Brasília: Ed. UnB/Finatec, 2012.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina.** Trad. Patricia Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
VILLEY, Michel. **Direito Romano.** Trad. Fernando Couto. Porto: Rés, 1991.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 2º

CHU5005**PENSAMENTO SOCIOLOGICO E JURÍDICO**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

A sociedade. Os fenômenos sociais. As grandes mudanças no seio da sociedade no tempo. A sociedade tecnológica e globalizada. Direito e sociedade. A Ciência do Direito como Sociologia. Tipologia das relações sociais. Relações sociais e relações jurídicas. Conflitos sociais e Direito. Direito e controle social. O papel social do Poder Judiciário. Jurisprudência e mudança social. Sociedade, movimentos sociais e processos sociais. Noções de Sociologia Jurídica: direito, justiça e conflito numa sociedade em transformação. Direito das minorias e exclusão social

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BOURDIEU, PIERRE. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva.
FARIA, José Eduardo. **Sociologia Jurídica**. Série GVLAW Direito e Conjuntura. São Paulo: Saraiva.
GRAU, Eros. O Direito Posto e o Direito Pressuposto. 9. ed. São Paulo: Malheiros: 2014.
SABADELL, Ana Lúcia. Manual de Sociologia Jurídica: Introdução a Uma Leitura Externa do Direito. 7.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Petrópolis: Vozes.

Bibliografia Complementar

CAMPILONGO, Caio Fernandes. **O Direito Na Sociedade Complexa**. São Paulo: Saraiva, 2011.
DURKHEIM, Emile. **Lições de Sociologia**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
FEBBRAJO, Alberto; LIMA, Fernando Rister De Sousa; PUGLIESI, Márcio. **Sociologia do Direito: Teoria e Praxis**. Curitiba: Juruá, 2017.
REHBINDER, Manfred. **Sociologia do Direito**. Linha Direito Comparado. Tradução: Márcio Flávio Mafra Leal. São Paulo: Saraiva, 2017.
WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Editora UNB.

Bibliografia Recomendada

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Sociologia Jurídica**. 14. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
OLIVEIRA JÚNIOR, José Alcebiades de; SOUZA, Leonardo da Rocha de. **Sociologia do Direito: Desafios Contemporâneos**. São Paulo: Livraria do Advogado, 2016.
POSNER, Richard. **Direito, pragmatismo e democracia**. Rio de Janeiro, Forense.
SILVA, Ênio Valdir da. **Sociologia Jurídica**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2017.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 2º

CHU5010**OFICINA DE LEGISLAÇÃO COMPARADA**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
15	15	30	45	20	OB	

EMENTA

Visão dinâmica do ordenamento jurídico em perspectiva comparada. Técnicas eminentemente participativas, pela via do trabalho direto com os textos de direito positivo. Direito material e processual comparado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros
MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. Rio de Janeiro: Forense,
SILVA, José Afonso da. **Comentário Contextual à Constituição**. São Paulo: Malheiros
BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra. Trad. de Marco Aurélio Nogueira.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Do processo legislativo**. São Paulo: Saraiva
MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de Segurança**. São Paulo: Malheiros

Bibliografia Complementar

ANASTÁSIA, Fátima. **Federação e relações intergovernamentais**. In: AVELAR, Lúcia.
BENEVIDES, Maria Victoria; VANUCCHI, Paulo; KERCHÉ, Fábio (orgs). **Reforma Política e Cidadania**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo
CINTRA; Antônio Octávio (orgs.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Konrad Adenauer – UNESP, 2004. p. 185-203.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros
SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros

Bibliografia Recomendada:

SUNDFELD, Carlos Ari. “Processo e procedimento administrativo no Brasil”. In: SUNDFELD, Carlos Ari; MUÑOZ, Guilhermino Andrés (org.). **As Leis de Processo Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 17-36
CINTRA, Antônio Octávio; LACOMBE, Marcelo Barroso. **A Câmara dos Deputados na Nova República: a visão da ciência política**. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Konrad Adenauer – UNESP, 2004. p. 135-168.
DIMOULIS, Dimitri. **Manual de Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
KERCHÉ, Fábio (orgs). **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. p. 413-448.
LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. **Medidas provisórias**. In: BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHÉ, Fábio (orgs). **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. p. 266-299.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE:2º

CHU5011**OFICINA DE NEGOCIAÇÃO E MEDIAÇÃO**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
-	30	30	-	20	OB	

EMENTA

Teoria do Conflito. Ferramentas da Comunicação e da Negociação. Técnicas de Negociação para Advogados. Procedimentos de Negociação Simulada. Mediação de Conflitos. Escolas da Mediação. Princípios Norteadores da Mediação. Lei 13.140/2015 e Mediação no Brasil. Áreas Temáticas da Mediação. Procedimentos Simulados de Mediação. Redação de Acordos na Mediação. Noções de Arbitragem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ASSUMPCÃO, Diogo Rezende de Almeida; MEDINA, Fernanda Pantoja; PELAJO, Samantha. **A mediação no novo Código de Processo Civil**. 2. Ed. Rio de Janeiro, Forense, 2014.
CALMON, Petrônio. **Fundamentos da Mediação e da Conciliação**. 3. Ed. Gazeta Jurídica, 2014.
GOMES AMARAL, Marcia Terezinha. **O direito de acesso à justiça e a mediação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
MOURÃO, Figueiredo; SILVA, Alessandra Nascimento. **Técnicas de negociação para advogados**. 4. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
ROCHA, Caio Cesar Vieira; SALOMÃO, Luis Felipe. **Arbitragem e Mediação: A reforma legislativa brasileira**. São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia Complementar

BOMFIM, Ana Paula Rocha do; MENEZES, Hellen Monique Ferreira de. (Coord.) **MESCs: manual de mediação, conciliação e arbitragem**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
FISHER, Roger. **Como chegar ao sim**; Rio de Janeiro: Imago, 2005.
GAIO JUNIOR, Antônio Pereira. **Teoria da arbitragem**; São Paulo: Rideel, 2012.
SALES, Lilia Maia de Moraes. **Mediação de conflitos: família, escola e comunidades**. Rio de Janeiro: Conceito Editorial, 2007.
SERPA, Maria de Nazareth. **Teoria e prática da mediação de conflitos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. São Paulo: Método, 2007.

Bibliografia Recomendada

PANTOJA, Teresa. **Prática em arbitragem**; Rio de Janeiro: Forense
FICHTNER, José Antonio. **Temas de arbitragem**; Rio de Janeiro: Renovar
CRETELLA NETO, José. **Curso de arbitragem**; Rio de Janeiro: Forense

3º SEMESTRE

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	SEMESTRE: 3º
CHU5019	NEGÓCIO JURÍDICO E DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Teoria do negócio Jurídico: planos da existência, da validade e da eficácia. Defeitos da vontade na formação do negócio jurídico. A incongruência entre a vontade e a sua manifestação: erro ou ignorância, dolo, coação e estado de perigo. O fim ilícito desvirtua o ato: lesão, simulação, fraude contra credores. Elementos acidentais do negócio jurídico: condição, termo e encargo. O sistema das nulidades: atos nulos e atos anuláveis. Nulidade e inexistência. Teoria Geral das Obrigações. Obrigações: noção, fontes, espécies, estrutura e função. Distinção entre obrigação, dever em geral, ônus e estado de sujeição. Modalidades das obrigações. Cumprimento e não cumprimento das obrigações. Cláusula penal. Transmissão das obrigações. Efeitos das obrigações. Execução das obrigações. Adimplemento, inadimplemento e outros modos indiretos de extinção obrigacional. Cessão de crédito. Garantia Geral das Obrigações: meios de conservação da garantia patrimonial; astreintes; fiança; privilégios; penhor e hipoteca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro, V. 3, Teoria das Obrigações Contratuais e extracontratuais**. São Paulo: Saraiva.
- GOMES, Orlando. **Obrigações**. Rio de Janeiro: Ed. Forense
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito das Obrigações**. Parte Especial. São Paulo: Saraiva.
- FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: obrigações**. 10.ed. ver. Ampl. e atual – Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.
- AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio jurídico. Existência, validade e eficácia**. Vol. II. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

- LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Teoria Geral das Obrigações**. São Paulo: Ed. Saraiva
- COUTO E SILVA, Clóvis V. do. **A obrigação como processo**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico (plano da existência)**. 20.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2014
- MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**. São Paulo: RT, 1999.
- ANTUNES VARELA, João de Matos. **Das obrigações em geral**. 10.ed. Coimbra: Almeida, 2003

Bibliografia Recomendada

- AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Curso de direito civil: teoria geral das obrigações**. São Paulo: Revista dos Tribunais
- LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito das Obrigações**. Brasília: Brasília Jurídica
- MONTEIRO. Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva
-

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO			NOME DO COMPONENTE		SEMESTRE: 3º	
CHU5020			TEORIA DA PENA E SUAS APLICAÇÕES			
CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZ	Pré-
T	P	TOTAL	Teórico	Prático	A	Requisito
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

A pena: espécies, cominação e aplicação. Concurso de crimes. Regimes de execução. Medidas de segurança. Suspensão condicional da Pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Noções sobre ação penal. Da extinção da punibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BITENCOURT, César Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte geral.** v. 1. São Paulo: Saraiva
BUSATO, Paulo César. **Direito Penal: Parte Geral.** v.1. São Paulo: Atlas.
GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Geral.** v.1. Niterói: Impetus.
PRADO, Luiz Régis. **Curso de direito penal brasileiro: parte geral.** vol. 1, São Paulo: RT
SCHMITT, Ricardo. **Sentença Penal Condenatória: teoria e prática.** São Paulo: Juspodivm.
QUEIROZ, Paulo. **Direito Penal: Parte geral.** v. 1. São Paulo: juspodivm.

Bibliografia Complementar

BISSOLI FILHO, Francisco. **Estigmas da criminalização.** Florianópolis: Obra Jurídica.
BITENCOURT, Cezar Roberto. **Novas Penas Alternativas.** São Paulo: Saraiva.
DELMANTO, Celso et ali. **Código penal comentado.** Rio de Janeiro: Renovar.
GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado.** Niterói: Impetus.
NORONHA, Edgard Magalhães. **Direito penal: parte geral.** São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Recomendada

GRECO, Rogerio. **Código Penal comentado.** Impetus.
COSTA JR, Paulo José. **Curso de direito penal.** Saraiva.
ZAFFARONI, Eugênio Raul e PIERANGELLI, José Henrique. **Manual de Direito Penal brasileiro: parte geral.** São Paulo: RT
DOTTI, René Ariel. **Bases e Alternativas para o Sistema de Penas.** São Paulo: RT.
FAYET JÚNIOR. Ney. **Do crime continuado.** Porto Alegre: Livraria do Advogado.
FERREIRA, Gilberto. **Aplicação da Pena.** Rio de Janeiro: Forense.
FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir** (trad. Lígia M. P. Vassallo). Petrópolis: Vozes.
FRANCO, Alberto Silva et alii. **Código penal e sua interpretação jurisprudencial.** São Paulo: RT
GOMES, Luiz Flávio. **Penas e Medidas Alternativas à prisão.** São Paulo: RT.
KARAM, Maria Lúcia. **Aplicação da Pena: por uma nova atuação da justiça criminal.** Revista Brasileira de Ciências Criminais, nº: 6, abr./jun., São Paulo: RT, 1994.
MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Carcel y Fabrica. Los Orígenes del sistema penitenciário.** México: Siglo XXI.
REALE JR., Miguel; DOTTI, René Ariel; ANDREUCCI, Ricardo Antunes; PITOMBO, Sérgio M. **Penas e medidas de segurança no novo código.** Rio e janeiro: Forense.
SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal: Parte Geral.** Curitiba: ICPC.
SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal: Parte Geral.** Curitiba: ICPC.
ZAFFARONI, Eugênio Raul. **Em Busca das Penas Perdidas.** Rio de Janeiro: Revan.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE: 3º****CHU5014****DIREITO CONSTITUCIONAL II**

CARGA HORÁRIA**T****P****TOTAL****60****-****60****Módulo****Teórico****Prático****45****-****NATUREZA****OB****Pré-Requisito**

EMENTA

Organização do Estado. Organização e Competências dos Poderes. Processo Legislativo. Defesa do Estado. Controle de Constitucionalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

AGRA, Walber. **Curso de Direito Constitucional**, Editora Forense.
BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. Editora Saraiva.
BULOS, Vadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. Editora Saraiva
BULOS, Vadi Lammêgo. **Constituição Federal Anotada**. São Paulo: Saraiva.
DIMOULIS, Dimitri. **Curso de processo constitucional: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais**, Editora Atlas.
SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luis Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. Editora Revista dos Tribunais
TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios: da definição e aplicação dos princípios jurídicos**. Editora Malheiros.
BARROSO, Luis Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. Os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo**. São Paulo: Saraiva
BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros
CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Controle Judicial das Omissões do Poder Público**. Editora Saraiva.
SARLET, Ingo. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Editora Livraria do Advogado.

Bibliografia Recomendada

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Processo constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira. **Efeitos do pronunciamento judicial de inconstitucionalidade no tempo**. Cadernos da Pós-graduação. Belo Horizonte: Mov. Editorial da FD-UFMG, 1995, p. 29.
BARROS, Suzana de Toledo. **O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais**. Brasília: Brasília Jurídica.
HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica constitucional; a sociedade aberta dos intérpretes da constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da Constituição**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris
NEVES, Marcelo. **Teoria da inconstitucionalidade das leis**. São Paulo: Saraiva.
PALU, Oswaldo Luiz. **Controle de constitucionalidade**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

PEREIRA, Rodolfo Viana. **Hermenêutica filosófica e constitucional**. Belo Horizonte: Del Rey.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 3º

CHU5015**TEORIA DO PROCESSO CIVIL**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Princípios constitucionais e gerais do Processo Civil. Histórico do Processo Civil. Organização judiciária federal e estadual. Das normas processuais civis: das normas fundamentais e das aplicações das normas processuais. Da função jurisdicional: da jurisdição e da ação, dos limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional, da competência interna. Dos sujeitos do processo: das partes e dos procuradores, do litisconsórcio, da intervenção de terceiros, do juiz e dos auxiliares da justiça, do Ministério Público, da advocacia pública, da defensoria pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

DIDIER JÚNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno. **Curso de Direito Processual Civil - v.2**. Salvador: Juspodivm.

MARINONI, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz; Mitidiero, Daniel. **Novo Curso de Processo Civil - Vol. 2**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso De Direito Processual Civil - Vol. II**. São Paulo: Gen.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; et al. **Novo CPC. Fundamentos e sistematização**. Rio de Janeiro: Forense

WAMBIER, Luiz Rodrigues; Talamini, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil - Vol. 2**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia Complementar

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. **Teoria do Precedente Judicial: a Justificação e a Aplicação de Regras Jurisprudenciais**. São Paulo: NOESSES.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. São Paulo: Malheiros, v. 1.

DINAMARCO, **Instituições de Direito Processual Civil**. São Paulo: Malheiros, v. 2.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais

Bibliografia Recomendada:

SILVA, Ovidio Baptista da. **Teoria geral do processo Civil**. RT.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE:3º

CHU5016**TEORIA DO PROCESSO PENAL**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Conceito. Denominação. Finalidade. Princípios. Histórico do Direito processual penal. A Constituição e os princípios orientadores do processo penal democrático. Jurisdição e competência. Interpretação e aplicação de normas. Eficácia da lei processual no tempo e no espaço. Polícia judiciária e inquérito policial. Ação penal pública. Condicionada, provada e subsidiária. Jurisdição. Competência. Questões incidentes. Medidas assecuratórias. Doutrina e Jurisprudência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

GRECO FILHO, Vicente. **Manual de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. Volume único. Salvador: JusPodivm.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. Rio de Janeiro. Forense.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Atlas.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

JESUS, Damásio E. de. **Código de processo penal anotado**. São Paulo: Saraiva.

LOPES JUNIOR, Aury; **Fundamentos do Processo Penal – Introdução crítica**. São Paulo: Saraiva.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Curso completo de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva;

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. São Paulo: Saraiva. Vol. 1;

Bibliografia Recomendada

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis. Editora Vozes.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE:3º

CHU5017**OFICINA DE JURISPRUDÊNCIA**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
-	30	30	-	20	OB	

EMENTA

Técnicas de análise de decisões judiciais e de argumentação jurídica. Sopesamento de fatores na solução judicial de conflitos. Análise da textura das decisões judiciais. Identificação dos elementos de argumentação jurisprudencial. Compreensão da importância da jurisprudência para o desempenho da atividade profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina.
CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes Legisladores?**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor. Trad. Carlos Alberto Álvaro de Oliveira).
DALLARI, Dalmo de Abreu. **O Poder dos Juízes**. São Paulo: Saraiva.
CARAJELES COV, Yuri. **Comissões Parlamentares de Inquérito**. Curitiba: Juruá.
SILVA, José Afonso da. **Comentário Contextual à Constituição**. São Paulo: Malheiros.

Bibliografia Complementar

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Divergência Jurisprudencial e Súmula Vinculante**. São Paulo: Revista dos Tribunais.
TAVARES, André Ramos. **Reforma do Judiciário no Brasil pós-88**. São Paulo: Saraiva.
VIEHWEG, Theodor. **Tópica e Jurisprudência: Uma contribuição à investigação dos fundamentos jurídico-científicos**. Trad. de Profª Kelly Susane Alflen da Silva. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor.

Bibliografia Recomendada

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE: 3º**

CHU5018**OFICINA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
-	30	30	-	20	OB	

EMENTA

Acesso à Justiça. Distinções entre Conciliação, Mediação e Arbitragem. Conciliação no Processo Judicial. Conciliação na Arbitragem. Natureza Jurídica e Objeto da Arbitragem. Princípios Informadores da Arbitragem. Convenção de Arbitragem. Redação de Cláusula Compromissória. Redação de Compromisso Arbitral. Dos Árbitros e da Competência do Tribunal Arbitral. Do Procedimento Arbitral. Da intervenção do Poder Judiciário. Procedimentos de Arbitragem Simulada. Redação de Sentença Arbitral. Lei 9.307/96 e Lei 13.129/15. Da Nulidade da Sentença Arbitral. Da coisa julgada e do Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

CALMON, Petrônio. **Fundamentos da Mediação e da Conciliação**. 3. Ed. Gazeta Jurídica, 2014.

FISHER, Roger. **Como chegar ao sim**. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

GAIO JUNIOR, Antônio Pereira. **Teoria Geral da Arbitragem: Manual básico para sala de aula**. Curitiba: Juruá, 2016.

HOLANDA, Flávia; SALLA, Ricardo Medina. **A nova lei da arbitragem brasileira: Lei n°13.129/2015**. São Paulo: Sage IOB, 2015.

MITIDIERO, Daniel. Colaboração no Processo Civil: Pressupostos Sociais, Lógicos e Éticos. 3. Ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2015.

Bibliografia Complementar

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Comentários à Lei de Arbitragem - Lei 9.307**. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2006.

BERALDO, Leonardo de Faria. **Curso de Arbitragem – Nos Termos da Lei N° 9.307/96**. São Paulo: Atlas.

BRUNO, Suzana. **Conciliação: Prática Interdisciplinar e Ferramentas Para a Satisfação do Jurisdicionado**. Editora Fórum, 2012.

CRETELLA NETO, José. **Curso de arbitragem**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

JUNQUEIRA, Gabriel Herscovici. **Arbitragem Brasileira na Era da Informática - Um Estudo Das Principais Questões Processuais**. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia Recomendada

GUERRERO, Luís Fernando. **Convenção de Arbitragem e Processo Arbitral**. São Paulo: Atlas, 2015.

SCAVONE JÚNIOR, Luz Antônio. **Manual de Arbitragem: Mediação e Conciliação**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

SPENGLER, Fabiana; SPENGLER NETO, Theobaldo. **Mediação, Conciliação e arbitragem**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

4º SEMESTRE

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	SEMESTRE: 4º
CHU5025	DIREITO DOS CONTRATOS	

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Teoria geral dos contratos: conceito, caracterização, princípios, origem e evolução atual. Formação contratual. Espécies contratuais tradicionais e as modernas figuras de contratos civis. Resolução. Distrato. Arrependimento. Execução e contrato não cumprido. Estipulações em favor de terceiros, vícios redibitórios, evicção; enriquecimento sem causa; contrato preliminar e contrato de adesão; contratos atípicos e contratos inominados; contrato fiduciário, mediação e contratos coligados. Condição resolutiva expressa e tácita. Teoria da imprevisão, cláusula rebus sic stantibus, cláusula móvel, dívida de valor. Obrigações contratuais em perspectiva internacional: aplicação da legislação estrangeira aos contratos e obrigações internacionais. Tendências atuais do direito contratual. Compra e Venda, Doação, Locação de Bens Móveis, Empréstimo – Comodato, Empréstimo – Mútuo, Prestação De Serviços E Empreitada, Depósito, Mandato, Fiança, Seguro, Cessão Dos Direitos Da Personalidade

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. São Paulo: Saraiva

GOMES, Orlando. *Contratos*. Rio de Janeiro: Forense.

GONCALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: contratos e atos unilaterais. São Paulo: Saraiva

GOMES, Orlando. **Raízes históricas e sociológicas do Código Civil brasileiro**. Salvador: Universidade da Bahia, 1958.

FERNANDES, Marcelo Cama Proença. **Contratos**: eficácia e relatividade nas coligações contratuais. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**. São Paulo: RT, 1999

RODRIGUES JUNIOR, Otávio Luiz. **Revisão judicial dos contratos**: autonomia da vontade e teoria da imprevisão. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Função social do contrato e contrato social**: análise da crise econômica. São Paulo: Saraiva, 2013.

HADDAD, Luís Gustavo. **Função social do contrato**: um ensaio sobre seus usos e sentidos. São Paulo: Saraiva, 2013.

GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. O princípio da boa-fé objetiva. *In*: MOREIRA ALVES, José Carlos; REALE, Miguel (Coord.). **Principais controvérsias no novo Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2006, p 55-72.

Bibliografia Recomendada

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva.

GOMES, Orlando; THEODORO JUNIOR, Humberto. **Introdução ao direito civil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária

LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de direito civil: fontes das obrigações: contratos**. Rio de Janeiro: F. Bastos

VIANA, Marco Aurelio S. **Curso de direito civil: direito das obrigações II: contratos, declarações unilaterais de vontade, obrigações por atos ilícitos**. Belo Horizonte: Del Rey.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 4º

CHU**ESTUDO DO CRIME I**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Crimes contra a pessoa. Crimes contra a vida. Crime de Lesões Corporais. Crimes contra a honra. Crimes contra a liberdade individual. Crimes contra o patrimônio: material e imaterial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BITENCOURT, Cesar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** parte especial. v. 2. São Paulo: Saraiva.
BUSATO, Paulo César. **Direito Penal:** parte Especial. v. 2. São Paulo: Atlas
GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal:** parte especial. v. 2. Niterói: Impetus
PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro:** parte especial. v. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais.
QUEIROZ, Paulo. **Direito Penal:** Parte geral. v. 2. São Paulo: Juspodivm.

Bibliografia Complementar

BITENCOURT, Cesar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** parte especial. v.3. São Paulo: Saraiva.
DELMANTO, Celso et ali. **Código penal comentado.** Rio de Janeiro: Renovar.
GOMES, Luiz Flávio; MAGGIO, Vicente de Paula Rodrigues. **Curso de Direito Penal:** parte especial. v.2. São Paulo: Juspodivm.
MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal, vol. 3. São Paulo: Atlas.
PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro:** parte especial. v. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia Recomendada

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. **Código Penal Comentado.** São Paulo: DPJ Editora
FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de direito penal:** parte especial. Rio de Janeiro, Forense.
FRANCO, Alberto Silva. **Código Penal e sua interpretação jurisprudencial.** São Paulo: RT.
HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal.** Rio de Janeiro: Forense
ROXIN, Claus. **Estudos de Direito Penal.** tradução de Luís Greco. Rio de Janeiro: Renovar.
ROXIN, Claus. **Derecho Penal:** parte general. Tomo II. Especiales formas de aparición del delito. Tradução e notas Diego-Manuel Luzon Peña e outros. Madrid: Civitas.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE:4º

CHU0003**OFICINA DE LEITURA E PRODUÇÃO DE
TEXTOS ACADÊMICOS**

CARGA HORÁRIA				Módulo			NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	T/ P	TOTA L	Teórico	Prático	Teórico/Prátic a	OB	
-	-	60	60	-	-	30		

EMENTA

Escrita e conhecimento. Texto e argumentação. Gêneros textuais acadêmicos. Leitura e produção de textos acadêmicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia básica

CARVALHO, Gilcinei Teodoro; MARINHO, Marildes. **Cultura, escrita e letramento**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

CITELLI, Adilson. **O texto argumentativo**. São Paulo: Scipione, 1994.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 2004.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Entrenotas: compreensões de pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Manual de sobrevivência universitária**. Campinas: Papyrus, 2004.

PERRELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: A nova retórica**. São Paulo: Martins fontes, 2002.

Bibliografia complementar

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Tradução de J. Guinsburg. Revisão de Alice Kyoko Miyashiro. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 2.ed., São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LEITE, Marli Quadros. **Resumo**. São Paulo: Paulistana, 2006.

RIOLFI, Claudia Rosa, ALMEIDA, Sonia e BARZOTTO, Valdir Heitor. **Leitura e escrita: impasses na universidade**. São Paulo: Paulistana, 2013.

Bibliografia recomendada

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a Metodologia do Trabalho Científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira. **Fundamentos de Metodologia Científica: Guia para Iniciação Científica**. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; et all. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MIGUEL, P. A. C. (org). **Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

XAVIER, Antônio Carlos. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos**. São Paulo: Respel, 2011.

GRAMÁTICAS

AZEREDO, José Carlos. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 31.ed. São Paulo: Nacional, 1987.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

MIRA MATEUS, Maria Helena et alii. **Gramática da língua portuguesa**. 5.ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 2003.

PERINI, Mário. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1995.

DICIONÁRIOS

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 4º

CHU5021**DIREITO PROCESSUAL CIVIL I**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Dos atos processuais: da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais, da comunicação dos atos processuais, das nulidades, da distribuição e do registro, do valor da causa. Formação do processo e petição inicial. Distribuição. Tutela provisória: disposições gerais, tutela de urgência, tutela da evidência. Estabilização. Comunicação dos atos. Citação. Intimação. Audiência de conciliação. Resposta do réu. Providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo e saneamento. Direito probatório. Audiência de instrução e julgamento. Sentença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ASSIS, Araken de. Manual dos Recursos. São Paulo: RT.
DIDIER JÚNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo. **Curso de Direito Processual Civil - v.3.** Salvador: Juspodivm.
FUX, Luiz. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense.
MARINONI, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz; Mitidiero, Daniel. Novo Curso de Processo Civil - Vol. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais.
NEVES, Daniel Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Salvador: Juspodivm
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso De Direito Processual Civil - Vol. III. São Paulo: Gen.
WAMBIER, Luiz Rodrigues; Talamini, Eduardo. Curso Avançado de Processo Civil - Vol. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia Complementar

CARNELUTTI, Francesco. **A prova civil.** Campinas: Bookseller.
JORGE, Flavio Cheim. **Teoria Geral dos Recursos Cíveis.** São Paulo: Revista dos Tribunais
LOPES, João Batista. **A Prova de Direito Processual Civil.** São Paulo: RT.
MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de Direito Processual Civil.** São Paulo: Atlas.
MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O Novo Processo Civil Brasileiro: (exposição sistemática do procedimento).** Rio de Janeiro: Forense.

Bibliografia Recomendada

GRINOVER, Ada Pellegrini. **O Processo em Evolução.** Rio de Janeiro: Forense Universitária.
TUCCI, José Rogério Cruz e. **Garantias Constitucionais do Processo Civil.** São Paulo: Revista dos Tribunais. SIQUEIRA, Cleanto Guimarães. **A Defesa no Processo Civil: as exceções substanciais no processo de conhecimento.** Belo Horizonte: Del Rey.
THEODORO JR., Humberto. **Curso de Direito Processual Civil.** Rio de Janeiro: Forense.
TUCCI, José Rogério Cruz e. **Garantias Constitucionais do Processo Civil.** São Paulo: Revista dos Tribunais.
WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil.** Vol. I, São Paulo: Revista dos Tribunais.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE: 4º****CHU5022****DIREITO PROCESSUAL PENAL I**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Da prova. Do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça. Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória. Das citações e intimações. Da aplicação provisória de interdição de direitos e medidas de segurança. Da sentença. Doutrina e Jurisprudência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Curso Básico de Processo Penal. São Paulo: Saraiva

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Competência Criminal**. Salvador: JusPodivm.

MOUGENOT, Edilson. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Forense.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. Rio de Janeiro. Forense

Bibliografia Complementar

CARNELUTTI, Francesco. **As Misérias do Processo Penal**. São Paulo: Russel.

JARDIM, Afrânio Silva. **Direito Processual Penal**. Salvador: JusPodivm.

SUANNES, Adauto: **Os fundamentos éticos do devido processo legal**. São Paulo, RT.

TÁVORA, Nestor. ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal**. Salvador. JusPodivm.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. São Paulo: Saraiva. Vol. 2

Bibliografia Recomendada

DE CARVALHO, Amilton Bueno. Direito penal a marteladas. Rio de Janeiro: Lumen Juris

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 4º

CHU5065**HERMENÊUTICA JURÍDICA**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
30	-	30	45	-	OB	

EMENTA

O conceito de hermenêutica. A hermenêutica e a interpretação jurídicas. A necessidade e a possibilidade da interpretação. O alcance e os tipos de interpretação. As teorias hermenêuticas na história do pensamento jurídico: escola da exegese, livre investigação jurídica, historicismo jurídico, direito livre, jurisprudência dos interesses, normativismo jurídico, culturalismos jurídicos e realismos jurídicos. A crise do normativismo e os movimentos de reabilitação da filosofia prática no séc. XX: tópica jurídica, nova hermenêutica, nova retórica e teorias da argumentação. O problema atual da interpretação e os modelos hermenêuticos propostos: análise econômica do direito, movimento direito e literatura, *social engineering*, *critical legal studies*, “alternativismos” jurídicos e jurisprudencialismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Direito, Retórica e Comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico**. São Paulo: Atlas.

GADAMER, Hans-George. **Verdade e Método: I. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Vozes.

HERKENHOFF, João Baptista. **Como aplicar o direito: (à luz de uma perspectiva axiológica, fenomenológica e sociológico-política)**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LARENZ, Karl. **Metodologia da Ciência do Direito**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes.

VIEHWEG, Theodor. **Tópica e Jurisprudência: uma contribuição à investigação dos fundamentos jurídico-científicos**. Porto Alegre: Sérgio Fabris.

WARAT, Luiz Alberto. **Introdução ao Direito I: interpretação da lei**. Porto Alegre: Sérgio Fabris.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Lédio Rosa de. **Introdução ao direito alternativo brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, [s.d].

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão e dominação**. 4. ed. São Paulo: Atlas.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional: A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição**. Porto Alegre: Sérgio Fabris.

PERELMAN, Chaïm. **Lógica Jurídica**. São Paulo: Martins Fontes.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e interpretação jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia Recomendada

CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito**. Trad. A. Menezes Cordeiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

COELHO, Nuno Morgadinho Santos; SILVA, Antônio Sá da. **Teoria do Direito: direito interrogado hoje – Jurisprudencialismo:** uma resposta possível? Estudos em homenagem ao Doutor António Castanheira Neves. Salvador: Juspodivm, 2012.

HESPANHA, António Manuel. **Panorama histórico da cultura jurídica européia.** Mem Martins: Europa-América, 1997. COELHO, Nuno Morgadinho Santos; SILVA, Antônio Sá da. **Teoria do Direito: direito interrogado hoje – Jurisprudencialismo:** uma resposta possível? Estudos em homenagem ao Doutor António Castanheira Neves. Salvador: Juspodivm, 2012.

NEVES, António Castanheira. **O actual problema metodológico da interpretação jurídica.** Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 4º

CHU5023**OFICINA TEMÁTICA I**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
15	15	30	-	20	OB	

EMENTA

Estudos continuados de conceitos e institutos aplicáveis a partir de casos concretos e situações-problema em que os estudantes tenham que definir estratégias processuais, elaborar argumentos e teses jurídicas, redigir peças processuais e cláusulas contratuais, além de realizar escolhas e tomar decisões no ambiente judicial e extrajudicial de solução de conflitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **O novo processo civil brasileiro**: exposição sistemática do procedimento. Rio de Janeiro: Forense

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**: teoria geral do direito processual civil. São Paulo: Saraiva, v. 1.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. São Paulo : Malheiros, v. 1 a 3.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz; MARIN, Marco Aurélio. **Manual de Prática Civil**. Rio de Janeiro: Método.

Bibliografia Complementar

CARMONA, Carlos Alberto; AMENDOEIRA JR., Sidnei (org.) **Estratégias Processuais na Advocacia empresarial**. São Paulo: Saraiva.

GABBAY, Daniela Monteiro. **Pedido e Causa de Pedir**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Recomendada

5º SEMESTRE

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	SEMESTRE: 5º				
CHU5043	DIREITO DAS FAMÍLIAS					
CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Direito das famílias: características. As famílias. Dimensão constitucional. Casamento e união estável. A família monoparental. Efeitos jurídicos. Dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial. Parentesco. Poder familiar. Alimentos. Tutela e curatela. Ausência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. RT.
LÔBO, Paulo. **Direito Civil. Famílias**. São Paulo: Saraiva.
GOLÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro** - vol. VI - Direito de Família. Saraiva. 2008. .
AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Direito de família**. São Paulo: Atlas, 2013.
FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil** - v.6 - Famílias. 15a edição, Editora Juspodivm, 2017

Bibliografia Complementar

CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu; SIMÃO, José Fernando; FUJITA, Jorge; ZUCCI, Maria Cristina (Org.) **Direito de família no novo milênio: estudos em homenagem ao Professor Álvaro Villaça Azevedo**. São Paulo: Atlas, 2010
ROSA, Conrado Paulino. **Nova lei da guarda compartilhada**. São Paulo: Saraiva, 2014.
TAVARES DA SILVA, Regina Beatriz; CAMARGO NETO, Theodureto de Almeida (Coord.). **Grandes temas de direito de família e das sucessões**. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2014.
MARTINS-COSTA, Judith; BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Diretrizes teóricas do novo Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2002
Cristina (Org.) **Direito de família no novo milênio: estudos em homenagem ao Professor Álvaro Villaça Azevedo**. São Paulo: Atlas, 2010

Bibliografia Recomendada

ALBUQUERQUE FILHO, Carlos Cavalcante. Fecundação Artificial *post mortem* e o direito sucessório. *In*: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.) **Família e dignidade humana: anais do V Congresso Brasileiro de Direito de Família**. Belo Horizonte, p. 169-191, 2006.
SALOMÃO, Luís Felipe. **Direito Privado: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO			NOME DO COMPONENTE		SEMESTRE: 5º	
CHU			ESTUDO DO CRIME II			
CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a Família. Crimes contra a incolumidade Pública. Crimes contra a Paz Pública. Crimes contra a Fé Pública. Crimes contra a Administração Pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BITENCOURT, Cesar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** parte especial. v. 3. São Paulo: Saraiva.
BUSATO, Paulo César. **Direito Penal:** parte Especial. v. 3. São Paulo: Atlas
GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal:** parte especial. v. 3. Niterói: Impetus
PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro:** parte especial. v. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais.
QUEIROZ, Paulo. **Direito Penal:** Parte geral. v. 3. São Paulo: Juspodivm.

Bibliografia Complementar

BITENCOURT, Cesar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** parte especial. v.4. São Paulo: Saraiva.
BITENCOURT, Cesar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** parte especial. v.5. São Paulo: Saraiva.
DELMANTO, Celso et ali. **Código penal comentado.** Rio de Janeiro: Renovar.
GOMES, Luiz Flávio; MAGGIO, Vicente de Paula Rodrigues. **Curso de Direito Penal:** parte especial. v.3. São Paulo: Juspodivm.
PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro:** parte especial. v. 4. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia Recomendada

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. **Código Penal Comentado.** São Paulo: DPJ Editora
FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de direito penal:** parte especial. Rio de Janeiro, Forense.
FRANCO, Alberto Silva. **Código Penal e sua interpretação jurisprudencial.** São Paulo: RT.
HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal.** Rio de Janeiro: Forense
ROXIN, Claus. **Estudos de Direito Penal.** tradução de Luís Greco. Rio de Janeiro: Renovar.
ROXIN, Claus. **Derecho Penal:** parte general. Tomo II. Especiales formas de aparición del delito. Tradução e notas Diego-Manuel Luzon Peña e outros. Madrid: Civitas.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE:5º

CHU5027**DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Direito internacional público: noções, evolução histórica, princípios e fontes. Ordem jurídica internacional. Comunidade Internacional. Sujeitos do Direito Internacional: Estado, Organizações Internacionais, indivíduos e novos sujeitos. Fontes do Direito Internacional: tratados, costumes, princípios gerais do direito e outras fontes. A soberania do Estado e a ordem jurídica internacional. Relações entre o Direito Interno e o Direito Internacional. Responsabilidade Internacional. Solução pacífica de controvérsias. Uso da força no direito internacional. Proteção Internacional dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo – Saraiva.

AMARAL JUNIOR, Alberto do. **Introdução ao Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. Rio de Janeiro: Ed. Renovar.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: Curso Elementar**. São Paulo: Saraiva.

SHAW, Malcom. **Direito Internacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **O direito internacional em um mundo em transformação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003

Bibliografia Complementar

MATTOS, Adherbal Meira. **Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva.

RODAS, João Grandino. **Tratados Internacionais**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **Direito das Organizações Internacionais**. Brasília: Escopo.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos**. Porto Alegre: Fabris.

Bibliografia Recomendada

AMARAL JÚNIOR, Alberto do Amaral. Diálogo das fontes: fragmentação e coerência no direito internacional contemporâneo. **Anuário Brasileiro de Direito Internacional**. Belo Horizonte. Vol. 3(2), 2008, p. 11-33. ^[1]_[SEP]

BEAULAC, Stéphane. The Westphalian legal orthodoxy – myth or reality? **Journal of the History of International Law**. The Hague. Vol. 2. No 2, 2000, pp. 148-177. ^[1]_[SEP]

CRAWFORD, James. **Brownlie's Principles of Public International Law**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

DINH, Nguyen Quod; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. **Direito Internacional Público**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

EVANS, Malcolm (ed.). **International Law**. New York. Oxford University Press, 2006.

KOSKENNIEMI, Martti. Solidarity Measures: State Responsibility as a New International Order? **British**

Yearbook of International Law. Vol. 72, 2003, p. 337-356.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. **Direito Internacional da Integração.** Rio de Janeiro: Renovar.

RAMOS, André de Carvalho. O Impacto da Convenção Americana de Direitos Humanos na relação do direito internacional e o direito interno. **Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União.** Brasília. Ano 1. No 4, 2002, p. 51-71. ^[1]_{SEP}

STEIGER, Heinhard. From the International Law of Christianity to the International Law of the World Citizen – Reflections on the Formation of the Epochs of the History of International Law. **Journal of the History of International Law.** The Hague. Vol. 3. No 2, 2001, pp. 180-193.

SCHWÖBEL, Christine E. J. Organic Global Constitutionalism. *Leiden Journal of International Law*, v. 23, p. 529–553, 2010.

TRIEPEL, Karl Heinrich. As Relações entre o Direito Interno e o Direito Internacional. Trad. Amílcar de Castro. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.** Belo Horizonte. Vol. 17. No. 6, 1966, p. 7-64. ^[1]_{SEP}

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 5º

CHU5028**DIREITO PROCESSUAL CIVIL II**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Teoria dos recursos. Processos nos tribunais e os meios de impugnação das decisões judiciais. Recursos em espécie. Remessa necessária. Reclamação. Ação rescisória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ASSIS, Araken de. **Manual da Execução**. São Paulo: RT.

DIDIER JÚNIOR, Fredie; ZANETI JÚNIOR, Hermes. **Curso de Direito Processual Civil - v.4**. Salvador: Juspodivm.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. São Paulo: Gen.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. Vol. II, 21ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela inibitória**. São Paulo: RT.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Processo de Conhecimento: Curso de Processo Civil**. 6. Ed. São Paulo: RT, 2007.

Bibliografia Complementar

LIEBMAN, Enrico Tulio. **Eficácia e autoridade da sentença**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense.

LIEBMAN. **Estudos sobre o processo civil brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Bushatsky.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Questões do novo direito processual civil brasileiro**. Curitiba: Juruá.

MARINONI. **Antecipação da Tutela**. São Paulo: Malheiros.

MARINONI. **Efetividade do processo e tutela de urgência**. Porto Alegre: Fabris

Bibliografia Recomendada

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. **A Apelação e Seus Efeitos**. São Paulo: Atlas.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 5º

CHU5029**DIREITO PROCESSUAL PENAL II**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Dos processos em espécie: do processo comum, dos processos especiais, dos processos de competência do STF e dos tribunais de apelação. Doutrina e Jurisprudência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

COSTA JUNIOR, Paulo José. **Processo Penal**. São Paulo. Saraiva.

DEZEM, Guilherme Madeira. Curso de processo penal. São Paulo: RT.

GRINOVER, Ada Pellegrini, CINTRA, Antônio Carlos de Araújo, DINAMARCO, Cândido R; **As Nulidades no Processo Penal**. São Paulo: Malheiros

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prisão, Medidas Alternativas e Liberdade**. Rio de Janeiro: Forense.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. São Paulo, Atlas

Bibliografia Complementar

GRINOVER, Ada Pellegrini, CINTRA, Antônio Carlos de Araújo, DINAMARCO, Cândido R; **Recursos no Processo Penal**. São Paulo: RT.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do Júri**. Rio de Janeiro: Forense.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. FISCHER, Douglas. **Comentários ao Código de Processo Penal e a sua Jurisprudência**. São Paulo. Atlas

RANGEL, Paulo. Tribunal do Júri - Visão Linguística , Histórica , Social e Jurídica. **São Paulo: Atlas**.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. São Paulo: Saraiva. Vol. 3.

Bibliografia Recomendada

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo. Edipro

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE: 5º****CHU5031****OFICINA DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
15	15	30	-	20	OB	

EMENTA

Informações técnicas acerca de determinado tema. Opiniões jurídicas fundamentadas em bases legais, doutrinárias e jurisprudenciais. Estrutura de documentos jurídicos. Planejamento jurídico. Redação de pareceres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz; MARIN, Marco Aurélio. **Manual de Prática Civil**. Rio de Janeiro: Método.

DOUGLAS, William; AQUINO, Renato. **Manual de Português e Redação Jurídica**. Niterói: Impetus, 2014.

ACQUAVIVA, Marcus Claudio. **Redação Forense**. São Paulo: Rideel, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL, Advocacia Geral da União. **Manual de Boas Práticas Consultivas**. 4ª Ed. Brasília: AGU, 2016.

Bibliografia Complementar

FILIPPETTO, Maria Elizabeth Carvalho Pádua. **Apontamentos de redação e prática forense**. Memória Jurídica Editora, São Paulo, 2001.

COSTA, José Maria da. **Manual de Redação Profissional**. Millennium Editora, 2002.

Bibliografia Recomendada

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE: 5º****CHU5030****OFICINA TEMÁTICA II**

CARGA HORÁRIA**T****P****TOTAL****15****15****30****Módulo****Teórico****Prático****-****20****NATUREZA****OB****Pré-Requisito**

EMENTA

Estudos continuados de conceitos e institutos aplicáveis a partir de casos concretos e situações-problema em que os estudantes tenham que definir estratégias processuais, elaborar argumentos e teses jurídicas, redigir peças processuais e cláusulas contratuais, além de realizar escolhas e tomar decisões no ambiente judicial e extrajudicial de solução de conflitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, v. 1.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel.

Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. São Paulo : Malheiros, v. 1-3.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Comentários ao CPC**. Rio de Janeiro: Forense. v. 5.

BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Bibliografia Complementar

CARMONA, Amendoeira (Coord.) **Estratégias Processuais na Advocacia empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 267-293.

NERY JUNIOR, Nelson; WAMBIER, Tereza (coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outros meios de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: RT, 2003. v. 7, p. 437-471.

BONDIOLI, Guilherme. **Sentença e Coisa Julgada: segurança nas relações empresariais**. In:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Bibliografia Recomendada

6º SEMESTRE

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 6º

RESPONSABILIDADE CIVIL

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
30	-	30	45	-	OB	

EMENTA

Responsabilidade contratual. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Culpa e risco: responsabilidade civil subjetiva e responsabilidade civil objetiva. Atos causadores de dano não considerados ilícitos: a legítima defesa, o abuso do direito. Responsabilidade por ato ou fato de outrem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson; NETTO, Felipe Peixoto Braga. **Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 3ª edição, Editora Juspodivm
ROSENVALD, Nelson. **As funções da Responsabilidade Civil: A reparação e a pena civil**. 2ª edição, São Paulo, Atlas, 2014.
SCHREIBER, Anderson. **Novos paradigmas da Responsabilidade Civil: da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos**. 6ª edição, Atlas, 2015.
GOMES, Orlando. **Responsabilidade Civil**. Texto revisado e ampliado por Edvaldo Brito, Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Bibliografia Complementar

ANDRIGHI, Fátima Nancy (Coord.). **Responsabilidade civil e inadimplemento no direito brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2014.
GOLÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro - vol. VI - Direito de Família**. Saraiva. 2008. .
AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Direito de família**. São Paulo: Atlas, 2013.
DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. São Paulo: Saraiva.
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Recomendada

GOMES, Orlando; THEODORO JUNIOR, Humberto. **Introdução ao direito civil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária
BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. **Direitos da personalidade e dignidade: da responsabilidade civil para a responsabilidade constitucional**. **Revista da Faculdade de Direito da UFBA**, v. 39, p. 103-132, 2006.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE: 6º**

DIREITO DAS SUCESSÕES

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
30	-	30	45	-	OB	

EMENTA

Direito das sucessões: A sucessão em geral. Sucessão legítima e testamentária. Capacidade para suceder. Herdeiros e legatários. Herança. Exclusão por indignidade e deserdação. Inventário e partilha. Sonegados. Visão jurisprudencial e doutrinária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

GOMES, Orlando. **Sucessões**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito das sucessões**. v. 7. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CAHALI, Francisco José; HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Direito das Sucessões**. 5. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

DIAS, Maria Berenice. **Manual das Sucessões**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson; NETTO, Felipe Peixoto Braga. **Curso de Direito Civil: Sucessões**. 3ª edição, Editora Juspodivm

Bibliografia Complementar

TAVARES DA SILVA, Regina Beatriz; CAMARGO NETO, Theodureto de Almeida (Coord.). **Grandes temas de direito de família e das sucessões**. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2014.

NORONHA, Carlos Silveira (Org.). **As novas perspectivas do direito das sucessões: em tempos de modernidade e pós-modernidade**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

OLIVEIRA, Euclides Benedito de. **Direito de herança: a nova ordem da sucessão**. São Paulo: Saraiva, 2005

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: Sucessões**. São Paulo: Saraiva.

AMORIM, Sebastião Luiz; OLIVEIRA, Euclides Benedito de. **Inventários e partilhas: direito das sucessões – teoria e prática**. 22. ed. rev. e atual. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 2009.

Bibliografia Recomendada

TEPEDINO, Gustavo (Org.). **Direito Civil contemporâneo: novos problemas à luz da legalidade constitucional**. São Paulo: Atlas, 2008, p. 311-319.

CAMPOS, Diogo Leite de; CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu (Coord.). **Pessoa humana e direito**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 47-54.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE: 6º**

CHU5033**DIREITOS HUMANOS**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Conceito, fundamentos, evolução e significado contemporâneo dos direitos e garantias fundamentais. Condições teóricas, condições sociais do conhecimento e paradigmas filosóficos e jurídicos dos direitos humanos. Direitos humanos e da cidadania na construção de novos direitos fundamentais. Movimentos sociais e sujeitos coletivos de direito. Regionalismo e direitos humanos. Direitos humanos: universalismo versus relativismos. Evolução dos direitos humanos nas relações internacionais. Atos de estados, organismos internacionais e organizações não governamentais. Direitos humanos nas constituições. Direitos humanos e meio ambiente. O fomento aos direitos humanos como pressuposto de desenvolvimento e sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ALBUQUERQUE MELO, Celso. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar.

ARAÚJO, Nádia de; e ALMEIDA, Guilherme Assis de. **O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar.

BARROSO, Luis Roberto. **A Constituição brasileira e a aplicabilidade de suas normas**. Rio-São Paulo: Renovar.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos – uma história**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos**. Porto Alegre: Fabris, 1997.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Desafios e conquistas do direito internacional dos direitos humanos no início do século XXI. In: MEDEIROS, Antônio Paulo Cachapuz. **Desafios do direito internacional contemporâneo**. Brasília: FUNAG, 2007.

Bibliografia Complementar

ALBUQUERQUE MELO, Celso. O parágrafo 2º da Constituição Federal” In: TORRES, Ricardo Lobo (org.). **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Renovar.

ALMEIDA, Fernando Barcellos de. **Teoria Geral dos Direitos Humanos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

ALMEIDA, Guilherme de; PERRONE-MOISÉS, Cláudia (orgs.). **Direito Internacional dos Direitos Humanos**. São Paulo.

GOMES, Luiz Flavio; PIOVESAN, Flávia. (orgs.) **O Sistema Interamericano de proteção aos direitos humanos e o direito brasileiro**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

VILLEY, Michel. **O Direito e os Direitos Humanos**. São Paulo: Martins Fontes: 2016.

Bibliografia Recomendada

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. A proteção internacional dos direitos humanos. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília. Vol. 39. Nº 155, 2002, p. 51-60.

CYFER, Ingrid. “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965)”. In: ALMEIDA, Guilherme de; e PERRONE-MOISÉS, Cláudia (orgs.). **Direito Internacional dos Direitos Humanos. Instrumentos básicos**. São Paulo: Atlas.

DORNELLES, João Ricardo. **O que são direitos humanos?** São Paulo: Brasiliense.

GALINDO, George Rodrigo Bandeira. **Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Constituição Brasileira**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2002.

LAFER, Celso. **Reconstrução dos direitos humanos** – um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

LIMA JÚNIOR, Jayme Benvenuto. **Os direitos humanos econômicos, sociais e culturais**. Rio de Janeiro: Renovar.

LINDGREN ALVES, José Augusto. “A conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos”. In: **Os direitos humanos na pós-modernidade**. São Paulo: Perspectiva. 2005. pp. 113-140.

LINDROOS, Anja. **The right to development**. Helsinki: The Faculty of Law of the University of Helsinki & The Erik Castrén Institute of International Law and Human Rights.

MAIA, Marrielle. **Tribunal Penal Internacional: aspectos institucionais, jurisdição e princípio da complementaridade**. Belo Horizonte: Del Rey.

OLIVEIRA, João Pacheco. “Redimensionando a questão indígena no Brasil: uma etnografia das terras indígenas”. In: **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e ALMEIDA, Guilherme de Assis. **Violência Urbana**. São Paulo: Publifolha.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo: Max Limonad.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**. São Paulo: Saraiva.

POGGE, Thomas. Reconhecidos e violados pela lei internacional: Os direitos humanos dos pobres no mundo. *Ethic@*. Florianópolis. Vol. 5. Nº 1, 2006, p. 33-65.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE: 6º**

CHU5035**DIREITO PROCESSUAL CIVIL III**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Do processo de execução: da execução em geral, das diversas espécies de execução, dos embargos à execução, da suspensão e da extinção do processo de execução. Dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais: da ordem dos processos e dos processos de competência originária dos tribunais, dos recursos. Disposições finais e transitórias. Juizado especial cível. Doutrina e Jurisprudência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ASSIS, Araken de. **Manual da execução**. São Paulo: RT.

DIDIER Jr., Fredie; *et al.* **Curso de direito processual civil**. Salvador: Editora JusPODIVM, v.5.

José Miguel Medina. **Direito Processual Civil Moderno**. São Paulo: RT.

JORGE, Flávio Cheim. **Teoria Geral dos Recursos Cíveis**. Rio de Janeiro: Forense.

ORIONE NETO, Luiz. **Recursos Cíveis**. São Paulo: Saraiva.

ZAVASCKI. Teori Albino. **Processo de Execução**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia Complementar

SILVA, Ovídio Baptista da. **Curso de processo civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v.3.

_____. **Sentença e coisa julgada**. Porto Alegre: Fabris.

_____. **Jurisdição e execução**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

TALAMINI, Eduardo. **Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer**. São Paulo: RT.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. **Código de Processo Civil Comentado e Legislação Processual Civil Extravagante em Vigor**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia Recomendada

BUENO, Cassio Scarpinella. **O poder público em juízo**. São Paulo: Saraiva.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE: 6º****CHU5036****DIREITO PROCESSUAL PENAL III**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Das nulidades e dos recursos em geral. Da execução. Disposições gerais. D execução das penas em espécie. Dos incidentes da execução. Da graça, do indulto, da anistia e da reabilitação. Da execução das medidas de segurança. Das relações jurisdicionais com autoridade estrangeira. Disposições gerais finais. Juizado especial criminal. Doutrina e Jurisprudência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

LIMA, Renato Brasileiro de. **Legislação Criminal Especial Comentada**. Volume único. Salvador: JusPodivm.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva.

MATOS, João Carvalho de. **Prisão, Liberdade e Execução da Pena - Teoria e Prática**. Campinas: Servanda.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução Penal**. São Paulo: Atlas.

RASCOVSKI, Luiz. **Temas Relevantes de Direito Penal e Processual Penal**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Processo Penal Juvenil - A Garantia da Legalidade na Execução de Medida Socioeducativa**. São Paulo: Malheiros.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais Comentadas**. SP: RT

SILVA, Antônio Julião da; SILVA, Marco Aurélio Garcia Julião da. **Prática da Execução Penal**. Juruá Editora: Curitiba.

TEIXEIRA, Alessandra. **Prisões da Exceção - Política Penal e Penitenciária no Brasil Contemporâneo**. Curitiba: Juruá.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. São Paulo: Saraiva. Vol. 4.

Bibliografia Recomendada:

NUCCI, Guilherme de Souza. **Direitos humanos versus segurança pública**. Rio de Janeiro: Forense.

.EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 6°

CHU5034**FILOSOFIA DO DIREITO**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

As questões temáticas atuais da filosofia do direito: ontologia *versus* funcionalismo jurídico; axiologia jurídica, conflito prático e relativismo jurídico; epistemologia e conhecimento prático-prudencial do direito. A reinvenção da filosofia prática no séc. XX. Liberalismo *versus* comunitarismo contemporâneos. As escolas do pensamento jurídico no século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

CITTADINO, Gisele Guimarães. **Pluralismo, direito e justiça distributiva: elementos da filosofia constitucional contemporânea**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.

DWORKIN, Ronald. **A raposa e o porco-espinho**. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FORST, Rainer. **Contextos da justiça: filosofia política para além do liberalismo e comunitarismo**. Tradução Denilson Luiz Werle. São Paulo: Boitempo, 2010.

KAUFMANN, Arthur. **Filosofia do Direito**. Tradução António Ulisses Cortês. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

POSNER, Richard A. **Problemas de filosofia do direito**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo, Martins Fontes.

ROSS, Alf. **Direito e Justiça**. Tradução Edson L. M. Bini. Bauru: Edipro, 2003.

Bibliografia Complementar

BORRADORI, Giovanna. **Filosofia em tempo de terror: diálogos com Habermas e Derrida**. Tradução Roberto Muggiati. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. 4. ed. São Paulo: Ed. Brasil, 1959. 247 p

RADBRUCH, Gustav. **Filosofia do direito**. Tradução Marlene Holzhausen. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

SANDEL, Michael. **Justiça: o que é fazer a coisa certa**, Trad.: Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

Bibliografia Recomendada

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros Editora, 2008.

ARAUJO, Fernando. **A hora dos direitos dos animais**. Coimbra: Almedina, 2003.

BITTAR, Eduardo C. B; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão**. Tradução Georges I. Maissiat. São Paulo: Paulus, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **O ocidente dividido**. Tradução Luciana Villa Boas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da filosofia do direito**. Tradução Orlando Vitorino. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

-
- KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. Tradução José Lamego. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- KELSEN, Hans. **O que é justiça?: a justiça, o direito e a política no espelho da ciência**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MACINTYRE, Alasdair. **Justiça de quem? Qual a racionalidade?** Tradução Marcelo Pimenta Marques. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- MARQUES, Mário Reis. **Codificação e paradigmas da modernidade**. Coimbra: Edições do Autor, 2003.
- MINDA, Gary. **Postmodern legal movements: law and jurisprudence at century's end**. New York: New York University Press, 1995.
- RAWLS, John. **O liberalismo político**. Tradução João Sedas Nunes. 1. ed. Lisboa: Presença, 1997.
- SANDEL, Michael J. **O liberalismo e os limites da justiça**. Tradução Carlos E. Pacheco do Amaral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- SANTO AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. Tradução J. Dias Pereira. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. Vols. I, II e III.
- SANTO TOMÁS DE AQUINO. **A prudência: a virtude da decisão certa**. 1. ed. Tradução Jean Lauand: São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- SERRES Michel. **O contrato natural**. Tradução Serafim Ferreira. Lisboa: Piaget, 1990.
- UNGER, Roberto Mangabeira. **O Direito e o Futuro da Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- VECCHIO, Giorgio del. **História da filosofia do direito**. Tradução João Batista da Silva. Belo Horizonte: Líder, 2004.
- WALZER, Michael. **Esferas da justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade**. Tradução Jussara Simões. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
-

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 6º

CHU5037**OFICINA TEMÁTICA III**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
15	15	30	-	20	OB	

EMENTA

Estudos continuados de conceitos e institutos aplicáveis a partir de casos concretos e situações-problema em que os estudantes tenham que definir estratégias processuais, elaborar argumentos e teses jurídicas, redigir peças processuais e cláusulas contratuais, além de realizar escolhas e tomar decisões no ambiente judicial e extrajudicial de solução de conflitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **O novo processo civil brasileiro**: exposição sistemática do procedimento. Rio de Janeiro: Forense.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**: teoria geral do direito processual civil. São Paulo: Saraivav. 1.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel.

Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. São Paulo : Malheiros, v. 1 a 3.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz; MARIN, Marco Aurélio. **Manual de Prática Civil**. Rio de Janeiro: Método.

Bibliografia Complementar

CARMONA, Carlos Alberto; AMENDOEIRA JR., Sidnei (org.) **Estratégias Processuais na Advocacia empresarial**. São Paulo: Saraiva.

GABBAY, Daniela Monteiro. **Pedido e Causa de Pedir**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Recomendada

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 6º

CHU5038**OFICINA DE MEDIAÇÃO PENAL E JUSTIÇA RESTAURATIVA**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
15	15	30	-	20	OB	

EMENTA

Acesso à Justiça. Justiça Retributiva e Justiça Restaurativa. A Mediação de Conflitos na Esfera Penal: casos aplicáveis. O Mediador Penal: habilidades e competências. A Mediação Penal e a Justiça Restaurativa. Justiça Restaurativa: Conceito e Princípios. O Processo Restaurativo: círculos de diálogo. A relação Vítima-Ofensor. Experiências de Justiça Restaurativa no Brasil. Simulação de Círculos Restaurativos e Procedimentos de Mediação Penal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BRAMS, Steven J. e TAYLOR, Alan D. **Vencer ou Vencer O bom é quando os dois ganham**. Rio de Janeiro: Campus.

FISHER, Roger; URY, Willian; PATTON, Bruce. **Como chegar ao Sim** – A negociação de acordos sem concessões. Tradução de Vera Ribeiro e Ana

Luiza Borge. **Projeto de Negociação da Harvard Low School**. Rio de Janeiro: Imago.

HAYNES, John M. **Fundamentos da Mediação Familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas.

_____; HAYNES, Gretchen L. **La mediación en el divorcio**. Barcelona: Granica.

Bibliografia Complementar

CAMP, Eduard Vinyamata. **Manual de prevención y resolución de conflictos**. Conciliación, mediación, negociación. Barcelona: Editorial Ariel.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Interesses Difusos**. Conceito e Legitimação para agir. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia Recomendada

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 6º

CHU5039**ESTÁGIO SUPERVISIONADO I**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
		80			OB	

EMENTA

Atividades práticas de advocacia relacionadas com a área de atuação jurídica, sob o controle, orientação e avaliação da Clínica Jurídica, incluindo redação de peças processuais e de consultoria Jurídica, cumprimento de rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões de julgamento, visitas a órgãos judiciários, atuação em negociações, arbitragens e conciliação, elaboração de relatórios sobre procedimentos judiciais, e prestação de outros serviços jurídicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

AFFONSO, Luiz Sérgio e ALTEMANI, Nelson. **Roteiro Prático das Ações**. SP: Saraiva

ALVES, Magela. **Manual Prático do Advogado**. SP: Editora Forense.

FIUSA, Ricardo e outros. **Novo Código Civil Comentado**. São Paulo: Saraiva

LUZ, Valdemar P. **Manual do Advogado**. Florianópolis: OAB/SC

MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria geral do processo**; São Paulo: Revista dos Tribunais.

MILHOMENS, Jônatas; Alves, Geraldo Magela. **Manual Prático do Advogado**. Rio: Forense.

PALAIÁ, Nelson. **Técnica da petição inicial**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de Direito Penal**; São Paulo: Saraiva.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**; São Paulo. Malheiros.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria geral do processo**; São Paulo: Malheiros.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**; São Paulo: Atlas.

NERY JR, Nelson e NERY, Rosa Maria Andrade. **Código de Processo Civil Comentado e Legislação Civil Extravagante**.

Bibliografia Recomendada

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

CLT, **Código de Processo Civil e legislação extravagante atualizados**.

GRINOVER, Ada Pellegrini; Gomes Filho, Antônio Magalhães; Fernandes,

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva.

MALTA, Christovão Piragibe Tostes. **Introdução ao Processo do Trabalho**; São Paulo: LTr.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**; São Paulo: Atlas.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**; São Paulo: Saraiva. Tribunais.

VILAS-BOAS, Marco Antonio. **Processo Penal Completo**. São Paulo: Saraiva.

7º SEMESTRE

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	SEMESTRE: 7º
CHU5040	TEORIA DO DIREITO EMPRESARIAL	

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Teoria geral da empresa. Noções e Fontes. Atividade econômica e sua regulação. Atos de comércio (comerciante). Direito da empresa. Código civil 2002. Empresa, empresário e o estabelecimento empresarial, registro, impedimentos, proibições, nome empresarial, colaboradores e auxiliares. Capacidade para ser empresário. Obrigações profissionais do comerciante. Fundo de comércio. Registro do comércio. A economia capitalista moderna e o direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BULGARELLI, Waldírio. **Direito Comercial**. São Paulo: Atlas.
COELHO, Fábio Ulhôa. **Código Comercial e legislação complementar anotados**. São Paulo: Saraiva.
DANTAS, Francisco Wildo Lacerda. **Manual Jurídico de Empresa**. Brasília: Brasília Jurídica.
DORIA, Dylson. **Curso de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva.
MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades comerciais, fundo de comércio**. Rio de Janeiro: Forense.
MENDONÇA, J. X. Carvalho de. **Tratado**.
NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial e de Empresa**. Vol. 1, Ed. Saraiva.

Bibliografia Complementar

BATALHA, Wilson de Souza Campos. **A Nova Lei das S.A.** São Paulo: Ltr.
BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito Societário**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à Lei das Sociedades Anônimas: Lei 6.404, de 15.12. 19765** vol. São Paulo: Saraiva.
COELHO, Fábio Ulhôa. **A Sociedade Limitada no Novo Código Civil**. São Paulo: Saraiva.
CAMPINHO, Sergio. **O direito de empresa**. Renovar.

Bibliografia Recomendada

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 1º Vol. São Paulo: Saraiva.
COELHO, Fábio Ulhôa. **Curso de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva.
EIRIZIK, Nelson. **Reforma das S.A. & Mercado de Capitais**. Rio de Janeiro: Renovar.
FURTADO, Pinto. **Deliberações dos sócios**. Coimbra: Livraria Almedina.
LUCENA, José Waldecy. **Das sociedades por quotas de responsabilidade limitada**. Rio de Janeiro: Renovar.
NUNES, A. J. Avelãs. **O direito do exclusão dos sócios nas sociedades comerciais**. São Paulo: Ed. Cultural Paulista.
PENTEADO, Mauro Rodrigues. **Dissolução e liquidação de sociedades**. Brasília: Brasília Jurídica.
PENTEADO, Mauro Rodrigues. **Aumento de Capital das sociedades anônimas**. São Paulo: Saraiva.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE: 7º**

CHU5032**DIREITO DAS COISAS**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Direito das coisas: conceito, classificação e conteúdo. Distinção entre direito real e direito obrigacional. Direitos reais: características, conceito, objeto, constituição e classificação. Posse: origem, conceito, natureza jurídica, teorias e evolução histórica. Modos de aquisição e perda da posse. Classificação da posse. Proteção possessória. Usucapião. Efeitos. Da Propriedade: noções, evolução, natureza jurídica, fundamento, evolução histórica. Função social, restrições legais e limitações voluntárias. Aquisição e perda da propriedade imóvel. Registro de Imóveis. Aquisição e perda da propriedade móvel. Restrições ao direito de propriedade. Direitos de vizinhança. Do condomínio. Incorporações. Propriedade resolúvel. Noções de direitos autorais. Direitos reais sobre coisas alheias: aspectos gerais. Direitos reais de garantia: penhor, alienação fiduciária, anticrese e hipoteca. Direitos reais de gozo: enfiteuse, servidões, usufruto, uso, habilitação, rendas constituídas sobre imóveis. Direito real de aquisição: compromisso irrevogável de venda de imóveis, direito de superfície.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro; Direito das Coisas** – volume 04. São Paulo: Saraiva.

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALDO, Nelson. **Direitos reais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

GOMES, Orlando. **Direitos reais**. Rio de Janeiro: Forense.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro**. Vol. V, São Paulo: Saraiva.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Direito das Coisas**. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Coisas**. Rio de Janeiro: Forense.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro** - Vol. 4- Direito das Coisas. São Paulo: Editora Saraiva

WALD, Arnold. **Curso de Direito Civil Brasileiro** – direito das coisas. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MONTEIRO. Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. Volume 3 São Paulo: Saraiva.

MARTINS-COSTA, Judith; BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Diretrizes teóricas do novo Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2002

Bibliografia Recomendada

MELO, Marco Aurélio Bezerra de. **Direito das Coisas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil** - Vol. 4 - Direitos Reais. São Paulo: Editora Forense

ARRUDA ALVIM. Função social da propriedade. *In*: MOREIRA ALVES, José Carlos; REALE, Miguel (Coord.). **Principais controvérsias no novo Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2006, p 17-31.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. **Função ambiental da propriedade rural**. São Paulo: LTr, 1999.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE:7º

CHU5042**DIREITO DO TRABALHO I**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Noções fundamentais, contratos individuais de trabalho e relação de emprego. Caracterização. Contratos afins. Contratos especiais de trabalho. Sujeitos e conteúdo. Obrigações decorrentes do contrato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelle de. **O Direito do trabalho como dimensão dos direitos humanos**. São Paulo: LTr.

DELGADO, Gabriela Neves. **Princípios internacionais do Direito do trabalho e do Direito previdenciário**. Revista LTr. v. 74, p. 337-342.

BAGOLINI, Luigi. **Filosofia do trabalho: o trabalho na democracia**. São Paulo: LTr.

Bibliografia Complementar

HENRIQUE, Carlos Augusto Junqueira; DELGADO, Gabriela Neves (Coord). **Terceirização no Direito do Trabalho**. Belo Horizonte: Mandamentos.

GIGLIO, Wagner. **Justa Causa**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Recomendada:

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 7º

CHU5044**DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Conceito. Campo de aplicação. Relação com os demais ramos do direito. Fontes do direito administrativo. Administração pública. Regime jurídico-administrativo. Princípios constitucionais do direito administrativo. Poderes administrativos. Organização administrativa. Órgãos administrativos. Atos administrativos. Procedimento administrativo. Administração Pública Direta. Administração Pública Indireta. Responsabilidades do Estado. Deveres/Poderes/Competências da Administração Pública. Bens públicos. Agentes públicos. O terceiro setor. Visão jurisprudencial e doutrinária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

COELHO, Daniela Mello. **Administração Pública gerencial e Direito Administrativo**. Belo Horizonte: Mandamentos.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**, São Paulo: Malheiros.

CRETELLA JR. **Curso de Direito Administrativo**, Rio: Forense.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**, São Paulo: Atlas.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. **Terceiro Setor e Estado: legitimidade e regulação**. Por um novo marco jurídico. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

DALLARI, Adilson Abreu. **Aspectos Jurídicos da Licitação**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Natureza e regime jurídico das autarquias**. São Paulo: Malheiros.

BONAVIADES, Paulo. **Do estado Liberal ao Estado Social**. São Paulo: Malheiros.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros.

MOREIRA NETO, DIOGO DE FIGUEIREDO. **Mutações do Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Renovar.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GRAU, Nuria Cunill. **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Bibliografia Recomendada

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

JUSTEM FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva.

PIRES, Maria Coeli Simões. A Revisão Paradigmática do Estado e do Direito: um Exercício em Prol da Democratização do Sistema Administrativo. In: CORRÊA DE CARVALHO, Sérgio Mourão (Coord.).

Temas de Direito Administrativo. Estudos em Homenagem ao Professor Paulo Neves de Carvalho. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 127- 200.

PIRES, Maria Coeli Simões. Descentralização e subsidiariedade. **Revista do Tribunal de Contas de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 36, n. 3, p. 35-72, jul./set. 2000.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE: 7º****CHU5041****DIREITO AGRÁRIO E FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

História do direito agrário no mundo. Formação histórica. Formação territorial no Brasil. Direito agrário moderno. Direito agrário no Brasil. Denominação e autonomia. Princípios constitucionais. Estatuto da terra. Propriedade rural: função social, tipos, tratamento especial. Imóveis públicos e terras devolutas. Imóveis particulares. Módulo rural. Desapropriação. Perícia judicial. Ação divisória. Ação demarcatória. Usucapião. Registro de propriedade rural. Contratos agrários. Empresa e empresário agrário. Aquisição e arrendamento rural por estrangeiros. Crédito Rural. Sindicalismo Rural. Justiça Agrária. Reforma Agrária. Instituto da Sobreposição Terras Indígenas e Unidades de Conservação de Proteção Integral e outros tipos e conflitos sócio-ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ALVARENGA, Otávio de Mello. **Direito Agrário e Meio Ambiente na Constituição de 1988**, Rio de Janeiro, Ed. Forense.

ANTUNES, Paulo Bessa. **Curso de Direito Ambiental, Doutrina-Legislação-Jurisprudência**. Rio de Janeiro.

BORGES, Paulo Torminn. **Institutos Básicos de Direito Agrário**. São Paulo, Ed. Saraiva.

MAZZILI, Hugo Nigro. **A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo: Meio Ambiente, Consumidor e Outros Interesses Difusos e Coletivos**, São Paulo, ed. Revista dos Tribunais.

MIRANDA, Alcir Gursen De. **Teoria do Direito Agrário**. Belém, CEJUP.

Bibliografia Complementar

MIRANDA, Alcir Gursen De. **O Direito Agrário e o Índio**. Belém, CEJUP/IHGERR.

CARVALHO, Carlos Gomes de. **Introdução ao Direito Ambiental**, São Paulo, Letras e Letras.

FREITAS, Vladimir e Gilberto Passos de. **Crimes Contra a Natureza**. Ed. Revista dos Tribunais Ltda., São Paulo.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo.

NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. **Introdução ao Direito Ecológico e ao Direito Urbanístico**. Rio de Janeiro, Ed. Forense.

Bibliografia Recomendada:

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. **Direito ambiental Internacional: Meio Ambiente, Desenvolvimento sustentável e os Desafios da Nova Ordem Mundial: Uma reconstituição da Conferência do Rio de Janeiro sobre o Meio-Ambiente e Desenvolvimento**". Rio de Janeiro, These Editora Biblioteca Estácio de Sá.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 7º

CHU5054**OFICINA DE JURIMETRIA**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
-	30	30	-	30	OB	

EMENTA

Natureza, Poder e Limitações de Análises Empíricas Quantitativas. Insegurança Jurídica e Possibilidades de Quantificação do Risco. As Escolhas Trágicas. Fim do Halterofilismo Bibliográfico. Determinismo e Revolução estatística. Métodos Estatísticos e sua Aplicação Prática. Origens da Jurimetria. Conceitos de Jurimetria. Características da Jurimetria. Experiências de Jurimetria no Brasil e no Mundo. Procedimentos Simulados de Jurimetria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

AMARAL, Gustavo. **Direito, escassez e escolha**: Em busca de critérios jurídicos para lidar com a escassez de recursos e as decisões trágicas. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

CASTRO, Celso Luiz Braga de; DAVI, Kaline Ferreira (Org.). **Limites legais ao gasto público com despesa de pessoal**: Jurimetria aplicada ao caso dos municípios baianos. 1. ed. Salvador: Fundação Faculdade de Direito, 2014.

GONÇALVES, Guilherme Leite. **Direito**: Entre Certeza e Incerteza. São Paulo: Saraiva, 2013.

GUEDES, Marcelo Nunes. **Jurimetria**: Como a estatística pode reinventar o Direito. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MACEDO JR, Ronaldo Porto. **Do xadrez à cortesia - Dworkin e A teoria do Direito Contemporânea**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SGARBOSSA, Luis Fernando. **Crítica à teoria dos custos dos direitos**, Volume 1- Reserva do Possível, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2010.

SOUZA, Fernando Menezes Campello de. **Decisões racionais em situações de incerteza**. 2. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

Bibliografia Complementar

ÁVILA, Humberto Bergmann. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 4. ed. revista. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

ALEXY, Robert. **Conceito e Validade do Direito** - Col. Biblioteca Jurídica. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

CORNHAUSER, Lewis A. On Justifying Cost-Benefit Analysis. In: ADLER, Matthew D; POSNER, Eric A., et al. **Cost-Benefit Analysis**: Economic, Philosophical, and Legal Perspectives. Chicago: University of Chicago Press Journals, 2001.

LARSON, Ron; FARBER, Betsy. **Estatística Aplicada** - 6ª Ed. 2016. Saraiva: São Paulo, 2016.

MARANHÃO, Juliano. **Positivismo Jurídico Lógico-inclusivo** - Col. Filosofia e Direito. São Paulo: Marcial Pons, 2012.

Bibliografia Recomendada

HOLMES, Stephen; STEIN, Carl R. **The cost of rights**: Why liberty depends on taxes. New York: W. W. Norton & Company, 1999.

KADANE, Joseph B.; FIENBERG, Stephen E.; DEGROOT, Morris H. **Statistics in the law**. United Kingdom: Oxford University Press, 2008.

LOPES, José Reinaldo De Lima; MACEDO JR. Ronaldo Porto. **Método constitucional entre dogmática jurídica e a teoria social** - Col. Teoria e História do Direito. São Paulo, Saraiva: 2016

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE: 7º**

CHU5046**OFICINA DE REDAÇÃO E ESTRATÉGIA LEGISLATIVA**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
15	15	30	-	20	OB	

EMENTA

Processo legislativo. Bicameralismo. Plenário. Comissões. Iniciativa legislativa. Construção do Direito. Técnica legislativa. Lei Complementar nº 95. Estudo de impacto legislativo. Direito comparado. Excesso de projetos de lei. Espécies legislativas. Medidas provisórias. Lei orçamentária. Emendas constitucionais. Constituinte exclusiva para reforma política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

FARHAT, Saïd. Lobby. **O que é. Como se faz. Ética e transparência na representação junto a governos.** Editora Peirópolis.

MAGRANI, Eduardo. **Democracia Conectada: a Internet como Ferramenta de Engajamento Político-Democrático,** Juruá.

PAIVA, Luiz Guilherme. **A Fábrica de Penas.** Renavan, 2009. ABRAMOVAY, Pedro. Separação de Poderes e Medidas Provisórias. ELSEVIER – CAMPUS.

BENEVIDES, Maria Victoria, VANNUCHI, Paulo e KERCHE, Fábio (orgs). **Reforma Política e Cidadania.** Fundação Perseu Abramo.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. Grupos de Interesse (Lobby). **SÉRIE PENSANDO O DIREITO,** nº 8/2009.

Bibliografia Complementar

HALL, Richard, DEARDOFF, Alan. **Lobbying as Legislative Subsidy, The American Political Science Review,** Vol. 100, No. 1 (Feb., 2006), pp. 69-84.

POGREBINSCHI, Thamy. Conferências Nacionais, Participação Social e Processo Legislativo. **SÉRIE PENSANDO O DIREITO,** nº 27/2010.

Bibliografia Recomendada

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 7º

CHU5047**ESTÁGIO SUPERVISIONADO II**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
		80			OB	

EMENTA

Atividades práticas de advocacia relacionadas com a área de atuação jurídica, sob o controle, orientação e avaliação da Clínica Jurídica, incluindo redação de peças processuais e de consultoria Jurídica, cumprimento de rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões de julgamento, visitas a órgãos judiciários, atuação em negociações, arbitragens e conciliação, elaboração de relatórios sobre procedimentos judiciais, e prestação de outros serviços jurídicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

AFFONSO, Luiz Sérgio e ALTEMANI, Nelson. **Roteiro Prático das Ações**. SP: Saraiva

ALVES, Magela. **Manual Prático do Advogado**. SP: Editora Forense.

FIUSA, Ricardo e outros. **Novo Código Civil Comentado**. São Paulo: Saraiva

LUZ, Valdemar P. **Manual do Advogado**. Florianópolis: OAB/SC

MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria geral do processo**; São Paulo: Revista dos Tribunais.

MILHOMENS, Jônatas; Alves, Geraldo Magela. **Manual Prático do Advogado**. Rio: Forense.

PALAIÁ, Nelson. Técnica da petição inicial. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de Direito Penal**; São Paulo: Saraiva.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**; São Paulo. Malheiros.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria geral do processo**; São Paulo: Malheiros.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**; São Paulo: Atlas.

NERY JR, Nelson e NERY, Rosa Maria Andrade. **Código de Processo Civil Comentado e Legislação Civil Extravagante**.

Bibliografia Recomendada

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

CLT, **Código de Processo Civil e legislação extravagante atualizados**.

GRINOVER, Ada Pellegrini; Gomes Filho, Antônio Magalhães; Fernandes,

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva.

MALTA, Christovão Piragibe Tostes. **Introdução ao Processo do Trabalho**; São Paulo: LTr.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**; São Paulo: Atlas.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**; São Paulo: Saraiva. Tribunais.

VILAS-BOAS, Marco Antonio. **Processo Penal Completo**. São Paulo: Saraiva.

8º SEMESTRE

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO NOME DO COMPONENTE SEMESTRE: 8º

CHU5048 DIREITO SOCIETÁRIO

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Estudo das sociedades comerciais, tipologia, caracterização e legislação específica, evidenciando suas formas de organização, fundação, estrutura e dissolução, contrato social constituição, sociedade comum - de fato e irregular, sociedades personificadas, sociedade simples, sociedade empresário-contratual, sociedades: nome coletivo - comandita simples-limitada, sócios e suas responsabilidades, administrador, dissoluções: parcial/total, extinção, liquidação, sociedade comandita por ações, sociedade anônima - órgãos, constituição, ações, transformações: incorporação - fusão - cisão, cooperativa. Visão jurisprudencial e doutrinária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BARRETO FILHO, Oscar. **Teoria do direito comercial**. São Paulo: Max Limonad.
BORGES, João Eunápio. **Curso de direito comercial terrestre**. Rio de Janeiro: Forense.
COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Saraiva.
DÓRIA, Dylson. **Curso de direito comercial**. 1º v. 12. Ed. São Paulo: Saraiva.
MAMEDE, GLASTON. **Empresa e Atuação Processual**. ed. Atlas
MIRANDA Jr., Darcy Arruda. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Saraiva.
REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. 1o.v., São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

COMPARATO, Fábio Konder e SALOMÃO FILHO, Calixto. **O Poder de Controle na Sociedade Anônima**. Rio de Janeiro: Editora Forense.
MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial**. - Rio de Janeiro: Forense.
NASCIMENTO, João Pedro Barroso do. **Medidas defensivas à tomada de controle de companhias**. São Paulo: Quartier Latin
PEDREIRA, José Luiz Bulhões e LAMY FILHO, Alfredo (Coordenadores). **Direito das Companhias**. Rio de Janeiro: Editora Forense. Vols. I e II.

Bibliografia Recomendada

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 8°

CHU5049**METODOLOGIA DE PESQUISA JURÍDICA I**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
30	30	60	45	20	OB	

EMENTA

Metodologia da Pesquisa Científica. A pesquisa jurídica. Aplicação de métodos quantitativos e qualitativos. Técnicas de Pesquisa. Técnicas e procedimentos específicos de planejamento e de investigação. Definição do tema de pesquisa e construção do anteprojeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ECO, Umberto. **Como se Faz uma Tese**. São Paulo: Cortez.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **A Monografia Jurídica**. São Paulo: RT.

OLIVEIRA, Olga Maria B. Aguiar de. **Monografia Jurídica**. Porto Alegre: Síntese.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes

MARCONI, Marina A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006

Bibliografia Complementar

MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no Curso de Direito**. São Paulo: Atlas.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica e construção do conhecimento**. Rio de Janeiro, DP&A

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Método do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez.

Bibliografia Recomendada

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 8º

CHU5050**DIREITO DO TRABALHO II**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Direito Coletivo do Trabalho. Liberdade sindical. Organização sindical. Funções do sindicato. Associações Sindicais. Federações e Confederações. Centrais sindicais. Conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução. Negociação coletiva. Convenção coletiva de trabalho. O direito de greve e o *lock-out*. Perspectivas do Direito Coletivo do Trabalho brasileiro e internacional e a OIT. As relações de trabalho e o Mercosul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr
DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Direito Sindical**. Editora Saraiva.
RUSSOMANO, Mozart Victo. **Comentários à CLT**. Editora Forense.
RUSSOMANO, Mozart Victo. **Princípios Gerais de Direito Sindical**. Editora Forense.
SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas;
TEIXEIRA, Lima. **Instituições de Direito do Trabalho**. vol.1. São Paulo: LTr

Bibliografia Complementar

CATHARINO, José Martins. **Compêndio de Direito do Trabalho**. vol. 1. São Paulo: Saraiva
DELGADO, Gabriela Neves. **Terceirização: Paradoxo do**
Direito do Trabalho Contemporâneo. São Paulo: LTr
GOMES, Ana Virgínia Moreira. **A Aplicação do Princípio Protetor no Direito do Trabalho**. São Paulo:
LTr
MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho**. São
Paulo: Saraiva
SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. **Principiologia do Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr.

Bibliografia Recomendada

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. Atlas.
CASSAR, Volia Bonfim. **Direito do trabalho**. Impetus
GOMES, Orlando; Gottschalk, Elson. **Curso de Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Forense
GONÇALVES, Antônio Fabrício de Matos. **Flexibilização Trabalhista**. Belo Horizonte: Mandamentos
PLÁ RODRIGUEZ, Américo. **Princípios de Direito do Trabalho**; tradução de Wagner Giglio. São
Paulo: LTr
SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito Constitucional do Trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar
VIANA, Márcio Túlio. **Comissões de Conciliação Prévia: Quando o Direito Enfrenta a Realidade**. São
Paulo:LTr.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE: 8º****CHU5051****CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Evolução dos modelos de Administração Pública. Licitações. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Concessões e permissões de serviços públicos. Parcerias na Administração Pública. Convênios, Consórcios, Parceria Público-Privada, Terceirização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. São Paulo, RT.
MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. SP: Malheiros.
MOREIRA NETO, Diogo de F. **Curso de Direito Administrativo**. Rio: Forense.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de Mello. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros.
CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
DI PIETRO, Maria Sylvania. **Direito Administrativo**. Atlas.
FIGUEIREDO, de Diogo. **Curso de direito administrativo**. Forense.

Bibliografia Complementar

DALLARI, Adilson Abreu. **Aspectos Jurídicos da Licitação**. São Paulo: Saraiva.
DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas.
FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros.
JUSTEM FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva.
MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Limitações ao Direito de Propriedade: constitucionais, no espaço aéreo, no subsolo, urbanas, por tombamento, no meio ambiente**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Recomendada

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo brasileiro**. Malheiros
MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. **Princípios gerais de direito administrativo**. Malheiros
MELLO, Celso Antonio Bandeira. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade**.
FAGUNDES, Miguel Seabra. **Controle dos atos administrativos pelo poder judiciário**. Forense.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR		
CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	SEMESTRE: 8º
CHU5061	PSICOLOGIA JURÍDICA	

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
30	-	30	45	20	OB	

EMENTA

Noções introdutórias em Psicologia e Direito. Conhecimentos básicos em Psicologia para os operadores do Direito. Definição e histórico da Psicologia Jurídica. Relações da Psicologia com a Justiça, a Moral e o Direito. Psicologia Jurídica e o Direito Penal. Psicopatologia e processos jurídicos. Psicologia Jurídica e o Direito de Família. Psicologia Jurídica e as Questões da Infância e Juventude. Avaliação e perícia psicológica. Mediação de conflitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis: Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. RJ, Inst. Carioca de Criminologia: Freitas Bastos
- BRITO, Leila M. T. **Se-pa-ran-do: um estudo sobre a atuação do psicólogo nas Varas de Família**. Rio de Janeiro: Relume-umará/UERJ
- BRITO, Leila Maria Torraca (org). **Temas de Psicologia Jurídica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará
- FREUD, S. A psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos. In: **Obras Completas de S. Freud**. Rio de Janeiro: Imago
- GONÇALVES, Hebe Signorini e BRANDÃO, Eduardo Ponte (org.). **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau.
- ZIMERMAN, David. & COLTRO, Antonio Carlos Martins (org). **Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica**. Campinas (SP): Millenium

Bibliografia Complementar

- COHEN, Cláudio (org.). **Saúde Mental, Crime e Justiça**. São Paulo: EDUSP
- MIRA y LOPES, Emílio. **Manual de Psicologia Jurídica**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora
- PALOMBA, Guido Arturo. **Psiquiatria Forense: Noções Básicas**. São Paulo: Sugestões Literárias
- RAUTER, C. et all. **Execução penal – estudos e pareceres**. RJ: Ed. Lumen Juris
- SILVA, Denise Maria P. **Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo

Bibliografia Recomendada

- DOLTO, F. **Quando os pais se separam**. Rio de Janeiro: Zahar
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes
- FREITAS, M. C. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez
- GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva
- NETO, L. et all. **Práticas e Paixão**. São Paulo: Oboré
- TABORDA, José G.V.; CHALUB, M.; ABDALLA FILHO, E. **Psiquiatria Forense**. Porto Alegre: Artes Médicas
- WAISELFIZ, J. **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília**. SP: Cortez
- TRINDADE, Jorge. **Psicologia Judiciária**. Livraria do advogado.
- SANTANA, Ana Paula Oliveira Cacho de. **Psicologia Judiciária**. Método
- ALTAVILLA, Enrico. **Psicologia judiciária**, 2vols. Almedina
- FIORELLI, Jose Osmir. **Mediação e solução de conflitos**. Atlas.
- FIORELLI, Jose Osmir. **Psicologia Juridica**. Atlas.

FIORELLI, Jose Osmir. **Assedio Moral**. LTR
JESUS, de Damasio. **Assedio Sexual**. Saraiva.
COPI, Irving. **Introdução a lógica**, Mestre Jou.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 8º

CHU5053**ÉTICA GERAL E JURÍDICA**

CARGA HORÁRIA

T

P

TOTAL

60**-****60****Módulo**

Teórico

Prático

45

-**NATUREZA****OB****Pré-Requisito**

EMENTA

Os gregos e a emergência do discurso ético: *physis* e *ethos*. A fenomenologia do *ethos*. O conceito e as correntes da ética na história do Ocidente. Os dilemas éticos atuais: relativismo, universalismo, biotecnologia e ética da natureza. A distinção entre ética filosófica e ética deontológica. A ética nas profissões jurídicas. O código de ética da Ordem dos Advogados do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução Edson Bini. São Paulo: Edipro.

BITTAR, Eduardo C.B. **Curso de Ética jurídica: ética geral e profissional**. São Paulo: Saraiva.

CARLIN, Volnei Ivo. **Deontologia jurídica: ética e justiça**. Florianópolis: Obra Jurídica,

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. São Paulo: Rev. Tribunais.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB**. São Paulo: Editora Saraiva.

Bibliografia Complementar

CHANGEUX, Jean-Pierre (Direc.). **Uma mesma ética para todos?** Lisboa: Piaget.

GORDILHO, Heron José de Santana. **Abolicionismo animal**. Assis Chateaubriand: Evolução Editora.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. São Paulo: RT.

SANDEL, Michael J. **Justiça. O que é fazer a coisa certa?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

VASQUEZ, Adolfo Sanches. **Ética**. São Paulo: Civilização Brasileira

Bibliografia Recomendada

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida. Tradução Plínio Dentzien**. Rio de Janeiro: Zahar Editor.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix,

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática

CHALITA, Gabriel. **Os dez mandamentos da ética**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira

FARIA, José Eduardo. **Justiça e conflito: os juízes em face dos novos movimentos sociais**. São Paulo: Rev. Tribunais

HABERMAS, Jürgen Habermas. **Direito e moral**. Lisboa: Instituto Piaget

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martins Fontes.

_____. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Discurso Editorial, Barcarolla.

_____. **A metafísica dos costumes**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética**. Rio de Janeiro: Zahar

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**. São Paulo: Cia das Letras.

_____. **Genealogia da moral**. São Paulo: Cia das Letras.

SANDEL, Michael J. **Justiça. O que é fazer a coisa certa?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

SAVATER, Fernando. **Ética para meu filho**. São Paulo: Martins Fontes

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Escritos de filosofia III: filosofia e cultura**. São Paulo: Loyola.

_____. **Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica 1**. São Paulo: Loyola

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE: 8º**

CHU5045**OFICINAS DE ESTUDOS PREVIDENCIÁRIOS**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
15	15	30	-	20	OB	

EMENTA

Direito da seguridade social no Brasil em perspectiva prática: Conceitos, princípios, histórico, evolução e estrutura. Seguridade Social na Constituição Federal. A seguridade social como gênero: saúde, assistência social e previdência social. Custeio da Seguridade Social. Contribuições previdenciárias. Contribuintes e Segurados. Benefícios Previdenciários. Regime geral de previdência social. INSS. Previdência social do servidor público. Previdência complementar. Direito Previdenciário: conceito, objeto, princípios e normas. Processo previdenciário judicial e administrativo. Visão jurisprudencial e doutrinária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. São Paulo: Atlas.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário: noções de direito previdenciário**. São Paulo: LTr, .

VIANNA, João Ernesto Aragonés. **Curso de Direito Previdenciário**. São Paulo: LTr.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. São Paulo: LTr.

BALERA, Wagner. **Curso de direito previdenciário**. São Paulo: LTr.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha. **Curso de direito da seguridade social**. São Paulo: Saraiva.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente de trabalho, assistência social, saúde**. São Paulo: Atlas.

Bibliografia Complementar

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Os Crimes contra a Seguridade Social no Código Penal**. São Paulo: LTR.

GONÇALVES, Ionas Deda. **Direito Previdenciário**. São Paulo: Saraiva.

OLIVEIRA, Lamartino França de. **Direito Previdenciário**. São Paulo: RT.

KERTZMAN, Ivan. **Fundamentos de direito da seguridade social**. São Paulo: Atlas.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **A Prova no Direito Previdenciário**. São Paulo: LTR.

Bibliografia Recomendada

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito Previdenciário**. Impetus.

IBRAHIM, Fabio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. Impetus.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Comentários à Lei Básica da Previdência Social – Tomo I - Plano Custeio**. São Paulo: LTR.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Comentários a Lei Básica da Previdência Social – Tomo II - Plano de Benefícios**. São Paulo: LTR.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro: Lumen Júris.

KERTZMAN, Ivan. **Curso Prático de Direito Previdenciário**. São Paulo: Juspodivm.

ZAMBITTE, Fábio Ibrahim. **Curso de Direito Previdenciário – Série Acadêmica**. Rio de Janeiro: Impetus.

CARLOS A. Pereira de; Lazzari, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. LTR.
GONÇALVES, Odonel Urbano. **Manual de direito previdenciário**. São Paulo: Atlas.
KERTZMAN, Ivan. **Curso de Direito Previdenciário**. Salvador: Edições Podivm.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE: 8º****CHU5055****OFICINA DE REDAÇÃO E ATUAÇÃO JURISDICIONAL**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
-	30	30	-	20	OB	

EMENTA

Atuação prática a partir da perspectiva do juiz. Análise probatória e formação do convencimento. Redação de decisões judiciais interlocutórias e sentenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Nádia de. **Tribunais internacionais**: mecanismos contemporâneos de solução de controvérsias. Florianópolis: Fundação Boiteux.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **O novo processo civil brasileiro**: exposição sistemática do procedimento. Rio de Janeiro: Forense

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**: teoria geral do direito processual civil. São Paulo: Saraiva, v. 1.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. Rio de Janeiro: Forense

Bibliografia Complementar

CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes Legisladores?**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor. Trad. Carlos Alberto Álvaro de Oliveira).

CARMONA, Carlos Alberto; AMENDOEIRA JR., Sidnei (org.) **Estratégias Processuais na Advocacia empresarial**. São Paulo: Saraiva.

GABBAY, Daniela Monteiro. **Pedido e Causa de Pedir**. São Paulo: Saraiva.

MEDEIROS, Antônio Paulo. **Desafios do direito internacional contemporâneo**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

Bibliografia Recomendada

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 8º

CHU5056**ESTÁGIO SUPERVISIONADO III**

CARGA HORÁRIA

T

P

TOTAL

80**Módulo**

Teórico

Prático

NATUREZA

OB**Pré-Requisito**

EMENTA

Atividades práticas de advocacia relacionadas com a área de atuação jurídica, sob o controle, orientação e avaliação da Clínica Jurídica, incluindo redação de peças processuais e de consultoria Jurídica, cumprimento de rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões de julgamento, visitas a órgãos judiciários, atuação em negociações, arbitragens e conciliação, elaboração de relatórios sobre procedimentos judiciais, e prestação de outros serviços jurídicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

AFFONSO, Luiz Sérgio e ALTEMANI, Nelson. **Roteiro Prático das Ações**. SP: Saraiva

ALVES, Magela. **Manual Prático do Advogado**. SP: Editora Forense.

FIUSA, Ricardo e outros. **Novo Código Civil Comentado**. São Paulo: Saraiva

LUZ, Valdemar P. **Manual do Advogado**. Florianópolis: OAB/SC

MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria geral do processo**; São Paulo: Revista dos Tribunais.

MILHOMENS, Jônatas; Alves, Geraldo Magela. **Manual Prático do Advogado**. Rio: Forense.

PALAIÁ, Nelson. **Técnica da petição inicial**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de Direito Penal**; São Paulo: Saraiva.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**; São Paulo. Malheiros.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria geral do processo**; São Paulo: Malheiros.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**; São Paulo: Atlas.

NERY JR, Nelson e NERY, Rosa Maria Andrade. **Código de Processo Civil Comentado e Legislação Civil Extravagante**.

Bibliografia Recomendada

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

CLT, **Código de Processo Civil e legislação extravagante atualizados**.

GRINOVER, Ada Pellegrini; Gomes Filho, Antônio Magalhães; Fernandes,

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva.

MALTA, Christovão Piragibe Tostes. **Introdução ao Processo do Trabalho**; São Paulo: LTr.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**; São Paulo: Atlas.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**; São Paulo: Saraiva. Tribunais.

VILAS-BOAS, Marco Antonio. **Processo Penal Completo**. São Paulo: Saraiva.

9º SEMESTRE

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	SEMESTRE: 9º
--------	--------------------	--------------

CHU5057	DIREITO FINANCEIRO	
----------------	---------------------------	--

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Noções Gerais. Receita e Despesa Públicas. Orçamentos. Técnicas de Elaboração. Crédito público. Precatórios. Administração Pública Financeira pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Responsabilidade fiscal. Normatização. Visão jurisprudencial e doutrinária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BALLEIRO, Aliomar. **Uma Introdução à Ciência das Finanças**. Rio de Janeiro: Editora Forense
BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso e Direito Financeiro e de Tributário**. Editora Saraiva, São Paulo
JARDIM, Eduardo Ferreira Marcial. **Manual de Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo: Saraiva
OLIVEIRA, Régis Fernandes de. **Curso de Direito Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais.
RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. **Curso de Direito Financeiro**. São Paulo: Saraiva.
VALÉRIO, Valter Paldes. **Programa de Direito Financeiro e Finanças**. Editora Sulina, Porto Alegre.

Bibliografia Complementar

BORGES, José Souto Maior. **Introdução ao Direito Financeiro**. São Paulo: Max Limonad.
HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo: Atlas.
Saraiva.
TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. Rio de Janeiro: Renovar.
GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier.

Bibliografia Recomendada

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. São Paulo: Malheiros.
CASTRO, Alexandre Barros. **Manual de Direito Financeiro e Tributário**. Rio de Janeiro: Forense.
CRUZ, Flávio da (Coord.) **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada**. São Paulo: Atlas.
ROSA JR, Luiz Emygdio F. da. **Novo Manual de Direito Financeiro e Direito Tributário**. –Rio de Janeiro:Renovar.
TORRES, Ricardo Lobo. **Tratado de direito constitucional financeiro e tributário. v. III: os direitos humanos e a tributação**. Rio de Janeiro: Renovar.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 9º

CHU5058**METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA II**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
30	30	60	45	20	OB	

EMENTA

Projeto de pesquisa: definição, modelos e elementos. .Formas de redação do trabalho científico. Redação de artigos científicos. Regras da Associação Brasileira de Normas Práticas aplicáveis à pesquisa jurídica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ECO, Umberto. **Como se Faz uma Tese**. São Paulo: Cortez.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **A Monografia Jurídica**. São Paulo: RT.

OLIVEIRA, Olga Maria B. Aguiar de. **Monografia Jurídica**. Porto Alegre: Síntese.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes

MARCONI, Marina A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006

Bibliografia Complementar

MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no Curso de Direito**. São Paulo: Atlas.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica e construção do conhecimento**. Rio de Janeiro, DP&A

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Método do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez.

Bibliografia Recomendada

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 9º

CHU5059**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Conceito, fundamentos e princípios do Direito Processual do Trabalho. Justiça do Trabalho: organização e competência. O Ministério Público do Trabalho. Processo trabalhista: dissídio individual e dissídio coletivo. Recursos. Execução. Procedimento trabalhista comum e reclamação pelo procedimento sumaríssimo. Perspectivas do Direito Processual do Trabalho. Visão jurisprudencial e doutrinária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

GIGLIO, Wagner D. **Direito processual do trabalho**. rev., amp. E adapt. à Constituição Federal de 1988. São Paulo: LTr

GIGLIO, Wagner. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr.

JORGE NETO, Francisco Ferreira & CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Manual de direito processual do trabalho (2 volumes)**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: LTr

NASCIMENTO, Amaury Mascaro. **Curso de direito processual do trabalho**. ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **Curso de direito processual do trabalho**. 3 v. São Paulo: LTr

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito processual do trabalho**. Atlas.

Bibliografia Complementar

CASTELO, Jorge Pinheiro. **O direito material e processual do trabalho e a pós modernidade – A CLT, o CDC e as repercussões do novo Código Civil**. São Paulo: LTr

COSTA, Coqueijo. **Ação rescisória**. São Paulo: LTr

CRUZ E TUCCI, José Rogério. **Ação monitória**. São Paulo: RT

DUBUGRAS, Regina Maria Vasconcelos. **Substituição processual no processo do trabalho**. São Paulo: LTr

FREDIANI, Yone. **Execução de pré-executividade no processo do trabalho**. São Paulo: LTr

Bibliografia Recomendada

GIGLIO, Wagner. **Direito processual do trabalho**. Saraiva

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **A prova no processo do trabalho**. São Paulo: LTr

_____. **A sentença no processo do trabalho**. São Paulo: LTr

_____. **Ação rescisória no processo do trabalho**. São Paulo: LTr

_____. **As ações cautelares no processo do trabalho**. São Paulo: LTr

_____. **As alterações do C.P.C. e suas repercussões no processo do trabalho**. São Paulo: LTr

_____. **Execução no processo do trabalho**. 8a. ed. atual. São Paulo: LTr

_____. **Liquidação de sentença no processo do trabalho**. São Paulo: LTr

_____. **Litiscônsorcio, assistência e intervenção de terceiros no processo do trabalho**. São Paulo: LTr

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	SEMESTRE: 9º
CHU5060	DIREITO TRIBUTÁRIO I	

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Conceito e denominação. A natureza do tributo. Os tributos em espécie. Obrigação tributária. Fato gerador. Legislação tributária. As limitações do poder de tributar: princípios constitucionais. Sistema constitucional tributário. Os impostos da união. Impostos dos estados e do distrito federal. Impostos dos municípios. Receita tributária. Visão jurisprudencial e doutrinária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense.
 CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. São Paulo: Malheiros.
 CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva.
 DENARI, Zelmo. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Atlas. NASCIMENTO,
 TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de direito financeiro e tributário**. Rio de Janeiro: Renovar.
 AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. São Paulo: Saraiva.
 MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. Malheiros.

Bibliografia Complementar

BALEEIRO, Aliomar. **Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar**. Rio de Janeiro: Forense.
 ATALIBA, Geraldo Ataliba. **Hipótese de Incidência Tributária**. São Paulo: Malheiros.
 BALEEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel Abreu Machado. **Direito tributário brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense.
 COSTA, Regina Helena. **Curso de Direito Tributário: Constituição e Código Tributário Nacional**. São Paulo: Saraiva.
 PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos: Federais, Estaduais e Municipais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Bibliografia Recomendada

CARRAZZA, Elizabeth Nazar. IPTU & progressividade – igualdade e capacidade contributiva. Curitiba, Juruá.
 CASSONE, Vittorio. **Direito tributário**. São Paulo: Atlas.
 COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Teoria do tributo e da exoneração tributária**. Belo Horizonte: Del Rey.
 FAIDINGA, Maria Tereza Bijos. **O produtor rural e o imposto de renda**. São Paulo: Icone.
 PIMENTA, Paulo Roberto Lyrio. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, Dialética, São Paulo.
 PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social**. 7ed. São Paulo: Forense, 2010.
 SANTI, Eurico Marcos Diniz de (Coord.). **Decadência e Prescrição no direito tributário**. São Paulo: SANTI, Eurico Marcos Diniz de (Coord.). **Curso de Direito Tributário e Finanças Pública: do Fato à Norma, da Realidade ao Conceito Jurídico**. São Paulo: Saraiva.

SOARES DE MELO, José Eduardo. **Aspectos fundamentais do ISS**. São Paulo: Dialética.
VIEIRA, José Roberto. IPI - a regra-matriz de incidência - texto e contexto. Curitiba Juruá.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 9º

CHU5067**OFICINA DE ARTES E DIREITO**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
-	30	30	-	20	OB	

EMENTA

Oficina de práticas corporais, discursivas e de improvisação, como ponto de partida para o estudo dos fundamentos das Artes Cênicas e sua aplicação na interpretação dos fatos sociais. Realização de exercícios de apreciação estética de obras de arte que abordem questões do campo do Direito, envolvendo conflitos, mediações e julgamentos, pertinentes especialmente aos campos da literatura, do teatro e do cinema. Estudo das Teorias do espetáculo e das principais metodologias de encenação para análise de situações dramáticas e dos personagens construídos nas variadas relações interpessoais e sociais, em diversos contextos. Identificação dos elementos de teatralidade presentes nas ações cotidianas dos sujeitos, com seus possíveis subtextos, ações interiores e tessituras emocionais. Delineamento dos papéis sociais e de seus modos de composição, como base para análise e avaliação das ações e transgressões que implicam em medidas no campo jurídico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- CARLSON, Marvin. **Teorias do Teatro**. S. Paulo: Ed. UNESP, 1997.
CHEKHOV, Michael. **Para o Ator**. S. Paulo: Martins Fontes, 1989.
ECO, Umberto. **Interpretação e Superinterpretação**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
PAREYSON, Luigi – **Os problemas da estética**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1984.
SZONDI, Peter. **Teoria do drama moderno: 1880-1950**. S. Paulo: Cosac Naify, 2001.

Bibliografia Complementar

- MENDES, Cleise Furtado. **As estratégias do drama**. Salvador: EDUFBA, 2000.
PALLOTTINI, Renata. **Dramaturgia, a construção da personagem**. S. Paulo: Perspectiva, 1986.
PAVIS, Patrice. **Dicionário de Teatro**. S. Paulo: Perspectiva, 2008.
ROUBINE, Jean-Jacques. **A linguagem da encenação teatral**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

Bibliografia Recomendada

- FAORO, R. A viagem redonda: do patrimonialismo ao estamento. In: FAORO, R. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Homem Cordial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. Nossa Revolução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.
MAQUIAVEL, Nicolau. **A Mandrágora**. São Paulo: Estampa, 1987.
TERRY. **Ideologia da Estética**. São Paulo: Jorge Zahar, 1993.
-

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 9º

CHU5063**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
-	-	90	-	-	OB	

EMENTA

Planejamento, organização e desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso (TCC).. Entrega do projeto de TCC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ABREU, A.S. **Curso de redação**. São Paulo: Ática.

ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em Direito. **REVISTA CEJ**, Brasília, Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, vol. 3, nº 7, jan./abr.

GERSDORFF, R. **Identificação e elaboração de projetos**. Rio de Janeiro, Zahar.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas.

GIL, Antônio Carlos. **Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas.

ROSENBERG, Morris. **A lógica de análise do levantamento de dados**. São Paulo, Cultrix.

Bibliografia Complementar

COURTIS, Christian. (Org.). (2006). **Observar la ley - Ensayos sobre metodología de la investigación jurídica**. Madrid: Editorial Trotta, v. 1.

GIL, Antônio Carlos. **Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas.

McConville, Mike e Chui, Wing Hong. **Research methods for law**. Edinburgh: Edinburgh University Press.

OLIVEIRA, Luciano (2004), "Não Fale do Código de Hamurabi". In: **Sua Excelência o Comissário e outros ensaios de sociologia jurídica**. Rio de Janeiro, Letra Legal 7.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva.

Bibliografia Recomendada

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 9º

CHU5062**ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV**

CARGA HORÁRIA

T	P	TOTAL
-	-	80

Módulo

Teórico	Prático
-	-

NATUREZA

OB

Pré-Requisito

EMENTA

Atividades práticas de advocacia relacionadas com a área de atuação jurídica, sob o controle, orientação e avaliação da Clínica Jurídica, incluindo redação de peças processuais e de consultoria Jurídica, cumprimento de rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões de julgamento, visitas a órgãos judiciários, atuação em negociações, arbitragens e conciliação, elaboração de relatórios sobre procedimentos judiciais, e prestação de outros serviços jurídicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia BásicaAFFONSO, Luiz Sérgio e ALTEMANI, Nelson. **Roteiro Prático das Ações**. SP: SaraivaALVES, Magela. **Manual Prático do Advogado**. SP: Editora Forense.FIUSA, Ricardo e outros. **Novo Código Civil Comentado**. São Paulo: SaraivaLUZ, Valdemar P. **Manual do Advogado**. Florianópolis: OAB/SCMARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria geral do processo**; São Paulo: Revista dos Tribunais.MILHOMENS, Jônatas; Alves, Geraldo Magela. **Manual Prático do Advogado**. Rio: Forense.PALAIA, Nelson. **Técnica da petição inicial**. São Paulo: Saraiva.**Bibliografia Complementar**BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de Direito Penal**; São Paulo: Saraiva.DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**; São Paulo: Malheiros.GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria geral do processo**; São Paulo: Malheiros.MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**; São Paulo: Atlas.NERY JR, Nelson e NERY, Rosa Maria Andrade. **Código de Processo Civil Comentado e Legislação Civil Extravagante**.**Bibliografia Recomendada**CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.CLT, **Código de Processo Civil e legislação extravagante atualizados**.

GRINOVER, Ada Pellegrini; Gomes Filho, Antônio Magalhães; Fernandes,

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva.MALTA, Christovão Piragibe Tostes. **Introdução ao Processo do Trabalho**; São Paulo: LTr.MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**; São Paulo: Atlas.TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**; São Paulo: Saraiva. Tribunais.VILAS-BOAS, Marco Antonio. **Processo Penal Completo**. São Paulo: Saraiva.

10º SEMESTRE

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	SEMESTRE: 10º
CHU5064	DIREITO AMBIENTAL	

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Princípios do Direito ambiental. Direito constitucional ambiental. Bens ambientais. Patrimônio genético. Flora, Fauna, recursos hídricos e minerais. Piso vital mínimo. Meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho e aspectos de defesa. Direitos difusos, coletivos *stricto sensu* e individuais homogêneos. Direito de antenna. Dano ambiental. Responsabilidades civil, administrativa e penal por degradação ambiental. Ministério Público e ação civil pública. Política nacional do meio ambiente. Competência em matéria ambiental. O SISNAMA. Licenciamento ambiental: EIA/RIMA. Zoneamento ambiental e industrial, espaços especialmente protegidos e parcelamento do solo. Poluição sonora, visual e atmosférica. Poluição por resíduos sólidos, agrotóxicos e atividades nucleares. Tutela jurídica das terras indígenas, do ecoturismo e da produção de energia vinculada ao direito ambiental. Auditoria ambiental e normas ISO. A agropecuária sustentável e a função ambiental da propriedade. Tributos ecológicos. Disposições específicas do Código florestal. Visão jurisprudencial e doutrinária. Lei de Terras da Bahia, Terras Indígenas, Quilombolas, Fundos de Pasto, Fechos, Geraizeiros, Brejeiros, Vazanteiros e populações tradicionais do oeste baiano; Instituto da concessão de uso e direito real na Constituição do estado da Bahia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- ALVARENGA, Otávio de Mello. **Direito Agrário e Meio Ambiente na Constituição de 1988**. Rio de Janeiro.
- ANTUNES, Paulo Bessa. **Curso de Direito Ambiental, Doutrina-Legislação-Jurisprudência**. Rio de Janeiro.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MORATO LEITE, José Rubens: **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 10ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 2009.
- COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro e. **Proteção Jurídica do Meio Ambiente**. Belo Horizonte: Ed. Del Rey.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva.
- FREITAS, Vladimir e Gilberto Passos de. **Crimes Contra a Natureza**.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Ed. Malheiros.

Bibliografia Complementar

- CARVALHO, Carlos Gomes de. **Introdução ao Direito Ambiental**, rev. E ampl., São Paulo.
- DERANI, C. **Direito Ambiental Econômico**. São Paulo: Max Limonad.
- MAZZILI, Hugo Nigro. **A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo: Meio Ambiente, Consumidor e Outros Interesses Difusos e Coletivos**, Ver. Ampl. e atualizada, São Paulo.
- MIRANDA, Alcir Gursen De. **“O Direito Agrário e o Índio”**. Belém, CEJUP/IHGERR.
- SILVA, José Afonso. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Ed. Malheiros.

Bibliografia Recomendada

- ANTUNES, Paulo Bessa. **Direito Ambiental**. Lumen Juris

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. Saraiva.

MIRANDA, Alcir Gursen De. **“Teoria do Direito Agrário”**. Belém, CEJUP.

BENJAMIN, Antônio Herman: “Desapropriação, Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente”. In **Temas de Direito Ambiental e Urbanístico**. Guilherme José Purvin de Figueiredo (Org.). São Paulo: Max Limonad.

ANTUNES, Paulo de Bessa: **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Júris.

BELLO FILHO, Ney de Barros: **“Aplicabilidade da Lei de Improbidade Administrativa à atuação da administração ambiental brasileira”**. In Revista de Direito Ambiental, ano 5, nº 18, abril-junho. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2000.

BENJAMIN, Antônio Herman: “Introdução ao Direito Ambiental Brasileiro”. In A proteção jurídica das florestas tropicais. Vol. I. **Anais do 3º Congresso Internacional de Direito Ambiental**, 30 de maio a 02 de junho. São Paulo: IMESP, 1999.

COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro e, BELLO FILHO, Ney de Barros, COSTA, Flávio Dino de Castro e: **Crimes e infrações administrativas ambientais: comentários à Lei nº 9.605/98**. Brasília: Ed. Brasília Jurídica.

CUSTÓDIO, Helita Barreira: **Direito Ambiental e questões jurídicas relevantes**. Campinas, SP: Millenium Editora.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. São Paulo: Saraiva.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Ed. Saraiva.

NALINI, José Renato: **Ética ambiental**. Campinas: Ed. Millenium.

PRADO, Luiz Regis. **Direito Penal do Ambiente**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

SIRVINSKAS. Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Ed. Saraiva.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 10º

CHU5066**DIREITO TRIBUTÁRIO II**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OB	

EMENTA

Crédito Tributário. Suspensão e extinção e exclusão da exigibilidade do crédito tributário. Processo Administrativo Tributário. Processo judicial tributário. Crimes contra a ordem tributária. Elisão e evasão fiscal. Planejamento tributário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de direito financeiro e tributário**. Rio de Janeiro: Renovar.

CASSONE, Vittorio e CASSONE, Maria Eugênia Teixeira. **Processo Tributário. Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas.

BORGES, José Souto Maior. **O Contraditório no Processo Judicial (uma visão dialética)**. São Paulo: Malheiros.

BOTTALLO, Eduardo Domingos. **Curso de Processo Administrativo Tributário**. São Paulo: Malheiros.

MACHADO Segundo, Hugo de Brito. **Processo Tributário**. São Paulo: Atlas.

Bibliografia Complementar

ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de incidência tributária**. Malheiros.

BALEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel Abreu Machado. **Direito tributário brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense.

MARINS, James. **Direito Processual Tributário Brasileiro (Administrativo e Judicial)**. São Paulo: Dialética, 2001.

MELO, José Eduardo Soares de. **Processo Tributário Administrativo: Federal, Estadual e Municipal**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

NEDER, Marcos Vinicius e LÓPEZ, Maria Teresa Martínez. **Processo Administrativo Fiscal Comentado**. São Paulo: Dialética.

Bibliografia Recomendada

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Teoria do tributo e da exoneração tributária**. Belo Horizonte: Del Rey.

GRECO, Marco Aurélio. **Planejamento Tributário**. São Paulo: Dialética.

LOPES, Mauro Luis Rocha. **Direito Tributário Brasileiro**. Impetus.

LOPES, Mauro Luis Rocha. **Processo Judicial tributário**. Impetus.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. Malheiros.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de direito financeiro e tributário**. Rio de Janeiro: Renovar.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de (Coord.). **Decadência e Prescrição no direito tributário**. São Paulo: Max Limonad.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de (Coord.). **Lançamento Tributário**. São Paulo: Max Limonad.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 10°

CHU5052**DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
30	-	30	45	-	OB	

EMENTA

História, conceito, formação. Princípios constitucionais e legais. Código de Defesa do Consumidor. Direito do Consumidor: noções introdutórias e conceitos básicos. Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade civil pelo fato do produto. Responsabilidade civil por vício do produto e do serviço. Decadência e prescrição na relação de consumo. Desconsideração da personalidade jurídica e sua consequência em face do Direito do Consumidor. Contratos mercantis e normas contratuais do Código de Defesa do Consumidor. Proteção contratual: cláusulas abusivas; contrato de adesão. Sistema nacional de defesa do consumidor. A Defesa do Consumidor em Juízo. A tutela administrativa das relações de consumo. A tutela individual e coletiva do consumidor em juízo. Crimes contra o consumidor: tipicidade e antijuridicidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ALVIM, Arruda e ALVIM, Thereza e ALVIM, Eduardo, MARINS, James. Código da Defesa do Consumidor Comentado. **Editora Revista dos Tribunais**. São Paulo.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os Contratos de Adesão e o Controle de Cláusulas Abusivas**. Editora Saraiva. São Paulo.

BULGARELLI, Waldirio. **Questões contratuais no Código de Defesa do Consumidor**. São Paulo: Atlas.

CARVALHO, Sylvio Vicente. **Direito do Consumidor**. Porto Alegre, Sagra Luzzatto.

CAVALCANTI, Flavio Queiroz. **Responsabilidade por fato do produto no Código de Defesa do Consumidor**. Belo Horizonte, Del Rey.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**. RT - Revista dos Tribunais. São Paulo.

OLIVEIRA, Juarez de. **Comentários ao Código de Proteção do Consumidor**. Editora Saraiva. São Paulo.

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, Júlio José. **Ética globalizada e sociedade de consumo**. Moderna Editora.

COELHO, Fábio Uchoa. **O Empresário e os Direitos do Consumidor**. Editora Saraiva. São Paulo.

COSTA JR, Paulo José da. **Crimes contra o consumidor**. Brasília: Jurídica Brasileira.

DOTTI, René Ariez. **Comentários ao Código do Consumidor**. Editora Forense. Rio de Janeiro.

MAZZILI, Hugo de Nigro. A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo. **RT - Revista dos Tribunais**. São Paulo.

Bibliografia Recomendada

BASTITI, Leonir. **Direito do Consumidor para o Mercosul**. Curitiba: Juruá.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Edições 70.

CAVALIEIRI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. São Paulo: Malheiros.

DIAS, Isaias Costa. **Consumidor e Saúde Frente a Frente**. Kelps. Goiânia – Goiás.

FINK, Daniel Roberto; FILOMENO, José Geraldo Brito; WATANABE, Kazuo; JÚNIOR, Nelson Nery;

DENARI, Zelmo. **Código brasileiro de defesa do consumidor**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FONSECA, Antonio Cezar Lima de. **Direito Penal do Consumidor**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

GAMA, H.Z. **Direitos do consumidor**. Rio de Janeiro: Forense.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor**. Rio de Janeiro: Forense Universitário.

KHOURI, Paulo Roberto Roque Antonio. **Direito do consumidor: contratos, responsabilidade civil e defesa do consumidor em juízo**. São Paulo: Atlas.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Interesses difusos: conceito e legitimação para agir**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Manual do Consumidor em Juízo**. Editora Saraiva. São Paulo.

ROCHA, Sílvio Luiz Ferreira da. **Responsabilidade Civil do Fornecedor do Produto no Direito Brasileiro**. RT - Revista dos Tribunais. São Paulo.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. Malheiros Editores. São Paulo.

TEODORO, Humberto Júnior. **Direitos do Consumidor**. Editora Forense.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 10º

CHU5024**OFICINA REDAÇÃO E ESTRATÉGIA CONTRATUAL**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
15	15	30	-	20	OB	

EMENTA

Aplicação prática de conceitos teóricos sobre direito das obrigações mediante compreensão dos interesses de cada parte contratante; análise crítica de minutas contratuais; formulação de aprimoramentos de redação; elaboração de contratos; estruturação de negócios; discussão e negociação para produzir versão contratual de consenso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, v. 1.
CINTRA, Antonio Carlos de Araujo. **Teoria geral do processo**. São Paulo: Malheiros.
COELHO, Fabio Ulhoa. **A sociedade limitada no novo Código Civil**. São Paulo: Saraiva.
COUTO E SILVA, Clóvis V. do. **A obrigação como processo**. São Paulo: FGV, 2011.
DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. v. 1 a 3.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Wanderley (Coord.). **Contratos empresariais: fundamentos e princípios dos contratos empresariais**. São Paulo: Saraiva. Série GVlaw.
FOX, Charles M. **Working with contracts: what law school doesn't teach you**. 2.ed. Nova York: Practising Law Institute, 2008.
SCHWARCZ, Steven L. **Explaining the value of transactional lawyering**. Stanford Journal of Law, Business & Finance, s/n, Abr. 2012.

Bibliografia Recomendada:

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 10º

CHU5068**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
-	-	120	-	-	OB	

EMENTA

Planejamento, organização e desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso (TCC). Condução da pesquisa e comunicação dos seus resultados. Entrega e defesa do Trabalho de Conclusão do Curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

GERSDORFF, R. **Identificação e elaboração de projetos**. Rio de Janeiro, Zahar.

GIL, Antônio Carlos. **Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas.

OLIVEIRA, Luciano (2004), "Não Fale do Código de Hamurabi". In: **Sua Excelência o Comissário e outros ensaios de sociologia jurídica**. Rio de Janeiro, Letra Legal 7.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva.

Bibliografia Complementar

ABREU, A.S. **Curso de redação**. São Paulo: Ática.

ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em Direito. **REVISTA CEJ**, Brasília, Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, vol. 3, nº 7, jan./abr.

COURTIS, Christian. (Org.). (2006). **Observar la ley - Ensayos sobre metodología de la investigación jurídica**. Madrid: Editorial Trotta, v. 1.

McConville, Mike e Chui, Wing Hong. **Research methods for law**. Edinburgh: Edinburgh University Press.

ROSENBERG, Morris. **A lógica de análise do levantamento de dados**. São Paulo, Cultrix.

Bibliografia Recomendada

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE: 10º

CHU5069**ESTÁGIO SUPERVISIONADO V**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
-	-	80	-	-	OB	

EMENTA

Atividades práticas de advocacia relacionadas com a área de atuação jurídica, sob o controle, orientação e avaliação da Clínica Jurídica, incluindo redação de peças processuais e de consultoria Jurídica, cumprimento de rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões de julgamento, visitas a órgãos judiciários, atuação em negociações, arbitragens e conciliação, elaboração de relatórios sobre procedimentos judiciais, e prestação de outros serviços jurídicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

AFFONSO, Luiz Sérgio e ALTEMANI, Nelson. **Roteiro Prático das Ações**. SP: Saraiva

ALVES, Magela. **Manual Prático do Advogado**. SP: Editora Forense.

FIUSA, Ricardo e outros. **Novo Código Civil Comentado**. São Paulo: Saraiva

LUZ, Valdemar P. **Manual do Advogado**. Florianópolis: OAB/SC

MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria geral do processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MILHOMENS, Jônatas; Alves, Geraldo Magela. **Manual Prático do Advogado**. Rio: Forense.

PALAIÁ, Nelson. **Técnica da petição inicial**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. São Paulo: Malheiros.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria geral do processo**. São Paulo: Malheiros.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Atlas.

NERY JR, Nelson e NERY, Rosa Maria Andrade. **Código de Processo Civil Comentado e Legislação Civil Extravagante**.

Bibliografia Recomendada

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

CLT, **Código de Processo Civil e legislação extravagante atualizados**.

GRINOVER, Ada Pellegrini; Gomes Filho, Antônio Magalhães; Fernandes,

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva.

MALTA, Christovão Piragibe Tostes. **Introdução ao Processo do Trabalho**; São Paulo: LTr.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**; São Paulo: Atlas.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**; São Paulo: Saraiva. Tribunais.

VILAS-BOAS, Marco Antonio. **Processo Penal Completo**. São Paulo: Saraiva.

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR						
CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE				SEMESTRE:	
CHU5081	ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO					
CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OP	

EMENTA

Ambiente Social e Organizacional. Origem histórica das organizações. Associativismo e cooperativismo no cerrado baiano: realidades e perspectivas. Gestão participativa e economia solidária. Princípios do cooperativismo. Classificação e organização das cooperativas. Fundação e funcionamento de cooperativas. Organizações não-governamentais. Institutos. Fundações. Outras sociedades de caráter cooperativista. O Estado e a cooperativa. Evolução histórica da legislação cooperativista. As cooperativas em face do direito. Cooperativas X sociedades mercantis. Constituição e legislação aplicada. Visão doutrinária e jurisprudencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- ASHOKA; McKINSEY. **Empreendimentos Sociais Sustentáveis**: como elaborar Planos de Negócio para organizações sociais. São Paulo: Peirópolis.
- GAIGER, L. I.(org.). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Manual de Gestão das Cooperativas**: uma abordagem prática. São Paulo: Editora Atlas.
- PINHO, D. B. **Gênero e desenvolvimento em cooperativas**. SESCOOP/OCB, Santo André: ESETEC Editores associados.
- POLÔNIO, W.A. **Manual das Sociedades Cooperativas**. São Paulo: Atlas.
- RECH, D. **Cooperativas – Uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: Fase Editora

Bibliografia Complementar

- CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- FROEHLICH, J. M. **Desenvolvimento Rural**: Tendência e Debates Contemporâneos. Ijuí, Unijuí,
- MONZONI M. **Impacto em renda do microcrédito**. São Paulo, Ed. Peirópolis. 2008.
- RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A.
- SCHARDONG, A. **Cooperativa de Crédito - Instrumento de Organização Econômica da Sociedade**. Editora Rígel.
- SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Estudo da viabilidade para a constituição de cooperativas singular**: agropecuária, consumo, educacional, trabalho. Manual de orientação. Curitiba.

Bibliografia Recomendada

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EDUSP.

BENEVIDES, D.P. **Dicionário de Cooperativismo**. São Paulo: E. Otto Garcia Ltda. Editores. OCB. Orientação para constituição de cooperativas. 3 ed. Organização das Cooperativas Brasileiras. Brasília.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Lei cooperativista – Nº 5.640 de 16/12/71**. Brasília: 1971.

OLIVEIRA, N. B. **Cooperativismo – Guia Prático**. 2 ed. OCERGS, Porto Alegre.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

TESCH, W. **Dicionário Básico do Cooperativismo**. Brasília: SESCOOP.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR						
CÓDIGO		NOME DO COMPONENTE			SEMESTRE:	
CHU5082		CONFLITOS INTERNACIONAIS				
CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OP	

EMENTA

Teorias do conflito. Os conflitos através dos tempos. O mapa atual dos conflitos internacionais. A resolução de conflitos. As missões internacionais e os conflitos vistos sob a ótica do Direito Internacional. Questões sobre a linha de atuação da diplomacia brasileira. A cultura da pacificação. Meios alternativos de solução de conflitos internacionais. A comunicação. Atores, pautas, agendas e perspectivas das relações internacionais contemporâneas. Constituição e legislação aplicada. Visão doutrinária e jurisprudencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

JACKSON, ROBERT; SORENSEN, GEORG. **Introdução as relações internacionais:** teoria e abordagens. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MINGST, KAREN A; MARQUES, ARLETE SIMILLE. **Princípios de relações internacionais.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações internacionais:** estudos de Introdução. 2.ed. Curitiba: 2004.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais:** temas, atores e visões. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. **O que são relações internacionais.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

Bibliografia Complementar

Brasília, DF: Editora UNB, 1978.

DEUTSCH, Karl Wolfgang. **Análise das relações internacionais.**

MAGNOLI, DEMETRIO. **Relações internacionais:** teoria e História. São Paulo: Saraiva, 2004.

Bibliografia Recomendada

MERLE, Marcel. **Sociologia das relações internacionais.** Brasília, DF: Editora UnB, 1976.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR						
CÓDIGO		NOME DO COMPONENTE			SEMESTRE:	
CHU5084		DIREITO DAS ÁGUAS				
CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OP	

EMENTA

Águas e recursos hídricos. Águas no cerrado baiano: bacias, rios e aquífero urucuia. O uso da água no cerrado baiano: agronegócio, irrigação, hidrelétricas, hidrovias, pesca, turismo e lazer. Outorga e cobrança pelo uso da água. Captação, consumo e lançamento de efluentes. Gestão integrada de recursos hídricos: princípios, instrumentos, desafios e avanços. Comitês de gerenciamento de bacias. Agências de águas. Componente curricular constitucional das águas. Direito das Águas: Aspectos legais e institucionais. Regras de Helsinque e os princípios do PNUMA. Visão doutrinária e jurisprudencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- GOLDENSTEIN, Stela, **A cobrança como um instrumento de gestão ambiental**, in *A cobrança pelo uso da água bruta*, IQUAL.
- GRANZIERA, Maria Lucia Machado, **Direito de Águas e Meio Ambiente**. São Paulo, Ícone, HAME, Antonio Carlos de Mendes. Fundamentos e antecedentes. In: **A cobrança pelo uso da água**. THAME, Antonio Carlos de Mendes (org.). São Paulo: Iqual, 2000.
- KELMAN, Jerson, Outorga e cobrança de recursos hídricos, in **A cobrança pelo uso da água bruta**. IQUAL.
- MARTINEZ JR, Francisco, Princípio usuário pagador e desenvolvimento sustentável, in **A cobrança pelo uso da água bruta**, IQUAL.
- SETTI, Arnaldo Augusto, **Legislação para o uso dos recursos hídricos**, Brasília: ABEAS.

Bibliografia Complementar

- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental** Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme, **Direito Ambiental Brasileiro**, São Paulo: Malheiros.
- MEIRELLES, Heli Lopes, **Direito Administrativo Brasileiro**, São Paulo, Malheiros Editores.
- SILVA, José Afonso, **Direito Ambiental Constitucional**, São Paulo, Malheiros Editores.

Bibliografia Recomendada

- CAMPOS, José Nilson Beserra, STUDART, Ticiania Marinho de C. e COSTA, Antônio Martins. **Alocação e realocação do Direito de Uso da Água: uma proposta de modelo de mercado limitado no espaço**. RBRH, vol. 7.
- MACEDO, Hypérides Pereira de. A experiência do estado do Ceará, in **A cobrança pelo uso da água bruta**, IQUAL.
- MACHADO, Hugo de Brito, **Curso de direito tributário**, 12 ed., São Paulo: Malheiros.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	SEMESTRE:
CHU5075	DIREITO E ARTE	

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OP	

EMENTA

Diálogos entre o direito e a arte. Cartografia da articulação entre ambos os campos de trabalho. Delineamentos do paradigma filosófico estético. Ética e estética. Expressão artística e formas jurídicas. Arte como índice de construções ideológicas. O problema da interpretação nas artes e no Direito. Estado de Direito e estado poético de Direito. A justiça poética. Arte e direitos humanos. As escolas de convivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica. São Paulo: Vozes.
- SCHWARTZ, Germano. **A Constituição, a Literatura e o Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret.
- POSNER, Richard A. **Law and Literature**. Cambridge: Harvard University.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. São Paulo: Edipro.

Bibliografia Complementar

- MAQUIAVEL, Nicolau. **A Mandrágora**. São Paulo: Estampa.
- DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. **Uma Questão de Princípio**. São Paulo: Martins Fontes.
- GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito & Literatura. Anatomia de um Desencanto: Desilusão Jurídica em Monteiro Lobato**. Curitiba: Juruá.
- OST, François. **Contar a Lei: As Fontes do Imaginário Jurídico**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.
- PLATÃO. **República**. São Paulo: Martin Claret.

Bibliografia Recomendada

- HÄRBELE, Peter. **Hermenêutica Constitucional: a Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição**. Contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1997.
- JAEGER, Werner. **Paidéia: A Formação do Homem Grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MALAURIE, Philippe. **Droit & Littérature**. Paris: Cujas, 1997.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia da Estética**. São Paulo: Jorge Zahar, 1993.
- ECO, Umberto. **Interpretação e Superinterpretação**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- HAUSER, Arnold. **História Social da Arte e da Literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- TAYLOR, Charles. **Modern Social Imaginaries**. Durham and London: Duke University Press, 2004.
-

WÖLFFLIN, Heinrich. **Conceitos Fundamentais da História da Arte: o Problema da Evolução de Estilos na Arte.** 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR		
CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	SEMESTRE:
CHU5074	DIREITO E COMUNICAÇÃO	

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OP	

EMENTA

Comunicação, direito fundamental do cidadão. Meios atuais de comunicação: panorama jurídico e legislação aplicável. Processos e sistemas de democratização da comunicação. Comunicação e interesse público. Princípios da comunicação participativa. Apropriação dos meios de comunicação pelos movimentos sociais. Comunicação, responsabilidade social e terceiro setor. Constituição e Legislação aplicada. Visão doutrinária e jurisprudencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

CHOMSKY, Choam. **Linguagem e Mente**. São Paulo: UNESP.
 COELHO, Luiz Fernando. **Lógica Jurídica e Interpretação das Leis**. Rio de Janeiro, Forense.
 PERELMAN, Chaim. **Tratado de Argumentação: A nova retórica**. Trad. Maria E.G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes.
 SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix.
 WARAT, Luis Aberto. Mitos e Teorias na Interpretação das Leis. In: COELHO, Luiz Fernando. **Teoria Crítica do Direito**. Belo Horizonte: Del Rey.

Bibliografia Complementar

ARRUDA, Edmundo Lima de Arruda e Marcus Fabiano Gonçalves. **Fundamentação Ética e Hermenêutica – alternativas para o direito**. Florianópolis: CESUSC.
 GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Bibliografia Recomendada

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR						
CÓDIGO		NOME DO COMPONENTE			SEMESTRE:	
CHU5085		DIREITO E LITERATURA				
CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OP	

EMENTA

Estudo histórico da conexão entre Direito e Literatura. Estudo das representações do direito, das instituições e práticas jurídicas na Literatura em diferentes épocas. Especificidades deste estudo intercomponente curricular. Críticos do estudo. Direito na Literatura. Direito como Literatura. Direito da Literatura. A percepção do mundo jurídico por meio das obras literárias: “A insustentável leveza do ser”, de Milan Kundera e “Indignação”, de Philip Roth. Análise do indivíduo moderno em sua tensão com o Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- ADORNO, Sergio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BASTOS, Aurélio Wander. **O ensino jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **Literatura e Direito, uma outra leitura do mundo das leis**. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. **O estudo do direito através da literatura**. Tubarão: Editorial Studium.
- ROTH, Philip. **Indignação**. Trad. Jorio Dauster. Companhia das Letras, 2009
- SCHWARTZ, Germano. **A Constituição, a literatura e o direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- SILVA, Joana Aguiar. **A Prática Judiciária entre o Direito e a Literatura**. Almedina. Coimbra.

Bibliografia Complementar

- GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito e literatura: anatomia de um desencanto**. Curitiba: Juruá.
- SARTRE, Jean Paul. **O que é a Literatura?** Editora Ática. .
- VON IHERING, Rudolf. **A luta pelo direito**. Prefácio de Aurélio Wander Bastos. 2.
- AUERBACH, Erich. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes.

Bibliografia Recomendada

- CALVO GONZALES, José. (Org.). **Derecho literatura: contribuciones a una teoria literaria del derecho**. Albolote(Granada): Editorial Comares, 2008.
- CURTIUS, Ernest Robert. **Literatura européia e idade média latina**. Tradução de Teodoro Cabral e Paulo Rónai. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1996.
- DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio**. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. 4.ed. São Paulo: Globo, 2013.

FREUD, Sigmund. Escritores criativos e devaneio. In: **Pequena coleção das obras de Freud**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

GLEDSON, John. **Por um novo Machado de Assis**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

KUNDERA, Milan. **A insustentável leveza do ser**. Dom Quixote, 2009

NUSSBAUM, M. **Poetic Justice: The literary imagination and public life**. Boston: Beacon Press, 1997.

OST, François. **Raconter la Loi**. Paris: Odile-Jacob, 2004.

POSNER, Richard. **Law and Literature: a misunderstood relation**. Cambridge, Mass. and London : Harvard University Press, 1998.

SCHWARTZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. (Coleção Espírito Crítico).

SCHWARZ, Roberto. **Seqüências brasileiras: ensaios**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

SHAKESPEARE, William. **Obras completas**. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1958.

TRINDADE, André Karan; GUBET, Roberta Magalhães; COPETTI NETO, Alfredo.. (Org.). **Direito e literatura: ensaios críticos**. Porto Alegre (RS): Livraria do Advogado Editora, 2008.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR		
CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	SEMESTRE:
CHU5088	DIREITOS AUTORAIS	

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OP	

EMENTA

Histórico, conceito e princípios do Direito da Propriedade Intelectual. Noções gerais de propriedade intelectual. Obras intelectuais. Direitos do autor: morais e patrimoniais. Utilização de obras intelectuais. Direitos conexos. Associações de titulares de direitos do autor. O direito autoral e sua regulação no Brasil. Proteção internacional da propriedade intelectual. Constituição e Legislação aplicada. Visão doutrinária e jurisprudencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BARBOSA, Denis Borges. **Uma Introdução à Propriedade Intelectual**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

BARBOSA, Denis Borges. **A Aplicação do Acordo TRIPS**. Lumen Juris: São Paulo.

PARANAGUÁ, Pedro, e REIS, Renata. **Patentes e criações industriais**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

BRANCO JR., Sérgio Vieira. **Direitos Autorais na Internet e o Uso de Obras Alheias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

NETTO, José Carlos Costa. **Direito Autoral no Brasil**. São Paulo: Ed. FTD.

Bibliografia Complementar

GANDELMAN, Marisa. **Poder e conhecimento na economia global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MORO, Maitê Cecília Fabri. **Direito de Marcas**. Revista dos Tribunais: São Paulo.

SANTOS, Manoel Pereira dos; JABUR, Wilson Pinheiro (coord.). **Sinais Distintivos e Tutela Judicial e Administrativa**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Recomendada

DRAHOS, Peter, BRAITHWAITE, John. **Information feudalism: who owns the knowledge economy?** New York: New Press.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR						
CÓDIGO		NOME DO COMPONENTE		SEMESTRE:		
CET0345		ESTATÍSTICA I				
CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OP	

EMENTA

Variáveis qualitativas e quantitativas. Conceitos básicos de estatística descritiva, medidas de posição ou tendência central, medidas de dispersão ou variação, medidas de assimetria e curtose, medidas separatrizes. Apresentação gráfica e tabular de dados agrupados em classes. Conceitos básicos da teoria das probabilidades, variáveis aleatórias discretas e contínuas. Modelos probabilísticos discretos: Bernoulli, binomial, Poisson e geométrico. Modelos probabilísticos contínuos: uniforme, exponencial e normal. Amostragem probabilística. Distribuição amostral de estatísticas e teorema central do limite, estimação pontual e intervalar de parâmetros populacionais. Testes de hipóteses para uma população, testes estatísticos para a média populacional, testes estatísticos para a proporção populacional, teste para dados pareados. Testes de hipóteses para duas populações: testes estatísticos para a diferença de médias de duas populações, testes estatísticos para a diferença de duas proporções populacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. 2ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. São Paulo: Editora Saraiva, 5ed, 2002.
- FREUND, J. E.; SIMON, G. A. **Estatística Aplicada a administração, economia e contabilidade**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- STEVENSON, W.J. **Estatística aplicada à administração**. Tradução de Alfredo Alves de Farias. Harbra, S.P., 2001.
- TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. **Estatística Básica**. 2ed. São Paulo: Editora Atlas, 1994.
- TRIOLA, M. F. **Introdução e estatística**. Editora LTC, 10ª edição, 2008.
- VIEIRA, S. **Introdução à Estatística**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1981.

Bibliografia Complementar

- DEVORE, J. L. **Probabilidade e estatística para engenharia e ciências**. Editora: Thompson, 2006.
- JAMES, B. **Probabilidade: um curso em nível intermediário**. IMPA (2002).
- MEYER, P.L. **Probabilidade, aplicações a estatística**. Editora: LTC, 1984.
- MURRAY, R. S. **Probabilidade e estatística**. Editora: Makron Books, 1978.
- MURTEIRA, B. J. F. **Probabilidade e Estatística. Vol. I**. McGraw-Hill de Portugal, 1980.

Bibliografia Recomendada

- SIDNEY S. **Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento**. Editora: Artmed, 2006.
- SPIEGEL, M. R. **Estatística**. 3ªed. São Paulo, Makron Books, 1999.
- LAPPONI, J. C. **Estatística usando Excel**. Elsevier, Editora Campus, 2005.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR						
CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE		SEMESTRE:			
CHU1062	ESTUDOS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS					
CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OP	

EMENTA

Estudos de conceitos básicos acerca das relações étnico-raciais, tais como *raça, racismo, etnia, cultura, civilização, etnocentrismo, preconceito, discriminação*, entre outros; estudos das possíveis leituras do racismo, tais como biológica, sociológica, antropológica, psicológica e psicanalítica; estudos das diferentes formas e manifestações do racismo no mundo; o racismo no Brasil em perspectiva comparada às outras sociedades historicamente racistas; as lutas antirracistas, o integracionismo, os nacionalismos e o separatismo negro, o multiculturalismo, as políticas públicas e as ações afirmativas; as identidades no contexto da globalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. 2ª Ed. São Paulo: Selo Negro, 2000.
- GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2014.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- MUNANGA, Kabenguelê. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Editora Autêntica, 2009.
- NASCIMENTO, Elisa Narkin (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- PAIVA, Angela Randolpho (org.). **Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2014.
- SANSONE, Livio; MONTEIRO, Simone. **Etnicidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

Bibliografia Complementar

- CASTRO, Carlos Alfredo Gadea. **Negritude e pós-africanidade: crítica das relações raciais contemporâneas**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.
- FARIA, Patrícia Silveira de. **Novos estudos das relações étnico-raciais**. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2014.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Educação das relações étnico-raciais: pensando referenciais para a organização da prática pedagógica**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- RISÉRIO, Antônio. **A utopia brasileira e os movimentos negros**. São Paulo: Editora 34, 2007.

Bibliografia Recomendada

- LÉVI-STRAUSS, Claude; LITTLE, Kenneth L.; SHAPIRO, Harry L.; LEIRIS, Michael. **Raça e ciência**. São Paulo: Perspectiva, 1960.

MUNANGA, Kabenguelê (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: EDUSP, 1996.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVÉRIO, Valter Roberto; MATTIOLI, Erica Aparecida K.; MADEIRA, Thais Fernanda L. (orgs.). **Relações étnico-raciais vol. 02**. São Carlos: Udufscar, 2013.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR		
CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	SEMESTRE:
CHU3017	GEOGRAFIA ECONÔMICA E POLÍTICA I	

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
45	15	60	45	20	OP	

EMENTA

Geografia Econômica: conceitos e objetos; A gênese das relações econômicas: a divisão técnica e social do trabalho; As inter-relações entre geografia econômica e política espacial; Geografia política e sua interface com a economia global e local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- ARENT, H. **A dignidade da política**. Tradução Reinaldo Guarany. 3a Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2002.
- ANDRADE, M. C. **Geografia Econômica**. São Paulo: Atlas, 1998.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BRADFORD, M. G.; KENT, W.A. **Geografia humana: teorias e suas aplicações**. Gradiva. Lisboa, 1977.
- FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. **Economia Espacial: Urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo**. Ed. Futura, 2002.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2ª ed. Annablume. São Paulo, 2006.
- _____. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural**. 6ª ed., São Paulo: Loyola, 1996.

Bibliografia Complementar

- CASTRO, I. E. **Geografia e Política: Território, escalas de atuação e instituições**. Bertrand Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2009.
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Tradução D. Bottmann e R. D. Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SMITH, A. **A riqueza das nações** (1ª ed. 1776). Tradução de Luiz João Baraúna. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo, 1996.
- TORO, B. **A construção do público: cidadania, democracia e participação**. C. D. Werneck e N. D. Werneck (orgs). Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 2005.

Bibliografia Recomendada

- ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo** (com comentário de Francisco de Oliveira). In: SADER, E. (org.). **Pós-liberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1995.

-
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. (org.). **As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da Geografia econômica.** Celta Editora, Oreas, 1994.
- BRUN, A. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro.** São Paulo: Editora Unijuí, 2005.
- CANO, W. **Introdução à econômica: uma abordagem crítica.** Editora Unesp. 2ª Reimpressão, São Paulo, 1998.
- CASTELLS, M. A. **Sociedade em Rede.** Tradução R. V. Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DOBB, M. **A evolução do capitalismo.** 4ª ed. Zahar Editora. Rio de Janeiro, 1974.
- FURTADO, C. **Raízes do subdesenvolvimento.** RJ, Civilização Brasileira, 2001.
- _____. **O mito do desenvolvimento econômico.** RJ, Paz e Terra, 1974.
- _____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** RJ, Fundo de Cultura, 1961.
- GALVÃO, A. P.; SILVA, G.; COCCO, G. **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- GEORGE, P. **Geografia Econômica.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988.
- LASTRES, H. M. M.; ALBAGI, S. (orgs). **Informação e Globalização na Era do Conhecimento.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação de capital.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MARSHALL, A. **Princípios de Economia** (1ª ed. 1890). Tradução revista de Rômulo Almeida e Ottolmy Strauch. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo, 1996.
- MARX, K. **O Capital** (1ª Ed.1867). São Paulo: Civilização Brasileira, 1985.
- MOTA, F. O. **Manual do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.
- SANTOS, M. **O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, M. **Economia espacial: críticas à economia política.** Rio Janeiro: Hucitec, 1979.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SINGER, P. **Aprender Economia.** Editora Brasiliense. 11ª ed. São Paulo, 1983.
- _____. **Curso de introdução à economia política.** Florence Universitária. 17ª ed. Rio de Janeiro, 2010.
- SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas - A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica.** Rio de Janeiro, Zahar, 1993.
- RICHARDSON, H.W. **Economia Regional: teoria de la localización, esructuras urbanas y crecimiento regional.** Editorial vicents-vives. Barcelona, 1973.
-

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	SEMESTRE:
CHU1073	HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS	

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OP	

EMENTA

Estudo analítico da história das relações internacionais contemporâneas, seus conceitos e abordagens; os antecedentes: a formação do Estado nação, diplomacia, soberania e sistema internacional no Ocidente na era moderna; o “sistema-mundo” ao longo dos séculos XIX e XX; globalização e multilateralismo: as rearticulações da geopolítica internacional pós-1991.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**: clima, forma e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital**. Uma história do sistema monetário internacional. 2º edição. São Paulo: Editora 34, 2007.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**: uma contribuição ao estudo da política internacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

KENNEDY, Paul. **O Parlamento do homem**: história das Nações Unidas. Lisboa: Edições 70, 2009.

NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas**, 2º ed., São Paulo:

Bibliografia Complementar

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: EdUnB, 2008.

FRIEDEN, Jeffrey. Capitalismo global. **História econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.

PAROLA, Alexandre Guido Lopes. **A ordem injusta**. Brasília, Funag, 2007.

PERKINS, John. **A história secreta do império americano**: assassinos econômicos, chacais e a verdade sobre a corrupção global. São Paulo: Cultrix, 2008.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **Relações Internacionais**: Dois Séculos de História. 2 volumes. Brasília, FUNAG, 2001.

Bibliografia Recomendada

-
- ARMSTRONG, J. David; LLOYD, Lorna; and REDMOND, John. From **Versailles to Maastricht**: International Organization in the Twentieth Century. London: Palgrave, 1996.
- AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina** - a Construção da Hegemonia. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano**: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. De Martí a Fidel: **A Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____. Fórmula para o caos: **Ascensão e queda de Salvador Allende** (1970-1973). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BERNAL-MEZA, Raúl. **América Latina em el mundo**: el pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales. Buenos Aires: Nuevohacer, 2005.
- CARR, Edmund H. **Vinte anos de crise, 1919-1939**: uma introdução aos estudos das relações internacionais. Brasília: UnB, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- JUDT, Tony. **Pós-Guerra**. Uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Nova Iorque: Touchstone Books, 1994.
- PEREIRA, Juan Carlos (org.). **Historia de las relaciones internacionales contemporáneas**. Barcelona: Ariel, 2009.
-

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR						
CÓDIGO		NOME DO COMPONENTE			SEMESTRE:	
CHU3045		LICENCIAMENTO AMBIENTAL				
CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
45	15	60	45	20	OP	

EMENTA

Política Nacional de Licenciamento Ambiental; Diagnósticos e estudos sociais, culturais, econômicos e ambientais para o LA e o EIA/RIMA; Caracterização, mensuração e apresentação de impactos ambientais; Planos e programas ambientais condicionantes de LA; Componente curricular com necessidade de atividades de campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- BAHIA. **Decreto nº 14024 de 2012**, aprova regulamento da Lei nº 10431 de 2006 que institui a Política de Meio Ambiente e Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, e da Lei nº 11612 que institui a Política de Recursos Hídricos e o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Salvador, 2012.
- BRASIL. **CONAMA nº 01 de 1986**. Dispõe sobre procedimentos relativos a Estudo de Impacto Ambiental. Brasília: 1986.
- CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (orgs). **Avaliação e Perícia Ambiental**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- MAGALHÃES JUNIOR, A. P. **Indicadores ambientais e recursos hídricos: realidades e perspectivas para o Brasil a partir da experiência francesa**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- ROSS, J. L. S. **Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.
- SANCHES, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo; Oficina de textos, 2008.
- SANTOS, R. F. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

Bibliografia Complementar

- ARAUJO, G. H. S.; ALMEIDA, J. R.; GUERRA, A. J. T. **Gestão Ambiental de áreas degradadas**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BAPTISTA, M. V. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. 2ª ed., São Paulo: Veras Editora, 2002.
- FOGLIATTI, M. C.; FILIPPO, S.; GOUDARD, B. **Avaliação de impactos ambientais: aplicação aos sistemas de transporte**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.
- PUILIPPI JR., A. (org). **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Barueri-SP: Manole, 2005.
- ROCHA, E. C.; CANTO, J. L.; PEREIRA, P. C. Avaliação de impactos ambientais nos países do Mercosul. **Revista Ambiente & Sociedade**, v.8, n.2, p.147-160, 2005.

Bibliografia Recomendada

- ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (orgs). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Fundação Ford, 2004.
- ALMEIDA, J. R. (org). **Ciências ambientais**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Thex, 2008.
- ABEMA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES ESTADURAIS DE MEIO AMBIENTE. **Novas propostas para o licenciamento ambiental no Brasil**. Brasília: ABEMA, 2013.
- BAHIA. **Decreto nº 15.180 de 2014**, Regulamenta a gestão das florestas e das demais formas de vegetação do Estado da Bahia, a conservação da vegetação nativa, o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR, e dispõe acerca do Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado da Bahia e dá outras providências. Salvador: 2014.
- BARBOSA, F. (org). **Ângulos da água: desafios da integração**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- BIM, Eduardo F. **Licenciamento ambiental**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- BRASIL. **CONAMA nº 237 de 1997**. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Brasília: 1997.
- BRASIL. **Lei nº 6938 de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: 1981.
- BRASIL. **Lei nº 12.651 de 2012**, Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: 2012.
- CARNEIRO, C. S. P. **Licenciamento ambiental: prevenção e controle**. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2014.
- LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva do licenciamento**. Salvador, BA: Instituto de Meio Ambiente da Bahia - IMA, 2009.
- MARIANO, J. B. **Proposta de Metodologia de Avaliação Integrada de Riscos e Impactos Ambientais para Estudos de Avaliação Ambiental Estratégica do Setor de Petróleo e Gás em Áreas Offshore**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ. 2007.
-

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR						
CÓDIGO		NOME DO COMPONENTE			SEMESTRE:	
CHU1050		LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS				
CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
30	30	60	45	20	OP	-

EMENTA

Breve estudo sobre a surdez e a deficiência auditiva; A pessoa surda e seus aspectos históricos, socioculturais e linguísticos; Introdução e prática das estruturas elementares da LIBRAS: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica, léxico e gramática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- CAPOVILLA, Fernando César 1960-; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina (Ed). **Novo Deit-Libras**: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. 3.ed. rev. ampl. São Paulo, SP: EDUSP, 2013
- QUADROS, Ronice Müller de ; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- CAPOVILLA, Fernando César 1960-; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Enciclopédia da língua de sinais brasileira**: o mundo do surdo em Libras. São Paulo, SP: Edusp, 2004. 2009
- GOLDFELD, Marcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. 7. ed. São Paulo, SP: Plexus, 2002.
- SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2013.

Bibliografia Complementar

- GESSER, A. **LIBRAS?** Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
- BRITO, L. F. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. 4. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.
- FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. **LIBRAS em contexto**. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez Editor, 2001

Bibliografia Recomendada

- SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. 16a ed. São Paulo: Cultrix, 1991.
- SANDLER, W.; LILLO-MARTIN, D. C. **Sign language and linguistic universals**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- LYONS, J. **Língua(gem) e lingüística**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SACKS, Oliver. **Vendo Vozes**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- SOARES, M. A. L. **A Educação do Surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, EDUSF, 1999.
- MOURA, M. C de. **História e Educação**: o surdo, a oralidade e o uso de sinais. In: LOPES FILHO, O. de C. (Org.). **Tratado de Fonoaudiologia**. São Paulo: Roca, 1997.

PERLIN, G. T. T. **Identidades surdas**. In: SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

ARANTES, V. A. (Org.). **Educação de surdos**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2001.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR		
CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	SEMESTRE:
CHU4018	PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES ENTRE DIREITO E HISTÓRIA	

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OP	

EMENTA

Aproximações entre direito e história. Problemas dos estudos históricos do direito. Métodos e temas da historiografia e seu impacto para o estudo do direito. Tensões entre história e teoria no estudo do direito. Justiça, memória e história. Verdade histórica e verdade no direito. A ideia de justiça para a história e para o direito. Justiça histórica e justiça anamnética. Colonialismo e escravidão no direito e na história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232. BURKE, Peter. *Teóricos e historiadores*. In: História e Teoria Social – São Paulo: UNESP, 2012, p. 15-41.
- WOLKMER, Antônio Carlos. **Fundamentos da História do Direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1999. FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.
- GALINDO, George R. B. **Para que serve a história do direito internacional?** Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 12, n. 1, 2015, p. 338-354
- GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. WOLKMER, Antônio Carlos. **Paradigmas, Historiografia Crítica e direito moderno**. Revista da Faculdade de Direito. Curitiba. Ano 28. Nº 28, 1994-5, p. 55-67.

Bibliografia Complementar

- ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça, in L. Payne, P. Abrão e M. Torelly (orgs.), **A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011, p. 212-248.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Walter Benjamin: o estado de exceção entre o político e o estético, in **Leituras de Walter Benjamin**. 2ª ed. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2007, p. 213-238.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Bibliografia Recomendada

JENKINS, Keith. Ethical Responsibility and the historian: on the possible end of “a history of a certain kind”. **History and Theory. Middletown.** Vol. 43. N° 4, p. 43-60.

MATE, Reyes. En torno a una justicia anamnética. In: MARDONES, José M; MATE, Reyes (eds.).

La ética ante las víctimas. Barcelona: Anthropos editorial, 2003.

FONSECA, Ricardo Marcelo. *Introdução Teórica à História do Direito.* Curitiba: Juruá, 2010.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *O Direito na História: Lições Introdutórias.* São Paulo: Max Limonad, 2000.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR		
CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	SEMESTRE:
CHU5094	POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL URBANO	

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
30	30	60	45	20	OP	

Plano diretor de desenvolvimento urbano: concepções, metodologias e estudos necessários; Plano diretor participativo; Diagnósticos socioambiental e socioeconômico para o planejamento e a gestão das cidades; Cidades sustentáveis: tecnologias, ações e políticas; Componente com necessidade de trabalho de campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- BUENO, L. M. M.; CYMBALISTA, R. (orgs.). **Planos diretores municipais: novos conceitos de planejamento territorial**. São Paulo: Annablume, 2007.
- CASSILHA, G. A.; CASSILH, S. A. **Planejamento urbano e meio ambiente**. Curitiba: IESDE Brasil/SA, 2009.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano diretor participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. 2.ed. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2005.
- FREITAS, P. M. **Direito à cidade sustentável**. Curitiba: Appris, 2015.
- FREITAS, C. G. L. **Planos diretores municipais: integração regional estratégica: roteiro metodológico**. Porto Alegre, RS: ANTAC, 2007.
- SILVA, C. H. D. **Plano diretor: teoria e prática**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanas**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Bibliografia Complementar

- CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - MG. Para entender o plano de diretor. **Rev. Belo Horizonte**, Belo Horizonte: 2005.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO. **MANUAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS**. Brasília: 2010.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO. **Orientações para elaboração de Plano Simplificado de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PSGIRS para municípios com população inferior a 20 mil habitantes**. Brasília: 2013.
- SANTOS JUNIOR, O. A.; MONTANDON, D. T. (Org.). **Os Planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.
- SOUZA, C. L.; AWAD, J. D. C. M. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. São Paulo: Bookman, 2012.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Bibliografia Recomendada

BUCCI, M. P. D. (Org). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. **Lei nº 10.257 de 2001, Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Brasília-DF: 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Reabilitação de centros urbanos**. Brasília: Ministério das Cidades, 2005.

CANEPA, C. **Cidades sustentáveis: o município como locus da sustentabilidade**. São Paulo: RCS, 2007.

CUNHA, S. B. C.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **Avaliação e Perícia Ambiental**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DUARTE, F. **Planejamento urbano**. 2ª ed., Curitiba: Ibpx, 2011.

PARANÁ. **LEI Nº 10.637, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008**. Institui as diretrizes do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina - PDPML e dá outras providências. Londrina-PR: 2008.

PARANÁ. **LEI ORDINÁRIA Nº 11.266 de 16 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre a adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257/01, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município. Curitiba: 2004.

CUIABÁ - MT. **Lei Complementar nº 150 de 29 de janeiro de 2007**. Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico de Cuiabá. Prefeitura Municipal – Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano – IPDU. Cuiabá: 2207.

GONÇALVES, T. M. **Cidade e poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2007.

PIRES, L. R. G. M. **Função social da propriedade urbana e o plano diretor**. São Paulo: Fórum, 2007. SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª ed., São Paulo: EdUSP, 2007.

SOUZA, M. L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR						
CÓDIGO		NOME DO COMPONENTE			SEMESTRE:	
CHU3018		POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL				
CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OP	

EMENTA

Política, planejamento e gestão ambiental: concepções, conceitos e aplicações; Política Nacional de Meio Ambiente e seus instrumentos de gestão e planejamento; Políticas ambientais para a indústria, setor agrícola e áreas urbanas; Desenvolvimento e políticas ambientais; Justiça ambiental, democracia e sociobiodiversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- ARENDDT, H. **O que é política**. Tradução Reynaldo Guarani. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BAPTISTA, M. V. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. 2ª ed., São Paulo: Veras Editora, 2002.
- MASSEY, D. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução Hilda P. Maciel e Rogério Haesbaert. 4ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SANTOS, R. F. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
- LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 10ª ed., Petrópolis: Vozes, 2013.
- SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (orgs). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

Bibliografia Complementar

- ALMEIDA, J. R. **Gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Thex: Almeida Cabral, 2014.
- BRASIL. Lei nº 6938 de 1981, dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Brasília: 1981.
- BRASIL. **Lei nº 12305 de 2010**, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília: 2010.
- BRASIL. **Decreto nº 7404 de 2010**. Regulamenta a Lei nº 12305 de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Brasília: 2010.
- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. 14ª ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

BARBOSA, F. (org.). **Ângulos da água: desafios da integração**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. 10ª Ed., Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007, p.271-308.

SEBRAE. **Metodologia Sebrae para implementação de gestão ambiental em micro e pequenas empresas**. Brasília: Sebrae, 2004.

Bibliografia Recomendada

ARAUJO, G. H. S.; ALMEIDA, J. R.; GUERRA, A. J. T. **Gestão ambiental de áreas degradadas**.

11.ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2014.

ARENDDT, H. **Crises da República**. 2. ed. [São Paulo, SP]: Perspectiva, 1999.

BAHIA. **Lei nº 12.932 de 2014**, Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências. Salvador: 2014.

BAHIA. **Decreto nº 15.180 de 2014**, Regulamenta a gestão das florestas e das demais formas de vegetação do Estado da Bahia, a conservação da vegetação nativa, o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR, e dispõe acerca do Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado da Bahia e dá outras providências. Salvador: 2014.

BAHIA. **Decreto nº 14.024 de 2012**, Aprova o Regulamento da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que instituiu a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, e da Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Salvador: 2012.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2011.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

BRASIL. **Lei nº 12.651 de 2012**, Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.985 de 2000**, Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Brasília: 2000.

BRASIL. **Decreto nº 4.340 de 2002**, Regulamenta a Lei nº 9985 de 2000 que institui Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Brasília: 2002.

BUCCI, M. P. D. (Org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAPRA, F. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução Newton Roberval Eichenberg. São Paulo; Cultrix, 2006.

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (orgs.). **Avaliação e perícia ambiental**. 4ª ed., Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2002.

DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. Tradução Sandra Valenzuela. 2ª Ed., São Paulo; Cortez, 2002.

_____. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

-
- MAGALHÃES JUNIOR, A. P. **Indicadores ambientais e recursos hídricos: realidades e perspectivas para o Brasil a partir da experiência francesa.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- Norma Brasileira NBR ISO 14001. **Sistema de Gestão Ambiental: requisitos com orientações para o uso.** Rio de Janeiro; ABNT, 2004.
- PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2005.
- PUILIPPI JR., A. (org.). **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável.** Barueri-SP: Manole, 2005.
- QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública.** 2ª ed., Brasília: IBAMA – Diretoria de gestão estratégica, 2006.
- RUSCHEINSKY, A. (org.). **Educação ambiental: abordagens múltiplas.** 2ª ed., Porto Alegre: Penso, 2012.
- SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (orgs.). **Educação ambiental: pesquisa e desafios.** Porto Alegre: Artmed, 2005.
- SEBRAE. Serviço Brasileiro de apoio às Micros e Pequenas Empresas. **Metodologia SEBRAE para implantação de gestão ambiental.** Brasília; SEBRAE, 2004.
- TORO, B. **A construção do público: cidadania, democracia e participação.** C. D. Werneck e N. D. Werneck (orgs.). Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 2005.
- VIEIRA, P. F.; WEBER, J. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental.** São Paulo: Cortez, 1997.
- WENDLAND, E.; SCHALCH, V. (orgs.). **Pesquisas em meio ambiente subsídios para a gestão de políticas públicas.** São Carlos-SP: RiMa, 2003.
-

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	SEMESTRE:
CHU5095	REFLEXÕES HISTÓRICO-JURÍDICAS	

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OP	

EMENTA

O mundo antigo, Grécia e Roma. A Alta Idade Média. Direito Canônico. Formação do Direito Ocidental Moderno. As filosofias medievais e o Direito. As ideias jurídicas do século XVI ao século XVIII. O regime colonial e o antigo regime. As Fontes: Constituição e Codificação no Brasil do século XIX. As instituições e a Cultura Jurídica: Brasil – Século XIX. Do século XIX ao século XX: inovações republicanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- ANDERSON, P. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BURKE, Peter. **Renascimento italiano**. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Histórias do perdão e seus narradores na França do século XVI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HOBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- MARTIN, Thomas R. **Roma Antiga: De Rômulo a Justino**. Tradução Iuri Abreu. Porto Alegre: R&PM, 2014.
- VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Trad. Ísis Borges B. da Fonseca. 3. ed. São Paulo: Difel. 2002.

Bibliografia Complementar

- ALFÖLDY, Géza. **A história social de Roma**. Lisboa: Presença, 1989.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**. Séculos XV-XVIII. Vol. 2. O jogo das trocas. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FERREIRO, José Ribeiro. **A Grécia Antiga**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- LE GOFF, J. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações: Do Século XIX aos nossos dias**. Tombo II. Tradução Manuel Resende. Lisboa: Colibri, 2007.

Bibliografia Recomendada

- As Leis de Eshunna**. BOUZON, Emanuel (trad.). Petrópolis: Vozes, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HOBSBAWN, Eric J. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- O Código de Hamurabi**. BOUZON, Emanuel (trad.). Petrópolis: Vozes, 2000.
- THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
-

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa** 1789-1799. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR						
CÓDIGO		NOME DO COMPONENTE			SEMESTRE:	
CHU5096		REGIME JURÍDICO DE INCENTIVO À PRODUÇÃO CULTURAL				
CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OP	

EMENTA

Aplicabilidade das leis federais de incentivo fiscal destinadas ao incentivo à produção cultural. A Lei Rouanet (Lei 8.313/1991). O Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). Incentivos Fiscais para Captação de Recursos: conceitos e aspectos gerais. Limitações constitucionais e legais. Legislação tributária e incentivos fiscais. Responsabilidade social empresarial. Funcine: Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional. Constituição e Legislação aplicada. Visão doutrinária e jurisprudencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- BRAUDEL, Fernand. **Gramática das Civilizações**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes.
- CHACON, Vamireh. **A Grande Ibéria, convergências e divergências de uma tendência**. São Paulo, Brasília: EduNESP, Paralelo 15.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural; o direito à cultura**. São Paulo: Edição Fundação Perseu Abramo.
- SILVA, Vasco Pereira da. **A Cultura a que tenho Direito; direitos fundamentais e cultura**. Coimbra: Almedina.
- VAZ, Henrique Cláudio de Lima, S.J. **Escritos de Filosofia III: Filosofia e Cultura**. São Paulo: Loyola.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. **Manual do Contribuinte**. Sistema de Incentivos a Projetos. Disponível <http://www.fazenda.sp.gov.br/download/pac/manual_pac_pie.pdf>. Acesso em: 31.08.2013.
- BRASIL. Programa nacional de apoio à cultura. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Disponível: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24.03.201
- HESPANHA, Antonio Manuel. **Cultura Jurídica Européia: síntese de um milênio**. Florianópolis: Fundação Boiteux.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações: e a recomposição da ordem mundial**. Trad. M. H. C. Côrtez. São Paulo: Objetiva.

Bibliografia Recomendada

- JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE:****SEMESTRE:****CHU5097****TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
30	30	60	45	20	OP	-

EMENTA

Componente curricular de conteúdo variável. O objetivo é oportunizar o estudo de temáticas emergentes e/ou conjunturais específicas no âmbito do Direito não contempladas na ementa e no conteúdo programático de outras componente curriculares. Visa também a análise intercomponentes curriculares de conteúdos relacionados ao Direito, Sociologia, História e Ética do nosso tempo, através de exibições cinematográficas e seminários que permitam a interação dos temas estudados com a realidade cotidiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica:

COOTER, Robert. **Direito e Economia**. Tradução: Luis Marcos Sander, Francisco Araújo da Costa. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários**. 8.ed. São Paulo: Forense, 2013.

SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **Manual do Biodireito**. 2.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **Direitos de personalidade e dados genéticos: revisão crítico-discursiva dos direitos de personalidade à luz da natureza jurídica dos dados genéticos humanos**. 1. ed. Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder Câmara, 2010.

FARIA, José Eduardo. **O Direito e Globalização Econômica**. 1. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

Bibliografia Complementar

NAVES, Bruno Torquato de Oliveira . **O direito pela perspectiva da autonomia privada**. 2. ed. Belo Horizonte: Arraes, 2014. v. 1.

CALSING, Renata de Assis; Marinho, M.E.P. **A relação entre a propriedade intelectual e o meio ambiente no âmbito da OMC**. Revista Eletrônica de Direito Internacional, v.II, 2008.

MITCHELL, William C.; SIMMONS Randy T. **Para Além da Política – Mercados, Bem-Estar Social e o Fracasso da Burocracia**. Tradução de Jorge Ritter. Instituto Liberal: Rio de Janeiro, 2003.

Bibliografia Recomendada

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR						
CÓDIGO		NOME DO COMPONENTE:			SEMESTRE:	
CHU3016		TÓPICOS ESPECIAIS DE GEOGRAFIA DA AMÉRICA LATINA				
CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
45	15	60	45	20	OP	-

EMENTA

América Latina: formação histórica e regional; América Latina e os desafios de integração no contexto da globalização; Industrialização e urbanização na América Latina; Estrutura agrária e as lutas no campo: os movimentos sociais rurais na América Latina; Dinâmica da população urbana e rural; Identidades territoriais e culturais na América Latina; As perspectivas da América Latina no século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- ANDRADE, M. C. **O Brasil e a América Latina**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- BETHELL, L.; ROXBROUGH, I. **A América Latina, entre a segunda guerra mundial e a guerra fria**. São Paulo: Paz e Terra 1997.
- DAYREL, E.G.; IOKOI, Z. G. **América Latina contemporânea, desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.
- FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 37ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N. C. (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, Ampege, 2008.
- SANTOS, T. **América Latina no limiar do século XXI**. Fortaleza: EDUFF, 2000.

Bibliografia Complementar

- DUPAS, G. **A América Latina no início do século XXI**. SP, Editora da Unesp, 2005.
- FREYRE, G. **Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins**. Brasília, Ed. da UNB, 2003.
- GALLUP, J. L.; GAVIRIA, A.; LORA, E. **Geografia é destino? Lições da América Latina**. São Paulo, Editora da Unesp, 2007.
- GARRETÓN, M. A.; CAVAROZZI, M.; CLEAVES, P. S.; GEREFFI, G.; HARTLYN, JONATHAN. **América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro, FGV, 2007.
- ZARURA, G. C. L. (Org.). **Região e nação na América Latina**. Brasília, Editora da UNB, 2000.

Bibliografia Recomendada

- ALMEIDA, P. R.; CHALOUT, Y. **Mercosul, NAFTA E ALCA: a dimensão social**. São Paulo, LTr, 1999.

BERNARDES, A. América Latina: globalização e integração regional – o MERCOSUL e o novo recorte territorial. **Revista do Departamento de Geografia, São Paulo: Humanitas/FFLCH, USP**, n.11, p. 151-162, 1997.

BEYRUTH, G. Dimensão cultural da integração da América Latina. IEA-USP, **Revista de Estudos Avançados**, n. 8, 1994.

GARCÍA CANCLINI, N. **Latino-americanos à procura de um lugar neste mundo**. São Paulo: Iluminura, 2008.

LEMO, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Questões territoriais na América Latina**. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo, USP, 2006.

RIBEIRO, D. **As Américas e a civilização, processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE:****CHU5089****DIREITOS FUNDAMENTAIS**

CARGA HORÁRIA**T****P****TOTAL****60****-****60****Módulo****Teórico****Prático****45****-****NATUREZA****OP****Pré-****Requisito****-**

EMENTA

Direitos e garantias fundamentais. Os Direitos Fundamentais na Constituição de 1988. Direitos e garantias individuais e coletivos. Remédios Constitucionais. A ordem social na Constituição Federal e a efetivação dos direitos fundamentais sociais e difusos. Nacionalidade e cidadania. Direitos Políticos. Partidos Políticos e pluralismo democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia básica

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: O princípio da dignidade da pessoa humana**. Rio de Janeiro: Renovar.

BRANDÃO, Rodrigo. **Direitos fundamentais, democracia e cláusulas pétreas**. Rio de Janeiro: Renovar.

DIMOULIS, Dimitri e MARTINS, Leonardo. **Teoria Geral dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

FERRAJOLI, Luigi. **Por uma teoria dos direitos e dos bens fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. São Paulo: Atlas.

MENDES, Gilmar. **Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade**. Editora Saraiva.

SARMENTO, Daniel. **Direitos fundamentais e relações privadas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris

Bibliografia Complementar

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros.

FIGUEIREDO, Mariana Filchtiner. **Direito Fundamental à saúde: parâmetros para sua eficácia e efetividade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

GOTTI, Alessandra. **Direitos Sociais: fundamentos, regime jurídico, implementação e aferição de resultados**. São Paulo: Saraiva.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. São Paulo: Martins Fontes.

Bibliografia Recomendada

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE:

CHU5087**DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OP	-

EMENTA

Conceito e princípios do Direito Processual Constitucional. Habeas Corpus. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Mandado de Injunção. Habeas Data. Ação Popular. Ação Civil Pública. Ações Constitucionais. Procedimentos. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Competência dos Tribunais (STF e STJ). Perspectivas do Direito Processual Constitucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia básica

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva.
DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. **Curso de processo constitucional**. São Paulo: Atlas.
FUX, Luiz (Org). **Processo Constitucional**. Editora Forense.
MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva.
UCHÔA, Rostonio. **Processo Constitucional e Controle de Constitucionalidade**. Editora Lumen Juris.
UCHÔA, Rostonio. **Curso de Direito Processual Constitucional**. Editora Lumen Juris.
SIQUEIRA JR., Paulo Hamilton. **Direito Processual Constitucional**. Editora Saraiva.

Bibliografia Complementar

DANTAS, Ivo. **Novo Processo Constitucional Brasileiro**. Editora Juruá.
DALLARI. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. Editora Saraiva.
HORA, Raúl Machado. **Direito Constitucional**. Editora Del Rey.
LUNARDI, Soraya. **Teoria do Processo Constitucional: análise de sua autonomia, natureza e elementos**. Editora Atlas.
MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. **Direito Processual Constitucional**. Editora Forense.

Bibliografia Recomendada

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE:

CHU5083**DIREITO CONSTITUCIONAL ELEITORAL**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OP	-

EMENTA

Democracia teoria e princípios. Conceito e princípios de direito eleitoral. Sistemas eleitorais. Tipos ou Espécies de Democracia. Representação e Mandato. Direitos políticos. Sistemas eleitorais. Partidos políticos. Inelegibilidade e registro de candidatos. Propaganda eleitoral. Votação e apuração. Crimes eleitorais. Processo eleitoral. Justiça eleitoral, ministério público eleitoral e a organização do eleitorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia básica

AGRA, Walber de Moura. **Manual Prático de Direito Eleitoral**. Editora Fórum.
COELHO, Marcus Vinícius Furtado. **Direito Eleitoral e Processo Eleitoral**. São Paulo; Saraiva
GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. Editora Atlas.
SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios Constitucionais Eleitorais**. Editora Fórum.
SILVA, Luís Virgílio Afonso da. **Sistemas eleitorais: tipos, efeitos jurídicos-políticos e aplicação ao caso brasileiro**. São Paulo: Malheiros.

Bibliografia Complementar

BERNARDI, Dieison Picin Soares. **Curso Didático de Direito Eleitoral**. Editora Juruá.
CASTRO, Edson de Resende. **Curso de Direito Eleitoral**. Editora Del Rey.
CANDIDO, Joel José. **Direito Eleitoral Brasileiro**. Editora Edipro
GOMES, José Jairo. **Crimes Eleitorais e Processo Penal Eleitoral**. Editora Atlas.
RODRIGUES, Marcelo Abelha; JORGE, Flávio Cheim. **Manual de Direito Eleitoral**. Editora Revista dos Tribunais.

Bibliografia Recomendada

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE:****CHU5090****GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E DIREITOS SOCIAIS**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OP	-

EMENTA

Conceito, histórico e *modus operandi* do neoliberalismo. Teorias da globalização hegemônicas e contra-hegemônicas. A relação entre os *standards* e indicadores de natureza econômica e os direitos sociais nos Estados soberanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

FRYDMAN, Benoit. **O Fim do Estado de Direito**. Livraria Do Advogado

HARVEY, David. **O Neoliberalismo. História e Implicações**. Editora Loyola.

HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. Editora Boitempo.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A Nova Razão Do Mundo: Ensaio Sobre A Sociedade Neoliberal**. Editora Boitempo.

SANTOS, Boaventura. **A Globalização e as Ciências Sociais**. Editora Cortez.

SOARES, Laura Tavares. **Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina**. Editora Vozes.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Direito, justiça social e neoliberalismo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **Comum. Ensaio Sobre a Revolução no Século XXI**. Editora Boitempo.

BRAGA, Ruy. **A Rebeldia do Precariado. Trabalho e Neoliberalismo no Sul Global**. Editora Boitempo.

MESZAROS, Istvan. **A Crise Estrutural do Capital**. Editora Boitempo.

Bibliografia Recomendada

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE:

CHU5093**MOVIMENTOS SOCIAIS E DIREITO SOCIAIS**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60	-	60	45	-	OP	-

EMENTA

Concepções teóricas dos movimentos sociais e direitos sociais. História dos movimentos sociais e direitos sociais no Brasil. Movimentos Sociais e direitos sociais no contexto do capitalismo, evidenciando as relações de igualdade e a diversidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia básica

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social, fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006

GOHN, Maria da Gloria. **Teorias dos Movimentos Sociais no Século XXI: antigos e novos atores sociais**. Editora Vozes

GOHN, Maria da Gloria. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. Editora Cortez.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. Editora Cortez.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. Editora Cortez

Bibliografia Complementar

EDELMAN, Bernard. **A Legalização da Classe Operária**. Editora Boitempo.

FARIA, José Eduardo. **O Estado e o Direito depois da Crise**. Editora Saraiva.

KONDER, Leandro. **Em torno de Marx**. Editora Boitempo.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Jorge Zahar Editor

Bibliografia Recomendada

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE:

CHU5091**LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE**

CARGA HORÁRIA

T

P

TOTAL

60

-

60**Módulo**

Teórico

Prático

45

-

NATUREZA**OP****Pré-Requisito**

-

EMENTA

Estudo da Legislação penal Extravagante. Lei de Crimes Hediondos. Lei de Drogas. Lei de Tortura. Lei Antiterrorismo. Lei de Organização Criminosa. Crimes do Código de Trânsito Brasileiro. Lei de Abuso de Autoridade. Lei Maria da Penha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BRASILEIRO, Renato. **Legislação Criminal Especial Comentada**. 6. ed. São Paulo: Juspodivm.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. v. 1. Rio de Janeiro: Forense.

DELMANTO, Roberto; DELMANTO Jr., Roberto; DELMANTO, Fabio Machado de Almeida. **Leis Penais Especiais Comentadas**. São Paulo: Saraiva.

GRECO, Rogério. **Leis Penais Especiais Comentadas: crimes hediondos e tortura**. Niterói: Impetus.

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Legislação Penal Especial**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

BONINI, Paulo Rogério; BALDAN, Édson Luís. LAVORENTI, Wilson. **Leis Penais Especiais Anotadas**. São Paulo: Millenium.

FLORENCIO FILHO, Marco Aurelio. **Leis Penais Comentadas**. São Paulo: Quartier Latin.

SCHÜNEMANN, Bernd. **Obras. Tomo II**. Colección autores de derecho penal. Coord. Edgard Alberto Donna. Buenos Aires: Rubinzal Culzoni.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. v. 1. Rio de Janeiro: Forense.

STOCO, Rui. **Leis Penais Especiais Revisitadas**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia Recomendada

BACILA, Carlos Roberto; RANGEL, Paulo. **Lei de Drogas: Comentários Penais e Processuais**. São Paulo: Atlas.

CALLEGARI, Andre Luis. **Lei de Drogas: aspectos Polêmicos à luz da Dogmática Penal e da Política Criminal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

GRECO FILHO, Vicente; RASSI, João Daniel. **Lei de Drogas Anotada**. São Paulo: Saraiva.

FRANCO, Alberto Silva. **Crimes Hediondos**. São Paulo: RT.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE:

CHU5026**CRIMINALIDADE ECONÔMICA**

CARGA HORÁRIA

T

P

TOTAL

60

-

60**Módulo**

Teórico

Prático

45

-

NATUREZA**OP****Pré-Requisito**

EMENTA

O Direito Penal Econômico, natureza, autonomia. Estudo criminológico do direito penal econômico: Sutherland e os white collar crime. Questões relativas à autoria nos delitos econômicos: a problemática da responsabilização penal da pessoa jurídica. O bem jurídico protegido. Estudo da legislação e dos crimes econômicos no direito brasileiro. Conhecimento de outros sistemas normativos, pontos de aproximação e divergência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Crimes Federais**. São Paulo: Saraiva.

BRASILEIRO, Renato. **Legislação Criminal Especial Comentada**. 6. ed. São Paulo: Juspodivm.

BITENCOURT, César Roberto. **Tratado de Direito Penal Econômico**. v. 1. São Paulo: Saraiva.

DUPRET, Cristiane. **Leis Penais Especiais: Direito Penal Econômico**. São Paulo: Ius Editora.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. v. 1. Rio de Janeiro: Forense

SILVEIRA, Renato de Melo Jorge; DINIZ, Eduardo Saad. **Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

BITENCOURT, César Roberto. **Tratado de Direito Penal Econômico**. v. 2. São Paulo: Saraiva.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz; BADARÓ, Gustavo Henrique. **Lavagem de dinheiro: aspectos penais e processuais penais**. Comentários à Lei 9.613/1998, com alterações da Lei 12.683/2012. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BUSATO, Paulo César; GAURAGNI, Fabio André. **Compliance e Direito Penal**. São Paulo: Atlas.

GRACIA MARTÍN, Luis. **Prolegômenos para a luta pela modernização e expansão do Direito Penal e para a crítica do discurso de resistência**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris.

SILVA-SANCHEZ, Jesús Maria: **A expansão do Direito Penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais

Bibliografia Recomendada

BRASILEIRO, Renato. **Legislação Criminal Especial Comentada**. 6. ed. São Paulo: Juspodivm.

CALLEGARI, André Luís: **Direito Penal Econômico e lavagem de dinheiro – aspectos criminológicos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado

BACIGALUPO, Enrique. La prevención de riesgos de responsabilidad penal y administrativa de las empresas. In: **Compliance y derecho penal**. Pamplona: Aranzadi

HEFENDEHL, Roland. **La teoría del bien jurídico: ¿Fundamento de legitimación del Derecho penal o juego de abalorios dogmático?**. Edición española a cargo de Rafael Alcácer, María Martínez Íñigo Ortiz de Urbina. Barcelona: Marcialpons, Ediciones Jurídicas Y Sociales

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. v. 2. Rio de Janeiro: Forense

SCHÜNEMANN, Bernd. **Obras. Tomo II**. Colección autores de derecho penal. Coord. Edgard Alberto

Donna. Buenos Aires: Rubinzal Culzoni. NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. v. 1. Rio de Janeiro: Forense.

SCHÜNEMANN, Bernd. **Obras. Tomo I.** Colección autores de derecho penal. Coord. Edgard Alberto Donna. Buenos Aires: Rubinzal Culzoni.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE:****CHU5072****BIOÉTICA E BIODIREITO**

CARGA HORÁRIA**Módulo****Pré-
Requisito****T****P****TOTAL****Teórico****Prático****NATUREZA****60****-****60****45****-****OP**

EMENTA

O Biodireito e a bioética. Fundamentos gerais. Perspectivas de organização metodológica. A interseção entre o Biodireito e a Bioética. Aplicação concreta da Bioética no espaço da Ciência Jurídica: direito à vida humana e a problematização necessária. Conseqüências jurídicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

AGUIAR, Mônica. Direito de filiação e bioética. Rio de Janeiro: Forense.

DINIZ, Maria Helena. O estado atual do Biodireito, São Paulo: Saraiva.

FERRER, Jorge José; ÁLVAREZ, Juan Carlos. Para fundamentar a Bioética. São Paulo: Loyola.

SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. Manual de Biodireito. Belo Horizonte: Del Rey.

BARBOZA, Heloisa Helena (coord.). Temas de Biodireito e Bioética. Rio de Janeiro: Renovar.

Bibliografia Complementar

FRANÇA, Genival Veloso de. Direito Médico. Rio de Janeiro: Forense.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. Curso de Bioética e Biodireito. São Paulo: Atlas.

MINAHIM, Maria Auxiliadora. Direito Penal e biotecnologia. São Paulo: RT..

CONTI, Matilde Carone Slaibi. Biodireito: a norma da vida. Rio de Janeiro: Forense. DIAFÉRIA,

Adriana. Clonagem: aspectos jurídicos e bioéticos, São Paulo: Edipro.

Diniz, Debora; Costa Sérgio. Ensaio: bioética. São Paulo: Brasiliense.

Bibliografia Recomendada

BLÁZQUEZ, Niceto. Bioética la nueva ciencia de la vida. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.

BASTOS, Celso Ribeiro. "Direito de recusa de pacientes submetidos a tratamento terapêutico às transfusões de sangue, por razões científicas e convicções religiosas", Revista dos Tribunais, São Paulo: RT, vol. 787.

CHAVES, Antônio. Direito à vida e ao próprio corpo (intersexualidade, transexualidade, transplantes), São Paulo: RT.

DIAS, Maria Berenice. União homossexual – O preconceito e a justiça, 2a ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO**NOME DO COMPONENTE****SEMESTRE:****CHU5071****DIREITO SOCIOAMBIENTAL**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60		60	45	-	OP	-

EMENTA

Os reflexos socioambientais do ideário eurocêntrico: globalização, cultura, democracia, direitos humanos e desenvolvimento. A crise ecológica e a exclusão socioambiental na sociedade moderna contemporânea. O constitucionalismo democrático latino-americano e a natureza como sujeito de direito. As catástrofes ecológicas e as mudanças climáticas. O acesso à água e a exclusão socioambiental. Os animais como sujeito de direitos. A proteção socioambiental dos índios, quilombolas e comunidades tradicionais no Brasil. Proteção do patrimônio cultural e ambiental como direito dos povos. Dimensões do ecodesenvolvimento, biodiversidade, sustentabilidade e fraternidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo global**. España: Siglo Veintiuno, 2002.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 2004.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

LÖWY, Michael. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

VEIGA, José Eli da. **A emergência socioambiental**. São Paulo: SENAC, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. **As origens agrárias do capitalismo**. Revista Crítica Marxista, n. 10, ano 2000. São Paulo: Boitempo.

Bibliografia Complementar

BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BRUNO, Flávio Marcelo Rodrigues. **Manuscritos de Direito Socioambiental: sobre o Buen Vivir, a Cidadania Socioambiental, os Créditos de Carbono, e os limites da Bioética**. North Charleston (USA): Amazon, 2015.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREITAS, Vladimir Passos de. **Direito Ambiental em Evolução**. Curitiba: Juruá, 2016.

Bibliografia Recomendada

ALONSO, Margarita Florez. **Proteção do conhecimento tradicional?** In SANTOS, B. S. Semear outras soluções: o caminho da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 287-317.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade.** Tradução de. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BENJAMIN, Antonio Herman. **Função ambiental.** Brasília: BDJUR, 1993.

CAPELLA, Juan Ramón. **Os cidadãos servos.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.

GALLINA, Albertinho Luiz. **A concepção cartesiana da natureza.** Ciência&Ambiente, Santa Maria, n. 28, p. 29-40.

GARRARD, Greg. **Ecocrítica.** Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: UNB, 2006.

GUENÉE, Bernard. **O ocidente nos séculos XIV e XV: os estados.** São Paulo: Pioneira/Edusp. 1981.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil.** São Paulo: Nova Cultural. 1997.

HOEKEMA, André J. **Hacia un pluralismo jurídico formal de tipo igualitário.** In El Otro Derecho n. 26 e 27. Bogotá: ILSA, 2002. p. 63-99.

LADEIRA, Maria Inês. **Espaço geográfico Guarany-Mbya: significado, constituição e uso.** São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) ? Departamento de Geografía, Universidade de São Paulo, 2001.

LAS CASAS, Frei Bartolomé. **Brevíssima relação da destruição das índias: o paraíso perdido.** 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patrick de Araújo. **Direito ambiental na sociedade de risco.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós – ensaios sobre a alteridade.** Tradução de Pergentino Stefano Pivatto. Petrópolis: Vozes, 2004.

LIMA, André. **O direito para o Brasil socioambiental.** Porto Alegre: Fabris/ISA, 2002.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas.** 4. Ed. Brasília: ESAF, 1988.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental.** 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MANN, Charles C. 1491: **novas revelações das Américas antes de Colombo.** Rio de Janeiro: Objetiva. 2007

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria.** Porto Alegre: Sulina, 2003.

OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global.** São Paulo: Vozes/FAPESP, 1999.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época.** Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2000.

PORTO, Costa. **O sistema sesmarial do Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília. s/d.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **¿Qué es la propiedad?** Madrid: Ediciones Orbis S/A, 1984.

RAU, Virgínia. **As sesmarias medievais portuguesas.** Lisboa: Presença, 1982.

ROUANET, Sergio Paulo. **Mal-estar na modernidade.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direito dos agricultores.** São Paulo: Peirópolis. 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de terras de 1850.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVEIRA, Edson Damas da. **Meio ambiente, terras indígenas e defesa nacional: direito fundamentais em tensão nas fronteiras da Amazônia Brasileira.** Curitiba: Juruá, 2011.

SILVEIRA, Edson Damas da. **Socioambientalismo amazônico.** Curitiba: Juruá, 2010.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica.** 3 ed. Curitiba: Juruá, 2006.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Multiculturalismo e direitos coletivos**. In SANTOS, B. S. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 71-111.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba: Juruá, 1998.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **A função social da terra**. Porto Alegre: Fabris, 2003.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Tradução de Fátima Gaspar e Carlos Gaspar. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

WOOD, Ellen Meiksins. **O que é o (anti)capitalismo**. Revista Crítica Marxista, n. 17, ano 2003. São Paulo: Revan. Fls. 37.50.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE:

CHU5080**ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60		60	45	-	OP	-

EMENTA

Fundamentos da Análise Econômica do Direito. Teoria do Direito e Pensamento Economia. Ferramentas Econômicas de Análise do Direito: método formal, equilíbrio de mercado, estatística, econometria, micro e macroeconomia, economia internacional. Institutos Jurídicos de Análise Econômica: direito de propriedade, direito dos contratos, direito penal econômico, responsabilidade civil, teoria das empresas e sociedades. Geoeconomia Jurídica Internacional. Teoria dos Jogos Aplicada ao Direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

COOTER, Robert; ULEN, Thomas. **Direito & Economia**. Tradução: Luis Marcos Sander e Francisco Araújo da Costa. 5ª Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2010.

GICO JR. Ivo T. Metodologia e Epistemologia da Análise Econômica do Direito. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, v. 47, p. 25-65, 2010.

SALAMA, Bruno Meyerhof. O que é Direito e Economia? *In*: TIMM, Luciano Benetti; CATEB, Alexandre Bueno. **Direito e Economia**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

_____. **Direito e Economia**, Textos Escolhidos (org.). São Paulo: Saraiva, 2010.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise Econômica do Direito**. Trad. Rachel Sztajn. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

TIMM, Luciano Benetti. **Direito e Economia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012

Bibliografia Complementar

BRUNO, Flávio Marcelo Rodrigues. **Análise Econômica do Direito**: perspectivas históricas e critérios de aplicação. North Charleston (USA): Amazon, 2014.

HUBBARD, Glenn e O'BRIEN, Anthony Patrick. **Introdução à Economia**. Tradução: Christine de Brito Andrei, Cristina Bazán e Rodrigo Sardenberg. 2 ed. atual. Porto Alegre: Bookman, 2010.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional**: teoria e política. Tradutor técnico Eliezer Martins Diniz. 6ª ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2006.

RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. KLEIN, Vinícius. **O que é Análise Econômica do Direito – um introdução**. Curitiba: Fórum, 2010.

ROSA, Alexandre Moraes da; LINHARES, José M. Aroso. **Diálogos com a Law & Economics**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

Bibliografia Recomendada

- ACKERMAN, Bruce. **Private Property and the Constitution**. New Haven: Yale University Press, 1977.
- ALBERGONI, Leide. **Economia**. Curitiba: IESDE Brasil, 2008.
- ALVAREZ, Alejandro Bugallo. Análise econômica do direito: contribuições e desmistificações. **Direito, Estado e Sociedade**, v. 9, n. 29, p 49-68, jul./dez. 2006.
- BARBOSA, L. Teoria dos Jogos e Fechamentos de Empresas, *Revista de Informação Legislativa*, Ano 50, N, 197, jan/mar 2013, p. 317-329.
- BATTESINI, Eugênio. **Direito e Economia: novos horizontes no Estudo da Responsabilidade Civil no Brasil**. Porto Alegre: LTr, 2011.
- BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. Tradução: Cláudia Martins; Mônica Rosemberg. Revisão: Eliezer Martins Diniz. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2007.
- BOUCKAERT, Boudwijn; DE GEEST, Gerrit. **Encyclopedia of Law and Economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2000.
- GRAU, Roberto Eros. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. 15ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 35
- KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. Tradução: João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. Tradutor técnico Eliezer Martins Diniz. 6ª ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2006.
- MACKAAY, Ejan. History of Law and Economics. In: BOUCKAERT, Boudwijn; DE GEEST, Gerrit. **Encyclopedia of Law and Economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2000. p.67.
- MANKIW, Nicholas G. **Princípios de Microeconomia**. Tradução: Allan V. Hastings. São Paulo: Thomson, 2005.
- MERCURO, Nicholas; MEDEMA, Steven. **Economics and the Law: from Posner to post-modernism and Beyond**. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- NICULESCU, Basarab. Um Novo tipo de Conhecimento – transdisciplinar. In: NICULESCU, BASARAB et al. **Educação e Transdisciplinaridade**. Tradução: Judite Vero, Maria F. de Mello e Américo Sommermman. Brasília: UNESCO, 2000.
- PARISI, Francesco; ROWLEY, Charles K. **The Origins of Law and Economics**. Cheltenham: Edgard Elgar, 2005.
- POSNER, Richard A. **Economic Analysis of Law**. New York: Aspen, 2003.
- PYNDICK, Robert S. RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. Tradução: Eleutério Prado; Thelma Guimarães. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- RIBEIRO, Márcia Carla Pereira e CAMPOS, Diego Caetano da Silva. Análise Econômica do Direito e a Concretização dos Direitos Fundamentais. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 11, n. 11, p. 304-329, jan./jun. 2012.
- RIBEIRO, Márcia Carla Pereira e CAMPOS, Diego Caetano da Silva. **Reflexões Acerca do Direito Empresarial e a Análise Econômica do Direito**, 1ª ed. (ano 2014) Curitiba: GEDAI-UFPR, 2014.
- ROWLEY, Charles K. An Intellectual History of Law and Economics: 1739-2003. In: PARISI, Francesco; ROWLEY, Charles K. **The Origins of Law and Economics**. Cheltenham: Edgard Elgar, 2005.
- SACHS, Jeffrey; LARRAIN, Felipe. **Macroeconomia: em uma economia global**. Tradução: Sara R. Gedanke. Revisão: Maria Alejandra Caporale Madi. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.
- SAMUELS, Warren J.; SCHMID, Allan; SHAFFER, James D. An Evolutionary Approach to Law and Economics. In: SAMUELS, Warren J. et al. **The Legal-Economic Nexus**. London: Routledge, 2007.
- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 2000.
- SCHUMPETER, Joseph A. **História da Análise Econômica**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas**, 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- SYKES, Alan. O. The Economics of WTO Rules on Subsidies and Countervailing Measures. **Law and Economics Working Paper**, n. 186. The Law School, University of Chicago, 2003.
-

TAYLOR, Oliver H. Economics and the Idea of Natural Laws. **The Quaterly Journal of Economics**. v. 44. n. 1. p.1-39, nov. 1929.

TIMM, Luciano Benetti . **Direito e Economia**. 1ª. ed. São Paulo: IOB/THOMSON, 2005

TIMM, Luciano Benetti; CATEB, Alexandre Bueno. **Direito e Economia**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

VELJANOVSKI, Cento. **A Economia do Direito e da Lei**. Tradução: Francisco J. Beralli. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

WEBER, Max. **História Geral da Economia**. São Paulo: Centauro, 2006.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Tradução: Augustin Wernet. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

ZYLBERSZTAJN, D.; SZTAJN, R. **Direito e Economia: Análise Econômica do Direito e das Organizações**. Rio de Janeiro : Campus , 2005.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE:

CHU5092**METODOLOGIAS DO ENSINO JURÍDICO PARTICIPATIVO**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60		60	45	-	OP	-

EMENTA

Metodologias do Ensino Jurídico Contemporâneas. *Problem-Based Learning (PBL)*. *Team-Based Learning (TBL)*. *Role-Playing*. Simulação. Método de Caso. Diálogo Socrático. Seminário Temático. Seminário de Leitura. Seminário de Pesquisa. Aula Expositiva. Debate. Leitura Crítica. Jogos Simulados. Avaliação Ativa. Tecnologias no Ensino Jurídico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

FERRAZ JR. Tércio Sampaio. **Reforma do ensino jurídico**: reformar o currículo ou modelo? Rio de Janeiro : Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2006.

GHIRARDI, José Garcez. **Métodos de ensino em direito**: conceitos para um debate. São Paulo: Saraiva, 2009

GHIRARDI, José Garcez; VANZELLA, R. D. F. (Org.) . **Ensino jurídico participativo**: construção de programas, experiências didáticas. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009

UNGER, Roberto Mangabeira. **Uma nova faculdade de Direito no Brasil**. Rio de Janeiro : Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2005.

YIN, Roberto K. **Estudos de caso: Planejamento e Métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: BOOKMAN. 2001.

Bibliografia Complementar

BOROCHOVICIUS, Eli; TORTELLA, Jussara Cristina Barboza. **Aprendizagem Baseada em Problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro , v. 22, n. 83, p. 263-294, June 2014 .

ESCRIVAO FILHO, Edmundo; RIBEIRO, Luis Roberto de Camargo. **Inovando no ensino de administração: uma experiência com a aprendizagem baseada em problemas (PBL)**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro , v. 6, n. spe, p. 01-09, Aug. 2008 .

POLITO, R. **Oratória para advogados e estudantes de Direito**. São Paulo: saraiva, 2008.

TOLEDO, M.P.M. E NADOLSKIS, H. Comunicação Jurídica. São Paulo: Sugestões Literárias.

SILVA, Denise M. **O impacto dos Estilos de Aprendizagem no Ensino de Contabilidade na FEA-RP/USP**. Dissertação. Faculdade de Economia, Adm. e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. USP, 2006.

Bibliografia Recomendada

CADERNOS FGV DIREITO RIO. **Educação e Direito**. 6ª ed. Rio de Janeiro : Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2011.

_____. **Educação e Direito**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2012.

_____. **Educação e Direito**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2013.

_____. **Educação e Direito**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2014.

LAMY FILHO, Alfredo. **A crise do ensino jurídico e a experiência do CEPED**. Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros. Rio de Janeiro, v. 06, n. 18, p. 151-164, 1972.

GHIRARDI, José Garcez; FEFERBAUM, M. (Org.) . **Ensino do Direito para um mundo em transformação**. 1. ed. São Paulo: Fundação Getulio Vargas, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

EMENTA - DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME DO COMPONENTE

SEMESTRE:

CHU5086**DIREITO INTERNACIONAL PENAL**

CARGA HORÁRIA			Módulo		NATUREZA	Pré-Requisito
T	P	TOTAL	Teórico	Prático		
60		60	45	-	OP	-

EMENTA

Jurisdição Penal Internacional. Antecedentes Históricos. Tribunais Penais *ad-hoc*. O Estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional Permanente. Aspectos do Estatuto de Roma. Competência do Tribunal. Estatuto de Roma e Constituição Federal. Sujeitos do Direito Internacional Penal. Crimes Internacionais e normas *jus cogens*. Crimes relacionados ao *Jus in Bello*. Crimes contra a humanidade. Crimes relacionados com a proteção contra o terror e a violência. Responsabilidade do Estado e das Organizações Internacionais por crimes internacionais. Responsabilidade compartilhada. Responsabilidade de Proteger. Jurisdição universal e direito internacional. A obrigação de processar ou extraditar. Cooperação jurídica internacional em matéria de crimes internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

AMBOS, Kai e CHOUKR, Fauzi (orgs). **Tribunal Penal Internacional**, São Paulo, Ed: Revista dos Tribunais, 2000.

ARAÚJO, Nádia de. **Tribunais internacionais: mecanismos contemporâneos de solução de controvérsias**. Florianópolis: Fundação Boiteux.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Um relato sobre a banalidade do mal [tradução de José Rubens Siqueira]. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BROWNLIE, Ian. **Princípios de direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

MACHADO, Máira Rocha. **A Internacionalização do Direito Penal- A Gestão de Problemas Internacionais por meio do crime e da pena**. São Paulo: Ed. FGV e Editora 34, 2004.

Bibliografia Complementar

ARENDDT, Hannah. **Responsabilidade e Julgamento**, São Paulo, Cia das Letras, 2004.

CASSESE, Antonio. **International law**. Oxford: Oxford University Press.

HUSEK, Carlos Roberto, **Curso de Direito Internacional Público**. LTr.

JARDIM, Tarciso Dal Maso (org.). **O que é o Tribunal Penal Internacional?** Publicação da Comissão de Direitos Humanos, Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos humanos. Centro de Documentação e Informação . Coordenação de Publicações. Brasília- 2000.

Bibliografia Recomendada

HOBSBAWN, Eric, **Era dos Extremos. O breve século XX – 1914-1991**. Cia. das Letras,

KISSINGER, Henry, “The Pitfalls of Universal Jurisdiction”, in **Foreign Affairs**, vol.80, n.4, 2001.

LORANDI, Adriana (Coord.). **Tribunal Penal Internacional- Implementação do Estatuto de Roma no Brasil**. Brasília: MPM, 2007.

ORFORD, Anne. **Reading Humanitarian Intervention: Human Rights and the Use of Force in International Law (Cambridge Studies in International and Comparative Law)**. Cambridge University Press, Cambridge, 2003.

APÊNDICE B

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Dispõe sobre a normatização das atividades do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia, como requisito indispensável para obtenção do título de bacharel em Direito.

Art. 2º Entende-se por TCC uma produção científica de caráter individual, que venha a contribuir para as Ciências Jurídicas e Sociais.

Art. 3º O TCC deverá ser fruto de pesquisa individual sobre um tema relacionado ao Direito, a ser realizado mediante um processo de orientação acadêmica e sendo finalizado com defesa pública, perante banca examinadora.

Art. 4º O TCC deverá ser elaborado no último ano da graduação, por meio das atividades Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão Curso II, cursadas nos 9º e 10º períodos.

§ 1º - A atividade TCC I possui carga horária de 90 horas/aula.

§ 2º - A atividade TCC II possui carga horária de 120 horas/aula.

Art. 5º A produção científica decorrente do Trabalho de Conclusão de Curso deverá corresponder, necessariamente, ao formato de artigo científico.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 6º Em observância ao quanto disposto nas diretrizes curriculares nacionais do Curso de Graduação em Direito, o Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia estabelece as normas para desenvolvimento e defesa do trabalho de conclusão de curso, objetivando:

§ 1º Objetivos Gerais:

- I. Oportunizar o aprofundamento, sistematização e integração de conteúdos, com a finalidade de levar o formando do Curso de Direito a definir e aprimorar os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso;
- II. Oportunizar um espaço para que, ao final do curso, o bacharelado possa produzir um relato técnico-científico decorrente de estudos e/ou pesquisas realizadas durante o curso, utilizando a bibliografia especializada;
- III. Propiciar observações e análise de temas contemplados pela prática e pela teoria jurídica que contribuam para direcionar o acadêmico à pesquisa científica;
- IV. Identificar as transformações da sociedade e os novos fenômenos afetos ao mundo jurídico, sintonizados com novas demandas sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais.

§ 2º Objetivos Específicos:

- I. Desenvolver no aluno a aptidão para a pesquisa, bem como aferir os conhecimentos apreendidos no decorrer do curso de Direito, no que se refere aos conteúdos e também à capacidade de análise, criação e crítica a partir do tema proposto;
- II. Proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolvimento de trabalho de natureza acadêmico-profissional que possa traduzir a articulação entre os conhecimentos adquiridos no Curso e as atividades profissionais;
- III. Aprimorar o processo de formação do aluno, principalmente quanto à capacitação para utilização da metodologia e da pesquisa como instrumentos de desenvolvimento científico profissional;
- IV. Atender às exigências educacionais legais;
- V. Possibilitar ao aluno situação de aprendizagem que o auxilie no desenvolvimento da capacidade de sistematização e socialização do conhecimento relacionado com sua área de atuação, investigada no contexto de sua prática profissional.
- VI. Colocar em prática a linguagem, a argumentação e a persuasão jurídica compatíveis com o exercício da profissão.
- VII. Propiciar a formação de uma postura reflexiva que leve o acadêmico a criar novos instrumentos de realização da justiça e exercício da cidadania através da capacidade de apreensão crítica, produção lógica e criativa do direito.

CAPÍTULO III

DA CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 7º O TCC é componente curricular obrigatório e constitui requisito essencial para a conclusão do Curso de Bacharelado em Direito, observadas as diretrizes curriculares nacionais vigentes, sendo desenvolvido mediante acompanhamento obrigatório, orientação e avaliação docente.

Art. 8º O TCC consiste em uma pesquisa individual orientada, relatada sob a forma de artigo científico em qualquer ramo jurídico e elaborada sob responsabilidade integral do aluno, devendo seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigentes.

Parágrafo único - O conteúdo do artigo científico pode ser resultante de trabalho de iniciação científica ou de projeto de formação profissional desenvolvidos ao longo do curso.

Art. 9º O artigo científico, resultante dos trabalhos desenvolvidos nas disciplinas de TCC, deverá, obrigatoriamente, ser submetido a uma banca examinadora, constituída por uma comissão de professores formada pelo Professor Orientador do trabalho e por outros dois professores, convidados pelo Professor Orientador.

CAPÍTULO IV

DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Art. 10 A função administrativa e didática de Coordenador de TCC será exercida por docente nomeado para tal atividade, mediante deliberação do Colegiado do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Art. 11 Ao Coordenador de Trabalho de Conclusão compete:

- I. Elaborar, semestralmente, o calendário de todas as atividades relativas ao TCC, em especial o cronograma das defesas;
- II. Atender aos alunos matriculados nas disciplinas atinentes ao TCC nos períodos estipulados;
- III. Convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores e alunos matriculados nas disciplinas atinentes ao TCC;
- IV. Designar os professores orientadores através de ato convocatório, que se fará através de edital;
- V. Encaminhar as cópias do TCC aos membros das bancas examinadoras;
- VI. Manter arquivo atualizado com os projetos dos artigos em desenvolvimento;
- VII. Manter atualizado o livro de atas das reuniões das bancas examinadoras;
- VIII. Designar bancas examinadoras dos artigos científicos;
- IX. Realizar a expedição dos certificados de participação dos membros das bancas examinadoras e dos orientadores.

Art. 12 Compete ao Colegiado do Curso de Bacharelado em Direito decidir, em instância recursal, todas as questões relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 13 Compete ao professor orientador orientar individualmente o aluno, sobretudo quanto ao conteúdo e a forma do TCC, especialmente, nas seguintes atribuições:

- I. Realizar encontros com os alunos orientandos no decorrer das disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II, obedecendo a carga horária semanal destinada à orientação do Trabalho de Conclusão de Curso, por orientando, conforme regulamento de ensino da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
- II. Preencher a Ficha de Frequência aos Encontros de Orientação;
- III. Compor as bancas examinadoras do TCC dos seus orientandos;
- IV. Compor as bancas examinadores dos demais alunos do TCC II, quando convidado;
- V. Entregar à Coordenação de TCC os pareceres de avaliação da disciplina de TCC I;
- VI. Colaborar de forma atuante para aprimorar a qualidade do TCC de seus orientandos;

Art. 14 Compete ao aluno as seguintes atribuições:

- I. Entregar ao professor Coordenador do TCC o projeto de pesquisa, respeitando os prazos divulgados;

- II. Entregar ao professor orientador cópia do Projeto de TCC, elaborado na disciplina de TCC I;
- III. Depositar o TCC, conforme as exigências expressas deste regulamento e aos prazos fixados em calendário;
- IV. Apresentar o TCC perante banca examinadora na data e horário constantes de Edital a ser divulgado.

CAPÍTULO VI

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Art. 15 A disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I, cursada no 9º período, com carga horária de 90 horas/aula, tem como meta a elaboração do projeto de TCC.

Art. 16 Os encontros em sala de aula, com o professor de TCC I, envolverão conjuntamente todos os alunos, tendo como objetivo fornecer orientações do ponto de vista metodológico para a elaboração do projeto de TCC e do TCC.

Art. 17 O projeto de pesquisa consiste na explicação metódica do conjunto de ações a serem desenvolvidas, com vistas a atingir determinados resultados, compreendendo, necessariamente, os seguintes itens:

- a. capa, folha de rosto e sumário;
- b. tema do trabalho;
- c. delimitação do tema;
- d. formulação do problema;
- e. objetivos gerais e específicos;
- f. justificativa;
- g. revisão bibliográfica;
- h. metodologia;
- i. sumário provisório;
- j. cronograma das atividades;
- k. referências bibliográficas;

Art. 18 O projeto de TCC deverá contar com o número mínimo de 08 (oito) laudas e como número máximo 10 (dez) laudas.

Art. 19 A entrega do projeto de TCC deverá ocorrer em data fixada por calendário específico para este fim.

Parágrafo único. Não será aceito depósito de projeto após o prazo fixado no calendário do TCC, sob pena de reprovação da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I, impedindo automaticamente o aluno de se matricular na disciplina de TCC II.

Art. 20 Será aprovado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I o aluno que atingir nota maior ou igual a 05 (cinco), obtida através da média das notas atribuídas pelo Professor Orientador e pelo professor de TCC I.

CAPÍTULO VII

DA DEFINIÇÃO DE LINHA DE PESQUISA E PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 21 As vagas para orientação em Trabalhos de Conclusão de Curso em graduação nunca ultrapassarão 05 (cinco) vagas simultâneas.

Art. 22 A escolha dos professores orientadores dar-se-á de acordo com a área de especialização a que se vinculará cada aluno.

§1º A escolha deverá ocorrer no início do 9º (nono) semestre do curso de graduação, por meio de preenchimento de formulário correspondente.

§2º O professor escolhido poderá declinar da orientação, nas seguintes hipóteses:

- I. A temática a ser abordada pelo aluno não corresponda à sua área de domínio e atuação profissional;
- II. O número máximo de orientandos já tenha sido atingido;
- III. Por razões de foro íntimo.

CAPÍTULO VIII

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Art. 23 A disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, cursada no 10º período, com carga horária de 120 horas/aula, envolve encontros presenciais do aluno com o professor orientador.

Art. 24 O diário será preenchido com base nas fichas de acompanhamento do Professor Orientador, devidamente assinadas por ele e pelo Coordenador de TCC.

Art. 25 O artigo científico será individual e escrito de acordo com as normativas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, contendo o mínimo de 15 (quinze) e máximo de 25 (vinte e cinco) páginas digitadas, considerando-se, para fins de contagem, a primeira folha da introdução até a última da conclusão.

Art. 26 A disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II constitui-se das seguintes etapas:

- a. Revisão do projeto original, realizado na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I, pelo aluno e seu professor orientador, quando necessário;
- b. Redação e encaminhamento do artigo científico para a banca avaliadora;
- c. Defesa oral do trabalho;
- d. Protocolo e entrega da versão definitiva respeitando modelo a ser divulgado pela Coordenação de TCC.

Art. 27 Os encontros com o Professor Orientador, na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, observarão este Regulamento e serão acompanhados por meio de formulários que serão fornecidos pela Coordenação de TCC.

Art. 28 No ato do depósito do TCC, o aluno deverá entregar:

- I. 3 (três) cópias impressas do TCC, encadernadas em espiral;
- II. 1 (uma) cópia do TCC em CD/*pendrive*, formato .doc e .pdf.

Art. 29 O aluno deverá apresentar o TCC em sessão pública, perante banca composta por dois professores convidados, sob a presidência do professor orientador.

§ 1º Os membros da banca serão indicados pelo professor orientador e divulgados após a entrega efetiva do TCC ao professor coordenador do TCC.

§ 2º As datas, horários, locais e composição das bancas serão divulgados pela Coordenação de TCC, em observância ao calendário do TCC.

§ 3º Na apresentação, o aluno terá o prazo máximo de 20 (vinte) minutos para apresentar seu trabalho, e cada membro da banca poderá fazer sua arguição, sendo concedido ao aluno oportunidade para responder a cada um dos avaliadores.

Art. 30 Não será encaminhado à Banca Examinadora o aluno que:

- I. tiver seu trabalho submetido ao programa de plágio adotado pela Instituição de Ensino, e alcançar indicativo de plágio em seu artigo científico.
- II. obtiver índice inferior a 75% (setenta e cinco por cento) de presença aos encontros realizados com o Professor Orientador;
- III. não observar qualquer disposição deste Regulamento.

Art. 31 - A banca estabelecerá nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos para o aluno, que será obtida pela média aritmética entre a média das notas atribuídas ao TCC, à apresentação e às respostas as arguições.

§ 1º - Na avaliação do TCC serão considerados os seguintes critérios:

- I. delimitação adequada do objeto;
- II. relevância do desenvolvimento do objeto;
- III. abordagem adequada do problema objeto da pesquisa;
- IV. domínio do conteúdo;
- V. abordagem crítica, analítica e propositiva;
- VI. clareza e objetividade;
- VII. coesão e unidade do trabalho;
- VIII. análise interdisciplinar;
- IX. observância dos aspectos formais da língua portuguesa;
- X. respeito às diretrizes técnicas e formais definidas pela ABNT.

§ 2º Na avaliação da apresentação e das respostas às arguições orais serão considerados os seguintes critérios:

- I. controle e organização do tempo;
- II. domínio do conteúdo;
- III. clareza e objetividade;
- IV. adequação formal do discurso;
- V. consistência das respostas às manifestações da banca.

§ 3º Os integrantes da banca examinadora deverão preencher e entregar à Coordenação de TCC o parecer de avaliação.

§ 4º Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou maior a 5 (cinco).

Art. 32 As sessões de defesa dos artigos científicos são públicas, não sendo permitido aos membros das bancas examinadoras, porém, tornarem públicos os conteúdos dos trabalhos antes de suas defesas.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 O presente Regulamento é concebido no âmbito do Núcleo Docente Estruturante e aprovado pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Art. 34 Os casos omissos serão sanados pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Art. 35 Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

APÊNDICE C

REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

Dispõe sobre a definição, os objetivos, a estruturação e a operacionalização do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Curso de Bacharelado em Direito contempla, em seu Projeto Pedagógico e em sua Organização Curricular, componentes curriculares, conteúdos e atividades que atendam o Eixo de Formação Prática, objetivando a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com as Oficinas de Práticas Jurídicas e Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 2º O Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ está estruturado e operacionalizado, de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho competente, podendo, em parte, contemplar convênios com outras entidades ou instituições e escritórios de advocacia; em serviços de assistência judiciária implantados na instituição, nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública ou ainda em departamentos jurídicos oficiais, importando, em qualquer caso, na supervisão das atividades e na elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados à Coordenação de Estágio institucional, para a avaliação pertinente.

Art. 3º Conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia, o NPJ é o órgão de ensino onde os estudantes têm a oportunidade de aprender o exercício da profissão, com atendimento à comunidade, sendo orientados pelo corpo docente responsável, na elaboração e acompanhamento de peças processuais, além de outras atividades desenvolvidas ao longo das atividades relacionadas ao Eixo de Formação Prática do curso. Presta atendimento e orientação jurídica gratuitos, podendo intentar ações judiciais sem que caibam quaisquer ônus aos assistidos, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 09/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, com a Lei nº 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, e com a Resolução nº 02/2015, que aprova o Código de Ética e Disciplina da OAB.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

SEÇÃO I

Da estrutura física do Núcleo de Práticas Jurídicas

Art. 4º O NPJ oferece ambientes para o exercício de atividades que compõem o Eixo de Formação Prática do curso, com instalações dotadas de salas de coordenação, recepção e

secretaria, orientações e estudos, atendimento individual, simulação de audiências, mediações, conciliações e tribunais do júri.

Art. 5º A estrutura conta com equipamentos de informática para acesso à internet, a rede de informática, consultas legislativas, jurisprudenciais e acompanhamento processual.

Art. 6º Os espaços destinados ao NPJ contam com estrutura mobiliária adequada ao exercício das atividades propostas para a formação prática, tais como mesas para reunião, computadores, cadeiras, escrivaninhas, tribuna, balcão de recepção, impressora *laser-jet* multifuncional, armários, arquivos para pasta suspensa, mesas redondas. Os equipamentos de projeção como *Datashow* e *Notebook*, além de aparelhos de ar-condicionado, estrutura telefônica, de internet e de assinatura de serviço de acompanhamento de publicações nos órgãos oficiais do Poder Judiciário, também estão disponíveis no local.

SEÇÃO II

Da estrutura organizacional do Núcleo de Práticas Jurídicas

Art. 7º O NPJ apresenta a seguinte estrutura organizacional:

- I. Coordenador Geral do Núcleo de Práticas Jurídicas;
- II. Professores-Orientadores de Estágio Supervisionado;
- III. Assistentes Administrativos;
- IV. Secretaria Executiva;
- V. Assistente Social;
- VI. Estagiários.

Subseção I

Da Coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas

Art. 8º A Coordenação Geral do NPJ é responsável pela execução das atividades realizadas junto ao núcleo, que atendam Eixo de Formação Prática, objetivando a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com as Oficinas de Práticas Jurídicas e Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 9º A Coordenação Geral do NPJ será exercida, obrigatoriamente, por um professor integrante do corpo docente da instituição, sendo indicado e aprovado pelo Colegiado do Bacharelado em Direito para a execução das funções pertinentes ao cargo.

Art. 10 Cumpre ao Coordenador Geral do NPJ supervisionar e fazer cumprir todas as atividades desenvolvidas no âmbito do núcleo.

Art. 11 Ao Coordenador do NPJ compete:

- I. administrar e supervisionar, de forma global, as atividades de Estágio Supervisionado;
- II. coordenar os trabalhos do NPJ, fornecendo subsídios para formulação dos planos de ensino e relatórios;
- III. divulgar normas e instruções aos professor orientador e aos estagiários;
- IV. observar os valores éticos e morais que fundamentam a filosofia da Universidade Federal do Oeste da Bahia e do Curso de Bacharelado em Direito, a Lei nº 8.906/94,

- que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da OAB, e com a Resolução nº 02/2015, que aprova o Código de Ética e Disciplina da OAB;
- V. implementar a sistemática, os respectivos formulários e outros documentos utilizados no NPJ;
 - VI. definir o horário do serviço de atendimento à comunidade assistida no NPJ;
 - VII. fazer cumprir integralmente o Regulamento do NPJ;
 - VIII. estabelecer cronograma de atividades com o Coordenador do Curso de Bacharelado em Direito;
 - IX. dialogar com a Coordenador do Curso de Bacharelado em Direito na tomada de decisões referentes ao NPJ; dentre outros.
 - X. No que se refere ao Estágio realizado em instituições conveniadas, caberá ainda:
 - a. supervisionar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;
 - b. acompanhar a assinatura de convênios e cadastros junto a Pro Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - PROPLAN;
 - c. indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades dos estagiários, nos termos da Lei nº 11.788/2008.
 - d. zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, nos termos da Lei nº 11.788/2008.

Art. 12 Cabe ao Coordenador Geral do NPJ zelar pelo fiel cumprimento do exercício das atividades que compõem o Eixo de Formação Prática do curso, devendo, ao início de cada semestre letivo, publicar cronograma detalhado de atividades, contatos com órgãos externos e internos com o fito de promover a prática do ensino do Direito.

Subseção II

Dos Professores-Orientadores de Estágio Supervisionado

Art. 13 Os Professores orientadores de estágio são membros do corpo docente efetivo do curso de Bacharelado em Direito, com inscrição de registro profissional regular na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, que atuam de forma articulada e se envolvem diretamente na orientação de conteúdo e supervisão dos estudantes, aos quais compete:

- I. fornecer aos estagiários a assistência didática, pedagógica ou metodológica necessária;
- II. acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos estagiários no módulo;
- III. participar das reuniões e dos cursos quando for convocado;
- IV. fazer cumprir o cronograma de execução das atividades do acadêmico;
- V. realizar a avaliação dos acadêmicos;
- VI. orientar os estagiários para que seu desempenho observe os valores éticos e morais que fundamentam a filosofia da Universidade Federal do Oeste da Bahia e do Curso de Bacharelado em Direito, observando a Lei nº 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da OAB, e com a Resolução nº 02/2015, que aprova o Código de Ética e Disciplina da OAB;
- VII. realizar atividades inerentes às funções docentes previstas no Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste da Bahia;
- VIII. orientar as atividades forenses;
- IX. divulgar, internamente, os prazos processuais e diligências a serem realizadas pelos acadêmicos e supervisionar o seu cumprimento;
- X. orientar a confecção de peças processuais às causas patrocinadas pelo NPJ;

- XI.** cumprir os prazos e as publicações nos órgãos oficiais do Poder Judiciário dos feitos em tramitação de sua responsabilidade;
- XII.** realizar as audiências do NPJ, orientando as partes e os estagiários que estiverem acompanhando o feito;
- XIII.** promover diligências no Fórum e demais órgãos públicos;
- XIV.** acompanhar os acadêmicos no atendimento aos assistidos, auxiliando-os, inclusive, na análise dos requisitos objetivos e subjetivos de atendimento pelo NPJ;
- XV.** orientar o acadêmico sobre o correto preenchimento das procurações, pedidos de assistência judiciária, carta-convite, declaração de carência e demais formulários relativos ao patrocínio da causa do assistido;
- XVI.** expedir cartas-convite para as partes envolvidas no conflito, a fim de fomentar a solução extrajudicial das questões, comunicando ao Coordenação do NPJ;
- XVII.** expedir ofícios para órgãos públicos ou particulares, requisitando documentos relativos à instrução processual;
- XVIII.** manter atualizada a ficha de avaliação do acadêmico e o recebimento do Relatório de Acompanhamento Processual, sendo de sua responsabilidade o arbitramento da nota final;
- XIX.** realizar atividades simuladas e orientações de cunho prático na falta de assistidos para atendimento;
- XX.** participar dos programas comunitários que envolvam a NPJ, nos termos de escala previamente determinada.

Subseção III Da Assistência Administrativa

Art. 14 O Assistente em Administração tem como atribuições:

- I.** colaborar com a elaboração e divulgação de material informativo sobre os procedimentos do NPJ aos professores e estagiários;
- II.** realizar a recepção do público alvo da NPJ, promovendo os agendamentos para as respectivas áreas do Direito;
- III.** controlar a divulgação das avaliações das atividades do NPJ;
- IV.** divulgar o trabalho do NPJ junto a sociedade civil;
- V.** exercer as demais atribuições decorrentes da função.

Subseção IV Da Secretaria Executiva

Art. 15 A secretaria do NPJ tem como atribuições:

- I.** primar pelo atendimento às pessoas que integram e se beneficiam do NPJ;
- II.** preencher e organizar as fichas de atendimento e controle dos clientes;
- III.** cumprir os princípios da ética profissional e das relações humanas;
- IV.** atender às determinações do Coordenador Geral do NPJ;
- V.** fazer o acompanhamento diário das publicações enviadas pelo serviço de acompanhamento de publicações nos órgãos oficiais do Poder Judiciário, bem como repassar, mediante protocolo, aos respectivos Professores orientadores;
- VI.** fazer e encaminhar o relatório mensal dos atendimentos efetuados;
- VII.** manter atualizada a documentação comprobatória dos estagiários;
- VIII.** emitir correspondências referentes às atividades do NPJ;

- IX. divulgar, semestralmente, a relação de estagiários e dos respectivos professores orientadores;
- X. realizar as demais atividades inerentes à função.

Subseção V Do Assistente Social

Art. 16 A assistência social junto ao NPJ é exercida por profissional formado em Assistente Social, possuidor de diploma em Curso de Graduação em Serviço Social, reconhecido nos termos da Lei nº 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências já com a alteração trazida pela Lei nº 12.317/2010.

Parágrafo único: Atendendo a demanda social nas questões sócio jurídicas, através de trabalhos de orientação, mediação, prevenção e encaminhamento, cabendo ao Assistente Social realizar uma escuta qualificada da situação dos assistidos pelo NPJ, para isso o profissional se utiliza dos instrumentos normativos que subsidiam a intervenção profissional, especialmente o disposto na Lei 8662/93, que institui o Código de Ética Profissional do Assistente Social e dá outras providências já com as alterações introduzidas pelas Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social nºs 290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011.

Art. 17 A assistência social do NPJ terá como atribuições:

- I. fazer triagem de carência dos assistidos interessadas que procuram o NPJ;
- II. realizar o acompanhamento social aos assistidos pelo NPJ, desenvolvendo desta forma os procedimentos técnicos necessários à intervenção profissional;
- III. quando necessário, utilizar-se-á de entrevistas, pesquisas documentais, reuniões e proceder a visita domiciliar e institucional dos assistidos pelo NPJ;
- IV. observar os valores éticos e morais que fundamentam a filosofia da Universidade Federal do Oeste da Bahia e do Curso de Bacharelado em Direito;
- V. atender às determinações do Coordenador Geral do NPJ;

Subseção VI Dos estagiários e dos assistidos pelo Núcleo de Práticas Jurídicas

Art. 18 Ao estagiário compete:

- I. ser assíduo e pontual às atividades do Estágio Supervisionado;
- II. observar os valores éticos e morais que fundamentam a filosofia da Universidade Federal do Oeste da Bahia e do Curso de Bacharelado em Direito, observando a Lei nº 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da OAB, e com a Resolução nº 02/2015, que aprova o Código de Ética e Disciplina da OAB;
- III. participar de reuniões, cursos, seminários, palestras, atividades de orientação e supervisão organizados pelo NPJ da Universidade Federal do Oeste da Bahia, quando for convocado para tal;
- IV. recorrer ao Professor Orientador de Estágio Supervisionado, quando necessitar de esclarecimentos quanto às normas e procedimentos;
- V. cumprir as atividades de estágio, respeitando o cronograma estipulado pelo NPJ da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

CAPÍTULO III

DO ENSINO JUNTO AO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

SEÇÃO I

Do Estágio Supervisionado

Art. 19 Estágio é ato educativo escolar supervisionado que visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho, nos termos do art. 1º da Lei nº 11.788/08.

Art. 20 O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso, nos termos da Lei 11.788/2008.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Art. 21 No Curso de Graduação em Direito, o Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, conforme dispõe o art. 7º da Resolução CNE/CES Nº 9/2004.

Art. 22 Em conformidade com a Resolução CNE/CES vigente, o estágio supervisionado obrigatório está previsto na matriz curricular do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia, sendo vinculado à matrícula nos componentes curriculares Estágio Supervisionado I, II, III, IV e V.

Art. 23 A regulamentação que instrumentaliza o Estágio Supervisionado do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia é o parâmetro institucional seguido oficialmente para a composição das atividades de Estágio Supervisionado que ocorrem no âmbito do ensino junto ao NPJ.

SEÇÃO II

Das Oficinas de Práticas Jurídicas

Art. 24 Os componentes curriculares que compõem as Oficinas de Práticas Jurídicas são previstos na grade curricular do curso, desde o primeiro semestre, e são concebidos a partir de uma matriz jurídica inovadora, que trata a prática desde o início da formação acadêmica do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia, sendo assim organizados na previsão da grade curricular:

Semestre	Componente Curricular	Carga Horária
1º	Oficina de expressão oral, argumentação e escrita jurídica;	30
2º	Oficina de Legislação Comparada;	30

2º	Oficina de Negociação e Mediação;	30
3º	Oficina de Jurisprudência;	30
3º	Oficina de Conciliação e Arbitragem;	30
4º	Oficina de Metodologia da Pesquisa Jurídica;	30
4º	Oficina de atuação e estratégia contratual;	30
5º	Oficina de atuação jurídica social;	30
5º	Oficina de Assessoria e Consultoria jurídica;	30
6º	Oficina de atuação processual jurisdicional;	30
6º	Oficina de Mediação Penal e Justiça Restaurativa;	30
7º	Oficina de Estudos Previdenciários;	30
7º	Oficina de Redação e Estratégia Legislativa;	30
8º	Oficina de Jurimetria;	30
8º	Oficina de Redação e Estratégia processual;	30
10º	Oficina de Artes e Direito.	30

Art. 25 Previstas como componentes curriculares da grade, individualmente cada Oficina de Prática Jurídica possui sua temática de abordagem apropriada ao semestre em que se relaciona, com ementa, conteúdo programático, metodologias de aula e avaliação distintas e sem a necessidade de uma regulamentação afim para o exercício de suas atividades.

CAPÍTULO IV

DA PESQUISA E EXTENSÃO JUNTO AO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 26 O NPJ contempla atividades de extensão que atendam o Eixo de Formação Prática, objetivando a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com as Oficinas de Práticas Jurídicas e Estágio Curricular Supervisionado.

CAPÍTULO V

DAS ATIVIDADES DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Art. 27 O Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia apresenta uma matriz curricular inovadora, especialmente por incluir componentes voltados à autocomposição de conflitos desde o segundo semestre do curso.

Art. 28 Os componentes curriculares de ensino ministrados por meio de Oficinas, que abordam os temas da negociação, conciliação, mediação e arbitragem, por meio de ações vivenciais e em comunidade, serão vinculados ao NPJ.

Art. 29 Dentre os objetivos específicos do Curso de Bacharelado em Direito, a Universidade Federal do Oeste da Bahia se dedica a aplicar o conhecimento jurídico na mediação e outras metodologias adequadas de gestão de conflitos, na busca de soluções colaborativas, fortalecendo a aplicação do direito como instrumento para a paz social.

Art. 30 As atividades de Conciliação, Mediação e Arbitragem no campo extrajudicial serão prestadas desde que cabíveis às situações e casos apresentados, obedecidas as prescrições legais pertinentes à matéria, buscando a conciliação e a mediação de conflitos, gratuitamente, a quem procure o NPJ, obedecidos os mesmos critérios estabelecidos para a admissão da assistência judicial.

Art. 31 Poderá ser instituído o Observatório da Pacificação Social, atividade de extensão desenvolvida pelo Curso de Bacharelado em Direito, em caráter permanente ou sazonal, com suas atividades desenvolvidas no NPJ, na seara dos métodos adequados de solução de conflitos.

Art. 32 O Observatório da Pacificação Social incluirá como atividades próprias, quando cabível, a realização de procedimentos de negociação, conciliação, mediação e arbitragem, nas diversas áreas do Direito, dentre as mais diversas matérias relevantes para o ensino jurídico.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 O presente Regulamento é concebido no âmbito do Núcleo Docente Estruturante e aprovado pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Art. 34 Os casos omissos serão sanados pelo Colegiado curso de Direito.

Art. 35 Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia

APÊNDICE D

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Dispõe a operacionalização do Estágio Supervisionado no âmbito do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado que visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho, nos termos do art. 1º da Lei nº 11.788/08.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso, nos termos da Lei 11.788/2008.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Art. 3º No Curso de Graduação em Direito, o Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, conforme dispõe o art. 7º da Resolução CNE/CES Nº 9/2004.

CAPÍTULO II

DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

SEÇÃO I

Do Desenvolvimento, Carga Horária e Objetivos

Art. 4º Em conformidade com a Resolução CNE/CES vigente, o estágio supervisionado obrigatório está previsto na matriz curricular do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia, sendo vinculado à matrícula nos componentes curriculares Estágio Supervisionado I, II, III, IV e V.

Art. 5º O estágio supervisionado obrigatório poderá ser realizado:

- I. no Núcleo de Prática Jurídica -NPJ, órgão de ensino do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia;
- II. nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais Departamentos Jurídicos Oficiais;
- III. escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas.

Art. 6º O estágio supervisionado obrigatório deverá ter carga horária de 400 horas/aula (de 50 minutos).

Parágrafo único. O estagiário poderá cumprir até 20% (vinte por cento) da carga horária total do Estágio Supervisionado Obrigatório nas instituições e órgãos descritos no art. 5º, incisos II e III deste Regulamento, mediante convênio firmado com a Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Art. 7º O Estágio Supervisionado Obrigatório desenvolvido no NPJ ou nas instituições conveniadas deverá ser estruturado, planejado e efetivamente supervisionado, a fim de alcançar os seguintes objetivos:

- a. Assegurar a interação teoria-prática, contemplando as especificidades do Curso de Graduação em Direito, em conformidade com o projeto pedagógico e a legislação;
- b. Contribuir para o desenvolvimento das habilidades e das competências relacionadas ao exercício das atividades profissionais do graduando, por meio da efetiva aplicação de conhecimentos teórico-práticos em situações reais.

SEÇÃO II

Dos componentes curriculares e módulos de ensino

Art. 8º No Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia, as atividades do Estágio Supervisionado serão desenvolvidas em componentes curriculares específicos, a saber:

- I. Estágio Supervisionado I – 6º período, com 80 (oitenta) horas-aula;
- II. Estágio Supervisionado II – 7º período, com 80 (oitenta) horas-aula;
- III. Estágio Supervisionado III – 8º período, com 80 (oitenta) horas-aula;
- IV. Estágio Supervisionado IV – 9º período, com 80 (oitenta) horas-aula;
- V. Estágio Supervisionado V – 10º período, com 80 (oitenta) horas-aula;

Art. 9º As atividades das disciplinas Estágio Supervisionado I, II, III, IV e V serão organizadas por módulos, a saber:

- I. Estágio de Supervisionado I: Módulo Penal;
- II. Estágio Supervisionado II: Módulo Civil e Relações de Consumo;
- III. Estágio de Supervisionado III: Módulo Trabalho e Seguridade Social;
- IV. Estágio Supervisionado IV: Módulo Direito Constitucional, Direito Agrário e Direito Ambiental;
- V. Estágio Supervisionado V: Módulo Direito Tributário e Direito Administrativo.

Art. 10 Em cada módulo, a organização das turmas deverá se constituir de, no máximo, 10 (dez) estudantes estagiários por grupo. As atividades a serem desenvolvidas estarão disciplinadas nos

Programas de Disciplina e Planos de Ensino, e serão acompanhadas pelos Professores Orientadores de Estágio Supervisionado.

Art. 11 Semestralmente será elaborado um calendário pelos Professores Orientadores de Estágio Supervisionado, que permitirá ao estagiário o cumprimento sistemático e conjugado das atividades das disciplinas.

Art. 12 O estagiário devidamente matriculado em componentes curriculares do Estágio Supervisionado deverá realizar atividades nas dependências do NPJ. Havendo atividades externas, estas deverão ser aprovadas pelo Coordenador do NPJ e acompanhadas pelo professor responsável pelo Módulo correspondente.

Art. 13 A carga horária do Estágio Supervisionado deverá ser cumprida integralmente.

§1º Havendo faltas, deverá ser respeitado o limite máximo permitido de 25% (vinte e cinco por cento), devidamente justificadas por meio de Processo de Justificativa de Faltas, obrigando à reposição das atividades.

§2º Não poderá incidir, em cada Módulo da Disciplina, mais de 1/3 (um terço) do percentual de faltas permitidas, sob pena de reprovação.

§3º Tendo sido deferido o processo de justificativa de falta, o estagiário deverá procurar a Secretaria do NPJ para receber a autorização para reposição da atividade.

SEÇÃO III

Das Atividades e Avaliações

Art. 14 O Estágio Supervisionado do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia é desenvolvido junto ao NPJ e dar-se-á por meio de trabalhos simulados e reais, abrangendo as várias áreas do Direito e as atividades decorrentes da prestação de assistência judiciária à comunidade em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Art. 15 Destaca-se que as atividades do Estágio Supervisionado do Curso de Bacharelado em Direito serão preponderantemente práticas, proporcionando ao estagiário a participação em situações reais e/ou simuladas, com harmônica integração do ensino, pesquisa e extensão.

Art. 16 A avaliação das disciplinas de Estágio Supervisionado será contínua e decorrente da apreciação de atividades, tais como:

- I. confecção de peças jurídicas, sejam judiciais e extrajudiciais;
- II. atividades simuladas;
- III. análise de autos findos e procedimentos reais;
- IV. atendimento jurídico de assistidos no NPJ e acompanhamento das atividades daí decorrentes;
- V. relatório de atividades;
- VI. avaliação interdisciplinar, a critério do Colegiado do Curso de Bacharelado em Direito.

CAPÍTULO III

DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO REALIZADO EM INSTITUIÇÕES OU ÓRGÃOS CONVENIADOS

SEÇÃO I

Do Desenvolvimento, Carga Horária e Requisitos

Art. 17 O Estágio Supervisionado Obrigatório poderá ser desenvolvido nas instituições ou órgãos indicados no art. 5ª, incisos II e III deste regulamento, desde que requerido pelo estagiário e respeite o máximo de 20% (vinte por cento) do total da carga horária descrita no art. 6º, observados, ainda, os seguintes requisitos, cumulativamente:

- I. matrícula e frequência regular do estagiário no Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia;
- II. celebração de termo de compromisso entre o estagiário, a parte concedente do estágio e a Universidade Federal do Oeste da Bahia;
- III. compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso;
- IV. cumprimento de carga horária mínima proporcional a cada módulo;
- V. pertinência temática entre as atividades de estágio e o conteúdo programático dos módulos, a ser analisada pelo Professor orientador.

Art. 18 O estagiário deverá apresentar relatórios parciais, em prazo não superior a 6 meses, das atividades desenvolvidas, a fim de que o professor orientador avalie a adequação às exigências acadêmicas e o cumprimento do termo de compromisso.

Parágrafo único - O Professor Orientador, quando entender adequado à consecução dos objetivos da disciplina, poderá exigir a apresentação dos relatórios parciais em prazo inferior ao estipulado no *caput*.

Art. 19 O estagiário deverá apresentar relatório final de atividades para o Professor orientador, em prazo por este estipulado, para aferição de nota e aprovação final.

Art. 20 O estágio deverá ter acompanhamento efetivo pelo Professor orientador e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios de que tratam os artigos anteriores.

Art. 21 O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo entre o educando, a parte concedente do estágio e a Universidade Federal do Oeste da Bahia, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 22 O NPJ manterá um cadastro de entidades e órgãos conveniados, dando-lhe a devida publicidade para que os discentes do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia interessados, possam se candidatar.

SEÇÃO II

Das Atribuições dos Órgãos e Instituições Conveniadas

Art. 23 Aos órgãos e Instituições Conveniadas caberá:

- I. celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o estagiário, zelando por seu cumprimento;
- II. ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III. indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- IV. contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;
- V. por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VI. manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- VII. enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

CAPÍTULO IV

Do Estágio Não-Obrigatório

Art. 24 O estágio não obrigatório pode ser realizado nos mais diversos órgãos, tais como:

- I. Ministério Público Estadual;
- II. Tribunal de Justiça do Estado;
- III. Defensoria Pública do Estado;
- IV. Ministério Público Federal;
- V. Procuradoria Geral do Estado;
- VI. Procuradoria Geral da União;
- VII. Justiça Federal;
- VIII. Instituições Financeiras; e
- IX. Escritórios de Advocacia.

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais

Art. 25 O presente Regulamento é concebido no âmbito do Núcleo Docente Estruturante e aprovado pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Art. 26 Os casos omissos serão sanados pelo Colegiado curso de Direito, ouvido o Coordenador Geral do Núcleo de Práticas Jurídicas.

Art. 27 Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia

APÊNDICE E

BAREMA PARA PONTUAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES COMUM DOS CURSOS DO CENTRO DAS HUMANIDADES⁷

GRUPO 1				
ATIVIDADES DE ENSINO				
		Período/ CH	Carga Horária Máxima (horas)	Pontuação obtida
01	Disciplinas afins ao curso cursadas na própria instituição, não previstas em seu currículo.	Carga horária declarada da disciplina	100	
02	Disciplinas afins ao curso cursadas em outras instituições, validadas pelo colegiado do curso.	Carga horária declarada da disciplina	50	
03	Monitoria em componentes curriculares específicos em cursos de graduação desta instituição.	25 horas Para componentes de 30h semestre 50 horas para componentes de 60h	100	
04	Tutoria em projetos educacionais, técnico-científico socioambiental, artístico-cultural e de educação profissional.	50 horas por ano	100	
05	Participação em programas de iniciação à docência	100 horas por ano	200	
06	Participação em curso de natureza acadêmica, técnico-científica, socioambiental, artístico-cultural e de educação profissional.	Carga horária declarada do curso	100	
07	Intercâmbio acadêmico.	50 horas por ano	100	
08	Programa de educação tutorial	100 horas por ano	200	
09	Premiação de trabalho acadêmico de ensino.	05 horas por prêmio	50	
TOTAL PARCIAL				

GRUPO 2

ATIVIDADES DE PESQUISA, CRIAÇÃO E INOVAÇÃO

⁷ Aprovado pelo Conselho Diretor do Centro das Humanidades na 2ª Reunião Extraordinária de 20 de Fevereiro de 2018

		Período/ CH	Carga Horária Máxima (horas)	Pontuação obtida
01	Participação em projetos de iniciação científica, PIBIC, PIBIT na UFOB	100 horas por ano	200	
02	Publicação técnico-científica de resumo, resumo expandido, anais e artigo em revista	Resumo 10 horas, resumo expandido 15 horas, anais 30 horas, artigo não indexado 30 horas, artigo indexado 70 horas	150	
03	Apresentação pôster e oral em evento técnico-científico	Pôster 10 horas, oral 30 horas	100	
04	Publicação e organização de livro	Sem ISBN 30 horas, com ISBN 70 horas	100	
05	Publicação de capítulo de livro	Sem ISBN 20 horas, com ISBN 40 horas	100	
06	Premiação de trabalho em evento acadêmico	20 horas por prêmio	100	
07	Produção de material didático-pedagógico, instrucional ou tecnológico	20 horas	100	
08	Exposição coletiva artístico-cultural ou técnico-científico	10 horas	100	
09	Exposição individual artístico-cultural ou técnico-científico	20 horas	100	
10	Curadoria de exposição artístico-cultural e/ou técnico-científico	20 horas	100	
11	Publicação de catálogo de exposição artístico-cultural ou técnico-científico	30 horas	100	
TOTAL PARCIAL				

GRUPO 3
ATIVIDADES DE EXTENSÃO

	Período/ CH	Carga Horária Máxima (horas)	Pontuação obtida
--	--------------------	-------------------------------------	-------------------------

01	Participação, organização e atuação em programa ou projeto de Extensão da UFOB ou de outras instituições, devidamente registrado	Horas descritas no certificado	150	
02	Participação em evento técnico-científico, socioambiental, artístico-cultural, estudantil e de extensão, conclaves e congêneres	Horas descritas no certificado	100	
03	Participação em campanha de saúde, desportiva, de atenção a grupos vulneráveis e outras atividades de caráter humanitário e social	Horas descritas no certificado	100	
04	Participação em equipe/seleção desportiva e como representante da UFOB em torneios internos e externos	Horas descritas no certificado	60	
05	Realização de trabalho voluntário em organizações da sociedade civil	Horas descritas no certificado	100	
06	Publicação de resumo, resumo expandido ou artigo em anais de evento de extensão	Resumo 10 horas, resumo estendido 15 horas, Artigo em anais 30 horas	60	
07	Publicação de artigo em periódico de extensão	30 horas em periódico não-indexado, 70 horas em periódico indexado	150	
08	Apresentação de trabalho (oral e/ou pôster) em evento de extensão	10 horas para pôster 30 horas para oral	100	
09	Premiação de trabalho acadêmico em extensão	5 horas local 10 horas nacional 30 horas internacional	100	
10	Monitoria de projeto de extensão	Horas descritas no certificado	100	
11	Organização de evento	Horas descritas no certificado	100	
12	Participação nas atividades da Semana de Integração Universitária	Horas descritas no certificado	100	

TOTAL PARCIAL	
----------------------	--

GRUPO 4
ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

		Período/ CH	Carga Horária Máxima (horas)	Pontuação obtida
01	Representação em órgãos colegiados da UFOB	60 horas por ano	120	
02	Suplente da representação estudantil em órgãos colegiados da UFOB	30 horas por ano	60	
03	Representação estudantil em DA, CA, DCE e outros órgãos de representação da UFOB	40 horas por ano	80	
04	Membro de DA, CA, DCE e outros órgãos de representação da UFOB	20 horas por ano	40	
05	Voluntário em ações das entidades estudantis	Horas descritas no certificado	100	
06	Participação em comissão instituída por órgão colegiado e setores diretivos da UFOB	15 horas por comissão	100	
07	Representação estudantil em entidades civis	30 horas por ano	60	
08	Representação estudantil em programas e projetos instituídos formalmente	15 horas por ano	30	
TOTAL PARCIAL				

GRUPO 5
ATIVIDADES DE INICIAÇÃO AO TRABALHO

		Período/ CH	Carga Horária Máxima (horas)	Pontuação obtida
01	Participação em atividade de iniciação ao trabalho técnico-profissional	40 horas por semestre	160	
02	Bolsista e voluntário de apoio técnico em atividades administrativas da UFOB ou em outras instituições conveniadas	50 horas por semestre	100	
03	Realização de estágio não-obrigatório	50 horas por semestre	100	
04	Participação como integrante de empresa júnior	50 horas por semestre	100	

TOTAL PARCIAL	
----------------------	--

ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES		Carga horária obtida
01	Atividades de ensino	
02	Atividades de pesquisa, criação e inovação	
03	Atividade de extensão	
04	Atividade de representação estudantil	
05	Atividade de iniciação ao trabalho	
TOTAL		